ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 168

Brasília - DF, quinta-feira, 31 de agosto de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 4
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 6
Ministério da Cultura 7
Ministério da Defesa 10
Ministério da Educação 10
Ministério da Fazenda 12
Ministério da Justiça e Segurança Pública 27
Ministério da Saúde 30
Ministério das Cidades 38
Ministério de Minas e Energia 40
Ministério do Desenvolvimento Social 47
Ministério do Esporte 47
Ministério do Meio Ambiente 47
Ministério do Trabalho 51
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 53
Ministério Público da União 55
Poder Judiciário 57
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... 72

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.413 (1)
ORIGEM : ADI - 14734 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - ABIMAQ
ADV.(A/S) : ANNE JOYCE ANGHER (155945/SP) E OUTRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,50	R$ 2,00
de 32 a 76	R$ 0,90	R$ 2,40
de 80 a 156	R$ 1,90	R$ 3,40
de 160 a 250	R$ 2,50	R$ 4,00
de 254 a 500	R$ 5,00	R$ 6,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0179

Decisão: O Tribunal, por votação unânime e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 4.163, de 29 de setembro de 2003, ficando, por conseqüência, afastado do cenário jurídico o decreto que a regulamentou - nº 35.011, de 19 de março de 2004, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello e, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 01.06.2011.

LEGITIMIDADE - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ASSOCIAÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL - SEGMENTOS CONGREGADOS. O fato de a associação requerente congregar diversos segmentos existentes no mercado não a descredencia para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade - evolução da jurisprudência.

ADIN - LEGITIMIDADE E PERTINÊNCIA TEMÁTICA. Surge a pertinência temática, presente ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade por associação, quando esta congrega setor econômico que é alcançado, em termos de tributo, pela norma atacada.

PROCESSO OBJETIVO - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ATUAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO. Consoante dispõe a norma imperativa do § 3º do artigo 103 da Constituição Federal, incumbe ao Advogado-Geral da União a defesa do ato ou texto impugnado na ação direta de inconstitucionalidade, não lhe cabendo emissão de simples parecer, a ponto de vir a concluir pela pecha de inconstitucionalidade.

TRIBUTO - BENEFÍCIO - ALÍNEA "G" DO INCISO XII DO § 2º DO ARTIGO 155 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Discrepa do que previsto nesse preceito, a remeter a lei complementar, a concessão de benefício tributário a certo segmento econômico de forma a implicar tratamento diferenciado presente a localização do contribuinte.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO 25 (2)
ORIGEM : ADO - 25 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARÁ
ADV.(A/S) : MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (11260/PA) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DA BAHIA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA BAHIA
AM. CURIAE. : DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MATO GROSSO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARÁ
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AM. CURIAE. : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : ESTADO DE RONDÔNIA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ESTADO DE SERGIPE
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: Após o relatório e as sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram: pelo requerente Governador do Estado do Pará, o Dr. Ophir Cavalcante Júnior, Procurador-Geral do Estado; pelo Congresso Nacional, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Advogada-Geral da União, e, pelo *amicus curiae* Estado do Rio Grande do Sul, o Dr. Luis Carlos Kothe Hagemann, Procurador do Estado. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 23.11.2016.

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), julgando procedente a ação, nos termos propostos, no que foi acompanhado integralmente pelos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Dias Toffoli, e, em menor extensão, pelo Ministro Marco Aurélio, que somente assentava a mora, e pelo Ministro Teori Zavascki, que acompanhava o Relator quanto à mora e à fixação de prazo para sanar a omissão, o julgamento foi suspenso. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 24.11.2016.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação para declarar a mora do Congresso Nacional quanto à edição da Lei Complementar prevista no art. 91 do ADCT, fixando o prazo de 12 meses para que seja sanada a omissão, vencido, no ponto, o Ministro Marco Aurélio. Na hipótese de transcorrer *in albis* o mencionado prazo, o Tribunal, por maioria, deliberou que caberá ao Tribunal de Contas da União: a) fixar o valor do montante total a ser transferido aos Estados-membros e ao DF, considerando os critérios dispostos no art. 91 do ADCT para fixação do montante a ser transferido anualmente, a saber, as exportações para o exterior de produtos primários e semielaborados, a relação entre as exportações e as importações, os créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e a efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do imposto a que se refere o art. 155,§ 2º, X, *a*, do texto constitucional; b) calcular o valor das quotas a que cada um deles fará jus, considerando os entendimentos entre os Estados-membros e o Distrito Federal realizados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ; e que se comunique ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Fazenda, para os fins do disposto no § 4º do art. 91 do ADCT, e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, para adoção dos procedimentos orçamentários necessários para o cumprimento da presente decisão, notadamente no que se refere à oportuna inclusão dos montes definidos pelo TCU na proposta de lei orçamentária anual da União, vencidos os Ministros Marco Aurélio, Teori Zavascki e Cármen Lúcia (Presidente), que, no ponto, não acompanharam o Relator. Plenário, 30.11.2016.

Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão. 2. Federalismo fiscal e partilha de recursos. 3. Desoneração das exportações e a Emenda Constitucional 42/2003. Medidas compensatórias. 4. Omissão inconstitucional. Violação do art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Edição de lei complementar. 5.Ação julgada procedente para declarar a mora do Congresso Nacional quanto à edição da Lei Complementar prevista no art. 91 do ADCT, fixando o prazo de 12 meses para que seja sanada a omissão. Após esse prazo, caberá ao Tribunal de Contas da União, enquanto não for editada a lei complementar: a) fixar o valor do montante total a ser transferido anualmente aos Estados-membros e ao Distrito Federal, considerando os critérios dispostos no art. 91 do ADCT; b) calcular o valor das quotas a que cada um deles fará jus, considerando os entendimentos entre os Estados-membros e o Distrito Federal realizados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.477, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os cuidados e procedimentos que devem ser observados na instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural.

Art. 2º As instalações de que trata o art. 1º deverão observar as seguintes exigências:

I - o primeiro fio eletrificado deverá estar a uma altura compatível com a finalidade da cerca eletrificada;

II - em áreas urbanas, deverá ser observada uma altura mínima, a partir do solo, que minimize o risco de choque acidental em moradores e em usuários das vias públicas;

III - o equipamento instalado para energizar a cerca deverá prover choque pulsativo em corrente contínua, com amperagem que não seja mortal, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

IV - deverão ser fixadas, em lugar visível, em ambos os lados da cerca eletrificada, placas de aviso que alertem sobre o perigo iminente de choque e que contenham símbolos que possibilitem a sua compreensão por pessoas analfabetas;

V - a instalação de cercas eletrificadas próximas a recipientes de gás liquefeito de petróleo deve obedecer às normas da ABNT.

Art. 3º Sem prejuízo de sanções penais e civis pelo descumprimento dos procedimentos definidos nesta Lei, é estabelecida a penalidade de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o proprietário do imóvel infrator, ou síndico, no caso de área comum de condomínio edilício, e de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para o responsável técnico pela instalação.

§ 1º (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º A multa prevista no **caput** deste artigo será transferida ao morador do imóvel no caso em que o proprietário provar que a cerca eletrificada foi instalada sem o seu consentimento.

§ 4º A multa prevista no **caput** deste artigo será aplicada em dobro, no caso de reincidência.

§ 5º O valor da multa referido no **caput** deste artigo poderá ser atualizado por decreto.

Art. 4º Os imóveis que, na data de publicação desta Lei, possuam cerca eletrificada ou energizada também deverão adequar-se aos parâmetros nela previstos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

Brasília, 30 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

RODRIGO MAIA
Grace Maria Fernandes Mendonça

LEI Nº 13.478, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece o direito de ingresso de profissionais do magistério a cursos de formação de professores, em nível de graduação, por meio de processo seletivo especial.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte art. 62-B:

"Art. 62-B. O acesso de professores das redes públicas de educação básica a cursos superiores de pedagogia e licenciatura será efetivado por meio de processo seletivo diferenciado.

§ 1º Terão direito de pleitear o acesso previsto no **caput** deste artigo os professores das redes públicas municipais, estaduais e federal que ingressaram por concurso público, tenham pelo menos três anos de exercício da profissão e não sejam portadores de diploma de graduação.

§ 2º As instituições de ensino responsáveis pela oferta de cursos de pedagogia e outras licenciaturas definirão critérios adicionais de seleção sempre que acorrerem aos certames interessados em número superior ao de vagas disponíveis para os respectivos cursos.

§ 3º Sem prejuízo dos concursos seletivos a serem definidos em regulamento pelas universidades, terão prioridade de ingresso os professores que optarem por cursos de licenciatura em matemática, física, química, biologia e língua portuguesa."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

RODRIGO MAIA
José Mendonça Bezerra Filho

RETIFICAÇÃO (*)

LEI Nº 13.414, DE 10 DE JANEIRO DE 2017

ANEXO

Alteração decorrente da correção do erro de processamento da emenda 7112.0002, com base no art. 152 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e no art. 152 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

D.O.U./ Página	Correção	Órgão	Unidade	Programa	Programática	Ação/Subtítulo/Produto/Meta	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	Justificativa
D.O.U. Sec. 1. Suplem.	ONDE SE LÊ	49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário	49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	2066 2066.210U 2066.210U.0051	Organização da Estrutura Fundiária - No Estado de Mato Grosso	21.127	F	3-ODC	7	30	0	100	68.000.000	Correção de erro material no processamento da emenda nº 7112.0002, nos termos do art. 152 da
11 jan 2017. p. 1207	LEIA-SE	20000 - Presidência da República	20201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra	2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária	2066 2066.210U 2066.210U.0051	Organização da Estrutura Fundiária - No Estado de Mato Grosso	21.127	F	3-ODC	7	30	0	100	68.000.000	Resolução nº 1, de 2006-CN, para ajuste de órgão orçamentário e unidade orçamentária.

(*) Retificação solicitada pelo Congresso Nacional através da Mensagem nº 51-CN, de 9 de agosto de 2017.

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL
DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais
A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

EIMAR BAZILIO VAZ FILHO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 798, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º A adesão ao PERT ocorrerá por meio de requerimento a ser efetuado até 29 de setembro de 2017 e abrangerá os débitos indicados pelo sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável, sendo que, para os requerimentos realizados no mês de setembro de 2017 por meio da opção por uma das modalidades de que tratam:

I - os incisos I e III do **caput** do art. 2º e o inciso II do **caput** do art. 3º, o pagamento à vista e em espécie de percentual do valor da dívida consolidada referente à parcela do mês de agosto de 2017 de que tratam os incisos I e III do **caput** do art. 2º, o inciso I do § 1º do art. 2º, o inciso II do **caput** do art. 3º e o inciso I do § 1º do art. 3º, será efetuada cumulativamente à parcela do pagamento à vista referente ao mês de setembro de 2017; e

II - o inciso II do **caput** do art. 2º e o inciso I do **caput** do art. 3º, os pagamentos da primeira e da segunda prestação, nos percentuais mínimos para cada prestação de quatro décimos por cento da dívida consolidada, serão realizados cumulativamente no mês de setembro de 2017.

....." (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

RODRIGO MAIA
Henrique Meirelles

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 320, de 30 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Altera a Lei no 13.473, de 8 de agosto de 2017, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2018."

Nº 321, de 30 de agosto de 2017. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 798, de 30 de agosto de 2017.

Nº 322, de 30 de agosto de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade, o Projeto de Lei nº 3.080, de 2008 (nº 52/10 no Senado Federal), que "Dispõe sobre a instalação de cerca eletrificada ou energizada em zonas urbana e rural".

Ouvida, a Advocacia-Geral da União manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

§§ 1º e 2º do art. 3º

"§ 1º Caberá à Defesa Civil do Município a fiscalização dos serviços de instalação e de manutenção realizados nas cercas eletrificadas.

§ 2º As multas de que trata o **caput** deste artigo serão revertidas para campanhas de esclarecimento da população sobre temas de interesse da Defesa Civil."

Razão dos vetos

"Os dispositivos incidem em violação aos artigos 18 e 30 da Constituição, ao ferirem a autonomia e invadirem a esfera legislativa e normativa do Município para atribuir competência a seus órgãos e direcionar a aplicação de suas rendas, inclusive com multas, devendo a legislação federal, no caso, limitar-se a normas gerais".

Essa, Senhor Presidente, a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 323, de 30 de agosto de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-02/ Nº 1396, de 24 de outubro de 1997, publicada no BS nº 44, de 31 de outubro de 1997, que criou o PA LAGOA DAS QUINTAS, Código SIPRA CE0039000, **onde se lê:** "com área de 588,8472ha (quinhentos e oitenta e oito hectares, oitenta e quatro ares e setenta e dois centiares)"; **leia-se:** "com área de 584,8283ha (quinhentos e oitenta e quatro hectares, oitenta e dois ares e oitenta e três centiares)."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO TOCANTINS

PORTARIA Nº 23, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso VIII no Artigo nº 130 do Regimento Interno desde Instituto, aprovado pela Portaria/INCRA/P/nº 49 de 31 de janeiro de 2017, publicada no DOU nº 23 de 01 de fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Fazenda Morrinhos e Jacú, com a área de 2.884,6072 ha, localizado nos municípios de Coto Magalhães e Pequizeiro, Estado do Tocantins, declarado de interesse social para fins de reforma agraria pelo Decreto de 25/08/2014, com publicação no D.O.U de 26/08/2014.

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise do processo administrativo SR-26/TO Nº 54400.000225/2010-62 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria resolve:

Art. 1°. Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel em referência, que prevê a criação de 89 (oitenta e nove) unidades agrícolas familiares, tendo em vista a decisão do Comitê de Decisão Regional constante dos autos mencionado acima.

Art. 2°. Determinar a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(26)F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao perímetro na base dos dados cartográficos.

Art. 3º. Criar o Projeto de Assentamento Morrinhos, código SIPRA n° TO0460000, com área de 2.884,6072 ha (dois mil, oitocentos e oitenta e quatro hectares, sessenta ares e setenta e dois centiares), localizado nos municípios de Couto Magalhães e Pequizeiro, Estado do Tocantins, a ser implantado por esta Superintendência Regional em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4º. Providenciar a comunicação a prefeitura municipal a criação deste Projeto de Assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para programas Sociais (CadÚnico).

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DA COSTA

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do §1º do art. 16, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; no Decreto nº 4.520, de 2002, resolve:

Nº 91 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para averbação do instrumento particular de Cessão Total de Direitos Minerários, de 10 de julho de 2012, celebrado entre a Companhia Brasileira do Cobre (cedente), CNPJ nº 87.678.207/0001-06, e a Águia Fertilizantes S.A. (cessionária), CNPJ n° 15.110.334/0001-95, atinente ao Alvará de Pesquisa nº 2.947, de 6 de abril de 2016, publicado no DOU em 12 de abril de 2006, que autorizou a cedente a pesquisar minério de ouro, em uma área 1.000,00ha, no município de Lavras do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.009541/1942-11, 48401.810090/1991-10 e 48403.932647/2012-38, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 82/DIRE/DGTM, de 29 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017, com instrução processual concluída em 27 de julho de 2017 e a Nota - AP nº 119/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 92 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para autorizar a construção de campo de pouso privado denominado FAZENDA GRUPO NISSEY, localizado no município de Cáceres, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de interesse de Gustavo Nakai de Magalhães e Ribeiro, CPF nº 655.317.872-00, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.512122/2016-65; o Parecer nº 618(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA, de 21 de junho de 2017; a conclusão do Ofício nº 500(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 21 de junho de 2017, recebido em 12 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 120/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 93 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO ITAIPÚ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ nº 03.113.347/0001-39, com sede na Rodovia MT 246, KM 35, Zona Rural, no município de Barra do Bugres/MT, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, bem como para arquivar na Junta Comercial do referido estado a 19ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 1º de agosto de 2016, que versa sobre i) a retirada do sócio Celso Ferreira Penço, CPF nº 013.651.938-53, que cede e transfere a totalidade de suas quotas, ou seja 213.280 quotas para o sócio ingressante Francisco Conrado Ferreira Penço, CPF nº 978.935.601-34; e ii) a delegação dos poderes de administração ao sócio ingressante Francisco Conrado Ferreira Penço; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48412.851599/1977-35, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 87/DIRE/DGTM, de 05 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 121/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 94 - Dar Assentimento Prévio à empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL RADIANTE LTDA. ME, CNPJ nº 08.676.574/0001-96, para: i) arquivar, na Junta Comercial do estado do Paraná, a 4ª Alteração de Contrato Social, de 7 de outubro de 2016, que versa sobre a alteração do contrato social da empresa para fazer constar expressamente os requisitos exigidos pelos incisos I a III, do art. 17, do Decreto nº 85.064, de 1980, que regulamenta a Lei nº 6.634, de 1979; e ii) pesquisar água mineral em uma área de 49,90ha, no município de Guaraniaçú, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nº 48400.001410/2008-57 e 48413.826065/2016-28; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 77/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017; recebido em 10 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 122/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 95 - Dar Assentimento Prévio à empresa MMX MINERAÇÃO CORUMBÁ S.A., CNPJ n° 07.557.381/0001-53, para arquivar, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso do Sul, a Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de janeiro de 2016, que versa sobre a mudança da sede da companhia para Avenida Bias Fortes, nº 817, Sala 402, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, bem como para pesquisar minério de ferro, em uma área de 457,17ha, no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001807/2005-04 e 48423.868302/2010-13, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 59/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 10 de julho de 2017; e a Nota - AP n° 123/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 96 - Dar Assentimento Prévio à COOPERATIVA DE PEDRAS AMETISTA DO SUDOESTE DO PARANÁ - COPASP, CNPJ nº 07.898.477/0001-85, para, sob regime de Permissão de Lavra Garimpeira, lavrar ametista em 2 (duas) áreas distintas de 980,54ha e 845,04ha, totalizando 1.825,58ha, nos municípios de Chopinzinho e Coronel Vivida, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48413.926692/2014-04, 48413.826367/2006-24 e 48413.826979/2014-27, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 83/DIRE/DGTM, de 5 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 124/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 97 - Dar Assentimento Prévio a ALFREDO HENRIQUE SOUZA DE BRITO, CPF nº 941.377.221-53, para pesquisar areia e minério de ouro em uma área de 2.001,82ha, nos municípios de Pontes e Lacerda e Vale de São Domingos, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48412.866665/2016-39; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 80/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 125/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 98 - Dar Assentimento Prévio a ANDERSON SCHMITT, CPF nº 613.749.119-68, para pesquisar argila e basalto em uma área de 783,18ha, nos municípios de Cafelândia e Cascavel, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826522/2016-84; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 76/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 126-RF, expedida com ressalvas.

Nº 99 - Dar Assentimento Prévio a AMAURY RAINHO JUNIOR, CPF nº 170.762.269-87, para pesquisar água mineral em uma área de 47,99ha, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826277/2016-13; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 73/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 127/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 100 - Dar Assentimento Prévio a CLEITON SÉRGIO JANISKI, CPF nº 769.306.459-15, para pesquisar calcário calcítico em uma área de 999,93ha, no município de Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48423.868284/2016-65; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 84/DIRE/DGTM, de 5 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 128/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 101 - Dar Assentimento Prévio a CRODOVALDO GALLI, CPF nº 097.790.359-15, para pesquisar água mineral em uma área de 10,71ha, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826259/2016-23; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 72/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 129/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 102 - Dar Assentimento Prévio a DENISE REGINA DONIN CLAUDIOLINO, CPF nº 706.178.999-91, para pesquisar água mineral em uma área de 49,00ha, no município de Nova Aurora, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826249/2016-98; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 78/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 130/2016-RF, expedida com ressalvas.

Nº 103 - Dar Assentimento Prévio a EDUARDO HENRIQUE GASBARRO BERGAMIN, CPF nº 027.105.789-05, para pesquisar água mineral em uma área de 49,56ha, no município de Assis Chateaubriand, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826437/2013-73; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 75/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 131/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 104 - Dar Assentimento Prévio a GEAN BALIEIRO DE SOUZA, CPF nº 275.036.312-87, para pesquisar minério de tântalo em uma área de 5.688,16ha, no município de Barcelos, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880021/2016-12; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 62/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 132/2017- RF, expedida com ressalva.

Nº 105 - Dar Assentimento Prévio a HELTON QUEIROZ, CPF nº 908.703.791-00, para pesquisar minério de manganês e opala em uma área de 2.055,69ha, no município de Porto Esperidião, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48412.866827/2016-39; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 64/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 133/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 106 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para proceder a averbação do Contrato de Cessão Total de Direitos Minerários, de 15 de dezembro de 2015, celebrado entre as empresas MINERADORA SANTO EXPEDITO LTDA. (cedente), CNPJ nº 01.133.510/0001-08, e EDEM - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. (cessionária), CNPJ nº 00.508.829/0001-08, atinentes aos Alvarás de Pesquisas nºs 9.305/2013, 9.306/2013, 9.307/2013, 3.101/2013, 3.102/2013, 3.103/2013, 3.104/2013, 3.105/2013, 3.106/2013, 3.308/2013, 9.309/2013 e 9.310/2013, que autorizam a cessionária a pesquisar fosfato em 12 (doze) áreas distintas de: 2.000,00ha, 1.999,90ha, 899,91ha, 1.596,26ha, 1.853,57ha, 2.000,00ha, 1.999,90ha, 1.999,87ha, 1.991,34ha, 1.896,37ha, 2.000,00ha, 1.999,66ha, totalizando 22.236,78ha, nos municípios de Bonito e Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48406.960042/1996-90, 48400.001899/2003-52, 48423.868118/2009-30, 48423.868119/2009-84, 48423.868120/2009-17, 48423.868328/2009-28, 48423.868329/2009-72, 48423.868330/2009-05, 48423.868331/2009-41, 48423.868332/2009-96, 48423.868333/2009-31, 48423.868023/2010-50, 48423.868024/2010-02 e 48423.868025/2010-45; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 85/DIRE/DGTM, de 4 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 134/2017 - RF, expedida com ressalva.

Nº 107 - Dar Assentimento Prévio à SUBSECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 13,6206ha da Gleba Porto Bananal III, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, totalmente inserida na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de propriedade da União, matriculada sob o nº 1.231 junto ao 1º Serviço Registral da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, com fundamento na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, alterada pela Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, e na Portaria MDA nº 52, de 25 de julho de 2012, condicionado ao registro do competente ato de Assentimento Prévio à margem da matrícula da Gleba, de acordo com a conclusão do Processo SR-13/MT-SRFA n° 56419.000065/2017-54; o Parecer Técnico CERFAL-MT nº 04/2017, de 19 de abril de 2017; o Parecer nº 00434/2017/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 2 de junho de 2017; o Ofício nº 109/2017 - SERFAL, de 21 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 135/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 108 - Dar Assentimento Prévio à SUBSECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL - SERFAL para proceder à regularização fundiária da área remanescente de 929,3038ha da Gleba Porto Bananal IV, localizada no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, totalmente inserida na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, de propriedade da União, matriculada sob o nº 1.232 junto ao 1° Serviço Registral da Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, com fundamento na Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, alterada pela Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e na Portaria MDA nº 52, de 25 de julho de 2012, condicionado ao registro do competente ato de Assentimento Prévio à margem da matrícula da Gleba, de acordo com a conclusão do Processo SR-13/MT-SRFA nº 56419.000066/2017-07; o Parecer Técnico CERFAL-MT n° 05/2017, de 16 de maio de 2017; o Parecer n° 00442/2017/ASJUR-SEAD/CGU/AGU, de 16 de junho de 2017; o Ofício nº 110/2017 - SERFAL, de 21 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 136/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 109 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO CORAÇÃO DE JESUS Ltda., CNPJ nº 01.863.180/0001-06, com sede na Avenida Primo Alberto Bodanese, nº 608, Sala 101, Centro, no município de Quilombo/SC, para a requerente arquivar, na Junta Comercial do estado de Santa Catarina, a Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 1º de dezembro de 2016, que versa sobre: i) o ingresso da sócia Sonia Maria Wobeto, CPF nº 733.034.539-34; ii) a retirada da sociedade do sócio Osmar Schwade, CPF nº 582.867.809-49, que cede e transfere por venda a totalidade de suas 5.000 quotas para o sócio Silvano de Pariz, CPF nº 579.998.729-20; iii) a retirada da sócia Ana Teresa Reinhold Fagundes, CPF nº 015.100.899-00, que cede e transfere por venda a totalidade de suas 7.750 quotas para a sócia ingressante Sonia Maria Wobeto; e iv) a delegação dos poderes de administração à sócia Sonia Maria Wobeto, na qualidade de Sócia Administradora de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.006283/2016-90; a Nota Técnica nº 9.057/2017/SEI-MCTIC, de 12 de junho de 2017; a conclusão do Ofício nº 18.421/2017/SEI-MCTIC, de 20 de junho de 2017; e a Nota - AP nº 137/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 110 - Dar Assentimento Prévio a NICOLE ZAMBARDINO VASCONCELLOS ZANOTTI, CPF nº 290.002.058-16, para pesquisar mármore em uma área de 718,39ha, no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48423.868290/2016-12; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 81/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 138/2017 -RF, expedida com ressalva.

Nº 111 - Dar Assentimento Prévio a GILBERTO MAFFESSONI, CPF nº 225.401.729-20, para pesquisar argila em uma área de 845,28ha, no município de Santa Tereza do Oeste, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826555/2016-24; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 69/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebida em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 139/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 112 - Dar Assentimento Prévio à empresa CALCÁRIO ANDREAZZA LTDA., CNPJ nº 89.601.546/0001-01, para pesquisar calcário calcítico, em uma área de 458,98ha, no município de Santa Margarida do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48401.910100/1980-44 e 48401.810806/2014-26; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 91/DIRE/DGTM, de 24 de julho de 2017, e a Nota - AP nº 140/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 113 - Dar Assentimento Prévio a GILBERTO MAFFESSONI, CPF nº 225.401.729-20, para pesquisar água mineral em uma área de 47,41ha, no município de Santa Tereza do Oeste, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826680/2016-34; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 68/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebida em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 141/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 114 - Dar Assentimento Prévio a JOÃO LUÍS ALVES DOS SANTOS, CPF nº 242.913.583-34 para pesquisar minério de tântalo em uma área de 1.172,24ha, no município de Barcelos, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880309/2013-44; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 66/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 142/2017 -RF, expedida com ressalvas.

Nº 115 - Dar Assentimento Prévio a PAULO TRENTO GORSKI, CPF nº 056.308.459-69, para pesquisar argila e basalto em uma área de 94,23ha, nos municípios de Cascavel e Corbélia, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826262/2016-47; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 71/DIRE/DGTM, de 23 de junho de 2017, recebido em 6 de julho de 2017; e a Nota - AP nº 143/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 116 - Dar Assentimento Prévio ao MINISTÉRIO DA DEFESA - MD para autorizar a empresa LASA PROSPECÇÕES S.A., CNPJ nº 33.054.875/0001-25, contratada pela Companhia VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A., CNPJ nº 42.416.651/0001-07, para executar serviços de aerolevantamento eletromagnetométrico e magnetométrico, por helicóptero, para fins de pesquisa mineral, em uma área de 508,00 km², que compreende os municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Santa Margarida do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, referente ao Projeto 603949.b-EM, fornecendo a poligonal georreferenciada, no formato *shapefile*, com a tabela descritiva das áreas aerolevantadas, para ser armazenada na base de dados do Sistema Georreferenciado de Assentimento Prévio (GEO ASSPREV); de acordo com o Ofício nº 07/DIPLAN, de 20 de junho de 2017, a conclusão do Ofício nº 14.345/SECMA/SUBCLM/CHELOG/EMCFA-MD, de 18 de julho de 2017; com instrução processual concluída em 16 de agosto de 2017; e a Nota - AP nº 144/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 117 - Dar Assentimento Prévio à IBEREÓLICA RENOVÁVEIS DO BRASIL LTDA., empresa brasileira equiparada a estrangeira, CNPJ nº 24.731.306/0001-86, para celebrar contrato de direito real de uso de superfície de parte de três imóveis rurais, sendo 35,00ha na Estância Santa Augusta/Santa Virgínia; 72,25ha na Estância Santa Augusta e 25,30ha na Fazenda Abelha, totalizando 132,55ha, localizados nos municípios de Rosário do Sul e Santana do Livramento, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a conclusão dos Processos INCRA nºs 54220.001632/2016-09; 54220.001633/2016-45 e 54220.001645/2016-70; as Informações nºs 18, 17 e 19/2017/INCRA/SR(11)-RS/F, de 3 e 10 de maio de 2017; os Pareceres nºs 78, 79 e 77/2017/PFE/INCRA/RS/PGF/AGU, de 8 de agosto de 2017; os Despachos/INCRA/DF/nºs 275, 276 e 274/20176, de 15 de agosto de 2017, respectivamente; o Ofício nº 203/2017-P de 11 de agosto de 2017, e a Nota - AP nº 145/2017-RF.

Nº 118 - Dar Assentimento Prévio à MINERAÇÃO SERRA DA LUA LTDA., empresa em formação, com sede na Serra da Lua, Região do Taboca, Vicinal 04, s/nº, Vila Felix Pinto, Zona Rural, no município de Cantá, na faixa de fronteira do estado de Roraima, para arquivar os atos constitutivos na Junta Comercial do referido estado; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.984036/2017-31; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 96/DIRE/DGTM, de 18 de agosto de 2017, recebido em 24 de agosto de 2017; e a Nota - AP nº 146/2017-RF.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 1.862, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria N. º 428, de 14 de junho de 2010 e, considerando o que consta no Decreto - Lei N.º 818, de 05 de setembro de 1969, na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, e nos processos 21024.000975/2014-43, 21024.00000448/2015-10 e 2104.009709/2017-29, 21024.007529/2017-11, 21024.007527/2017-13, 21024.007524/2017-80, 21024.005931/2017-52, 21024.009683/2017-19 21024.009101/2017-02, 21024.009104/2017-38, 21024.009105/2017-82, 21024.009106/2017-27, 21024.009073/2017-15, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 184, de 03/11/2014, publicada no Diário Oficial- seção 1 de 10/11/2014.

Art. 2º Revogar o Art. 3º da Portaria nº 07, de 24/05/2017, publicada no Diário Oficial- seção 1 de 08/06/2017, cancelando a habilitação de HILDENE ANDREY ZAGO BIAVATTI, inscrito no CRMV-MT sob n.º 4677.

Art. 3º Habilitar o Médico Veterinário THIAGO DE SOUZA FAUSTINO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 3300; para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Primavera, Chapada dos Guimarães- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 4º Habilitar as Médicas Veterinárias CRISTIANE KAWANO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5362; e PATRÍCIA SILVA PALTANIN, inscrito no CRMV-MT sob n.º 4672; para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis no Município de Campo Verde- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 5º Habilitar o Médico Veterinário ADAIR JÚNIOR ALVES, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5340, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Dom Aquino, Santo Antônio do Leverger e Jaciara- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 6º Habilitar os Médicos Veterinários ROBERTO LUIS LUDWIG, inscrito no CRMV-MT sob n.º 4632 e LUCAS CARBONARI, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5396, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Nova Mutum, Nova Marilândia, Diamantino, São José do Rio Claro, Arenápolis e Lucas do Rio Verde- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 7º Habilitar o Médico Veterinário JHONATHA KEVYN LISBOA CASSIN, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5371, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah, Sorriso e Nova Marilândia- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 8º Habilitar a Médica Veterinária MARIANA FERREIRA PINHEIRO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5383, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah, Sorriso, Diamantino e Nova Marilândia- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 9º Habilitar o Médico Veterinário VICTOR FATTAH DE AZEVEDO E SOUZA, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5217, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tapurah e Sorriso- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 10º Habilitar o Médico Veterinário ANDRÉ LUCAS DI DOMENICO, inscrito no CRMV-MT sob n.º 4925, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis nos Municípios de Sinop, Sorriso, Vera e Lucas do Rio Verde- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

Art. 11º Habilitar a Médica Veterinária JÉSSICA GIURIATTI, inscrito no CRMV-MT sob n.º 5367, para fornecer Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra e interestadual de aves e ovos férteis no Município de Tangará da Serra- Mato Grosso, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

PORTARIA Nº 1.963, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O Superintendente da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno das SFAs, aprovado pela Portaria N º 428, de 14 de junho de 2010 e, considerando o que consta no Decreto - Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e na Instrução Normativa nº 22, de 20 de Junho de 2013, resolve:

Habilitar os médicos veterinários abaixo relacionados para emitirem Guia de Trânsito Animal (GTA) para fins de trânsito intra-estadual de EQUÍDEOS e RUMINANTES EM EVENTOS COM AGLOMERAÇÕES ANIMAIS NO ESTADO DO MATO GROSSO, observando as normas e dispositivos sanitários legais em vigor.

NOME	CRMV-MT
ALINE SASSO MARTINS	3490
ANTONIO FLORÊNCIO NERY MANDU SILVA E SILVA	3985
CAROLINE MENDEL	2562
CARLOS ALBERTO OLIVEIRA LINDNER	3064
DANIEL CAMPOS BOMBARDA	3685
DIOVANA MENDEL	3433
ERICA BETTANIN DE FREITAS TURA	3169
ERNANI VELASCO SANDER JUNIOR	2836
FÁBIO MACHADO DE SOUZA	4977
GILBERTO BRUNO GNADT	1494
HERNNANN FARIA FELICIANO DA SILVA	5409
IRINEU GONÇALVES FILHO	1997
JAISON VALDIR PEIXER	4910
JOSÉ CARLOS GONÇALVES JUNIOR	5050
LEONARDO CAPOSSOLI DA CUNHA	2063
LUDMILLA MATHIAS MOURA	2647
LUIZ FERNANDO TONINI	4125
LUIZ GUSTAVO DE CARVALHO PEREIRA	2515
MARIA EDUARDA PAULINO KUHM	4874
MÁRCIA APARECIDA DA SILVA	4794
PÂMELA VELASCO HIGINO	4175
PAULO HENRIQUE TURA	3168
RAFAEL SCHIO	4821
RAFAELA SOBRINHO PIVETTA	4349
ROBSON LUIZ DOS REIS PEREIRA	3780
VINICIUS GONÇALVES DIAS RIBEIRO DE PAIVA	4078
VITOR SALES TRUZZI	3585

JOSÉ DE ASSIS GUARESQUI

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 4.304/SEI, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV BAURU S/A. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de PRATÂNIA, Estado de SÃO PAULO, por meio do canal 26 (vinte e seis), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.029407/2017-96 e da Nota Técnica nº 17066/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 4.392/SEI, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar FUNDAÇÃO DJALMA MARINHO a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de CARAÚBAS, Estado do Rio Grande do Norte, por meio do canal 18 (dezoito), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 53900.029802/2016-90 e da Nota Técnica nº 17493/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou, em sua Reunião nº 832, de 24 de agosto de 2017, submeter a comentários e sugestões do público geral, de acordo com o constante dos autos do Processo nº 53500.008466/2016-54, a proposta de Regulamento Geral de Numeração - RGN.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E REGULAMENTAÇÃO - SPR

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Proposta de Regulamento Geral de Numeração - RGN

Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca

CEP: 70070-940 - Brasília-DF

Telefone: (61) 2312-2001

Fax: (61) 2312-2002

Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATOS DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.757 - Processo nº 53516.003749/2017-11.

Outorga autorização para uso de radiofrequências à SUELI CIRILO DE SOUZA, CPF nº 514.793.899-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 11.762 - Processo nº 53516.002900/2017-02.

Expede autorização à INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO, CNPJ nº 76.726.884/0123-04, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao) :

Nº 11.644 - RUY MORAES TERRA, CPF nº 013.579.648-20;

Nº 11.688 - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO SAAEC, CNPJ nº 50.797.752/0001-01;

Nº 11.645 - ROBERT BOSCH LTDA, CNPJ nº 45.990.181/0001-89

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 11.703 - COMPANHIA AGRICOLA QUATA, CNPJ nº 45.631.926/0001-13;

Nº 11.705 - DA MATA S.A. - AÇUCAR E ALCOOL, CNPJ nº 08.110.543/0001-73;

Nº 11.716 - ASSOCIAÇÃO PARQUE RESIDENCIAL DAMHA II, CNPJ nº 04.318.643/0001-39;

Nº 11.738 - JAU CÂMARA MUNICIPAL, CNPJ nº 49.895.378/0001-90

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço à(ao):

Nº 11.740 - ASSOCIAÇÃO DO SHOPPING VAUTIER PREMIUM, CNPJ nº 26.186.587/0001-69;

Nº 11.718 - TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 31 DE JULHO DE 2017

Nº 10.803 - Processo nº 53500.062177/2017-81.

Expede autorização à RTI NETWORK LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.051.012/0001-39, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 10804 - Processo nº 53500.059833/2017-69.

Expede autorização à JOSNEI ADLAN DE SOUZA OLIVEIRA - ME, CNPJ/MF nº 19.064.828/0001-31, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 10.908, DE 3 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 53500.066135/2017-10.

Expede autorização à PAULO MUJOL, CNPJ/MF nº 17.448.892/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 11.112, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 53500.067164/2017-07.

Expede autorização à OTILIA ANTONIA CELSO EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 25.241.318/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.191 - Processo nº 53500.067445/2017-51.

Expede autorização à ATAUALPA BARBOSA DOLOURES - ME, CNPJ/MF nº 16.713.345/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.194 - Processo nº 53500.065766/2017-11.

Expede autorização à WM TELECOMUNICACOES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 27.248.372/0001-98, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.208 - Processo nº 53500.064989/2017-61.

Expede autorização à FAST NET SERVICOS INFORMATIZADOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 08.779.444/0001-89, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.224 - Processo nº 53500.067298/2017-10.

Expede autorização à PAULO HENRIQUE BATISTA GIMENES - ME, CNPJ/MF nº 10.434.099/0001-93, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.231 - Processo nº 53528.000520/2017-96.

Expede autorização à GUILHERME L ASSMAN MONITORAMENTO - ME, CNPJ 23.810.950/0001-87, para explorar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional, e outorga autorização de uso de radiofrequência(s), associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação Supervisão e Controle.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 11.271, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

Processo nº 53500.066519/2017-32.

Expede autorização à M.M.DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 26.755.885/0001-22, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.291 - Processo nº 53500.067438/2017-50. Expede autorização à OPTICA TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 26.681.138/0001-97, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.292 - Processo nº 53500.067623/2017-44.

Expede autorização à DAMIAO DOS SANTOS PORFIRIO - ME, CNPJ/MF nº 08.930.359/0001-70, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.325 - Processo nº 53500.060617/2017-66.

Expede autorização à HUDSON TALLINO MEIRELES DA SILVEIRA, CNPJ/MF nº 18.364.119/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.329 - Processo nº 53500.066531/2017-47.

Expede autorização à LEONARDO BEZERRA ESCOSSIO - ME, CNPJ/MF nº 20.367.210/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.331 - Processo nº 53500.065860/2017-71.

Expede autorização à L OLIVEIRA BARROS - ME, CNPJ/MF nº 27.423.294/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.338 - Processo nº 53500.067517/2017-61.

Expede autorização à MELGACO INFORMATICA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ/MF nº 68.538.917/0001-88, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.341 - Processo nº 53500.064875/2017-11.

Expede autorização à A. MACIEL COELHO - ME, CNPJ/MF nº 10.363.892/0001-49, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 11.350 - Processo nº 53500.067286/2017-95.
Expede autorização à GIOVANI ROCHA FERREIRA - ME, CNPJ/MF nº 08.359.167/0001-55, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.360 - Processo nº 53500.067175/2017-89.
Expede autorização à HEBIO APARECIDO DALLA LASTRA, CNPJ/MF nº 11.128.035/0001-27, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.362 - Processo nº 53500.068071/2017-91.
Expede autorização à CONECTA MOGI TELECOM LTDA - ME, CNPJ/MF nº 27.133.923/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.364 - Processo nº 53500.062247/2017-00.
Expede autorização à ADAUTONET COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 17.264.691/0001-33, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.382 - Processo nº 53500.066885/2017-91.
Expede autorização à EMPRESA ALAGOANA DE TECNOLOGIA EM SERVICOS EIRELI, CNPJ/MF nº 24.315.640/0001-59, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.389 - Processo nº 53500.066017/2017-10.
Expede autorização à BVB TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 25.258.092/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.396 - Processo nº 53500.067020/2017-42.
Expede autorização à FABIO DE O ALMEIDA - EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 27.814.645/0001-14, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.399 - Processo nº 53500.068205/2017-74.
Expede autorização à ADM INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 18.531.635/0001-80, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 11.401 - Processo nº 53500.067076/2017-05.
Expede autorização à GLOBAL LINK TECNOLOGIA EIRELI - EPP, CNPJ/MF nº 25.286.383/0001-37, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.406 - Processo nº 53500.062192/2017-20.
Expede autorização à WNET TELECOM E INFORMATICA EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 19.943.322/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.411 - Processo nº 53500.067813/2017-61.
Expede autorização à F DOS S BEZERRA PONTES - ME, CNPJ/MF nº 22.952.450/0001-17, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.418 - Processo nº 53500.065846/2017-77.
Expede autorização à ALLIANCE TELECOM PALMITAL LTDA - ME, CNPJ/MF nº 27.080.614/0001-87, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11.461 - Processo nº 53500.066630/2017-29.
Expede autorização à NORTE TELECOMUNICACOES MULTIMIDIA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 12.973.083/0001-84, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas.

Nº 11.462 - Processo nº 53500.067728/2017-01.
Expede autorização à J. J. TEIXEIRA ALVES - INTERNET - ME, CNPJ/MF nº 05.369.279/0001-07, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.463 - Processo nº 53500.068377/2017-48.
Expede autorização à CARLA FIALHO 90263766691 - ME, CNPJ/MF nº 26.357.993/0001-47, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.464 - Processo nº 53500.067263/2017-81.
Expede autorização à MARCOS PAULO DOS SANTOS PRADO - TELECOMUNICACOES E REDES - ME, CNPJ/MF nº 27.049.320/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11.467 - Processo nº 53500.067414/2017-09.
Expede autorização à F5 INFORMATICA COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 27.383.865/0001-30, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 21 DE AGOSTO DE 2017

Nº 11483 - Processo nº 53500.067294/2017-31.
Expede autorização à GEISAN OLIVEIRA SENA, CNPJ/MF nº 19.835.312/0001-43, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11485 - Processo nº 53500.068147/2017-89.
Expede autorização à MATUSALEM LIMA DA SILVA - ME, CNPJ/MF nº 28.038.375/0001-60, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11487 - Processo nº 53500.068422/2017-64.
Expede autorização à CHARLES UBERDAN ALVES DE SENA - ME, CNPJ/MF nº 16.828.098/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 11488 - Processo nº 53500.067855/2017-01.
Expede autorização à LINNK WEB SOLUCOES EM INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF nº 24.691.088/0001-01, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO
DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 18 de agosto de 2017

Nº 1.361/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.044670/2017-13, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO NAIPI LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de MEDIANEIRA, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 39 (trinta e nove), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 18608/2017/SEI-MCTIC.

Em 23 de agosto de 2017

Nº 1.377/SEI - A COORDENADORA-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, §3º, inciso II da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.041828/2016-14, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO RIVIERA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, no município de ITAJÁ, estado de GOIÁS, utilizando o canal digital nº 34 (trinta e quatro), classe C, nos termos da Nota Técnica nº 18804/2017/SEI-MCTIC.

ROSANGELA PETRI DUARTE

COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS

PORTARIA Nº 3.378/SEI, DE 9 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53900.043052/2016-69, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 13510/2017/SEI-MCTIC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Rádio e Televisão Record S.A., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Poços de Caldas, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 44 (quarenta e quatro), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rádio Bel Ltda., concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Varginha, estado de Minas Gerais.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 25 de agosto de 2017

Nº 1428/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53900.033534/2016-19, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RADIO PARANHANA FM LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Parobé/RS, utilizando o canal n.º 206 (duzentos e seis), clas

Em 30 de agosto de 2017

Nº 1.476/SEI - O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do Processo n.º 01250.011627/2017-63, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 19892/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o pedido de aprovação do local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, formulado pela SISTEMA MAIOR DE RADIODIFUSAO LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Crato, estado do Ceará, mediante utilização do canal n.º 228 (duzentos e vinte e oito), classe C.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 4.557/SEI, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76,parágrafo 6°, inciso VI, do Regimento Interno do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, aprovado pela Portaria nº 1729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017 e considerando o Processo Administrativo nº 01250.012144/2016-03, resolve:
Art. 1ª Autorizar a Associação Comunitária e Educativa Nova Colina, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Condomínio Nova Colina, N°02, Nova Digneia Conjunto "C", casa 02 - Sobradinho para a Condomínio Império dos Nobres, MC 02, lote 82/84 - Edifício João Vitor, sala 306, bairro: colorado - Sobradinho, na localidade de Brasília/DF. A entidade foi autorizada pela Portaria de Autorização n° 498/2013 publicada no Diário Oficial da União em 03 de Janeiro de 2013, a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme consta nos autos do Processo de Autorização n° 53000.028219/2009.
Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 15°40'52"S e longitude 47°49'58"W.
Art. 2ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INALDA CELINA MADIO

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Nº 240 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:
Art. 1º Credenciar o projeto MODERNIZAÇÃO - KINOPLEX - 03 COMPLEXOS apresentado pela empresa SR RIO DE JANEIRO CINEMAS S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.262.566/0001-01, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Nor-

mativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização de 03 complexos da rede KINOPLEX, listados a seguir:

1) Complexo Kinoplex Fashion Mall, localizado à Estrada da Gávea, 899, 2º Pav. - Espaço Comercial 220, São Conrado, Rio de Janeiro, RJ.

2) Complexo Kinoplex Leblon, localizado à Av. Afranio de Melo, 290, Lj 401, Leblon, Rio de Janeiro, RJ.

3) Complexo Kinoplex Tijuca, localizado à Av. Maracanã, 987, Piso L10 - Suc 10001, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 242 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto MODERNIZAÇÃO - KINOPLEX - 14 COMPLEXOS apresentado pela EMPRESA CINEMAS SÃO LUIZ S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.497.660/0001-89, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à modernização de 14 complexos listados a seguir:

1) Complexo cinematográfico Cine Carioca Méier, localizado à Rua Dias da Cruz, 170, Méier, Rio de Janeiro, RJ.

2) Complexo cinematográfico Kinoplex Amazonas, localizado à Avenida Djalma Batista, 482, Lojas 223/224, Chapada, Manaus, AM.

3) Complexo cinematográfico Kinoplex Avenida, localizado à Av. 28 de Março, 574, Loja 145, Campos dos Goytacazes, RJ.

4) Complexo cinematográfico Kinoplex Bay Market, localizado à Rua Visconde do Rio Branco, 360, Lj 3- PTE - C1 a C4, Niterói, RJ.

5) Complexo cinematográfico Kinoplex West Shopping, localizado à Estrada do Mendanha, 550 - Loja 401, Campo Grande, Rio de Janeiro, RJ.

6) Complexo cinematográfico Kinoplex Nova América, localizado à Avenida Pastor Martin Luther King Jr, 126 ESP. COM. 81, Del Castilho, Rio de Janeiro, RJ.

7) Complexo cinematográfico Kinoplex Madureira, localizado à Estrada do Portela, 222, Lj 408 (4º e 5º andares), Madureira, Rio de Janeiro, RJ.

8) Complexo cinematográfico Kinoplex Maceió, localizado à Av. Com. Gustavo Paiva, 2990 - Lj 211/212, Mangabeiras, Maceió, AL.

9) Complexo cinematográfico Kinoplex Praia Costa, localizado à Rua Dr Olivio Lira, 353 SUC 301 Piso L3, Praia da Costa, Vila Velha, ES.

10) Complexo cinematográfico Kinoplex Dom Pedro, localizado à Av. Guilherme de Campos, 500, Loja A18, Jardim Santa Genebra, Campinas, SP.

11) Complexo cinematográfico Kinoplex Vila Olímpia, localizado à R. Olimpíadas, 360, Lj 603/604, Vila Olímpia, São Paulo, SP.

12) Complexo cinematográfico Kinoplex Boulevard, localizado ao Setor Terminal Norte, Conjunto J, T 83, Térreo, Asa Norte, Brasília, DF.

13) Complexo cinematográfico Kinoplex Terraço, localizado ao SHC Entrequadras 2/8 L5, Salão Com. 253, Octogonal, Brasília, DF.

14) Complexo cinematográfico Cinema Pátio Brasil, localizado ao Setor Comercial Sul - Qd 7 - Bl. A- 3º pavimento, Loja 20N, Asa Sul, Brasília, DF.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.o

Nº 243 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto CONSTRUÇÃO - CINEMARK - SINOP apresentado pela empresa CINEMARK BRASIL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.779.721/0001-41, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo Cinemark Sinop, localizado à Av. Alexandre Ferronato, 800, Piso Térreo LUC D, Setor Industrial (SIL), 78.557-247, SINOP, MT.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 244 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto CONSTRUÇÃO - MOVIEMAX - IGARASSU SHOPPING apresentado pela empresa P.M.C. CINEMAS DO BRASIL LTDA , inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.488.617/0001-59, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo Moviemax - Igarassu Shopping, localizado à Av. Mario Melo nº 35, Km1, Centro, CEP: 53.610-595, Igarassu, PE.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 245 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO - UCI SHOPPING DA ILHA apresentado pela empresa UCI RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.117.937/0001-77, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o nas categorias AMPLIAÇÃO DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA EM OPERAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA e MODERNIZAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à ampliação e modernização do complexo UCI SHOPPING DA ILHA, localizado à AV. Daniel de La Touche 987, piso L 4 loja 401, Cohama, CEP: 65074-115, São Luiz, MA.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 246 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto AMPLIAÇÃO - UCI - TACARUNA apresentado pela empresa UCI RIBEIRO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.117.937/0001-77, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o nas categorias AMPLIAÇÃO DE COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA EM OPERAÇÃO COM A IMPLANTAÇÃO DE NOVAS SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à ampliação do complexo UCI TACARUNA SHOPPING, localizado à AV. GOVERNADOR AGAMENOM MAGALHÃES, 153 - 3° PISO, SHOPPING TACARUNA, SANTO AMARO, CEP: 50.100-010, RECIFE, PE.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 307 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto CONSTRUÇÃO - CINÉPOLIS - SHOPPING JOÃO PESSOA (PORTO ALEGRE/RS) apresentado pela empresa CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.652.820/0001-32, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo CINÉPOLIS SHOPPING JOÃO PESSOA, localizado à AV. JOÃO PESSOA, Nº 1.831 - PISO CINEMA, FARROUPILHA, CEP: 90.040-001, PORTO ALEGRE, RS.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 309 - O SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto DIGITALIZAÇÃO - KINOLAND apresentado pela empresa KINOLAND LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.746.550/0001-01, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES ITINERANTES DE CINEMA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à aquisição de equipamentos para unidades itinerantes de cinema para a empresa KINOLAND LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

VINÍCIUS CLAY ARAÚJO GOMES

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 240, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1° e 2° do artigo 2º e § 4° do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art. 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO:

1. COMUNIDADE ABOBREIRA, localizada nos municípios Nova Roma e Teresina/GO, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.549 fl.170 - Processo nº 01420.001558/2007-17.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 525, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Homologar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (Artigo 18)
17 1546 - COWPARADE - Recife
Toptrends Tendências e Soluções em comunicação LTDA
CNPJ/CPF: 06.343.838/0001-64
Processo: 01400.014155/2017-30
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.545,451,64
Valor Homologado conforme art. 77 da I.N n. 01/2017: R$ 2.398.666,64.

PORTARIA Nº 526, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
172062 - "A HERANÇA DA BARONESA." - Montagem e Circulação
Cangaral Produções Artísticas Ltda. ME
CNPJ/CPF: 65.155.947/0001-17
Processo: 01400017368201713
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 900.102,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a montagem da peça "A HERANÇA DA BARONESA" e realização de uma turnê nacional com apresentações em cinco capitais e realização de 03 (três) palestras.

170733 - MULTICIDADE - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MULHERES NAS ARTES CÊNICAS
E. C. Costa Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 04.357.186/0001-91
Processo: 01400005548201752
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.554.506,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: PROJETO DE CONTINUIDADE. MULTICIDADE - FESTIVAL INTERNACIONAL DE MULHERES NAS ARTES CÊNICAS. A realização da 2ª EDIÇÃO do MULTICIDADE em 2017 visa à continuidade do intercâmbio entre mulheres de culturas diversas. Focado na produção teatral contemporânea e multimídia, propõe programação variada: 14 espetáculos, 3 performances, 1 concerto musical, 2 instalações, 3 intervenções, 4 palestras, exibição de vídeos e 10 oficinas (3 gratuitas) de artistas de países da América Latina, Europa, EUA, Austrália e Brasil. As atividades são abertas ao público em geral.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
171694 - Ceará Natal de Luz 2017
INSTITUTO CDL DE CULTURA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ/CPF: 03.526.404/0001-01
Processo: 01400015610201714
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.599.411,01
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Ceará Natal de Luz 2017, em sua 21º edição, consiste na realização de apresentações artísticas, espetáculos teatrais, concertos de música instrumental e erudita, apresentações de cantores líricos e corais infantil e adulto, na cidade de Fortaleza, no período de 17 de Novembro a 23 de Dezembro de 2017, e na produção de CD do Coral da Luz, com repertório musical de clássicos natalinos.Levando a um público de mais de 100 mil pessoas uma programação com artistas cearenses, reafirmando a nossa identidade cultural.

170042 - Vozes da Babitonga Ano 3
Helmuth Alfonso Kirinus 02512835936
CNPJ/CPF: 19.759.043/0001-83
Processo: 01400000369201729
Cidade: Itapoá - SC;
Valor Aprovado: R$ 67.100,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Dar continuidade ao trabalho de formação musical através do canto coral viabilizando 1 entrevista seletiva, 29 aulas-ensaio com o maestro, 10 aulas de linguagem musical e 5 apresentações musicais na cidade de Itapoá e arredores. Serão ofertadas 20 novas vagas para o munícipes para ingresso no grupo já existente mediante prévia entrevista com o maestro.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
172042 - Literatura Fantástica
JANDERSON LOURENCO LOPES
CNPJ/CPF: 041.646.684-23
Processo: 01400017269201731
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 265.360,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto realizará a reedição e a consequente publicação do livro Os Guardiões da Humanidade - O Legado do Falcão, bem como a publicação do livro A Ordem dos Céus - A Última Lenda (parte 1 e 2), de autoria de Jânderson Lourenço Lopes.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
165066 - FREVARTE- FREVO É ARTE FREVO É VIDA
jose simao da silva
CNPJ/CPF: 285.352.278-49
Processo: 01400225262201619
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 74.820,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação em estúdio de CD autoral com músicas de Frevo, denominado "FREVARTE" - Frevo é arte Frevo é vida, do músico saxofonista, cantor e compositor, Jose simão com 13 músicas de sua autoria- tiragem de 2.000 (dois mil) CD's.

164977 - Turnê Show - Uma Noite com Juscelino
VERSA SERVICOS ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.394.472/0001-43
Processo: 01400224306201685
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 852.082,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de turnê do show musical "Uma Noite com Juscelino: Um Reencontro com o Brasil" por doze cidades do Brasil.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)
171627 - Olhar da Alma
Henrique de Lima Vieira
CNPJ/CPF: 008.658.476-65
Processo: 01400014954201714
Cidade: Araguari - MG;
Valor Aprovado: R$ 372.302,00
Prazo de Captação: 31/08/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste em oficinas gratuitas de fotografia, cultura de paz, história da arte e da fotografia para a formação de 15 fotógrafos profissionais em uma comunidade marginalizada em Uberlândia, Minas Gerais. Após 9 meses de oficinas são realizadas exposições e mostras itinerantes dos trabalhos dos participantes.

PORTARIA N° 527, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES: LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (Artigo 18)
16 3596 - COM FLUIR
RAGA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 68.310.606/0001-67
SP - São Paulo
Período de captação: 01/04/2017 a 31/12/2017

PORTARIA Nº 528, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
162332 - PLANO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE BALÉ DE CEGOS FERNANDA BIANCHINI
ASSOCIAÇÃO DE BALÉ DE CEGOS FERNANDA BIANCHINI
CNPJ/CPF: 06.207.479/0001-18
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 180.380,00
Valor total atual: R$ 1.044.540,68

PORTARIA N° 529, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.º 1º- Tornar público o(s) projeto(s) cultural(is) referente(s) ao Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural, relacionado(s) no anexo abaixo, que teve/tiveram sua(s) REPROVAÇÃO(ÕES) quanto à prestação de contas do projeto no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 8º do art. 4 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso V do Art. 10 do Decreto nº 5.671 de 2006, bem como a providências relativas à inscrição do(s) responsável(is) no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos da Lei nº 10.522, de 2002, conforme anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

PRONAC	NOME DO PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	OBJETO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-2144	Residência Artística Eu Vírgula Você e Eu	Túlio de Amorim da Rosa	061.363.089-08	Residência artística na cidade de Lisboa, Portugal, para o desenvolvimento da pesquisa coreográfica Eu Vírgula Você e Eu, com duração de 1 mês, incluindo apresentação pública do resultado do processo de pesquisa em Portugal e no Brasil.	R$ 574,99
12-1513	On The Beach	Márcia Cristina Amaral Moraes	008.459.317-25	Convidada pelo The Watermill Center de Nova Iorque após extensa seleção, a brasileira Marcia Moraes cria e dirige, uma nova criação do espetáculo "Einstein On The Beach" de Robert Wilson e Philip Glass, opera que foi um marco no século XX. Este novo espetáculo chamado "On The Beach" contara com a participação do grupo brasileiro "O Coelho Branco" integrado pelos artistas brasileiros: a diretora Marcia Moraes, a cantora lirica Gabriela Geluda, o cantor lirico Claudio Mascarenhas e a atriz e coreógrafa Selma Trevino. Sob supervisão e curadoria do consagrado diretor teatral Robert Wilson e seu colaborador Philip Glass, o espetáculo concebido por Marcia Moraes está programado para acontecer nos dias 5, 6 e 7 de abril no Jerome Robbins Theater of the Baryshnikov Arts Center em Nova Iorque. O grupo conta com o apoio do The Watermill Center em passagens aéreas e vem por meio deste edital buscar apoio para hospedagem, alimentação, transporte, aluguel de equipamentos, cenário e figurino.	R$ 10.500,00

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 379 de 20/06/2017, publicada no D.O.U. em 21/06/2017, Seção 1, referente ao Projeto Philip Glass 80 - Mais Piano - Pronac: 14 10603:

Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1410603 - Philip Glass 80 - Mais Piano
Dueto Produções e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 320.000,00
Valor total atual: R$ 1.681.404,41
Leia-se: ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
1410603 - Philip Glass 80 - Mais Piano
Dueto Produções e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 10.000,00
Valor total atual: R$ 1.991.404,41

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO

PORTARIA Nº 159/DHN, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos - NORMAM-25/DHN (2ª Revisão).

O DIRETOR DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II e alínea b do inciso

VII, do § 3º, do art. 5º, do Anexo B, e em consonância com a delegação

de competência contida na alínea b, inciso VII, do art. 1º, do Anexo G,

da Portaria nº 156/MB, de 3 de julho de 2004, do Comandante da Marinha, resolve:

Art.1º Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos

Hidrográficos - NORMAM-25/DHN (2ª Revisão), que a esta acompanham.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 9, de 30 de janeiro de 2014.

Vice-Almirante MARCOS SAMPAIO OLSEN

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 248/DPC, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Renova o credenciamento da empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP, CNPJ 04.340.153/0001-39, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de Pernambuco, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2017 até 30 de outubro de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 234/DPC, de 3 de agosto de 2015.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

PORTARIA Nº 249/DPC, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Renova o credenciamento da empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no Art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa Seaman Náutica Ltda. - EPP, CNPJ 04.340.153/0001-39, para ministrar o Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), na área sob a jurisdição da Capitania dos Portos de São Paulo, fundamentado na NORMAM-24 - 2ª Revisão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU e a presente renovação tem validade de 1º de setembro de 2017 até 30 de outubro de 2020.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 235/DPC, de 4 de agosto de 2015.

WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO
Vice-Almirante

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.031, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006 e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 315/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 200902466;

Art. 2º Fica recredenciada a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Aimorés, com sede na Rua Pedro Nolasco, nº 1.376, Centro, no Município de Aimorés, Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Presidente Antônio Carlos (CNPJ nº 17.080.078/0001-66).

Art. 3º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.032, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e diante da conformidade do Regimento da Instituição e de seu respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional com a legislação aplicável resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 257/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201304404.

Art. 2º Fica indeferido o pedido de credenciamento da Faculdade de Camaçari, que seria instalada na Avenida Comercial, nº 100, Centro, no Município de Camaçari, no Estado da Bahia, mantida pela Faculdade de Camaçari Ltda. - ME (CNPJ nº 16.919.171/0001-59), de acordo com o Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.033, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006; o Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 e a Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica homologado o Parecer nº 306/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201506848;

Art. 2º Fica credenciada a Escola Superior Nacional de Seguros (ESNS), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rua Senador Dantas, Nº 74, Bairro Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG), (CNPJ 42.161.687/0001-97).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e nos polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 5 (cinco) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

PORTARIA Nº 1.034, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de sua atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e considerando o disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MEC/MPDG nº 173, de 20 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2017, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido, na forma do Anexo a esta Portaria, o quantitativo para contratação, por tempo determinado, de Profissionais Técnicos Especializados em Linguagem de Sinais por universidades da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, vinculadas ao Ministério da Educação - MEC, nos termos do art. 2 º, inciso VI, alínea "i", da Lei n º 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO

Código	Instituição	Quantidade
26231	Universidade Federal de Alagoas	4
26233	Universidade Federal do Ceará	5
26235	Universidade Federal de Goiás	5
26236	Universidade Federal Fluminense	2
26237	Universidade Federal de Juiz de Fora	3
26238	Universidade Federal de Minas Gerais	2
26240	Universidade Federal da Paraíba	6
26241	Universidade Federal do Paraná	4
26242	Universidade Federal de Pernambuco	6
26243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4
26244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2
26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	6
26246	Universidade Federal de Santa Catarina	6
26247	Universidade Federal de Santa Maria	2
26248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	1
26249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1
26250	Universidade Federal de Roraima	3
26251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	5
26252	Universidade Federal de Campina Grande	3
26254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1
26258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1
26260	Universidade Federal de Alfenas	1
26262	Universidade Federal de São Paulo	1
26263	Universidade Federal de Lavras	2
26264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	2
26266	Fundação Universidade Federal do Pampa	2
26268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	4
26270	Universidade Federal do Amazonas	2
26271	Fundação Universidade de Brasília	6
26272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	3
26273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	1
26274	Fundação Universidade Federal de Uberlândia	1
26275	Fundação Universidade Federal do Acre	3
26276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	4
26277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	1
26278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	2
26279	Fundação Universidade Federal do Piauí	5
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	2
26281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	4
26282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	1
26283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	1
26284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	1
26285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	1
26286	Fundação Universidade Federal do Amapá	2
26350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	4
26352	Fundação Universidade Federal do ABC	5
26441	Universidade Federal do Oeste do Pará	1
26447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	1
26448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	2
Total		137

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 30 de agosto de 2017

Processo nº: 23000.001919/2015-19
Interessada: UNNESA - União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/S LTDA

Assunto: Recurso em face de Portaria nº 715, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior.

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 00949/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da Portaria nº 715, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2016, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que convocou a mantenedora selecionada para abertura do curso de medicina no município de Vilhena/RO, no âmbito do Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014.

Processo nº: 71000.036062/2010-88
Interessada: Associação Madre Carmela de Jesus

Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social

DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e com fulcro no Parecer nº 00789/2017/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 18 de agosto de 2017, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e NEGO-LHE provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria SERES nº 999, de 9 de de-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

zembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2015, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 239/2017, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que com fulcro no art. 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, conhece do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 183, de 30 de julho de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 31 de julho de 2014, que determinou a redução de 24 (vinte e quatro) vagas na oferta do curso superior de Fisioterapia, bacharelado, no campus de Niterói da Universidade Estácio de Sá, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 11, no bairro Barra da Tijuca, município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, mantido pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda., com sede na Rua do Bispo, nº 83, bairro de Rio Comprido, no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, que passará a ofertar 96 (noventa e seis) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, conforme consta do Processo MEC nº 23000.017935/2011-91.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 361/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, favorável à convalidação dos estudos e à validação nacional do título de mestre obtido pela aluna Maria Helena Silva no curso de mestrado em Ciências da Sociedade, ministrado pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com sede no município de Campina Grande, no estado da Paraíba, conforme consta do Processo nº 23001.000030/2014-15.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 482/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda., mantenedora da Faculdade Metropolitana, ambas com sede no município de Porto Velho, no estado de Rondônia, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES nº 491, de 26 de junho de 2015, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Engenharia Civil, bacharelado, conforme consta do Processo nº 00732.001899/2016-99 (Registro e-MEC nº 201210289).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 483/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso interposto pela União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda., mantenedora da Faculdade Metropolitana, ambas com sede no município de Porto Velho, no estado de Rondônia, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES nº 404, de 29 de maio de 2015, conforme consta do Processo nº 00732.001898/2016-44 (Registro e-MEC nº 201209058).

MENDONÇA FILHO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 167, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Revoga a Portaria nº 176, de 17 de outubro de 2016, que dispõe sobre a instituição do instituto da Novação no âmbito dos programas geridos pela Diretoria de Relações Internacionais da CAPES.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 26, Inciso III, do anexo I, do Decreto nº 8.977, de 30 de Janeiro de 2017, e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 23038.009779/2016-72;

CONSIDERANDO a necessidade de reformulação do instrumento legal e dos procedimentos de análise do Instituto da Novação; resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 176, de 17 de outubro de 2016, publicada no DOU de 19 de outubro de 2016, Seção 1, pág. 20.

Art. 2º As obrigações assumidas pelo bolsista/ex-bolsista perante a Capes permanecem conforme o termo de compromisso originário, ficando estabelecida a obrigação de retornar ao país após o término das atividades no exterior, com o dever de cumprir o período de interstício.

Parágrafo único. Todos os pedidos de Novação submetidos até a data de revogação serão analisados pela CAPES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABILIO A. BAETA NEVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 36, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 07/2017-CCHL, de 19.07.2017, publicado no DOU em 21.07.2017, o processo nº 23111.008608/17-87 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Departamento de Ciências Jurídicas, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados os candidatos Horácio Lopes Mousinho Neiva (1º lugar); Celso Antônio Pires Ferreira (2º lugar); Honácio Braga de Araújo (3º lugar) e Bruna Stefanni Soares de Araújo (4º lugar), aprovando para contratação o primeiro lugar.

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 375, DE 7 DE AGOSTO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, resolve:

Extinguir a Assessoria da Reitoria para Avaliação Institucional (AsAI), a partir desta data.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PROCURADORIA FEDERAL

PORTARIA Nº 1, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Delega competência, no âmbito da Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - PF-FNDE, para manifestação quanto à necessidade de ajuizamento e quanto às formas de intervenção processual do FNDE nas ações civis públicas, nas ações de improbidade administrativa e nas ações populares em que tenha interesse jurídico a ser tutelado.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PF-FNDE, no uso das atribuições que lhe conferem o 6º, inciso II, do Anexo I ao Decreto n.º 9.007, de 20 de março de 2017, e o art. 14, parágrafo único, e art. 15, inciso II, da Portaria FNDE n.º 629, de 3 de agosto de 2017, bem como o que ficou consignado na Nota/CGCOB/DIGEAP n.º 007/2013, de 7 de fevereiro de 2013, que autoriza esta PF-FNDE a editar ato com o intuito de oficializar procedimento adotado em seu âmbito de atuação; e

CONSIDERANDO ser atribuição da PF-FNDE auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal - PGF na apuração de liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades do FNDE, para inscrição em dívida ativa e cobrança, consoante aduzem o art. 6º, inciso IV, do Decreto n.º 9.007/2017, e o art. 15, inciso IV, da Portaria n.º 629, de 3 de agosto de 2017; e

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar os trabalhos desenvolvidos no âmbito desta PF-FNDE no que diz respeito ao ingresso, intervenção e/ou acompanhamento das ações civis públicas, ações populares e ações de improbidade administrativa, bem como de modo a fortalecer a cobrança e a recuperação de créditos em favor do FNDE, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Subprocurador(a)-Chefe da PF-FNDE e ao Chefe da Divisão de Contencioso - DICON da Coordenação Jurídico-Administrativa - COJAD da PF-FNDE, na forma da Portaria PGF n.º 530, de 13 de julho de 2007, e da Portaria PGF n.º 769, de 26 de setembro de 2007, para, em nome da PF-FNDE, manifestar-se quanto à necessidade de ajuizamento e quanto às formas de intervenção processual do FNDE nas ações civis públicas, nas ações de improbidade administrativa e nas ações populares em que a Autarquia tenha interesse jurídico a ser tutelado.

Art. 2º Convalidar os atos de exame, manifestação e intervenção nas ações judiciais citados no art. 1º, praticados pelo(a) Subprocurador(a)-Chefe da PF-FNDE e pelo Chefe da DICON/COJAD/FNDE anteriormente à edição desta Portaria.

Art. 3º. Revogar a Portaria PF-FNDE n.º 01, de 26 de dezembro de 2014.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

DIOGO SOUZA MORAES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
CAMPUS CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

PORTARIA Nº 238, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 1070 de 05.06.2014, da Reitoria-Ifes, e considerando o contido no memorando eletrônico nº 109/2017-CAI-CGGP, resolve:

Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado destinado à Contratação de Professor Substituto de que trata o Edital Nº 02/2017, conforme relação anexa a esta Portaria.

PAULO JOSÉ PEREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

Área de Estudo/Disciplina: Informática

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
052	Abraão dos Santos Rosa	55,20	1º
057	Leonardo França da Silva	52,00	2º

Área de Estudo/Disciplina: Educação

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
042	Simone Machado Athayde	70,90	1º
053	Lauren Souza do Nascimento Marchesano	70,40	2º

Área de Estudo/Disciplina: Matemática

Nº de Inscrição	Nome do Candidato	Ponto	Classificação
039	Carlos Eduardo Moraes Pires	74,20	1º
009	Renan Oliveira Altoé	67,80	2º
055	Alessandra Brite Gomes Tiburso	53,59	3º

CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 561, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria Nº1.070, de 05.06.2014, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano, a partir de 02.09.2017, a validade do Edital 03/2016 publicado no Diário Oficial da União de 25.07.2016, Seção 3, páginas 35, 36 e 37, cuja homologação do resultado constante na Portaria nº 591, de 01.09.2016, foi publicada no Diário Oficial da União de 02.09.2016, seção 1, página 13.

RICARDO PAIVA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 949, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, a Portaria Normativa nº 13, de 9 de julho de 2013, e o Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, ambos do Ministério da Educação, em cumprimento à decisão de fls. 625/629 proferida nos autos do processo nº 0000272-85.2017.403.6108, em trâmite na 1ª Vara Federal de Bauru, Seção Judiciária de São Paulo, e considerando o parecer de força executória nº 072/2017/PSUBRU/PGU/AGU, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 844, de 4 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 7 de agosto de 2017, que suspendeu o prosseguimento da chamada pública regida pelo Edital nº 6, de 23 de dezembro de 2014, no que tange a seleção de proposta para autorização de funcionamento de cursos de medicina no município de Bauru-SP.

Art. 2º Restabelecer a tramitação dos procedimentos administrativos posteriores à publicação da Portaria nº 545, de 26 de setembro de 2016, e os procedimentos relativos à adjudicação de proposta vencedora e assinatura de Termo de Compromisso, no que tange ao município de Bauru-SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União nº 131, de 11 de julho de 2017, Seção 1, página 19, na coluna "Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas", do anexo da Portaria SERES nº 695, de 10 de julho de 2017, onde se lê: "Faculdade Divinópolis (302) ", leia-se: "Faculdade Divinópolis- FACED (302) ", conforme Nota Técnica nº 100/2017/CGCIES/DIREG/SERES/MEC, de 29/08/2017. (Registro e-MEC nº 201504996).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 876, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O REITOR PRO-TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Instituir a Divisão de Protocolo e Arquivo, vinculada à Pró-Reitoria de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-01, da Secretaria da Pró-Reitoria de Relações Institucionais para o Divisão de Protocolo e Arquivo, vinculada à Pró-Reitoria de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 3º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação. (proc.23282.0011125/2017-06)

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 392, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, incisos I, II e III, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, bem como remanejar e ajustar o detalhamento dos Anexos I e II da Portaria MF nº 380, de 10 de agosto de 2017, na forma dos Anexos I, II e III desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	5.931	13.246	8.061	2.876	-
52000 Ministério da Defesa	36.665	-	-	-	-
56000 Ministério das Cidades	28.273	15.645	4.618	-	-
Total	70.869	28.891	12.679	2.876	-

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	32.705	65.411	98.116	98.116	165.476
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	-	-	40.000	40.000	40.000
30000 Ministério da Justiça e Cidadania	-	-	-	13.805	86.442
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	-	2.165	4.388	7.194	10.000
44000 Ministério do Meio Ambiente	-	-	-	-	2.309
52000 Ministério da Defesa	-	27.334	91.333	91.333	91.333
53000 Ministério da Integração Nacional	-	21.669	43.338	65.007	86.676
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	-	108.590	217.180	217.180	217.180
56000 Ministério das Cidades	-	-	-	6.410	17.438
Total	32.705	225.169	494.354	539.044	716.853

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO III

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR

ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 380, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	2.252	4.504	6.757	6.757	6.757
44000 Ministério do Meio Ambiente	5.931	13.246	15.061	16.876	18.691
52000 Ministério da Defesa	132.170	164.676	197.182	197.182	197.182
56000 Ministério das Cidades	33.936	33.936	33.936	33.936	33.936
Total	174.289	216.362	252.936	254.751	256.566

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PORTARIA Nº 393, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Altera a Portaria MF nº 310, de 12 de setembro de 2012, que regulamenta os critérios e procedimentos para avaliação de desempenho individual e institucional visando à atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividade Fazendária - GDAFAZ aos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda - PECFAZ.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nos 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 12.094, de 19 de novembro de 2009, 12.277, de 30 de junho de 2010, e 13.341, de 29 de setembro de 2016, e o disposto nos Decretos nos 7.133, de 19 de março de 2010, 8.435, de 22 de abril de 2015, e 9.003, de 13 de março de 2017, resolve:

Art. 1º O artigo 25 da Portaria MF nº 310, de 12 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 São consideradas unidades de avaliação, as seguintes unidades administrativas do Ministério:

I - .....

.....

XV - Secretaria de Previdência - SPREV." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.598, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a emissão de Letras Imobiliárias Garantidas por parte das instituições financeiras que especifica.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão extraordinária realizada em 29 de agosto de 2017, com base nos arts. 4º, incisos VI e VIII, da referida Lei, e 66, 67, 79, 80, 84, 85, 89, e 91 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, resolveu:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Esta Resolução disciplina a emissão de Letra Imobiliária Garantida (LIG), título de crédito nominativo, transferível e de livre negociação, garantido por carteira de ativos submetida ao regime fiduciário.

Art. 2º A LIG somente pode ser emitida por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, caixas econômicas, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EMISSÃO DE LIG

Art. 3º A instituição emissora fica sujeita ao atendimento das seguintes condições:

I - a soma dos valores dos ativos que integram as carteiras de ativos não pode superar:

a) 10% (dez por cento) do ativo total da instituição emissora enquadrada no Segmento 1 (S1), conforme regulamentação que disciplina a segmentação do conjunto de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial; e

b) 30% (trinta por cento) do ativo total da instituição emissora enquadrada nos demais segmentos estabelecidos pela regulamentação referida na alínea "a";

II - o cumprimento dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal.

§ 1º O descumprimento das condições mencionadas no caput implica suspensão de novas emissões de LIG pela instituição emissora.

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do caput, o valor dos ativos da instituição emissora deve ser apurado com base no Balancete Patrimonial Analítico Individual, nos termos da regulamentação em vigor.

Art. 4º As instituições emissoras devem assegurar que seus processos de controle interno e de gestão de riscos sejam adequados às exigências relacionadas com o processo de emissão de LIG.

Art. 5º A instituição emissora e o agente fiduciário devem designar ao Banco Central do Brasil o respectivo diretor responsável pela operação de emissão de LIG.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, admite-se que o diretor designado desempenhe outras funções na instituição, exceto as relativas à administração de recursos de terceiros, à auditoria interna, aos controles internos ou a outras que possam implicar conflito de interesses ou representar deficiência de segregação de funções.

CAPÍTULO III

DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA LIG

Art. 6º A remuneração da LIG pode ser baseada em taxa de juros fixa ou flutuante, combinadas ou não, bem como em outras taxas, desde que de conhecimento público e regularmente calculadas.

§ 1º Admite-se a emissão de LIG com previsão de:

I - pagamento periódico de rendimentos e de principal; e

II - atualização de seu valor nominal com base em índice de preços ou variação cambial, de conhecimento público e regularmente calculados.

§ 2º A LIG pode gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão, em função de seus critérios de remuneração.

§ 3º A atualização por índice de preços pode ser realizada mensalmente, desde que o prazo de vencimento da LIG não seja inferior a 36 meses.

§ 4º Para efeito do disposto no § 3º, é vedado o pagamento dos valores relativos à atualização, apropriados desde a emissão, quando ocorrer resgate, total ou parcial, antes do prazo de 36 meses.

Art. 7º A LIG deve ser emitida com prazo médio ponderado de no mínimo 24 meses.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, deve-se apurar a média dos prazos de cada vencimento de principal e de juros, em dias corridos, ponderados pelos respectivos valores nominais, sem considerar qualquer projeção de índice.

Art. 8º É vedado à instituição emissora resgatar antecipadamente ou recomprar a LIG, total ou parcialmente, antes de doze meses, contados a partir da data de emissão.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica quando o resgate antecipado ou a recompra ocorrer para o atendimento dos requisitos de suficiência, prazo e liquidez, estabelecidos nas Seções III a V do Capítulo VII, ou para restabelecimento do limite de que trata o art. 3º, inciso I.

Art. 9º A instituição emissora deve estabelecer as condições de resgate antecipado e de recompra da LIG, observando critérios equitativos e transparentes que preservem a igualdade de direitos entre os investidores.

Art. 10. É vedado o vencimento antecipado das LIGs, exceto em caso de reconhecimento de insolvência da carteira de ativos, segundo as condições estabelecidas no art. 36.

Art. 11. A instituição emissora deve elaborar Termo de Emissão da LIG contendo as condições relacionadas com a operação de LIG ou a Programa de Emissão de LIG, conforme o art. 15, explicitando os direitos e obrigações das partes envolvidas, incluindo:

I - as regras e condições do Regime Especial de Amortização de que trata o Capítulo IV;

II - o Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos, conforme o art. 46;

III - as condições de resgate antecipado e de recompra das LIGs;

IV - as regras que disciplinam o funcionamento da assembleia geral dos investidores titulares de LIG, destacando as condições para convocação, instalação e deliberação;

V - a proporção dos valores das operações de crédito imobiliário referidas no art. 20, relativamente ao valor total de créditos imobiliários da carteira de ativos, indicando o perfil da carteira conforme a predominância do tipo de operação de crédito imobiliário, e destacando sua natureza residencial ou não residencial; e

VI - o valor da remuneração do agente fiduciário, bem como a periodicidade e as condições de pagamento.

Parágrafo único. O Termo de Emissão de LIG deve:

I - ser registrado, para fins declaratórios, em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de depósito centralizado, nos termos da Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e publicado em seção específica no endereço da instituição emissora na internet, de acesso público e de fácil localização;

II - fazer referência expressa aos canais de acesso aos documentos que disciplinam as metodologias, processos, critérios e procedimentos de controles operacionais adotados para fins de administração da carteira de ativos; e

III - ser revisado sempre que houver mudanças nas informações e condições relacionadas com a LIG ou com o Programa de Emissão de LIG, devendo a atualização ser objeto de publicação nos termos deste parágrafo.

CAPÍTULO IV

DO REGIME ESPECIAL DE AMORTIZAÇÃO

Art. 12. O Regime Especial de Amortização, previsto no Termo de Emissão de LIG, incidirá sobre as LIGs na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 47, quando não for efetuado o pagamento de principal de LIG no vencimento original.

Parágrafo único. É vedado o estabelecimento de Regime Especial de Amortização diferenciado entre as séries de um mesmo Programa de Emissão de LIG.

Art. 13. O Regime Especial de Amortização pode prever o adiamento das datas de vencimento dos pagamentos de principal das LIGs.

§ 1º É vedado o estabelecimento de:

I - prazos de adiamento distintos para os pagamentos de principal das LIGs garantidas pela mesma carteira de ativos, exceto na hipótese de adiamento dos pagamentos para uma mesma data final;

II - vencimento do pagamento adiado em data posterior ao último vencimento dos ativos integrantes da carteira de ativos.

§ 2º O pagamento de principal pode sofrer apenas um adiamento da sua data de vencimento.

§ 3º O pagamento adiado deve ter prioridade, até a nova data de vencimento, sobre todos os demais pagamentos de principal a vencer no período.

Art. 14. O Regime Especial de Amortização deve prever, no mínimo:

I - as condições de pagamento das obrigações relacionadas às LIGs, inclusive no caso do vencimento antecipado de que trata o art. 58;

II - o prazo de adiamento das datas de vencimento do pagamento de principal, caso haja essa previsão; e

III - as condições de atuação do agente fiduciário na administração da carteira de ativos, observado o disposto no Capítulo VIII, Seção II.

§ 1º As condições de pagamento de que trata o inciso I do caput devem ser estabelecidas de modo a não criar privilégios entre os investidores.

§ 2º A instituição emissora, no exercício da administração da carteira de ativos, pode propor alterações no Regime Especial de Amortização, que se subordinam à aprovação em assembleia geral dos investidores titulares de LIG.

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DE EMISSÃO DE LIG

Art. 15. É facultado às instituições referidas no art. 2º o estabelecimento de Programa de Emissão de LIG.

§ 1º As instituições somente podem efetuar emissões de séries, compostas por uma ou mais LIGs garantidas por uma mesma carteira de ativos, por meio do Programa de Emissão de LIG.

§ 2º Para fins do disposto no caput, as instituições devem efetuar o registro da LIG conforme referido no art. 17, acrescentando, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do Programa de Emissão de LIG;

II - valor nominal total do Programa de Emissão de LIG, quando houver; e

III - prazo do Programa de Emissão de LIG, quando houver.

Art. 16. As LIGs integrantes de uma mesma série devem conter características idênticas quanto ao valor nominal, taxa de juros, datas de emissão e de vencimento, bem como forma, periodicidade e local de pagamento.

Parágrafo único. A emissão de uma série de LIG será efetuada mediante a complementação do registro de que trata o art. 17 com, no mínimo, as seguintes informações referentes à série emitida:

I - identificação da série; e

II - números de ordem das LIGs que compõem a série emitida.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO E DO DEPÓSITO DA LIG E DA CARTEIRA DE ATIVOS

Art. 17. A emissão da LIG deve ser realizada por meio do registro constitutivo em depositário central autorizado a exercer a atividade pelo Banco Central do Brasil, nos termos da Lei nº 12.810, de 2013.

§ 1º O registro mencionado no caput deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - a denominação "Letra Imobiliária Garantida";

II - a identificação da instituição financeira emitente;

III - a identificação do titular;

IV - o número de ordem, o local e a data de emissão;

V - o valor nominal;

VI - a data de vencimento;

VII - a taxa de juros, fixa ou flutuante, admitida a capitalização;

VIII - outras formas de remuneração, quando houver, inclusive baseadas em índices ou taxas de conhecimento público;

IX - a cláusula de correção pela variação cambial, quando houver;

X - a forma, a periodicidade e o local de pagamento;

XI - a identificação da carteira de ativos;

XII - a identificação e o valor dos créditos imobiliários e demais ativos que integram a carteira de ativos;

XIII - a instituição do regime fiduciário sobre a carteira de ativos, nos termos da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

XIV - a identificação do agente fiduciário, indicando suas obrigações, responsabilidades e remuneração, bem como as hipóteses, condições e forma de sua destituição ou substituição e as demais condições de sua atuação;

XV - a descrição da garantia real ou fidejussória, quando houver;

XVI - as regras e condições do Regime Especial de Amortização de que trata o Capítulo IV;

XVII - o Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos, de que trata o Capítulo VIII, Seção I, Subseção V;

XVIII - as condições de resgate antecipado e de recompra das LIGs;

XIX - a proporção dos valores das operações de crédito imobiliário referidas no art. 19, relativamente ao valor total de créditos imobiliários da carteira de ativos, indicando o perfil da carteira conforme a predominância do tipo de operação de crédito imobiliário, e destacando sua natureza residencial ou não residencial; e

XX - o Termo de Emissão de LIG.

§ 2º Para fins do disposto no caput, inciso XIII, devem constar informações no registro mantido pelo depositário central que permitam clara identificação acerca da:

I - constituição do regime fiduciário sobre os ativos que integram a carteira de ativos;

II - constituição de patrimônio de afetação, integrado pela totalidade dos ativos da carteira de ativos submetida ao regime fiduciário; e

III - afetação dos ativos que integram a carteira de ativos como garantia das LIGs.

Art. 18. A LIG deve ser depositada em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de depósito centralizado, nos termos da Lei nº 12.810, de 2013.

§ 1º Os ativos que integram a carteira de ativos devem ser objeto de:

I - depósito na entidade referida no caput, ressalvado o disposto no § 3º; ou

II - registro em entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil a exercer a atividade de registro de ativos financeiros e de valores mobiliários, desde que afetados para fins de composição da carteira de ativos.

§ 2º Os títulos de emissão do Tesouro Nacional depositados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) devem ser afetados para fins de composição da carteira de ativos.

§ 3º O registro dos instrumentos derivativos integrantes da carteira de ativos deve ocorrer nos termos da regulamentação em vigor, observado que tais instrumentos devem:

I - possuir conta própria, que não se confunda com a conta da instituição emissora; e

II - estar afetados para fins de composição da carteira de ativos.

CAPÍTULO VII

DA CARTEIRA DE ATIVOS

Seção I

Dos Requisitos de Elegibilidade

Art. 19. A carteira de ativos somente pode ser integrada por:

I - créditos imobiliários;

II - títulos de emissão do Tesouro Nacional;

III - instrumentos derivativos; e

IV - disponibilidades financeiras provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos.

Art. 20. Para fins desta Resolução, consideram-se créditos imobiliários os créditos constituídos por meio das seguintes operações:

I - financiamento para a aquisição de imóvel residencial ou não residencial;

II - financiamento para a construção de imóvel residencial ou não residencial;

III - financiamento a pessoa jurídica para a produção de imóveis residenciais ou não residenciais; e

IV - empréstimo a pessoa natural com garantia hipotecária ou com cláusula de alienação fiduciária de bens imóveis residenciais.

§ 1º O crédito imobiliário somente pode ser incluído na carteira de ativos se:

I - adimplente;

II - livre de qualquer tipo de ônus, exceto os relacionados com a garantia dos direitos dos titulares das LIGs;

III - garantido por hipoteca em primeiro grau ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, nos casos dos incisos I, II e IV do caput;

IV - a incorporação imobiliária objeto da operação de crédito, no caso do inciso III do caput, estiver submetida ao regime de afetação a que se refere o art. 31-A da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964;

V - a classificação de risco de crédito da operação não for inferior a "B", conforme regulamentação em vigor;

VI - atender aos limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º deste artigo, observada a natureza da operação;

VII - no caso de operação com pessoa natural na forma dos incisos I e II do caput, o financiamento possuir cobertura securitária, no mínimo, quanto aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel, nos termos da regulamentação em vigor;

VIII - no caso de operação mencionada no inciso III do caput, houver cobertura securitária, no mínimo, de danos físicos ao imóvel e de responsabilidade civil do construtor, nos termos da regulamentação em vigor; e

IX - representado pelo seu valor integral.

§ 2º A razão entre o valor nominal atualizado da operação, compreendendo principal e despesas acessórias, e o valor de avaliação da respectiva garantia, na data da contratação, não pode superar o limite de:

I - 80% (oitenta por cento), nas operações mencionadas nos incisos I e II do caput, no caso de imóveis residenciais;

II - 60% (sessenta por cento), nas operações mencionadas nos incisos I e II do caput, no caso de imóveis não residenciais; e

III - 60% (sessenta por cento), nas operações mencionadas no inciso IV do caput.

§ 3º A razão entre o valor nominal atualizado do financiamento mencionado no inciso III do caput e o custo de produção do imóvel não pode superar o limite de 80% (oitenta por cento).

Art. 21. A verificação do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 20 deve ser efetuada, no máximo, a cada três anos.

Parágrafo único. Para os fins de que trata o caput, o valor da garantia deve ser apurado por meio de:

I - nova avaliação do imóvel, observado o disposto na legislação e regulamentação em vigor; ou

II - metodologia própria, baseada em critérios, premissas e procedimentos consistentes, documentados e passíveis de verificação.

Art. 22. Somente podem integrar a carteira de ativos os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional admitidos para realização de operações compromissadas com o Banco Central do Brasil.

Art. 23. O instrumento derivativo somente pode integrar a carteira de ativos se:

I - for destinado exclusivamente a hedge, nos termos da regulamentação em vigor; e

II - não possuir cláusula de vencimento antecipado relacionada às hipóteses previstas no art. 47.

Parágrafo único. O emissor da LIG deve assegurar que, nas hipóteses previstas no art. 47, os instrumentos contratuais e procedimentos operacionais relativos à administração dos ativos integrantes da carteira de ativos prevejam e possibilitem a efetiva gestão, pelo agente fiduciário:

I - de posições em aberto de derivativos;

II - das garantias contratuais relativas aos instrumentos derivativos; e

III - dos ônus e gravames instituídos nos instrumentos derivativos.

Art. 24. Serão desconsiderados, para fins de verificação do atendimento aos requisitos de composição, suficiência, liquidez e prazo, os ativos que deixarem de atender aos requisitos de elegibilidade.

Parágrafo único. Relativamente ao requisito de elegibilidade estabelecido no:

I - art. 20, § 1º, inciso I, serão desconsiderados apenas os créditos imobiliários que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias; e

II - art. 20, § 1º, inciso VI, será desconsiderado apenas o montante que exceder os limites referidos no mesmo dispositivo.

Seção II

Do Requisito de Composição

Art. 25. A soma dos valores nominais atualizados dos créditos imobiliários, incluindo o valor dos instrumentos derivativos, deve representar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do valor nominal atualizado total da carteira de ativos.

Art. 26. É vedado às instituições emissoras alterar o perfil de sua carteira de ativos conforme definido no Termo de Emissão, na forma do art. 11, inciso V.

Seção III

Do Requisito de Suficiência

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 27. A carteira de ativos deve ser suficiente para atender os compromissos relacionados às LIGs por ela garantidas, incluindo o pagamento do principal e juros, bem como as obrigações decorrentes de instrumentos derivativos integrantes da carteira e a remuneração do agente fiduciário, nas hipóteses previstas no art. 47.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 28. O requisito de suficiência da carteira de ativos é atendido se:

I - a soma dos valores nominais atualizados dos ativos que integram a carteira de ativos exceder em, no mínimo, 5% (cinco por cento) a soma dos valores nominais atualizados dos compromissos de pagamento das LIGs por ela garantidas e da remuneração do agente fiduciário; e

II - a soma dos valores presentes dos ativos que integram a carteira de ativos corresponder, no mínimo, à soma dos valores presentes dos compromissos de pagamento das LIGs por ela garantidas e da remuneração do agente fiduciário, quando submetidos aos testes de estresse.

§ 1º O requisito de suficiência deve ser apurado considerando os efeitos dos instrumentos derivativos que integram a carteira de ativos.

§ 2º O resultado de cada teste de estresse é medido pela razão entre os valores presentes de que trata o caput, inciso II.

§ 3º Para fins de verificação de cumprimento do requisito de suficiência de que trata o caput, inciso II, deve ser considerado o teste de estresse que resulte na menor razão a que se refere o § 2º.

Subseção II

Dos Testes de Estresse

Art. 29. A instituição emissora deve realizar testes de estresse capazes de mensurar o impacto dos principais fatores de riscos aos quais está exposta a carteira de ativos em relação ao cumprimento do requisito de suficiência.

§ 1º Para fins do disposto no caput, devem ser considerados, no mínimo, o risco de taxa de juros e, quando aplicável, o risco de taxa de câmbio.

§ 2º A periodicidade dos testes de estresse deve ser, no máximo, trimestral.

§ 3º O período de manutenção (holding period) dos testes de estresse deve ser, no mínimo, igual à periodicidade referida no § 2º.

Art. 30. Os testes de estresse devem ser realizados pela instituição emissora por meio de metodologia própria, baseada em critérios, premissas e procedimentos consistentes, documentados e passíveis de verificação, considerando:

I - taxas, índices, prazos e demais informações relevantes relacionadas à natureza e complexidade da carteira de ativos e das LIGs por ela garantidas;

II - efeitos individuais dos fatores de risco, bem como a interação entre esses fatores;

III - elementos históricos representados por séries históricas dos valores de cada fator de risco compreendendo, no mínimo, os cinco anos que antecederem a data de realização do teste;

IV - elementos hipotéticos que considerem novas informações e possibilidades de riscos emergentes que não são incorporados pelos elementos históricos;

V - efeitos decorrentes de cenários que simulem condições extremas de mercado sobre cada um dos fatores de risco, incorporando os efeitos de correlação;

VI - estrutura a termo de taxa de juros, como fator de risco, utilizando, ao menos, os mesmos vértices definidos para fins de cálculo dos valores presentes, de que trata o art. 35;

VII - assimetrias, não linearidades e quebra de correlações e de outras premissas; e

VIII - risco de contraparte, em relação aos instrumentos derivativos, quando aplicável.

Seção IV

Do Requisito de Prazo

Art. 31. O prazo médio ponderado da carteira de ativos não pode ser inferior ao prazo médio ponderado das LIGs por ela garantidas, calculado nos termos do art. 7º, parágrafo único.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o prazo médio ponderado da carteira de ativos é dado pela média dos prazos médios de seus ativos, excetuados os instrumentos derivativos, ponderados pelos respectivos valores nominais.

§ 2º O prazo médio de cada ativo é dado pela média dos prazos de cada vencimento de principal e de juros, ponderados por seus respectivos valores nominais na data de apuração, sem considerar qualquer projeção de índice.

§ 3º O prazo de cada vencimento de principal e de juros é dado pelo número de dias corridos entre a data de apuração e a data do respectivo vencimento, excluindo-se da contagem a data de apuração e incluindo-se a de vencimento.

Seção V

Do Requisito de Liquidez

Art. 32. A carteira de ativos deve conter ativos líquidos em valor correspondente aos compromissos relacionados com as LIGs por ela garantidas, a vencer nos próximos 180 dias.

§ 1º Consideram-se ativos líquidos os títulos de emissão do Tesouro Nacional e as disponibilidades financeiras, de que tratam os incisos II e IV do art. 19.

§ 2º Na hipótese em que houver pagamento de principal da LIG entre os compromissos a vencer nos próximos 180 dias, admite-se, para fins de atendimento do requisito de liquidez, que o percentual mencionado no art. 25 seja de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento).

Art. 33. Para fins do disposto no art. 32, a soma do valor dos ativos líquidos não pode ser inferior ao maior valor acumulado dos fluxos diários esperados de pagamentos líquidos, considerados os 180 dias subsequentes à data da verificação de que trata o art. 41.

§ 1º O fluxo diário esperado de pagamentos líquidos corresponde à diferença diária entre os pagamentos esperados dos compromissos mencionados no art. 27 e os recebimentos esperados de juros, principal, amortizações e quaisquer outros ganhos associados aos créditos imobiliários e instrumentos derivativos que integram a carteira de ativos.

§ 2º O valor dos títulos de emissão do Tesouro Nacional corresponde ao valor de registro conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), devendo ser adotado o critério aplicável aos ativos classificados na categoria "títulos para negociação".

§ 3º O fluxo diário esperado de pagamentos líquidos deve ser apurado pela instituição emissora por meio de metodologia baseada em critérios, premissas e procedimentos consistentes, documentados e passíveis de verificação.

Seção VI

Do Valor dos Ativos

Art. 34. Para efeito da verificação do atendimento dos requisitos de que trata este Capítulo, o valor nominal atualizado das LIGs e dos ativos que integram a carteira de ativos deve corresponder ao respectivo valor contábil, apurado segundo os critérios estabelecidos no Cosif.

§ 1º O valor dos créditos imobiliários deve ser apurado considerando as respectivas provisões contábeis.

§ 2º No caso dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, deve ser adotado o critério aplicável aos ativos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Art. 35. Os valores presentes de que trata esta Resolução devem ser apurados pela instituição emissora a partir de metodologia própria, baseada em critérios, premissas e procedimentos consistentes, documentados e passíveis de verificação, que deve:

I - considerar taxas, índices, prazos e demais informações relevantes relacionadas com a natureza e com a complexidade da carteira de ativos e das respectivas LIGs; e

II - estabelecer que os fluxos financeiros dos ativos integrantes da carteira de ativos, inclusive os de instrumentos derivativos e das respectivas LIGs sejam:

a) agrupados por tipo de ativo;

b) segregados por fator de risco de mercado;

c) avaliados pelos seus respectivos valores de mercado, com base em metodologia de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento, observados critérios estabelecidos na regulamentação em vigor; e

d) alocados em vértices.

Parágrafo único. Na definição dos vértices de que trata a alínea "d" do inciso II do caput, a instituição emissora deve considerar as características e os prazos das LIGs e dos ativos que integram a carteira de ativos na determinação de sua quantidade e distribuição.

Seção VII

Da Insolvência da Carteira de Ativos

Art. 36. A carteira de ativos deve ser considerada em situação de insolvência quando ocorrer pelo menos uma das seguintes condições sob administração do agente fiduciário:

I - inadimplência no pagamento de LIG, definida como:

a) atraso de pagamento de principal superior a dois dias úteis contado da data de vencimento, no caso de Regime Especial de Amortização que não preveja a possibilidade de seu adiamento;

b) atraso de pagamento de principal superior a dois dias úteis contado da nova data de vencimento, no caso de Regime Especial de Amortização que preveja a possibilidade de adiamento dos vencimentos de principal originalmente pactuados; ou

c) atraso de pagamento dos compromissos relacionados à LIG referidos no art. 57, § 2º, exceto o pagamento de principal; ou

II - descumprimento do requisito de suficiência, de que trata o art. 56, por dois períodos de verificação consecutivos.

Seção VIII

Disposições Gerais

Art. 37. As metodologias adotadas para cálculo do valor presente e para realização de testes de estresse devem ser formalmente objeto de avaliação periódica pela instituição emissora, considerando a adequação e a robustez dos critérios e premissas utilizados.

§ 1º A avaliação periódica de que trata o caput deve ser realizada no mínimo anualmente, ou sempre que houver mudança relevante nos critérios, premissas e resultados.

§ 2º Ao agente fiduciário deve ser dado conhecimento das metodologias de que trata o caput, bem como das mudanças relevantes nos seus critérios e premissas.

Art. 38. A instituição emissora pode estabelecer, quando da emissão de LIG, requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez mais rigorosos do que os estabelecidos neste Capítulo, hipótese na qual passam a servir de referência para todos os fins previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no art. 47, o disposto no caput se aplica aos requisitos de suficiência e liquidez.

Art. 39. O não atendimento dos requisitos da carteira de ativos de que trata este Capítulo implica suspensão de novas emissões de LIG pela instituição emissora.

Parágrafo único. Compete ao Banco Central do Brasil autorizar novas emissões de LIG, desde que demonstrado o atendimento dos requisitos referidos no caput.

CAPÍTULO VIII

DA ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA DE ATIVOS

Seção I

Da Administração pela Instituição Emissora

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 40. A instituição emissora, na administração da carteira de ativos, deve:

I - manter permanentemente atualizadas as informações relativas ao registro ou depósito dos ativos integrantes da carteira de ativos e das LIGs por ela garantidas;

II - definir e documentar as metodologias adotadas para o atendimento aos requisitos da carteira de ativos;

III - estabelecer procedimentos e controles relacionados com a manutenção e com a liberação dos recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos, para fins do disposto no art. 45, na hipótese de não constituição da Reserva de Liquidez de que trata o art. 44;

IV - adotar as providências necessárias à preservação do regime fiduciário;

V - conservar atualizada toda a documentação relacionada à carteira de ativos e às LIGs por ela garantidas;

VI - assegurar ao agente fiduciário o acesso às informações e documentos necessários ao desempenho de suas atribuições;

VII - manter disponível na internet documentação relativa às metodologias adotadas para o atendimento aos requisitos da carteira de ativos;

VIII - estipular e revisar, em conjunto com o agente fiduciário, o Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos;

IX - providenciar adequada representação na assembleia geral dos investidores titulares de LIG, quando requisitada;

X - manter controles contábeis que permitam:

a) a identificação dos ativos integrantes da carteira de ativos;

b) a identificação dos recursos financeiros provenientes dos ativos da carteira de ativos;

c) a verificação do atendimento à condição de emissão de LIG de que trata o art. 3º, inciso I;

d) a verificação do atendimento aos requisitos da carteira de ativos, conforme disposto no Capítulo VII; e

e) a identificação dos títulos de emissão do Tesouro Nacional componentes da Reserva de Liquidez, caso opte pela faculdade prevista no art. 44;

XI - divulgar, em notas explicativas às demonstrações financeiras, informações que evidenciem a situação da carteira de ativos, relativamente ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução, das LIGs por ela garantidas, bem como a relação percentual entre a soma dos ativos que integram a carteira de ativos e o ativo total da instituição; e

XII - convocar a assembleia geral dos investidores titulares de LIG, nas hipóteses de que trata o art. 62.

Subseção II

Da Verificação do Atendimento aos Requisitos da Carteira de Ativos

Art. 41. A verificação do atendimento aos requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez, relativos à carteira de ativos, deve ser efetuada no quinto dia útil de cada mês, com base nas informações do último dia do mês anterior.

§ 1º A periodicidade da verificação do atendimento ao requisito de suficiência submetido ao teste de estresse deve ser a mesma da realização do teste.

§ 2º O descumprimento dos requisitos de que trata o caput deve ser corrigido em até dois dias úteis após a data de verificação, por meio da substituição ou reforço de ativos, bem como da recompra ou resgate antecipado de LIG.

§ 3º A recompra ou resgate antecipado de LIG de que trata o § 2º deve observar o disposto nos arts. 8º e 9º.

§ 4º A correção mencionada no § 2º deve ser verificada tomando por base a nova composição da carteira de ativos e das obrigações relacionadas às LIGs por ela garantidas, considerando os parâmetros utilizados na verificação original e os valores dos ativos referentes ao último dia do mês anterior.

Art. 42. A instituição emissora deve enviar ao agente fiduciário, até a data de que trata o art. 41, § 2º, as informações referentes à verificação do atendimento aos requisitos da carteira de ativos, incluindo:

I - o resultado da verificação efetuada no quinto dia útil do mês;

II - o detalhamento das substituições ou reforços de ativos, bem como das recompras ou resgates antecipados de LIG, efetuados em caso de descumprimento dos requisitos;

III - o resultado da nova verificação, após adoção das providências de que trata o inciso II; e

IV - o resultado da verificação de suficiência da Reserva de Liquidez de que trata o art. 44, no caso da sua constituição, ou do controle da manutenção e liberação dos recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos, nos termos do art. 40, inciso III, para fins do disposto no art. 44.

Subseção III

Da Substituição de Ativos e Do Reforço da Carteira de Ativos

Art. 43. A instituição emissora deve efetuar o reforço da carteira de ativos ou a substituição dos ativos dela integrantes sempre que houver o descumprimento dos requisitos de que trata o Capítulo VII ou por determinação do Banco Central do Brasil em função de descumprimento de disposições constantes da legislação e regulamentação em vigor.

Parágrafo único. A instituição emissora deve efetuar a substituição dos ativos que integram a carteira de ativos, sempre que houver descumprimento insanável do requisito de elegibilidade.

Art. 44. É facultado às instituições emissoras substituir os recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos por títulos de emissão do Tesouro Nacional, que constituirão Reserva de Liquidez.

§ 1º A soma dos valores de mercado dos títulos que compõem a Reserva de Liquidez deve corresponder, no mínimo, à estimativa de recebimento dos recursos financeiros provenientes dos ativos que integram a carteira de ativos.

§ 2º A estimativa a que se refere o § 1º deve:

I - ser efetuada considerando os recebimentos esperados de recursos financeiros dos ativos no período compreendido entre as datas de verificação do atendimento aos requisitos da carteira de ativos, de que trata o art. 41; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - observar a mesma metodologia de que trata o art. 33, § 3º.

§ 3º Os títulos que compõem a Reserva de Liquidez devem:

I - integrar a carteira de ativos;

II - observar os requisitos de elegibilidade;

III - ser depositados no Selic e identificados na forma do art. 18, § 2º, para os fins previstos no caput;

IV - ser afetados como garantia das LIG; e

V - ser desconsiderados para fins de apuração dos requisitos de composição, suficiência, prazo e liquidez da carteira de ativos, ressalvado o disposto no § 6º.

§ 4º Os recursos financeiros provenientes dos títulos que compõem a Reserva de Liquidez devem ser considerados para o cálculo da estimativa de que trata o § 2º.

§ 5º A instituição emissora deve efetuar o reforço da Reserva de Liquidez com títulos de emissão do Tesouro Nacional sempre que verificada a insuficiência em relação à estimativa efetuada nos termos do § 2º.

§ 6º Os títulos referidos no caput podem ser considerados para fins da correção de que trata o art. 41, § 2º, desde que não haja comprometimento da suficiência da Reserva de Liquidez.

Subseção IV

Da Liberação dos Recursos Financeiros do Regime Fiduciário

Art. 45. Os recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos ficam liberados do regime fiduciário, desde que observadas as condições de adimplemento das obrigações vencidas das LIGs por ela garantidas e de atendimento aos requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez, relativos à carteira de ativos.

§ 1º A instituição emissora deve estabelecer procedimentos e controles relacionados à manutenção e à liberação dos recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos, adotando as providências necessárias à preservação do regime fiduciário enquanto não verificado o atendimento das condições de liberação.

§ 2º O agente fiduciário deve atestar o cumprimento das condições pela instituição emissora para fins do disposto no caput.

Subseção V

Do Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos

Art. 46. A instituição emissora deve elaborar, em conjunto com o agente fiduciário, Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos, a ser implementado nas hipóteses previstas no art. 47, dispondo, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

I - mecanismos de governança e procedimentos a serem adotados para assegurar a continuidade de atividades, operações e serviços relacionados com a administração da carteira de ativos;

II - ações de comunicação a serem realizadas pelo agente fiduciário com as partes interessadas;

III - barreiras e riscos que podem afetar a execução do plano, incluindo:

a) falhas no processamento dos recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos; e

b) falhas no processamento dos pagamentos de principal, juros e quaisquer outras obrigações relacionadas às LIGs;

IV - mecanismos a serem adotados para eliminar ou mitigar as barreiras e os riscos de que trata o inciso III; e

V - contratação de terceiros para a prestação de serviços relacionados com a administração da carteira de ativos, nor termos do art. 49, indicando, no mínimo:

a) o escopo do serviço a ser prestado; e

b) as informações gerais sobre a qualificação requerida ao prestador de serviço para o exercício da função.

Parágrafo único. O plano de que trata o caput deve ser objeto de revisão pela instituição emissora e pelo agente fiduciário, durante o período de administração da carteira de ativos pela instituição emissora, observada frequência mínima anual ou sempre que houver mudanças significativas nas atividades e operações relacionadas com a administração da carteira de ativos.

Seção II

Da Administração pelo Agente Fiduciário

Subseção I

Das Hipóteses de Investidura do Agente Fiduciário

Art. 47. Nas hipóteses de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência da instituição emissora, ou de reconhecimento do seu estado de insolvência pelo Banco Central do Brasil, o agente fiduciário fica investido de mandato para administrar a carteira de ativos.

Subseção II

Da Contratação de Auditor Independente

Art. 48. O agente fiduciário deve contratar auditor independente para elaborar, em relação à carteira de ativos e às LIGs por ela garantidas, os seguintes relatórios:

I - de auditoria, expressando sua opinião sobre as informações constantes do demonstrativo financeiro a que se refere o art. 65, inciso VII;

II - de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenham ou possam vir a ter reflexos relevantes sobre as informações referidas no inciso I; e

III - de outra natureza, que venham a ser estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. Os relatórios do auditor devem ser elaborados considerando o mesmo período e data-base das demonstrações contábeis da instituição emissora sob regime de intervenção, de liquidação extrajudicial, ou de falência, ou cujo estado de insolvência seja reconhecido pelo Banco Central do Brasil.

Subseção III

Da Contratação de Prestadores de Serviços

Art. 49. O agente fiduciário pode contratar, às suas expensas, terceiros devidamente habilitados para a prestação de serviços relacionados com a administração da carteira de ativos, incluindo:

I - gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários;

II - atividades de tesouraria, controle e processamento de títulos e valores mobiliários;

III - atividades de administração e cobrança de créditos imobiliários; e

IV - custódia de títulos e valores mobiliários, quando aplicável.

§ 1º Os termos de contratação dos prestadores de serviços referidos no caput devem ser mantidos à disposição dos investidores titulares de LIG, em conjunto com as seguintes informações:

I - escopo do serviço que será prestado; e

II - qualificação do prestador de serviço contratado.

§ 2º Os prestadores de serviços atuam por conta e sob as diretrizes do agente fiduciário, a quem cabe garantir a integridade, a confiabilidade e a segurança das operações e atividades realizadas, bem como o cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor.

Subseção IV

Da Segregação de Atividades pelo Agente Fiduciário

Art. 50. O exercício da administração da carteira de ativos sob responsabilidade do agente fiduciário deve ser segregado das demais atividades por ele exercidas.

§ 1º Para fins do disposto no caput, deve ser:

I - assegurado o bom uso de instalações, equipamentos e informações comuns a mais de um setor da empresa; e

II - preservada informação confidencial e identificado pessoal autorizado para o devido acesso.

§ 2º Os conflitos de interesses na administração da carteira de ativos, aparentes ou potenciais, devem ser identificados e eliminados.

§ 3º Os procedimentos formais relacionados à segregação de funções e à gestão de conflitos de interesses devem ser documentados, assegurada ampla divulgação interna e externa.

Subseção V

Das Operações e Negócios Admitidos e Da Aplicação dos Recursos Financeiros Provenientes da Carteira de Ativos

Art. 51. É permitido ao agente fiduciário, nas hipóteses previstas no art. 47:

I - atuar como contraparte, direta ou indiretamente, em negócios envolvendo a carteira de ativos; e

II - contratar empréstimos, com ou sem garantia dos ativos que integram a carteira de ativos, para fins de pagamento das obrigações das LIGs por ela garantidas.

Parágrafo único. A documentação das operações referidas no caput deve permanecer à disposição do Banco Central do Brasil.

Art. 52. É vedado ao agente fiduciário:

I - negociar os ativos integrantes da carteira de ativos sob a sua administração com a finalidade de gerar receitas de prestação de serviços para si ou para terceiros; e

II - negligenciar, em qualquer circunstância, a defesa dos direitos e interesses coletivos dos investidores titulares de LIGs.

Art. 53. Os recursos provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos devem ser utilizados para cumprir os compromissos financeiros e demais encargos associados às LIGs, inclusive custos de administração e de obrigações fiscais, após o que somente podem ser aplicados em:

I - títulos públicos federais admitidos para realização de operações compromissadas com o Banco Central do Brasil;

II - operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, nos termos da regulamentação em vigor;

III - contratos derivativos, com a finalidade específica de hedge da carteira de ativos; e

IV- ativos financeiros e valores mobiliários que, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, agreguem baixo risco à carteira de ativos.

Art. 54. Os créditos imobiliários que integram a carteira de ativos somente podem ser negociados com deságio em relação ao seu valor nominal para fins de atendimento ao requisito de liquidez referido no art. 57.

§ 1º A condição para negociação com deságio de que trata o caput não se aplica aos créditos imobiliários cuja classificação de risco de crédito não possa atingir conceito igual ou superior a "B" por vício insanável.

§ 2º As negociações de que trata este artigo não podem implicar descumprimento do requisito de suficiência da carteira de ativos, conforme estabelecido no art. 56.

Subseção VI

Da Verificação do Atendimento aos Requisitos de Suficiência e Liquidez da Carteira de Ativos

Art. 55. O agente fiduciário deve verificar o atendimento aos requisitos de suficiência e de liquidez da carteira de ativos, conforme estabelecidos nesta Subseção.

§ 1º A verificação deve ser efetuada no décimo dia útil de cada mês, com base nas informações do último dia do mês anterior.

§ 2º Os títulos de emissão do Tesouro Nacional de que trata o art. 44 são considerados para efeito de apuração dos requisitos referidos no caput.

Art. 56. O requisito de suficiência da carteira de ativos é atendido se a soma dos valores nominais atualizados dos ativos que integram a carteira de ativos for maior ou igual à soma dos valores nominais atualizados dos compromissos de pagamento das LIGs por ela garantidas e das demais obrigações relacionadas com a administração.

§ 1º Os valores nominais de que trata o caput devem ser apurados nos termos estabelecidos no art. 34.

§ 2º O requisito de suficiência deve ser apurado considerando os efeitos dos instrumentos derivativos que integram a carteira de ativos.

Art. 57. O requisito de liquidez é atendido se a soma do valor dos ativos líquidos que integram a carteira de ativos não for inferior ao maior valor acumulado dos fluxos diários esperados de pagamentos líquidos, considerados os 180 dias subsequentes à data da verificação de que trata o art. 55, § 1º.

§ 1º Consideram-se ativos líquidos:

I - títulos de emissão do Tesouro Nacional, de que trata o art. 19, inciso II, com exceção dos títulos dados em garantia das operações realizadas pelo agente fiduciário na administração da carteira de ativos; e

II - disponibilidades financeiras.

§ 2º O fluxo diário esperado de pagamentos líquidos corresponde à diferença diária entre os pagamentos esperados dos compromissos relacionados às LIGs e os recebimentos esperados de juros, principal, amortizações e quaisquer outros ganhos associados aos ativos que integram a carteira de ativos, ressalvados os ativos de que trata o § 1º, inciso I.

§ 3º O valor dos títulos de emissão do Tesouro Nacional corresponde ao valor de registro conforme o Cosif, devendo ser adotado o critério aplicável aos ativos classificados na categoria "títulos para negociação".

§ 4º O fluxo diário esperado de pagamentos líquidos deve ser apurado pelo agente fiduciário por meio da metodologia mencionada no art. 33, § 3º.

Subseção VII

Do Vencimento Antecipado da LIG

Art. 58. A insolvência da carteira de ativos determina o vencimento antecipado de todas as LIGs por ela garantidas.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a data de vencimento das LIGs deve corresponder:

I - ao segundo dia útil de atraso de pagamento de principal, nas hipóteses de que trata o art. 36, inciso I; ou

II - à data de verificação do descumprimento do requisito de suficiência pelo segundo período consecutivo, na hipótese de que trata o art. 36, inciso II.

§ 2º As condições de pagamento das obrigações relacionadas com as LIGs devem ser estabelecidas de acordo com os critérios definidos no Regime Especial de Amortização para a hipótese de vencimento antecipado.

CAPÍTULO IX

DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Seção I

Dos Requisitos

Art. 59. Podem atuar como agente fiduciário nos termos estabelecidos nesta Resolução, além das instituições financeiras identificadas no art. 2º, as seguintes instituições:

I - companhias securitizadoras de créditos imobiliários;

II - sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários; e

III - sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários.

§ 1º As instituições referidas no caput, para o exercício da função de agente fiduciário, devem atender aos seguintes requisitos:

I - dispor, no seu objeto social, sobre o exercício da atividade de administração de bens e ativos de terceiros;

II - possuir registro como administrador de carteiras de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

III - possuir patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, R$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); e

IV - comunicar ao Banco Central do Brasil, na forma por ele disciplinada, sua atuação como agente fiduciário a cada emissão de LIG, ou em cada Programa de Emissão de LIG.

§ 2º Fica dispensada a exigência de que trata o § 1º, inciso II, na hipótese de a instituição integrar conglomerado prudencial no qual haja instituição que detenha referido registro.

§ 3º As companhias securitizadoras de crédito imobiliário dependem de prévia autorização do Banco Central do Brasil para o exercício da função de agente fiduciário.

Art. 60. É vedado o exercício da atividade de agente fiduciário por entidade ligada à instituição emissora.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, a instituição emissora e o agente fiduciário são considerados ligados quando houver:

I - participação direta ou indireta equivalente a 10% (dez por cento) ou mais em ações ou quotas representativas do capital social votante, detida por uma das instituições ou por seus respectivos administradores e acionistas em relação à outra;

II - acordos de acionistas ou de quotistas relacionado com o direito de voto ou com direitos de sócio que assegurem a uma das instituições ou a seus respectivos administradores e acionistas, isolada ou cumulativamente, preponderância nas deliberações sociais da outra instituição ou poder de eleger ou destituir a maioria de seus administradores; ou

III - controle operacional efetivo de uma instituição em relação à outra, caracterizado pela administração ou gerência comum ou pela atuação no mercado sob a mesma marca, nome comercial ou título de estabelecimento.

Art. 61. A remuneração do agente fiduciário nas hipóteses previstas no art. 47 pode ser distinta da aplicável durante a administração da carteira de ativos pela instituição emissora.

Seção II

Da Substituição do Agente Fiduciário

Art. 62. O agente fiduciário somente pode ser destituído ou substituído:

I - por motivo de renúncia;

II - em caso de impedimento, intervenção, decretação de falência, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, bem como do reconhecimento do estado de insolvência pelo Banco Central do Brasil;

III - por determinação do Banco Central do Brasil, nas hipóteses de que trata o art. 81 da Lei nº 13.097, de 2015;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - em função de proposição da instituição emissora, sujeita à deliberação da assembleia geral dos investidores titulares de LIG; e

V - por deliberação da assembleia geral dos investidores titulares de LIG, na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 47.

§ 1º A instituição emissora deve estabelecer, contratualmente, o período mínimo pelo qual o agente fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções após comunicação de sua renúncia.

§ 2º A instituição emissora, nas hipóteses de que trata o caput, incisos I, II e III, enquanto administrar a carteira de ativos, deve:

I - nomear substituto provisório, cuja efetivação na função de agente fiduciário sujeita-se à deliberação da assembleia geral dos investidores titulares de LIG; e

II - convocar a assembleia geral dos investidores titulares de LIG, observados o prazo máximo para substituição referido no § 3º e o período de antecedência mínima de convocação, para deliberar quanto à efetivação do substituto provisório na função de agente fiduciário.

§ 3º O agente fiduciário deve ser substituído:

I - até o término do período mínimo de permanência referido no § 1º, na hipótese de que trata o caput, inciso I; ou

II - em até trinta dias, nas hipóteses de que trata o caput, incisos II e III.

§ 4º Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 47, a assembleia geral dos investidores titulares de LIG destinada à escolha de novo agente fiduciário, em função do disposto nos incisos I, II e III do caput, deve ser convocada pelo agente fiduciário a ser substituído, ou, na sua omissão, nos termos disciplinados no Termo de Emissão, observados o prazo máximo para substituição referido no § 3º e o período de antecedência mínima de convocação.

§ 5º Em casos excepcionais, o Banco Central do Brasil pode proceder à convocação da assembleia para a escolha de novo agente fiduciário ou nomear substituto provisório, cuja efetivação na função de agente fiduciário sujeita-se à deliberação da assembleia geral dos investidores titulares de LIG.

Seção III

Das Atribuições e Poderes do Agente Fiduciário durante a Administração da Carteira de Ativos pela Instituição Emissora

Art. 63. São deveres do agente fiduciário durante a administração da carteira de ativos pela instituição emissora:

I - verificar a veracidade das informações contidas no registro e dos demais documentos fornecidos pela instituição emissora;

II - diligenciar para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos que identifique no registro e nos demais documentos fornecidos pela instituição emissora;

III - zelar pela proteção dos direitos e interesses coletivos dos investidores titulares de LIGs;

IV - monitorar a administração da carteira de ativos pela instituição emissora, verificando o cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução;

V - informar à instituição emissora e ao Banco Central do Brasil a superveniência de qualquer fato que possa implicar conflito de interesses ou qualquer outra forma de inaptidão para o exercício de suas funções;

VI - conservar em boa guarda as correspondências, relatórios e demais documentos e registros relacionados com o exercício de suas funções;

VII - acompanhar a prestação das informações obrigatórias pela instituição emissora ao depositário central e aos órgãos de supervisão, alertando os investidores titulares de LIGs, o Banco Central do Brasil e demais interessados acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;

VIII - emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições da emissão da LIG, apresentadas em assembleia dos investidores titulares de LIG, quando aplicável;

IX - verificar a regularidade:

a) do cumprimento do limite de afetação estabelecido no art. 3º, inciso I;

b) da constituição da carteira de ativos e de outras garantias que venham a ser oferecidas aos investidores;

c) da contratação de obrigações adicionais às originalmente contratadas;

d) da realização de substituição e reforço de ativos da carteira de ativos, com base nas informações fornecidas pela instituição emissora e nos controles efetuados pelo depositário central; e

e) da liberação de recursos financeiros provenientes dos ativos integrantes da carteira de ativos;

X - requisitar a substituição ou o reforço dos ativos da carteira de ativos, quando não efetuado pela instituição emissora conforme estabelecido no art. 43;

XI - manter relatório à disposição do Banco Central do Brasil, com periodicidade anual, contendo as informações que evidenciem a situação da carteira de ativos, relativamente ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução, e os procedimentos adotados regularmente pela instituição emissora;

XII - comunicar ao Banco Central do Brasil, de imediato:

a) o descumprimento dos requisitos da carteira de ativos;

b) a necessidade de substituição ou reforço dos ativos pela instituição emissora;

c) a inadequação da metodologia adotada para verificação de atendimento dos requisitos da carteira de ativos, caso não sanada pela instituição emissora em tempo hábil; e

d) a existência de qualquer irregularidade por ele verificada em relação à LIG e à administração da carteira de ativos, caso não sanada pela instituição emissora;

XIII - convocar a assembleia geral de investidores titulares de LIG;

XIV - comparecer à assembleia geral de investidores titulares de LIG, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

XV - manter canal de comunicação permanente:

a) com os investidores titulares de LIGs, fornecendo, a qualquer tempo, os documentos ou quaisquer outras informações que lhe forem requisitados pertinentes à defesa de seus interesses e sobre os quais não seja oponível qualquer espécie de sigilo; e

b) com o depositário central e a entidade registradora, inclusive para fornecimento de informações tempestivas acerca de resgate, recompra e vencimento antecipado de LIG, bem como de outros eventos que possam suspender novas emissões;

XVI - adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses coletivos dos investidores titulares de LIGs;

XVII - atuar, preventivamente, na adequação de seus sistemas e processos visando a possibilidade de implementação do Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos;

XVIII - divulgar aos investidores titulares de LIGs demonstrativos atualizados que evidenciem a sua situação econômico-financeira; e

XIX - fornecer os documentos previstos no art. 77, parágrafo único, uma vez satisfeitos todos os compromissos relativos às LIGs.

Art. 64. A instituição emissora é responsável por arcar com o pagamento de despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses coletivos dos investidores titulares de LIGs garantidas pela carteira de ativos, durante o período em que administrar a carteira de ativos.

Seção IV

Das Atribuições e Poderes do Agente Fiduciário sob Mandato para Administrar a Carteira de Ativos

Art. 65. São deveres do agente fiduciário nas hipóteses previstas no art. 47:

I - implementar as ações relacionadas ao Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos de que trata o art. 46;

II - zelar pela proteção dos direitos e interesses dos investidores titulares de LIGs, efetuando diligências necessárias para a manutenção da regularidade da carteira de ativos e a preservação do regime fiduciário;

III - adotar processos de controle contábil e operacional adequados às exigências relacionadas à administração da carteira de ativos;

IV - convocar a assembleia dos investidores titulares de LIG;

V - exercer o mandato legal nas hipóteses previstas no art. 47 com relação aos instrumentos derivativos contratados para a proteção da carteira de ativos;

VI - adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos investidores titulares da LIG;

VII - elaborar demonstrativo financeiro contendo as informações que evidenciem a situação da carteira de ativos e das LIGs por ela garantidas;

VIII - encaminhar ao interventor, liquidante ou administrador judicial da instituição emissora o demonstrativo referido no inciso VII, acompanhado dos relatórios de auditoria de que trata o art. 48;

IX - manter permanentemente atualizadas as informações relativas ao registro ou depósito dos ativos integrantes da carteira de ativos;

X - conservar atualizada a documentação relacionada à carteira de ativos e às LIGs por ela garantidas;

XI - zelar pelo atendimento aos requisitos aos quais se referem os arts. 55 a 57;

XII - manter disponíveis na internet:

a) o demonstrativo financeiro referido no inciso VII;

b) os resultados referentes à verificação dos requisitos da carteira de ativos;

c) as metodologias adotadas para o atendimento dos requisitos da carteira de ativos; e

d) os demonstrativos atualizados que evidenciem a sua situação econômico-financeira;

XIII - tomar providências para adequar a carteira de ativos aos pagamentos programados;

XIV - comparecer à assembleia geral dos investidores titulares de LIG, quando requisitado;

XV - atender, de imediato, às exigências de prestação de informações do Banco Central do Brasil;

XVI - manter atualizado perante o Banco Central do Brasil o cadastro de profissionais responsáveis pela representação dos investidores titulares de LIGs, pela administração da carteira de ativos e pela política de gestão de riscos e de controles internos da instituição;

XVII - estabelecer canal de comunicação com o interventor, liquidante ou administrador judicial da instituição emissora, para a troca de informações relevantes à administração da carteira de ativos e para a resolução da massa concursal;

XVIII - informar à assembleia geral dos investidores titulares de LIG e ao Banco Central do Brasil a superveniência de qualquer fato que possa implicar conflito de interesses ou qualquer outra forma de inaptidão para o exercício de suas funções; e

XIX - manter relatório à disposição do Banco Central do Brasil, com periodicidade anual, contendo as informações que evidenciem a situação da carteira de ativos, relativamente ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta Resolução, e os procedimentos adotados regularmente pela instituição;

§ 1º O agente fiduciário deve assegurar ao auditor independente acesso às informações necessárias ao desempenho de suas funções.

§ 2º O agente fiduciário pode, nos termos a serem acordados com o interventor, liquidante ou administrador judicial, utilizar-se dos recursos tecnológicos, humanos e operacionais da instituição emissora até a finalização da transição dos processos relacionados com a administração da carteira de ativos.

Art. 66. As despesas extraordinárias incorridas pelo agente fiduciário para salvaguardar a carteira de ativos e os direitos e interesses coletivos dos investidores titulares de LIGs, nas hipóteses previstas no art. 47, devem ser cobertas pelos recursos financeiros ou pela negociação dos ativos integrantes da carteira de ativos, nos termos estabelecidos nos arts. 53 e 54.

Parágrafo único. O agente fiduciário não se submete à prévia autorização da assembleia geral de investidores titulares de LIG para se ressarcir das despesas referidas no caput, sem prejuízo da devida prestação de contas.

Art. 67. O agente fiduciário deve realizar assembleia geral dos investidores titulares de LIG, até trinta dias após a ocorrência dos eventos a que se refere o art. 47, para apresentação de informações relativas à administração da carteira de ativos e à implementação do Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos.

§ 1º Para fins do disposto no caput, devem ser apresentados aos investidores, no mínimo:

I - detalhamento da posição financeira dos ativos integrantes da carteira de ativos, dos compromissos relacionados com as LIGs por ela garantidas, dos valores recebidos e das despesas nas quais tenha incorrido; e

II - esclarecimentos relacionados aos seguintes aspectos:

a) pagamentos de principal, juros e demais obrigações atinentes às LIGs em vigência;

b) situação da carteira de ativos relativamente ao atendimento dos requisitos na forma estabelecida nesta Resolução, indicando o resultado da última verificação efetuada e as medidas adotadas para reestabelecimento de seu equilíbrio, quando aplicável;

c) estrutura de gestão de riscos, controles internos e estratégia de negociação dos ativos integrantes da carteira de ativos;

d) estrutura de amortização da LIG prevista no Regime Especial de Amortização e perspectiva de acionamento da postergação, quando admitida;

e) identificação dos responsáveis pela administração da carteira de ativos, dos prestadores de serviços contratados e apresentação dos termos de contratação;

f) canais de comunicação à disposição dos investidores e demais interessados;

g) regularidade e formas de acessos às publicações relativas às LIGs em circulação e à carteira de ativos;

h) prestações de contas sobre os serviços realizados; e

i) ações adotadas para a implementação do Plano de Transição da Administração da Carteira de Ativos e eventuais desvios, incluindo as respectivas justificativas.

§ 2º O agente fiduciário deve encaminhar cópia do documento referido no inciso I do § 1º ao administrador da massa concursal, ou do regime especial, e ao auditor independente.

CAPÍTULO X

DA ASSEMBLEIA GERAL DOS INVESTIDORES TITULARES DE LIG

Seção I

Das Competências Privativas

Art. 68. A assembleia geral dos investidores possui poderes para decidir a respeito dos negócios que afetem os direitos dos investidores titulares de LIG, observado o disposto na legislação em vigor e nesta Resolução.

Art. 69. Compete privativamente à assembleia geral dos investidores deliberar a respeito dos seguintes temas:

I - substituição do agente fiduciário;

II - pareceres, relatórios e demonstrativos financeiros produzidos pelo agente fiduciário, conforme a regulamentação vigente e o Termo de Emissão de LIG;

III - alterações no Regime Especial de Amortização propostas pela instituição emissora;

IV - alteração das condições de convocação, instalação e deliberação da assembleia geral dos investidores; e

V - estabelecimento de diretrizes para a atuação do agente fiduciário na administração da carteira de ativos, observadas as condições estabelecidas nesta Resolução, nas hipóteses previstas no art. 47.

Seção II

Da Convocação e Instalação

Art. 70. A assembleia geral dos investidores deve ser convocada e instalada conforme estabelecido no Termo de Emissão da LIG, observado o seguinte:

I - a convocação deve ser efetuada, no mínimo, mediante divulgação em edital publicado em jornal de grande circulação na praça em que tiver sido feita a emissão da LIG e na seção dedicada aos investidores titulares de LIG na página na internet da instituição emissora ou do agente fiduciário, conforme o caso;

II - a convocação deve ser realizada com vinte dias de antecedência, no mínimo, da data de realização da assembleia; e

III - instala-se a assembleia:

a) com a presença de titulares que representem, pelo menos, dois terços do valor nominal total das LIGs em circulação, em primeira convocação; e

b) com qualquer número de presentes, em segunda convocação.

§ 1º O edital de convocação da assembleia deve listar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da assembleia.

§ 2º No edital de convocação da assembleia devem constar, obrigatoriamente, dia, hora e local em que ela será realizada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º O edital de convocação deve indicar a página na internet em que o investidor pode acessar os documentos e todas as informações pertinentes às propostas a serem submetidas à apreciação da assembleia, que devem estar disponíveis com pelo menos vinte dias de antecedência em relação à sua data de realização.

§ 4º A assembleia que reunir a totalidade dos investidores titulares de LIG pode considerar sanada a falta de qualquer dos requisitos de convocação, sendo, neste caso, considerada legítima e regular.

Art. 71. Podem convocar a assembleia geral dos investidores, observado o disposto nesta Resolução e as condições estabelecidas no Termo de Emissão:

I - o agente fiduciário;

II - a instituição emissora;

III - os investidores que detenham ao menos 10% (dez por cento) do valor nominal total das LIGs vinculadas à carteira de ativos; e

IV - o Banco Central do Brasil.

Seção III

Das Deliberações

Art. 72. Consideram-se válidas as deliberações tomadas pelos investidores titulares de LIG que representem mais da metade do valor nominal total das LIGs presentes na assembleia geral dos investidores, desde que não estabelecido formalmente outro quórum específico.

CAPÍTULO XI

DA PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS INVESTIDORES

Art. 73. As instituições emissoras devem elaborar, ao final de cada trimestre civil, relatório específico que evidencie a situação da carteira de ativos e das LIGs por ela garantidas.

§ 1º O relatório a que se refere o caput deve conter, no mínimo, informações que permitam:

I - a avaliação dos riscos relacionados à emissão de LIG ou ao Programa de Emissão de LIG e dos correspondentes mecanismos de mitigação utilizados;

II - a verificação do atendimento dos requisitos de elegibilidade, composição, suficiência, prazo e liquidez; e

III - a verificação do cumprimento das condições estabelecidas nas LIGs.

§ 2º A instituição emissora deve elaborar um relatório para cada emissão de LIG, ou Programa de Emissão de LIG.

§ 3º O Banco Central do Brasil pode definir o conjunto mínimo de informações a serem prestadas no relatório de que trata o caput.

Art. 74. O relatório a que se refere o art. 73 deve ser publicado em seção específica no endereço da instituição emissora na internet, de acesso público e de fácil localização, devendo ser observados os seguintes prazos de divulgação:

I - até trinta dias da data-base, para as datas-bases de 31 de março e 30 de setembro;

II - até sessenta dias da data-base, para a data-base de 30 de junho; e

III - até noventa dias da data-base, para a data-base de 31 de dezembro.

Parágrafo único. O relatório deve permanecer disponível no local referido no caput pelo período mínimo de cinco anos.

Art. 75. Na hipótese de divulgação de informações incorretas ou incompletas, a instituição emissora deve, por iniciativa própria ou por determinação do Banco Central do Brasil, providenciar nova divulgação do relatório pelas mesmas vias, mencionando de forma explícita os motivos determinantes da republicação.

Art. 76. A instituição emissora deve divulgar, ampla e imediatamente, ato ou fato relevante que represente ou possa vir a representar alteração significativa na situação da carteira de ativos e das LIGs por ela garantidas.

Parágrafo único. O disposto no caput não dispensa a instituição emissora de registrar o ato ou fato relevante, com esclarecimentos circunstanciados, no relatório correspondente à respectiva data-base.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 77. Os ativos excedentes da carteira de ativos devem ser integrados à massa concursal após a liquidação integral dos direitos dos investidores titulares de LIG e o pagamento dos encargos, custos e despesas relacionados com o exercício desses direitos.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput, o agente fiduciário deve encaminhar ao interventor, liquidante ou administrador judicial da instituição emissora, bem como ao Banco Central do Brasil:

I - termo de quitação das obrigações relacionadas às LIGs; e

II - demonstrativo financeiro da carteira de ativos.

Art. 78. A instituição emissora deve manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de dez anos contados a partir da data de vencimento da LIG, toda a documentação relacionada à carteira de ativos e às LIGs por ela garantidas.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também ao agente fiduciário que exercer a administração da carteira de ativos, nas hipóteses previstas no art. 47.

Art. 79. No primeiro ano de vigência desta Resolução, o limite de emissão de LIG com cláusula de correção pela variação cambial não pode ser superior, para cada emissor, a 50% (cinquenta por cento) do respectivo saldo total das LIGs emitidas.

Art. 80. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 81. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ILAN GOLDFAJN
Presidente do Banco Central do Brasil

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DO MERCADO ABERTO

CARTA CIRCULAR Nº 3.837, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Divulga metodologia de cálculo e procedimentos para o ressarcimento dos custos a que estão sujeitos os participantes do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

O Chefe do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, em decorrência do disposto nos arts. 117 e 118 do Regulamento do Selic, anexo à Circular nº 3.587, de 26 de março de 2012, resolve:

Art. 1º O valor devido por cada participante do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), relativamente ao ressarcimento de custos, corresponde a um percentual de até 100% (cem por cento) do valor apurado com base nos seguintes fatores:

I - custódia dos títulos; e

II - transmissão de comandos das operações registradas.

§ 1º O percentual referido no caput é fixado mensalmente, em função dos custos, e vigora para todos os participantes do Selic.

§ 2º Os extratos desses valores estão disponíveis para consulta a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao de referência.

Art. 2º No tocante à custódia dos títulos:

I - até dezembro de 2017, o valor é calculado mediante utilização da seguinte tabela:

Base de cálculo	Alíquota	Adicional
Até R$5.000.000.000,00	0,00035%	-
De R$5.000.000.000,01 a R$10.000.000.000,00	0,00023%	R$6.000,00
Acima de R$10.000.000.000,00	0,00015%	R$14.000,00

II - a partir de janeiro de 2018, o valor é calculado mediante utilização da seguinte tabela:

Base de cálculo	Alíquota	Adicional
Até R$20.000.000,00	0,00050%	-
De R$20.000.000,01 a R$5.000.000.000,00	0,00035%	R$30,00
De R$5.000.000.000,01 a R$10.000.000.000,00	0,00023%	R$6.030,00
Acima de R$10.000.000.000,00	0,00015%	R$14.030,00

§ 1º A tabela é aplicada sobre os títulos:

I - do participante - custódia própria e de terceiros, exceto clientes individualizados - que se encontrem registrados em suas contas de custódia e em contas de depósito, de garantia e de cessão fiduciária das câmaras; e

II - de cada cliente individualizado que se encontrem registrados em suas contas de custódia e em contas de depósito, de garantia e de cessão fiduciária das câmaras.

§ 2º A base de cálculo da tabela corresponde à média aritmética dos valores dos títulos, observado que:

I - a média aritmética considera apenas os dias úteis do mês;

II - a posição de títulos de cada conta corresponde ao saldo de fechamento do dia; e

III - os valores dos títulos são calculados de acordo com os preços unitários aceitos pelo Banco Central do Brasil em suas operações compromissadas, divulgados diariamente pelo Demab ou, na falta desses preços, de acordo com os valores nominais atualizados.

§ 3º O valor referente à custódia dos títulos, deduzidos os títulos sob compromisso de revenda, em contas não individualizadas de terceiros, salvo as do Programa Tesouro Direto, deve ser multiplicado por:

I - dois, em novembro de 2017, para cliente pessoa jurídica;

II - três, em dezembro de 2017, para cliente pessoa jurídica; e

III - cinco, a partir de janeiro de 2018.

Art. 3º Relativamente ao fator definido no inciso II do art. 1º, o valor corresponde a R$1,00 (um real) por cada comando de operação do participante registrada no Selic, mesmo que transmitido por terceiro.

Art. 4º As contas bloqueadas pelo administrador do Selic estão isentas do ressarcimento de custos.

Art. 5º A cobrança é efetuada no décimo dia útil do mês subsequente ao de referência, com a transmissão dos comandos da operação, código 1069, pelo administrador do Selic e pelo participante.

Art. 6º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2017, quando ficará revogada a Carta Circular nº 3.643, de 28 de março de 2014.

JOÃO HENRIQUE DE PAULA FREITAS SIMÃO

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 245ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2017

Pauta dos Recursos a serem julgados na 245ª Sessão de Julgamento do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização - CRSNSP, a ser realizada no Ministério da Fazenda, sito à Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1111, Centro, Rio de Janeiro, na seguinte data e horário:

11 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 10 HORAS.

1.RECURSO Nº 6945 - Processo SUSEP nº 15414.002180/2011-31 - PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS - Recorrente: Sul America Seguros de Pessoas e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

2.RECURSO Nº 7114 - Processo SUSEP nº 15414.000952/2013-61 - Recorrente: Cia. de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

3.RECURSO Nº 7152 - Processo SUSEP nº 15414.100589/2010-31 - Recorrente: Cia Itaú de Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

4.RECURSO Nº 7183 - Processo SUSEP nº 15414.100347/2012-17 - Recorrente: Tokio Marine Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

5.RECURSO Nº 7189 - Processo SUSEP nº 15414.002273/2012-46 - Recorrente: Cláudio Jorge Costa Nascimento; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

6.RECURSO Nº 7191 - Processo SUSEP nº 15414.100639/2012-41 - Recorrente: Farid Eid Filho; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

7.RECURSO Nº 7211 - Processo SUSEP nº 15414.004341/2012-10 - Recorrente: Essor Seguros S.A e Fábio Henrique Ferreira de Pinho; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

8.RECURSO Nº 7213 - Processo SUSEP nº 15414.200536/2011-08- Recorrente: Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

9.RECURSO Nº 7214 - Processo SUSEP nº 15414.005422/2012-29 - Recorrente: Tarcisio José Massote de Godoy; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

10.RECURSO Nº 7220 - Processo SUSEP nº 15414.003148/2012-53; Recorrente: Cláudio Jorge Costa Nascimento; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

11.RECURSO Nº 7227- Processo SUSEP nº 15414.100157/2012-91 - Recorrente: HPE Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

12.RECURSO Nº 7240 - Processo SUSEP nº 15414.200419/2011-36 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul - PREVISUL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira. Relator de Vista: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

13.RECURSO Nº 7242 - Processo SUSEP nº 15414.005395/2012-94 - Recorrente: Associação dos Transportadores de Carga do Vale do Aço - ATVA; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

14.RECURSO Nº 7255 - Processo SUSEP nº 15414.003149/2012-06 - Recorrente: CAPEMISA Seguradora de Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira. Relator de Vista: Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

15.RECURSO Nº 7257 - Processo SUSEP nº 15414.001904/2013-91. Recorrente: Farid Eid Filho; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

16.RECURSO Nº 7258 - Processo SUSEP nº 15414.005214/2012-20 - Recorrente: Fator Seguradora S.A. e Stephan Borges Vieira; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17.RECURSO Nº 7262 - Processo SUSEP nº 15414.004586/2012-39 - Recorrente: Luciano Snel Corrêa; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

18.RECURSO Nº 7265 - Processo SUSEP nº 15414.004250/2012-76 - Recorrente: BRADESCO Vida e Previdência S.A. e Jair de Almeida Lacerda Junior ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

19.RECURSO Nº 7272 - Processo SUSEP nº 15414.003771/2012-14 - Recorrente: Beatriz de Moura Campos Mello Almada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relator: Conselheiro André Leal Faoro.

20.RECURSO Nº 7273 - Processo SUSEP nº 15414.001724/2013-17 - Recorrente: Flávio Roberto Andreani Perondi; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

21.RECURSO Nº 7286 - Processo SUSEP nº 15414.002692/2012-88. Recorrentes: Companhia Excelsior de Seguros e George Ricardo Martins de Souza. Recorrido: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP; Relatora: Conselheira Ana Maria Melo Netto Oliveira.

OBSERVAÇÕES:

1 - Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta, fica facultado à Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação, conforme previsto no § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016.

2 - Os pedidos de retirada de pauta deverão ser apresentados pelos recorrentes ou representantes legais até o dia 06 de setembro de 2017, observando-se o disposto nos incisos I e II do § 3º do artigo 19 do Regimento Interno do CRSNSP, aprovado pela Portaria MF nº 38, de 10 de fevereiro de 2016. Tais pedidos, acompanhados das respectivas documentações, inclusive das comprobatórias da representação processual, deverão ser protocolizados na Secretaria Executiva do CRSNSP (Av. Presidente Antônio Carlos, 375, sala 1029VR, Centro, Rio de Janeiro), observado o prazo acima.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2017.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente

CECÍLIA VESCOVI DE ARAGÃO BRANDÃO
Secretária Executiva

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS Nº 42, DE 20 DE SETEMBRO DE 2013 (*)

Divulga as margens de valor agregado a que se refere a cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo, e com outros produtos.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 12, XIII, do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, torna público que a Comissão, na sua 154ª reunião ordinária, realizada nos dias 18 a 20 de setembro de 2013, em Brasília, DF, com base no Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, especialmente em sua cláusula oitava, decidiu:

Art. 1º Nos termos da cláusula oitava do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, as unidades federadas adotarão como margem de valor agregado:

I - quanto a combustíveis derivados ou não de petróleo, na hipótese em que o sujeito passivo por substituição seja:

a) distribuidora de combustíveis e demais remetentes de outras unidades da Federação, os percentuais constantes nos seguintes anexos:

1. Anexo I, em relação aos produtos nele indicados, nas situações não abrangidas pelos itens 2 a 5 desta alínea;

2. Anexo IV, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço o valor da CIDE;

3. Anexo VI, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço os valores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;

4.Anexo VIII, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço os valores da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e da CIDE;

5. Anexo XIII, em relação aos produtos nele indicados, se a distribuidora de combustíveis ou os remetentes de outras unidades da Federação realizarem operação sem computar no respectivo preço os valores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;

b) produtor nacional de combustíveis, os percentuais constantes nos seguintes anexos:

1. Anexo II, em relação aos produtos nele indicados, nas situações não abrangidas pelos itens 2 a 4 desta alínea;

2. Anexo V, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço o valor da CIDE;

3. Anexo VII, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço os valores da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;

4. Anexo IX, em relação aos produtos nele indicados, se o produtor nacional de combustíveis realizar operações sem computar no respectivo preço o valor das contribuições para o PIS/PASEP, da COFINS e da CIDE;

c) importador de combustíveis, os percentuais constantes nos seguintes anexos:

1. Anexo III, em relação aos produtos nele indicados, nas situações não abrangidas pelos itens 2 a 4 desta alínea;

2. Anexo X, em relação aos produtos nele indicados, se o importador realizar operações de importação com a exigibilidade suspensa ou sem pagamento do valor da CIDE;

3. Anexo XI, em relação aos produtos nele indicados, se o importador realizar operações de importação com a exigibilidade suspensa ou sem pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS;

4. Anexo XII, em relação aos produtos nele indicados, se o importador realizar operações de importação com a exigibilidade suspensa ou sem pagamento da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e da CIDE;

II - quanto a lubrificantes derivados ou não de petróleo, na hipótese em que o sujeito passivo por substituição seja distribuidora de combustíveis, produtor nacional de lubrificantes, importador de lubrificantes e demais remetentes de outras unidades da Federação, dos percentuais constantes no Anexo XIV, em relação aos produtos nele indicados.

Art. 2º Fica revogado o ATO COTEPE/ICMS 21/08, de 25 de junho de 2008.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

ANEXO I

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Álcool Hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
						7%	12%	Originado de Importação 4%				
AC	39,21%	83,97%	39,21%	83,97%	41,58%	73,45%	64,60%	-	9,93%	36,81%	-	-
AL	38,23%	84,30%	38,23%	84,30%	36,37%	69,9%	60,00%	-	16,28%	40,10%	-	-
AM	39,60%	86,14%	39,60%	86,14%	34,69%	67,01%	58,03%	72,40%	-	-	-	-
AP	37,39%	83,19%	37,39%	83,19%	55,06%	92,27%	81,94%	98,47%	30,00%	73,33%	-	-
BA	32,82%	73,44%	33,66%	78,98%	15,74%	32,40%	25,37%	32,19%	18,37%	47,31%	-	-
CE	23,41%	69,05%	23,41%	69,05%	34,17%	66,37%	57,43%	-	9,62%	36,42%	-	-
DF	15,78%	54,37%	15,78%	54,37%	36,28%	68,98%	59,90%	74,44%	9,94%	46,59%	-	-
ES	85,41%	153,99%	85,41%	153,99%	48,14%	78,08%	78,08%	96,38%	-	-	116,09%	160,32%
GO	21,41%	64,06%	21,41%	64,06%	13,76%	42,97%	35,28%	47,59%	54,78%	86,48%	-	-
MA	26,18%	68,24%	26,18%	68,24%	14,95%	42,54%	34,87%	47,14%	9,62%	36,42%	-	-
MG	38,40%	94,93%	39,25%	96,13%	46,28%	-	49,69%	63,29%	24,33%	51,62%	53,00%	-
MS	26,17%	80,24%	73,96%	148,51%	94,57%	141,26%	128,29%	-	59,96%	92,72%	-	-
MT	69,67%	124,93%	69,67%	124,93%	114,64%	184,10%	184,10%	-	138,36%	184,70%	-	-
PA	21,09%	72,98%	21,09%	72,98%	20,44%	60,01%	51,41%	-	30,00%	56,63%	-	-
PB	18,09%	61,77%	-	-	15,45%	39,44%	31,94%	43,94%	22,29%	49,13%	137,98%	-
PE	39,19%	98,46%	39,19%	98,84%	15,69%	53,70%	45,44%	58,66%	43,47%	74,97%	-	-
PI	14,50%	52,66%	14,50%	52,66%	23,45%	53,08%	44,85%	-	11,89%	34,81%	-	-
PR	26,69%	75,96%	26,69%	75,96%	30,00%	-	30,00%	52,20%	20,23%	46,67%	70,00%	-
RJ	31,92%	99,88%	31,92%	99,88%	25,00%	52,96%	44,74%	57,89%	11,35%	39,19%	100,00%	-
RN	30,86%	84,31%	80,79%	154,64%	8,20%	30,68%	23,66%	38,49%	20,48%	46,92%	-	-
RO	40,98%	90,51%	40,98%	90,51%	21,40%	48,55%	44,37%	57,49%	29,91%	57,47%	-	-
RR	17,80%	47,25%	17,80%	47,25%	20,00%	48,81%	40,81%	-	9,97%	36,86%	-	-
RS	32,43%	89,18%	63,12%	133,03%	31,59%	-	65,43%	80,47%	9,96%	34,09%	-	-
SC	20,49%	60,66%	20,49%	60,66%	18,52%	-	39,06%	51,71%	9,93%	36,81%	-	-
SE	25,72%	67,63%	25,72%	67,63%	32,84%	69,23%	60,14%	74,69%	21,67%	48,38%	-	-
SP	93,49%	157,14%	93,49%	157,14%	20,67%	29,76%	37,13%	25,70%	10,48%	34,73%	-	-
TO	25,72%	67,63%	25,72%	67,63%	32,84%	69,23%	60,14%	74,69%	21,67%	48,38%	-	-

ANEXO II

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	101,12%	166,51%	101,12%	166,51%	41,13%	84,29%	41,13%	84,29%	-	-	136,32%	180,65%	41,45%	76,22%	30,00%	-
AL	84,30%	145,79%	84,30%	145,79%	19,34%	45,54%	19,34%	45,54%	-	-	92,76%	119,05%	30,31%	57,00%	168,96%	-
AM	96,11%	161,48%	90,88%	154,51%	40,65%	71,53%	40,48%	71,31%	213,57%	282,41%	92,70%	135,01%	-	-	-	-
AP	93,16%	157,55%	88,01%	150,69%	36,20%	81,60%	41,44%	88,58%	348,53%	409,69%	124,76%	199,68%	30,00%	73,33%	-	-
BA	78,32%	147,64%	60,35%	120,82%	40,35%	70,96%	42,60%	73,95%	190,91%	230,58%	103,37%	131,10%	41,08%	69,97%	225,74%	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CE	69,94%	132,80%	69,94%	132,80%	19,16%	43,56%	19,16%	43,56%	-	-	95,61%	138,55%	29,76%	58,24%	107,26%	122,43%
DF	59,19%	112,25%	59,19%	112,25%	12,23%	27,54%	12,23%	27,54%	73,88%	97,59%	73,88%	97,59%	9,94%	46,59%	30,00%	-
ES	143,33%	233,33%	143,33%	233,33%	45,86%	65,75%	45,86%	65,75%	250,91%	346,56%	116,07%	160,32%	-	-	151,58%	56,63%
GO	56,46%	111,43%	56,46%	111,43%	17,54%	33,56%	17,54%	33,56%	106,72%	134,91%	106,72%	134,91%	28,47%	54,78%	30,00%	-
MA	75,19%	133,59%	75,19%	133,59%	26,76%	54,59%	26,76%	54,59%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	-	-	30,00%	-
MG	72,28%	142,65%	63,84%	130,76%	23,49%	45,28%	23,83%	45,68%	84,29%	124,74%	84,29%	124,74%	27,30%	55,24%	207,40%	-
MS	83,20%	161,71%	145,86%	251,23%	39,82%	68,45%	40,60 %	69,40%	256,65%	305,28%	110,12%	138,77%	81,47%	118,64%	-	-
MT	133,85%	189,97%	133,85%	189,97%	148,92%	172,91%	148,92%	172,91%	-	-	159,50%	180,32%	148,92%	178,91%	223,41%	-
PA	68,00%	140,00%	68,00%	140,00%	37,92%	66,17%	37,92%	66,17%	-	-	97,38%	137,81%	30,00%	56,63%	30,00%	-
PB	63,90%	124,52%	-	-	20,97%	47,52%	-	-	-	-	74,69%	113,04%	19,52%	45,76%	182,13%	244,06%
PE	102,11%	188,73%	96,72%	181,03%	50,14%	83,09%	52,40%	85,85%	171,83%	231,50%	60,83%	96,14%	33,43%	62,72%	-	-
PI	57,28%	109,71%	57,28%	109,71%	15,32%	38,94%	15,32%	38,94%	-	-	89,07%	127,80%	-	-	30,00%	-
PR	70,05%	136,18%	70,05%	136,18%	35,04%	53,45%	35,04%	53,45%	-	-	147,41%	181,15%	-	68,69%	30,00%	-
RJ	83,08%	177,39%	-	-	42,83%	70,04%	-	-	-	-	48,30%	68,53%	49,45%	86,81%	-	-
RN	83,81%	158,89%	75,90%	140,96%	38,14%	68,47%	47,97%	80,45%	198,63%	264,18%	83,28%	123,52%	91,24%	133,22%	116,30%	132,13%
RO	98,11%	167,71%	92,82%	160,57%	59,11%	91,70%	38,47%	66,83%	201,49%	242,60%	201,49%	242,60%	46,40%	76,39%	-	-
RR	107,72%	159,65%	107,72%	159,65%	45,81%	75,67%	45,81%	75,67%	118,16%	162,84%	118,16%	162,84%	-	-	-	-
RS	85,87%	165,53%	134,35%	234,79%	42,55%	61,99%	43,57%	63,15%	219,90%	263,52%	95,29%	121,92%	29,12%	57,47%	-	-
SC	65,84%	121,12%	65,84%	121,12%	18,12%	34,23%	18,12%	34,23%	-	-	134,96%	167,00%	40,80%	69,64%	-	-
SE	72,85%	136,78%	72,85%	136,78%	16,38%	41,93%	16,38%	41,93%	74,75%	113,11%	74,75%	113,11%	21,67%	48,38%	-	-
SP	93,49%	157,14%	93,49%	157,14%	50,86%	71,02%	53,63%	74,16%	179,08%	217,13%	86,21%	111,44%	-	-	-	-
TO	72,85%	136,78%	72,85%	136,78%	16,38%	41,93%	16,38%	41,93%	74,75%	113,11%	74,75%	113,11%	21,67%	48,38%	-	-

ANEXO III

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS

(Art. 1º, I, "c", 1 - regra geral)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	163,48%	251,30%	163,48%	251,30%	36,46%	81,95%	36,46%	81,95%	-	-	85,90%	147,87%	45,89%	94,53%	-	-
AL	83,73%	151,68%	83,73%	151,68%	18,52%	42,80%	18,52%	42,80%	-	-	100,53%	141,60%	12,40%	35,42%	61,31%	94,35%
AM	96,11%	161,48%	90,88%	154,51%	40,65%	71,53%	40,48%	71,31%	213,57%	282,41%	92,70%	135,01%	30,00%	73,33%	110,29%	146,74%
AP	93,16%	157,55%	88,01%	150,69%	36,20%	81,60%	41,44%	88,58%	348,53%	409,69%	124,76%	199,68%	30,00%	73,33%	119,74%	157,83%
BA	78,32%	147,64%	60,35%	120,82%	40,35%	70,96%	42,60%	73,95%	190,91%	230,58%	103,37%	131,10%	41,08%	69,97%	225,74%	-
CE	88,82%	158,66%	88,82%	158,66%	32,40%	59,52%	32,40%	59,52%	-	-	130,13%	194,60%	62,48%	116,64%	-	-
DF	59,19%	112,25%	59,19%	112,25%	12,23%	27,54%	12,23%	27,54%	73,88%	97,59%	73,88%	97,59%	-	-	-	-
ES	143,33%	233,33%	143,33%	233,33%	45,86%	65,75%	45,86%	65,75%	250,91%	346,56%	116,07%	160,32%	30,00%	73,33%	33,92%	78,08%
GO	56,46%	111,43%	56,46%	111,43%	17,54%	33,56%	17,54%	33,56%	106,72%	134,91%	106,72%	134,91%	40,85%	40,85%	13,76%	35,28%
MA	75,19%	133,59%	75,19%	133,59%	26,76%	54,59%	26,76%	54,59%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	101,11%	142,30%	14,95%	47,14%
MG	72,28%	142,65%	63,84%	130,76%	23,49%	45,28%	23,83%	45,68%	84,29%	124,74%	84,29%	124,74%	73,06%	130,74%	59,36%	77,89%
MS	83,20%	161,71%	145,86%	251,23%	39,82%	68,45%	40,60%	69,40%	256,65%	305,28%	110,12%	138,77%	109,09%	151,92%	-	-
MT	133,85%	189,97%	133,85%	189,97%	148,92%	178,91%	148,92%	178,91%	-	-	72,95%	180,32%	296,68%	391,88%	-	-
PA	68,00%	140,00%	68,00%	140,00%	37,92%	66,17%	37,92%	66,17%	-	-	97,38%	137,81%	217,46%	353,51%	-	-
PB	63,90%	124,52%	-	-	20,97%	47,52%	-	-	-	-	74,69%	113,04%	57,87%	92,52%	-	-
PE	102,11%	188,73%	96,72%	181,03%	50,14%	83,09%	52,40%	85,85%	171,83%	231,50%	60,83%	96,14%	-	-	64,56%	106,87%
PI	57,28%	109,71%	57,28%	109,71%	15,32%	38,94%	15,32%	38,94%	-	-	89,07%	127,80%	88,47%	151,30%	29,57%	65,91%
PR	70,05%	136,18%	70,05%	136,18%	35,04%	53,45%	35,04%	53,45%	-	-	147,41%	181,15%	42,86%	90,48%	-	-
RJ	83,08%	77,39%	-	-	42,83%	70,04%	-	-	-	-	48,30%	68,53%	42,37%	63,64%	-	-
RN	83,81%	158,89%	75,90%	140,96%	38,14%	68,47%	47,97%	80,45%	198,63%	264,18%	83,28%	123,52%			25,34%	43,25%
RO	98,11%	167,71%	92,82%	160,57%	59,11%	91,70%	38,47%	66,83%	201,49%	242,60%	201,49%	242,60%	39,96%	86,62%	97,08%	134,37%
RR	156,38%	220,48%	156,38%	220,48%	82,26%	119,59%	82,26%	119,59%	172,69%	228,55%	172,69%	228,55%	68,16%	124,22%	-	-
RS	85,87%	165,53%	134,35%	234,79%	42,55%	61,99%	43,57%	63,15%	219,90%	263,52%	95,29%	121,92%	-	-	137,86%	199,03%
SC	65,84%	121,12%	65,84%	121,12%	18,12%	34,23%	18,12%	34,23%	-	-	134,96%	167,00%	40,76%	87,69%	-	-
SE	72,85%	136,78%	72,85%	136,78%	16,38%	41,93%	16,38%	41,93%	74,75%	113,11%	74,75%	113,11%	72,75%	100,87%	-	-
SP	93,49%	157,14%	93,49%	157,14%	50,86%	71,02%	53,63%	74,16%	179,08%	217,13%	86,21%	111,44%	40,76%	87,69%	20,67%	25,70%
TO	72,85%	136,78%	72,85%	136,78%	16,38%	41,93%	16,38%	41,93%	74,75%	113,11%	72,75%	113,11%	72,75%	100,87%	-	-

ANEXO IV

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

(Art. 1º, I, "a", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
AC	-	-	-	-	-	-
AL	62,35%	122,40%	62,35%	122,40%	24,46%	49,96%
AM	61,24%	114,99%	61,24%	114,99%	-	-
AP	59,51%	112,68%	59,51%	112,68%	30,00%	73,33%
BA	66,62%	122,65%	92,75%	163,69%	18,37%	42,61%
CE	50,12%	105,64%	50,12%	105,64%	9,62%	33,68%
DF	29,93%	73,24%	29,93%	73,24%	9,94%	46,59%
ES	152,71%	246,18%	152,71%	246,18%	-	-
GO	45,95%	97,23%	45,95%	97,23%	54,78%	86,48%
MA	76,36%	135,14%	76,36%	135,14%	18,98%	32,18%
MG	46,56%	106,42%	45,95%	105,56%	24,33%	51,62%
MS	40,67%	100,96%	93,96%	177,08%	34,56%	62,12%
MT	74,26%	142,01%	74,26%	142,01%	129,72%	175,77%
PA	67,86%	139,80%	67,86%	139,80%	-	-
PB	64,05%	124,73%	64,05%	113,05%	22,69%	49,62%
PE	56,14%	123,06%	56,14%	123,06%	43,47%	74,97%
PI	28,03%	70,71%	28,03%	70,71%	11,89%	34,81%
PR	55,33%	115,74%	55,33%	115,74%	-	66,61%
RJ	83,37%	177,83%	83,37%	177,83%	-	25,00%
RN	41,35%	99,09%	41,35%	99,09%	20,48%	46,92%
RO	63,14%	120,46%	63,14%	120,46%	19,59%	44,08%
RR	39,44%	61,62%	39,44%	61,62%	-	-
RS	57,81%	125,44%	94,39%	177,69%	9,96%	34,09%
SC	35,77%	81,02%	35,77%	81,02%	9,93%	36,81%
SE	41,09%	93,27%	41,09%	93,27%	21,67%	48,38%
SP	104,32%	171,53%	104,32%	171,53%	18,73%	44,80%
TO	41,09%	93,27%	41,09%	93,27%	21,67%	48,38%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO V

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 2 - CIDE não computada no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	108,40%	185,47%	108,40%	185,47%	21,26%	46,10%	21,26%	46,10%	-	-	100,53%	141,60%	24,46%	49,95%
AM	120,88%	194,50%	114,99%	186,65%	52,42%	85,87%	51,75%	85,07%	213,57%	282,41%	92,70%	135,01%	-	-
AP	118,50%	191,34%	112,68%	183,57%	47,89%	97,19%	52,67%	103,56%	348,53%	409,69%	124,76%	199,68%	30,00%	73,33%
BA	154,95%	205,38%	154,93%	227,88%	60,31%	101,51%	69,18%	105,33%	160,22%	199,36%	85,44%	110,72%	41,08%	69,97%
CE	108,21%	185,22%	108,21%	185,22%	21,64%	46,55%	21,64%	46,55%	-	-	95,61%	138,55%	35,44%	65,17%
DF	79,33%	139,11%	79,33%	139,11%	14,48%	30,09%	14,48%	30,09%	73,88%	97,59%	73,88%	97,59%	9,94%	46,59%
ES	237,78%	362,71%	237,78%	362,71%	55,54%	76,75%	55,54%	76,75%	250,91%	346,52%	116,07%	160,32%	-	-
GO	89,28%	155,78%	89,28%	155,78%	23,71%	40,58%	23,71%	40,58%	106,72%	134,91%	106,72%	134,91%	28,47%	54,78%
MA	152,69%	236,92%	152,69%	236,92%	40,79%	71,70%	40,79%	71,70%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	81,11%	141,48%
MG	81,46%	155,58%	70,75%	140,49%	26,71%	49,07%	26,90%	49,30%	84,29%	124,74%	84,29%	124,74%	27,30%	55,24%
MS	92,70%	175,29%	158,61%	269,44%	43,28%	72,62%	43,93%	73,41%	256,65%	305,28%	110,12%	138,77%	-	-
MT	142,38%	215,27%	142,38%	215,27%	139,52%	169,71%	139,52%	169,71%	117,99%	138,90%	117,99%	138,90%	81,47%	118,64%
PA	136,60%	237,99%	136,60%	237,99%	35,39%	63,12%	35,39%	63,12%	-	-	99,33%	140,16%	-	-
PB	134,80%	221,64%	-	-	34,49%	64,01%	-	-	-	-	74,69%	113,04%	20,98%	47,54%
PE	113,90%	205,57%	108,19%	197,42%	54,54%	88,46%	56,87%	91,30%	171,83%	231,50%	60,83%	96,14%	33,43%	62,72%
PI	76,51%	135,34%	76,51%	135,34%	17,68%	41,78%	17,68%	41,78%	-	-	89,07%	127,80%	-	-
PR	115,47%	199,26%	115,47%	199,26%	43,60%	63,18%	43,60%	63,18%	-	-	147,41%	181,15%	-	66,61%
RJ	158,61%	291,83%	158,61%	291,83%	54,99%	84,51%	54,99%	84,51%	-	-	48,30%	68,53%	50,13%	87,66%
RN	93,64%	172,73%	93,64%	172,73%	41,80%	72,93%	51,89%	85,23%	198,63%	264,18%	83,28%	123,52%	56,82%	91,24%
RO	123,48%	202,00%	117,52%	193,95%	73,62%	109,18%	48,92%	79,42%	201,49%	242,60%	201,49%	242,60%	31,35%	58,25%
RR	132,49%	192,67%	131,83%	191,79%	57,58%	90,01%	57,08%	89,43%	118,16%	162,84%	118,10%	178,80%	-	-
RS	108,96%	198,51%	163,46%	276,37%	54,24%	75,27%	54,75%	75,85%	219,90%	263,52%	95,29%	121,92%	29,12%	57,47%
SC	87,63%	150,18%	87,63%	150,18%	20,47%	36,90%	20,47%	36,90%	-	-	134,96%	167,00%	40,80%	69,64%
SE	94,73%	166,75%	94,73%	166,75%	37,72%	56,50%	37,92%	56,72%	191,80%	231,59%	82,30%	107,15%	82,30%	107,15%
SP	104,32%	171,53%	104,32%	171,53%	54,91%	75,61%	57,60%	78,66%	179,08%	217,13%	86,21%	111,44%	-	-
TO	94,73%	166,75%	94,73%	166,75%	37,72%	56,50%	37,92%	56,72%	191,80%	231,59%	82,30%	107,15%	82,30%	107,15%

ANEXO VI

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
AC	-	-	-	-	-	-
AL	60,07%	119,27%	60,07%	119,27%	40,07%	68,76%
AM	65,19%	120,25%	65,19%	120,25%	-	-
AP	63,56%	118,09%	63,56%	118,09%	30,00%	73,33%
BA	96,99%	177,55%	100,78%	188,68%	21,68%	46,57%
CE	48,01%	102,76%	48,01%	102,76%	13,11%	37,94%
DF	37,55%	83,41%	37,55%	83,41%	25,41%	67,21%
ES	146,82%	238,11%	146,82%	238,11%	-	-
GO	44,04%	94,65%	44,04%	94,65%	74,19%	109,87%
MA	58,12%	110,83%	58,12%	110,83%	3,06%	37,41%
MG	75,73%	147,51%	68,80%	137,74%	40,14%	70,90%
MS	64,72%	135,32%	127,12%	224,45%	34,99%	62,63%
MT	69,67%	162,03%	69,67%	162,03%	138,44%	179,76%
PA	54,53%	120,76%	54,53%	120,76%	-	-
PB	47,98%	102,71%	47,98%	92,18%	27,91%	55,99%
PE	86,83%	166,89%	86,83%	166,89%	59,32%	94,29%
PI	35,28%	80,38%	35,28%	80,38%	14,99%	38,54%
PR	60,45%	122,85%	60,45%	122,85%	-	68,65%
RJ	68,36%	155,09%	68,36%	155,09%	-	25,00%
RN	66,41%	134,38%	66,41%	134,38%	35,80%	65,61%
RO	67,19%	125,93%	67,19%	125,93%	34,58%	62,15%
RR	77,47%	136,63%	77,47%	136,63%	15,01%	38,57%
RS	61,60%	130,86%	99,06%	184,37%	23,94%	51,14%
SC	44,05%	92,06%	44,05%	92,06%	9,93%	36,81%
SE	49,36%	104,60%	49,36%	104,60%	25,41%	52,94%
SP	233,73%	343,51%	233,73%	343,51%	19,11%	45,25%
TO	49,36%	99,15%	49,36%	99,15%	25,41%	67,21%

ANEXO VII

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 3 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	121,90%	203,97%	121,90%	203,97%	33,39%	60,71%	33,39%	60,71%	-	-	139,49%	188,54%	40,07%	68,76%
AM	126,28%	201,71%	120,52%	193,66%	52,25%	85,67%	51,59%	84,87%	274,97%	357,28%	114,26%	161,30%	-	-
AP	124,06%	198,75%	118,09%	190,78%	47,72%	96,96%	52,51%	103,35%	436,31%	509,44%	148,70%	231,60%	30,00%	73,33%
BA	112,49%	205,38%	116,62%	210,58%	65,26%	101,51%	69,18%	105,33%	160,22%	199,36%	85,44%	110,72%	30,48%	57,64%
CE	105,17%	181,06%	105,17%	181,06%	32,48%	59,61%	32,48%	59,61%	-	-	110,06%	156,17%	38,84%	69,32%
DF	90,25%	153,66%	90,25%	153,66%	24,28%	41,23%	24,28%	41,23%	97,16%	124,05%	97,16%	124,05%	25,41%	67,21%
ES	229,38%	351,20%	229,38%	351,20%	67,96%	90,87%	67,96%	90,87%	311,85%	405,78%	167,68%	222,51%	-	-
GO	86,70%	152,30%	86,70%	152,30%	31,40%	49,31%	31,40%	49,31%	147,63%	181,40%	147,63%	181,40%	44,58%	74,19%
MA	119,54%	192,71%	119,54%	192,71%	49,28%	82,05%	49,28%	82,05%	74,15%	112,38%	74,15%	113,38%	86,59%	148,79%
MG	113,50%	200,71%	93,76%	172,90%	41,27%	66,20%	40,73%	65,56%	112,39%	159,01%	112,39%	159,01%	43,48%	74,98%
MS	125,65%	222,35%	202,82%	332,60%	58,85%	91,39%	58,79%	91,31%	314,93%	371,51%	129,07%	160,31%	84,40%	122,17%
MT	133,85%	189,97%	133,85%	189,97%	149,49%	179,55%	149,49%	179,55%	-	-	167,35%	187,72%	149,49	179,55%
PA	114,40%	206,29%	114,40%	206,29%	43,56%	72,97%	43,56%	72,97%	-	-	111,02%	154,24%	-	-
PB	105,38%	181,34%	-	-	42,46%	73,73%	-	-	-	-	78,33%	117,48%	25,02%	52,46%
PE	155,93%	265,61%	149,10%	255,86%	74,85%	113,23%	77,48%	116,44%	217,57%	287,28%	75,82%	114,41%	48,17%	80,69%
PI	86,86%	149,15%	86,86%	149,15%	27,96%	54,17%	27,96%	54,17%	-	-	118,02%	162,67%	-	-
PR	120,93%	206,85%	120,93%	206,85%	57,44%	78,91%	57,44%	78,91%	-	-	148,25%	182,10%	-	68,65%
RJ	133,65%	254,02%	133,65%	254,02%	66,84%	98,62%	66,84%	98,62%	-	-	54,72%	75,82%	56,50%	95,63%
RN	127,95%	221,06%	127,95%	221,06%	58,41%	93,18%	80,35%	119,94%	249,08%	325,71%	101,12%	145,27%	76,76%	115,55%
RO	129,03%	209,49%	122,92%	201,24%	73,41%	108,92%	48,77%	79,24%	240,82%	287,29%	240,82%	287,29%	47,82%	78,10%
RR	137,89%	199,88%	137,36%	198,80%	57,41%	89,81%	56,92%	89,23%	179,56%	237,71%	139,66%	205,09%		-
RS	113,98%	205,69%	169,80%	285,42%	54,07%	75,08%	54,59%	75,67%	274,34%	325,38%	113,63%	142,76%	45,54%	77,49%
SC	99,52%	166,02%	99,52%	166,02%	30,66%	48,48%	30,66%	48,48%	-	-	178,76%	216,77%	-	-
SE	106,58%	182,99%	106,58%	182,99%	28,88%	48,99%	28,88%	48,99%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	36,93%	66,99%
SP	233,73%	343,51%	233,73%	343,51%	98,85%	125,42%	100,16%	126,91%	217,67%	217,13%	101,77%	129,13%	-	-
TO	106,58%	182,99%	106,58%	182,99%	28,88%	48,99%	28,88%	48,99%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	36,93%	66,99%

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO VIII

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum e Álcool Anidro		Gasolina Automotiva Premium e Álcool Anidro		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
AC	-	-	-	-	-	-
AL	103,62%	178,93%	103,62%	178,93%	40,07%	68,76%
AM	89,73%	152,98%	89,73%	152,98%	-	-
AP	88,98%	151,98%	88,98%	151,98%	30,00%	73,33%
BA	125,77%	222,58%	133,96%	236,59%	47,56%	77,79%
CE	88,18%	157,78%	88,18%	157,78%	14,66%	39,83%
DF	58,00%	110,67%	58,00%	110,67%	25,41%	67,21%
ES	282,38%	423,81%	282,38%	423,81%	-	-
GO	79,94%	143,17%	79,94%	143,17%	74,19%	109,87%
MA	121,00%	194,67%	121,00%	194,67%	90,37%	153,83%
MG	89,10%	166,34%	78,73%	151,74%	40,14%	70,90%
MS	75,37%	150,53%	141,80%	245,43%	89,82%	128,70%
MT	191,54%	284,88%	191,54%	284,88%	150,43%	198,99%
PA	114,22%	206,03%	114,22%	206,03%	-	-
PB	105,57%	181,60%	105,57%	166,97%	28,34%	56,51%
PE	100,84%	186,92%	100,84%	186,92%	59,32%	94,29%
PI	54,60%	106,13%	54,60%	106,13%	17,04%	41,01%
PR	96,72%	173,23%	96,72%	173,23%	-	74,28%
RJ	134,02%	254,58%	134,02%	254,58%	-	25,00%
RN	77,58%	150,12%	77,58%	150,12%	35,80%	65,61%
RO	92,45%	160,06%	92,45%	160,06%	34,58%	62,15%
RR	67,93%	114,09%	67,93%	114,09%	-	-
RS	85,15%	164,50%	128,07%	225,81%	23,94%	51,14%
SC	66,44%	121,92%	66,44%	121,92%	9,93%	36,81%
SE	71,57%	135,03%	71,57%	135,03%	25,41%	52,94%
SP	267,33%	388,15%	267,33%	388,15%	24,26%	51,54%
TO	71,57%	135,03%	71,57%	135,03%	25,41%	52,94%

ANEXO IX

OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "b", 4 - PIS/PASEP, COFINS e CIDE não computadas no preço pelo produtor nacional)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		Óleo Combustível	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	158,92%	254,68%	158,92%	254,68%	36,87%	64,91%	36,87%	64,91%	-	-	139,49%	188,54%	40,07%	68,76%
AM	159,91%	246,55%	152,98%	237,31%	66,12%	102,59%	64,81%	100,98%	274,97%	357,28%	114,26%	161,30%	-	-
AP	158,88%	245,18%	151,98%	235,97%	61,57%	115,43%	65,66%	120,87%	436,31%	509,44%	148,70%	231,60%	30,00%	73,33%
BA	125,77%	222,58%	133,96%	236,59%	81,80%	126,29%	85,47%	131,05%	160,22%	199,36%	85,44%	110,72%	47,56%	77,79%
CE	163,68%	261,20%	163,68%	261,20%	35,55%	63,31%	35,55%	63,31%	-	-	136,68%	188,63%	41,67%	72,77%
DF	119,74%	192,99%	119,74%	192,99%	27,05%	44,37%	27,05%	44,37%	97,16%	124,05%	97,16%	124,05%	25,41%	67,21%
ES	429,96%	625,97%	429,96%	625,97%	80,93%	105,60%	80,93%	105,60%	311,85%	405,78%	167,68%	222,51%	-	-
GO	135,41%	218,12%	135,41%	218,12%	39,16%	58,13%	39,16%	58,13%	147,63%	181,40%	147,63%	181,40%	44,58%	74,19%
MA	216,65%	322,21%	216,65%	322,21%	65,80%	102,20%	65,80%	102,20%	103,57%	148,26%	103,57%	148,26%	90,37%	153,83%
MG	127,78%	220,82%	103,50%	186,62%	45,49%	71,17%	44,71%	70,24%	112,39%	159,01%	112,39%	159,01%	43,48%	74,98%
MS	140,23%	243,19%	222,40%	360,57%	63,34%	96,79%	63,04%	96,43%	314,93%	371,51%	129,07%	160,31%	-	-
MT	311,77%	410,59%	311,77%	410,59%	162,12%	193,70%	162,12%	193,70%	-	-	210,33%	235,23%	162,12%	193,70%
PA	201,95%	331,35%	201,95%	331,35%	59,44%	92,10%	59,44%	92,10%	-	-	141,18%	190,57%	-	-
PB	194,24%	303,07%	-	-	58,38%	93,15%	-	-	-	-	111,36%	157,76%	26,55%	54,33%
PE	175,12%	293,04%	167,79%	282,55%	80,85%	120,55%	83,57%	123,87%	217,57%	287,28%	75,82%	114,41%	48,17%	80,69%
PI	114,64%	186,19%	114,64%	186,19%	30,87%	57,68%	30,87%	57,68%	-	-	118,02%	162,67%	-	-
PR	172,89%	279,01%	172,89%	279,01%	67,42%	90,25%	67,42%	90,25%	-	-	195,82%	236,16%	-	74,28%
RJ	230,04%	400,06%	230,04%	400,06%	81,04%	115,52%	81,04%	115,52%	-	-	77,32%	101,50%	57,21%	96,51%
RN	143,27%	242,63%	143,27%	242,63%	63,24%	99,07%	86,20%	127,07%	249,08%	325,71%	101,12%	145,27%	76,76%	115,55%
RO	163,63%	256,25%	156,60%	246,75%	90,78%	129,85%	60,90%	93,86%	240,82%	287,29%	240,82%	287,29%	47,82%	78,10%
RR	171,52%	244,72%	169,82%	242,45%	71,28%	106,73%	70,14%	105,34%	179,56%	237,71%	139,66%	205,09%	-	-
RS	145,17%	250,24%	209,11%	341,59%	67,81%	90,70%	67,63%	90,48%	274,34%	325,38%	113,63%	142,76%	45,54%	77,49%
SC	131,93%	209,24%	131,93%	209,24%	33,54%	51,75%	33,54%	51,75%	-	-	178,76%	216,77%	47,28%	77,44%
SE	138,31%	226,45%	138,31%	226,45%	31,75%	60,67%	31,75%	60,67%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	36,93%	66,99%
SP	267,33%	388,15%	267,33%	388,15%	105,95%	133,47%	106,95%	134,61%	217,67%	217,13%	101,77%	129,13%	-	-
TO	138,61%	226,86%	138,61%	226,86%	31,75%	60,67%	31,75%	60,67%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	36,93%	66,99%

ANEXO X

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 2 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de CIDE pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AL	108,40%	185,47%	108,40%	185,47%	21,26%	46,10%	21,26%	46,10%	-	-	100,53%	141,60%	12,40%	35,42%	-	-
AM	120,88%	194,50%	114,99%	186,65%	52,42%	85,87%	51,75%	85,07%	213,57%	282,41%	92,70%	135,01%	30,00%	73,33%	110,29%	180,39%
AP	118,50%	191,34%	112,68%	183,57%	47,89%	97,19%	52,67%	103,56%	348,53%	409,69%	124,76%	199,68%	30,00%	73,33%	119,74%	192,99%
BA	154,95%	235,17%	153,83%	157,85%	65,26%	101,51%	68,69%	105,33%	389,90%	456,77%	389,90%	456,77%	97,82%	138,98%	137,32%	191,04%
CE	137,28%	225,04%	137,28%	225,04%	35,47%	63,21%	35,47%	63,21%	-	-	95,61%	138,55%	30,00%	73,33%	-	-
DF	79,33%	139,11%	79,33%	139,11%	14,48%	30,09%	14,48%	30,09%	73,88%	97,59%	73,88%	97,59%	-	-	-	-
ES	237,78%	362,71%	237,78%	362,71%	55,54%	76,75%	55,54%	76,75%	250,91%	346,56%	116,07%	160,32%	16,93%	55,91%	152,71%	246,18%
GO	86,70%	152,30%	86,70%	152,30%	31,40%	49,31%	31,40%	49,31%	147,63%	181,40%	147,63%	181,40%	50,26%	50,26%	13,76%	35,28%
MA	152,69%	236,92%	152,69%	236,92%	40,79%	71,70%	40,79%	71,70%	68,25%	105,18%	68,25%	105,18%	112,00%	155,42%	25,22%	65,22%
MG	81,46%	155,58%	70,75%	140,49%	26,71%	49,07%	26,90%	49,30%	84,29%	124,74%	84,29%	124,74%	73,06%	130,74%	59,36%	77,89%
MS	92,70%	175,29%	158,61%	269,44%	43,28%	72,62%	43,93%	73,41%	256,65%	305,28%	110,12%	138,77%	110,84%	154,03%	-	-
MT	142,38%	215,27%	142,38%	215,27%	139,52%	169,71%	139,52%	169,71%	-	-	117,99%	138,90%	294,39%	393,88%	-	-
PA	136,60%	237,99%	136,60%	237,99%	35,39%	63,12%	35,39%	63,12%	-	-	99,33%	140,16%	-	-	-	-
PB	134,80%	221,64%	-	-	34,49%	64,01%	-	-	-	-	74,69%	113,04%	68,35%	105,30%	-	-
PE	113,90%	205,57%	108,19%	197,42%	54,54%	88,46%	56,87%	91,30%	171,83%	231,50%	60,83%	96,14%	-	-	64,56%	106,87%
PI	76,51%	135,34%	76,51%	135,34%	17,68%	41,78%	17,68%	41,78%	-	-	89,07%	127,80%	88,47%	151,30%	41,62%	81,27%
PR	115,47%	199,26%	115,47%	199,26%	43,60%	63,18%	43,60%	63,18%	-	-	147,41%	181,15%	39,17%	85,73%	-	-
RJ	158,61%	281,83%	158,61%	281,83%	54,99%	84,51%	54,99%	84,51%	-	-	48,30%	68,53%	45,69%	67,46%	-	-
RN	93,64%	172,73%	93,64%	172,73%	41,80%	72,93%	51,89%	85,23%	198,63%	264,18%	83,28%	123,52%	-	-	25,34%	62,78%
RO	123,48%	202,00%	117,52%	193,95%	73,62%	109,18%	48,92%	79,42%	201,49%	242,60%	201,49%	242,60%	39,96%	86,62%	97,08%	166,33%
RR	86,73%	148,97%	86,73%	148,97%	42,70%	62,16%	42,70%	62,16%	-	-	155,85%	190,74%	-	-	-	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	108,96%	198,51%	163,46%	276,37%	54,24%	75,27%	54,75%	75,85%	219,90%	263,52%	95,29%	121,92%	-	-	137,86%	199,03%
SC	87,72%	157,15%	87,72%	157,15%	24,55%	50,06%	24,55%	50,06%	-	-	95,99%	136,14%	19,01%	43,88%	-	-
SE	108,40%	185,48%	108,40%	185,48%	21,26%	47,88%	21,26%	47,88%	100,53%	144,55%	100,53%	144,55%	12,40%	37,07%	-	-
SP	104,32%	171,53%	104,32%	171,53%	54,91%	75,61%	57,60%	78,66%	179,08%	217,13%	86,21%	111,44%	47,69%	96,92%	20,67%	25,70%
TO	108,40%	185,48%	108,40%	185,48%	21,26%	47,88%	21,26%	47,88%	100,53%	144,55%	100,53%	144,55%	12,40%	37,07%	-	-

ANEXO XI

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 3 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP e COFINS pelo importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
AL	121,90%	203,97%	121,90%	203,97%	33,39%	60,71%	33,39%	60,71%	-	-	139,49%	188,54%	18,64%	42,94%	-	-
AM	126,28%	201,71%	120,25%	193,66%	52,25%	85,67%	51,59%	84,87%	274,97%	237,28%	114,26%	161,30%	43,49%	91,32%	110,29%	180,39%
AP	124,06%	198,75%	118,09%	190,78%	47,72%	96,96%	52,51%	103,35%	436,31%	509,44%	148,70%	231,60%	30,00%	73,33%	130,98%	207,98%
BA	112,49%	205,38%	116,62%	210,58%	65,26%	101,51%	69,18%	105,33%	389,90%	456,77%	389,90%	456,77%	97,82%	138,98%	154,49%	295,13%
CE	133,34%	219,65%	133,34%	219,65%	49,05%	79,58%	49,05%	79,58%	-	-	110,06%	156,17%	33,41%	77,88%	-	-
DF	90,25%	153,66%	90,25%	153,66%	24,28%	41,23%	24,28%	41,23%	97,16%	124,05%	97,16%	124,05%	-	-	-	-
ES	239,38%	351,20%	239,38%	351,20%	67,96%	90,87%	67,96%	90,87%	311,85%	405,78%	167,68%	222,51%	24,72%	66,30%	61,38%	90,87%
GO	86,70%	152,30%	86,70%	152,30%	31,40%	49,31%	31,40%	49,31%	147,63%	181,40%	147,63%	181,40%	50,26%	50,26%	23,92%	52,14%
MA	119,54%	192,71%	119,54%	192,71%	49,28%	82,05%	49,28%	82,05%	74,15%	112,38%	74,15%	112,38%	110,36%	153,45%	25,22%	65,22%
MG	113,50%	200,71%	93,76%	172,90%	41,27%	66,20%	40,73%	65,56%	112,39%	159,01%	112,39%	159,01%	80,12%	140,16%	59,36%	77,89%
MS	125,65%	222,35%	202,82%	332,60%	58,85%	91,39%	58,79%	91,31%	314,93%	371,51%	129,07%	160,31%	118,71%	163,50%	-	-
MT	133,85%	189,97%	133,85%	189,97%	149,49%	179,55%	149,49%	179,55%	-	-	166,35%	187,72%	296,68%	391,88%	-	-
PA	114,40%	206,29%	114,40%	206,29%	43,56%	72,97%	43,56%	72,97%	-	-	111,02%	154,24%	-	-	-	-
PB	105,38%	181,34%	-	-	42,86%	73,73%	-	-	-	-	78,33%	117,48%	65,13%	101,38%	-	-
PE	155,93%	265,61%	149,10%	255,86%	74,85%	113,23%	77,48%	116,44%	217,57%	287,28%	75,82%	114,41%	-	-	72,75%	117,17%
PI	86,86%	149,15%	86,86%	149,15%	27,96%	54,17%	27,96%	54,17%	-	-	118,02%	162,67%	103,02%	170,70%	41,62%	81,27%
PR	120,93%	206,85%	120,93%	206,85%	57,44%	78,91%	57,44%	78,91%	-	-	148,25%	182,10%	42,23%	84,75%	-	-
RJ	133,65%	254,02%	133,65%	254,02%	66,84%	98,62%	66,84%	98,62%	-	-	54,72%	75,82%	49,18%	71,47%	-	-
RN	127,95%	221,06%	127,95%	221,06%	58,41%	93,18%	80,35%	119,94%	249,08%	325,71%	101,12%	145,27%	-	-	41,70%	84,03%
RO	129,03%	209,49%	122,92%	201,24%	73,41%	108,92%	48,77%	79,24%	240,82%	287,29%	240,82%	287,29%	39,96%	86,62%	107,31%	180,15%
RR	123,80%	198,41%	123,80%	198,41%	56,87%	78,26%	56,87%	78,26%	-	-	205,92%	247,64%	-	-	-	-
RS	113,98%	205,69%	169,80%	285,42%	54,07%	75,08%	54,59%	75,67%	274,34%	325,38%	113,63%	142,76%	-	-	150,95%	215,48%
SC	84,86%	153,37%	84,96%	153,37%	32,85%	60,06%	32,85%	60,06%	-	-	-	-	-	-	-	-
SE	108,40%	185,48%	108,40%	185,48%	21,26%	47,88%	21,26%	47,88%	100,53%	144,55%	100,53%	144,55%	12,40%	37,07%	-	-
SP	233,73%	343,51%	233,73%	343,51%	98,85%	125,42%	100,16%	126,91%	217,67%	217,13%	101,77%	129,13%	47,97%	97,29%	20,67%	25,70%
TO	108,40%	185,48%	108,40%	185,48%	21,26%	47,88%	21,26%	47,88%	100,53%	144,55%	100,53%	144,55%	12,40%	37,07%	-	-

ANEXO XII

OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADOR DE COMBUSTÍVEIS
(Art. 1º, I, "c", 4 - exigibilidade suspensa ou sem pagamento de PIS/PASEP, COFINS e CIDE pelo Importador)

UF	Gasolina Automotiva Comum		Gasolina Automotiva Premium		Óleo Diesel		Óleo Diesel S10		GLP (P13)		GLP		QAV		Álcool Hidratado	
	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais	Internas	Inter-estaduais
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	158,92%	254,68%	158,92%	254,68%	36,87%	64,91%	36,87%	64,91%	-	-	139,49%	188,54%	18,64%	42,94%	-	-
AM	159,91%	246,55%	152,98%	237,31%	66,12%	102,59%	64,81%	100,98%	274,97%	357,28%	114,26%	161,30%	43,49%	91,32%	110,29%	180,39%
AP	158,88%	245,18%	151,98%	235,97%	61,57%	115,43%	65,66%	120,87%	436,31%	509,44%	148,70%	231,60%	30,00%	73,33%	130,98%	207,98%
BA	125,77%	222,58%	133,96%	236,59%	81,80%	126,29%	85,47%	131,05%	389,90%	456,77%	389,90%	456,77%	98,35%	138,98%	154,49%	295,13%
CE	212,10%	327,54%	212,10%	327,54%	52,95%	84,27%	52,95%	84,27%	-	-	136,68%	188,63%	36,65%	82,20%	-	-
DF	119,74%	192,99%	119,74%	192,99%	27,05%	44,37%	27,05%	44,37%	97,16%	124,05%	97,16%	124,05%	-	-	-	-
ES	429,96%	625,97%	429,96%	625,97%	80,93%	105,60%	80,93%	105,60%	311,85%	405,78%	167,68%	222,51%	24,72%	66,30%	72,32%	105,60%
GO	135,41%	218,12%	135,41%	218,12%	39,16%	58,13%	39,16%	58,13%	147,63%	181,40%	147,63%	181,40%	50,26%	50,26%	23,92%	52,14%
MA	216,65%	322,21%	216,65%	322,21%	65,80%	102,20%	65,80%	102,20%	103,57%	148,26%	103,57%	148,26%	121,75%	167,17%	25,22%	65,22%
MG	127,78%	220,82%	103,50%	186,62%	45,49%	71,17%	44,71%	70,24%	112,39%	159,01%	112,39%	159,01%	80,12%	140,16%	75,59%	96,00%
MS	140,23%	243,19%	222,40%	360,57%	63,34%	96,79%	63,04%	96,43%	314,93%	371,51%	129,07%	160,31%	120,54%	165,71%	-	-
MT	311,77%	410,59%	311,77%	410,59%	162,12%	193,70%	162,12%	193,70%	-	-	210,33%	235,23%	162,12%	193,70%	-	-
PA	201,95%	331,35%	201,95%	331,35%	59,44%	92,10%	59,44%	92,10%	-	-	141,18%	190,57%	-	-	-	-
PB	194,24%	303,07%	-	-	58,38%	93,15%	-	-	-	-	111,36%	157,76%	76,10%	114,76%	-	-
PE	175,12%	293,03%	167,79%	282,55%	80,85%	120,55%	83,57%	123,87%	217,57%	287,28%	75,82%	114,41%	-	-	72,75%	117,17%
PI	114,64%	186,19%	114,64%	186,19%	30,87%	57,68%	30,87%	57,68%	-	-	118,02%	162,67%	103,02%	170,70%	-	-
PR	172,89%	279,01%	172,89%	279,01%	67,42%	90,25%	67,42%	90,25%	-	-	195,82%	236,16%	45,73%	94,84%	-	-
RJ	230,04%	400,06%	230,04%	400,06%	81,04%	115,52%	81,04%	115,52%	-	-	77,32%	101,50%	52,60%	75,40%	-	-
RN	143,27%	242,63%	143,27%	242,63%	63,24%	99,07%	86,20%	127,07%	249,08%	325,71%	101,12%	145,27%	-	-	41,70%	84,03%
RO	163,63%	256,25%	156,60%	246,75%	90,78%	129,85%	60,90%	93,86%	240,82%	287,29%	240,82%	287,29%	39,96%	86,62%	107,31%	180,15%
RR	157,43%	243,25%	156,53%	242,06%	70,74%	95,18%	70,09%	94,37%	320,18%	320,18%	320,18%	320,18%	-	-	-	-
RS	145,17%	250,24%	209,11%	341,59%	67,81%	90,70%	67,63%	90,48%	274,34%	325,38%	113,63%	142,76%	-	-	150,95%	215,48%
SC	131,93%	209,24%	131,93%	209,24%	33,54%	51,75%	33,54%	51,75%	-	-	178,76%	216,77%	-	-	-	-
SE	138,61%	226,86%	138,61%	226,86%	31,75%	60,67%	31,75%	60,67%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	294,25%	358,43%	-	-
SP	267,33%	388,15%	267,33%	388,15%	105,95%	133,47%	106,95%	134,61%	217,67%	217,13%	101,77%	129,13%	55,25%	107,00%	20,67%	25,70%
TO	138,61%	226,86%	138,61%	226,86%	31,75%	60,67%	31,75%	60,67%	98,15%	141,65%	98,15%	141,65%	294,25%	358,43%	-	-

ANEXO XIII

OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, I, "a", 5 - PIS/PASEP e COFINS não computadas no preço pela distribuidora de combustíveis)

UF	Álcool Hidratado			
	Internas	Interestaduais		
		7%	12%	Originado de Importação 4%
AC	-	-	-	-
AL	90,32%	150,75%	137,27%	-
AM	46,72%	87,52%	77,43%	87,80%
AP	68,91%	109,45%	98,19%	116,20%
BA	44,37%	66,66%	57,96%	71,20%
CE	46,15%	86,79%	76,75%	-
DF	48,45%	89,73%	79,53%	90,02%
ES	61,38%	90,87%	90,87%	96,38%
GO	23,92%	60,78%	52,14%	65,97%
MA	25,22%	60,04%	51,43%	-
MG	57,91%	-	63,70%	78,58%
MS	177,18%	254,25%	235,21%	-
MT	170,35%	257,18%	257,18%	-
PA	31,53%	81,70%	71,93%	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	25,76%	51,89%	43,73%	56,79%
PE	26,03%	67,43%	58,44%	72,84%
PI	34,48%	71,87%	62,63%	66,99%
PR	50,86%	-	50,86%	64,57%
RJ	36,16%	66,62%	57,66%	71,99%
RN	17,86%	46,26%	38,39%	50,98%
RO	32,24%	66,20%	62,36%	71,56%
RR	32,03%	69,32%	60,21%	70,58%
RS	43,35%	-	80,21%	96,59%
SC	72,31%	120,22%	108,38%	-
SE	44,70%	84,94%	74,99%	90,90%
SP	20,67%	-	37,13%	-
TO	44,70%	84,94%	74,99%	90,90%

ANEXO XIV

OPERAÇÕES REALIZADAS POR DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS, PRODUTOR NACIONAL DE LUBRIFICANTES, IMPORTADOR DE LUBRIFICANTES E DEMAIS REMETENTES DE OUTRAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO
(Art. 1º, II - lubrificantes)

UF	Lubrificantes Derivados de Petróleo		Lubrificantes Não Derivados de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				7%	12%	Originado de Importação 4%
AC	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
AL	61,31%	94,35%	61,31%	80,74%	71,03%	86,58%
AM	61,31%	96,72%	61,31%	82,855	73,11%	88,85%
AP	61,31%	115,08%	61,31%	100,02%	89,27%	106,48%
BA	73,11%	111,11%	73,11%	93,98%	83,54%	100,23%
CE	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
DF	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	71,11%	88,85%
ES	61,31%	94,35%	61,31%	80,74%	71,03%	86,58%
GO	61,31%	94,35%	61,31%	80,74%	71,03%	86,58%
MA	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
MG	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,11%	88,85%
MS	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
MT	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
PA	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
PB	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
PE	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
PI	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
PR	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,11%	88,85%
RJ	61,31%	101,64%	61,31%	87,52%	77,44%	93,57%
RN	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
RO	61,31%	95,53%	61,31%	81,84%	72,06%	87,71%
RR	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
RS	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,11%	88,85%
SC	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%
SE	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%
SP	61,31%	96,72%	61,31%	-	73,12%	88,85%
TO	61,31%	96,72%	61,31%	82,95%	73,11%	88,85%

(*) Republicação em cumprimento ao disposto no art. 2º do Ato COTEPE/ICMS 24/17, de 13.07.17, publicado no DOU de 14.07.17, Seção 1, páginas 27 a 33. Texto original publicado no DOU de 02.10.13, Seção 1, páginas 16 a 21.

ATO DECLARATÓRIO Nº 18, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Ratifica o Convênio ICMS 93/17.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS 93/17, que prorroga disposições do Convênio ICMS 45/10, que concede isenção do ICMS nas saídas de locomotivas, celebrado na 288ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 25 de agosto de 2017.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

RETIFICAÇÕES

No Ato COTEPE/PMPF nº 16, de 23 de agosto de 2017, publicado no DOU de 24 de agosto de 2017, Seção 1, páginas 34 e 35, na linha referente ao Estado do Espírito Santo:
onde se lê:

ES	3,8445	3,8445	3,1552	3,1552	3,8587	3,8587	-	2,3997	3,2645	2,0622	-	-

Leia-se:

ES	3,8445	3,8445	3,1552	3,1552	3,8587	3,8587	2,3997	3,2645	2,0622	-	-	-

Nos itens 6.3 e 6.4 do Anexo IV, do Ato COTEPE ICMS 10/17, de 20 de março de 2017, publicado no DOU de 22 de março de 2017, Seção 1, na página 42,
onde se lê:
"6.3. REGISTRO TIPO P2 - RELAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"P2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código	Código da mercadoria ou serviço	14	17	30	X
04	Descrição	Descrição da mercadoria ou serviço	50	31	80	X
05	Unidade	Unidade de medida	06	81	86	X
06	IAT	Indicador de Arredondamento ou Truncamento, conforme item 6.3.1.3	01	87	87	X
07	IPPT	Indicador de Produção Própria ou de Terceiro, conforme item 6.3.1.4	01	88	88	X
08	Situação Tributária	Código da Situação Tributaria conforme tabela constante no item 6.3.1.5	01	89	89	X
09	Alíquota	Alíquota, conforme item 6.3.1.6	04	90	93	N
10	Valor unitário	Valor unitário com duas casas decimais	12	94	105	N

6.3.1. Observações:
6.3.1.1. Deve ser criado um registro tipo P2 para cada mercadoria ou serviço cadastrado na tabela.
6.3.1.2. Campo 02: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.
6.3.1.3. Campo 06: Informar o Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IAT) corresponde à mercadoria, sendo "A" para arredondamento ou "T" para truncamento.
6.3.1.4. Campo 07: Informar o Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT) correspondente à mercadoria, sendo "P" para mercadoria manufaturada pelo próprio contribuinte usuário ou "T" para mercadoria manufaturada por terceiros.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

6.3.1.5. Campo 08: Tabela de Situações Tributárias:

Código	Situação Tributária
I	Isento
N	Não Tributado
F	Substituição Tributária
T	Tributado pelo ICMS
S	Tributado pelo ISSQN

6.3.1.6. Campo 09 - Alíquota: Informar somente no caso de Situação Tributária igual a "T" ou "S" (Tributado). Nos demais casos, preencher com zeros. Este campo deve indicar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

8,4% deve ser informado -à"0840.;

18% deve ser informado -à"1800".

6.4. REGISTRO TIPO E2 - RELAÇÃO DAS MERCADORIAS EM ESTOQUE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"E2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código da mercadoria ou produto	Código da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	14	17	30	X
04	Descrição da mercadoria ou produto	Descrição da mercadoria ou produto cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	50	31	80	X
05	Unidade	Unidade de medida cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	06	81	86	X
06	Mensuração do estoque	Informação de estoque positivo (+) ou negativo (-)	01	87	87	X
07	Quantidade em estoque	Quantidade da mercadoria ou produto constante no estoque, com três casas decimais.	09	88	96	N

".

Leia-se:

"6.3. REGISTRO TIPO P2 - RELAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"P2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código	Código da mercadoria ou serviço cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	14	17	30	X
04	CEST	Código Especificador da Substituição Tributária	07	18	37	
05	NCM/SH	Nomeclatura Comum do Mercosul Sistema Harmonizado	08	38	45	
06	Descrição	Descrição da mercadoria ou serviço cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	50	46	95	X
07	Unidade	Unidade de medida cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	06	96	101	X
08	IAT	Indicador de Arredondamento ou Truncamento, conforme item 6.3.1.3	01	102	102	X
09	IPPT	Indicador de Produção Própria ou de Terceiro, conforme item 6.3.1.4	01	103	103	X
10	Situação Tributária	Código da Situação Tributaria conforme tabela constante no item 6.3.1.5	01	104	104	X
11	Alíquota	Alíquota, conforme item 6.3.1.6	04	105	108	N
12	Valor unitário	Valor unitário com duas casas decimais	12	109	120	N

6.3.1. Observações:

6.3.1.1. Deve ser criado um registro tipo P2 para cada mercadoria ou serviço cadastrado na tabela.

6.3.1.2. Campo 02: Informar somente os caracteres relativos aos dígitos do número, sem máscaras de edição.

6.3.1.3. Campo 06: Informar o Indicador de Arredondamento ou Truncamento (IAT) corresponde à mercadoria, sendo "A" para arredondamento ou "T" para truncamento.

6.3.1.4. Campo 07: Informar o Indicador de Produção Própria ou de Terceiro (IPPT) correspondente à mercadoria, sendo "P" para mercadoria manufaturada pelo próprio contribuinte usuário ou "T" para mercadoria manufaturada por terceiros.

6.3.1.5. Campo 08: Tabela de Situações Tributárias:

Código	Situação Tributária
I	Isento
N	Não Tributado
F	Substituição Tributária
T	Tributado pelo ICMS
S	Tributado pelo ISSQN

6.3.1.6. Campo 09 - Alíquota: Informar somente no caso de Situação Tributária igual a "T" ou "S" (Tributado). Nos demais casos, preencher com zeros. Este campo deve indicar a alíquota praticada, como campo numérico com duas casas decimais. Como exemplos, alíquota de:

8,4% deve ser informado -à"0840.;

18% deve ser informado -à"1800".

6.4. REGISTRO TIPO E2 - RELAÇÃO DAS MERCADORIAS EM ESTOQUE

Nº	Denominação do Campo	Conteúdo	Tamanho	Posição		Formato
01	Tipo de registro	"E2"	02	1	2	X
02	CNPJ	CNPJ do estabelecimento usuário do PAF-ECF	14	3	16	N
03	Código da mercadoria ou produto	Código da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	14	17	30	X
04	CEST	Código Especificador da Substituição Tributária	07	31	37	
05	NCM/SH	Nomeclatura Comum do Mercosul Sistema Harmonizado	08	38	45	
06	Descrição da mercadoria ou produto	Descrição da mercadoria ou produto cadastrado na tabela a que se refere o requisito XIII	50	46	95	X
07	Unidade	Unidade de medida cadastrada na tabela a que se refere o requisito XIII	06	96	101	X
08	Mensuração do estoque	Informação de estoque positivo (+) ou negativo (-)	01	102	102	X
09	Quantidade em estoque	Quantidade da mercadoria ou produto constante no estoque, com três casas decimais.	09	103	111	N

".

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

PORTARIA Nº 7, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Prorroga o prazo para a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta SPREV-MF/STN-MF/SOF-MP/SEPLAN-MP/SEGRT-MP n° 01, de 13 de abril de 2017, c/c a Portaria SPREV/MF nº 03, de 03 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2017.

O SECRETÁRIO DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 72 do Decreto nº 9.003, de 13 de março de 2017, e considerando o disposto na Portaria Conjunta SPREV-MF/STN-MF/SOF-MP/SEPLAN-MP/SEGRT-MP n° 01, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2017, c/c a Portaria SPREV/MF nº 03, de 03 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de maio de 2017, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 31 de agosto de 2017, o prazo para a conclusão das atividades do Grupo de Trabalho - GT com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos Servidores Públicos Civis da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ABI-RAMIA CAETANO

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 378, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

EMENTA: REEMBOLSO DE DESPESAS A MATRIZ OU EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA NO EXTERIOR DE SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROFISSIONAL EXPATRIADO RESIDENTE NO BRASIL. INCIDÊNCIA.

Quando da remuneração por pessoa jurídica domiciliada no Brasil a sócio-administrador ou profissional expatriado residente no País, com pagamento no exterior realizado por sua matriz ou por empresa do mesmo grupo empresarial domiciliada no exterior, as remessas ao exterior a título de reembolso não deverão sofrer retenção de imposto de renda na fonte (IRRF), até o limite do valor percebido no exterior pelo sócio-administrador ou pelo profissional expatriado da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, por não se caracterizarem rendimentos da empresa domiciliada no exterior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regulamento do Imposto de Renda, Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999, alínea "a" do art. 685.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: REEMBOLSO DE DESPESAS A MATRIZ OU EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA NO EXTERIOR DE SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROFISSIONAL EXPATRIADO. DEDUTIBILIDADE DA DESPESA PARA FINS DE IRPJ.

Para efeito de apuração do IRPJ, o valor reembolsado pela pessoa jurídica no Brasil a sua matriz ou a empresa do mesmo grupo empresarial domiciliada no exterior no valor da remuneração de sócio-administrado ou profissinal expatriado residente no Brasil da pessoa jurídica domiciliada no Brasil pago no exterior, mediante "invoice" apresentada por sua matriz ou por empresa do mesmo grupo empresarial, é dedutível quando da apuração do IRPJ, se tais despesas forem necessárias às atividades da pessoa jurídica no Brasil e à manutenção da fonte produtora e desde que sejam também despesas usuais em seu ramo de negócio.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Regulamento do Imposto de Renda, Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999, arts. 299 e 300 e Parecer Normativo CST nº 32, de 1981, itens 4 e 5.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: REEMBOLSO DE DESPESAS A MATRIZ OU EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA NO EXTERIOR DE SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROFISSIONAL EXPATRIADO. DEDUTIBILIDADE DA DESPESA PARA FINS DA CSLL.

Para efeito de apuração da CSLL, o valor reembolsado pela pessoa jurídica no Brasil a sua matriz ou a empresa do mesmo grupo empresarial domiciliada no exterior no valor da remuneração de sócio-administrado ou profissinal expatriado residente no Brasil de pessoa jurídica domiciliada no Brasil, pago no exterior, mediante "invoice" apresentada por sua matriz ou por empresa do mesmo grupo empresarial, é dedutível quando da apuração da CSLL, se tais despesas forem necessárias às atividades da pessoa jurídica no Brasil e à manutenção da fonte produtora e desde que sejam também despesas usuais em seu ramo de negócio.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 57; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 13; Regulamento do Imposto de Renda, Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999, arts. 299 e 300 e Parecer Normativo CST no 32, de 1981, itens 4 e 5.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: REEMBOLSO DE DESPESAS A MATRIZ OU EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA NO EXTERIOR DE SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROFISSIONAL EXPATRIADO RESIDENTE NO BRASIL. INCIDÊNCIA.

Quando a remuneração por pessoa jurídica domiciliada no Brasil a sócio-administrador ou profissional expatriado residente no País, com pagamento no exterior realizado por sua matriz ou por empresa do mesmo grupo empresarial domiciliado no exterior, as remessas ao exterior a título de reembolso não sofrem incidência do PIS-Importação, por não se caracterizarem contraprestação por serviços prestados pela empresa domiciliada no exterior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, inciso II do art. 3º.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

EMENTA: REEMBOLSO DE DESPESAS A MATRIZ OU EMPRESA DO GRUPO EMPRESARIAL DOMICILIADA NO EXTERIOR. REMUNERAÇÃO PAGA NO EXTERIOR DE SÓCIO-ADMINISTRADOR OU PROFISSIONAL EXPATRIADO RESIDENTE NO BRASIL. INCIDÊNCIA.

Quando a remuneração por pessoa jurídica domiciliada no Brasil a sócio-administrador ou profissional expatriado residente no País, com pagamento no exterior realizado por sua matriz ou por empresa do mesmo grupo empresarial domiciliado no exterior, as remessas ao exterior a título de reembolso não sofrem incidência da COFINS-Importação, por não se caracterizarem contraprestação por serviços prestados pela empresa domiciliada no exterior.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, inciso II do art. 3º.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 239, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES) que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721605/2017-91 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Subaru, modelo XV Crosstrek, ano 2013, cor branca, chassi JF2GPAGC2D2848487, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 14/0175655-9, de 27/01/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. Jorge Enrique Rodriguez Cárcamo, CPF 705.092.001-09.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES) que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS-GO, no uso das atribuições previstas no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas abaixo listadas, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003:

00.143.461/0001-13 SANTO ANTONIO SERV. POSTUMOS LTDA - ME

00.181.570/0001-25 JOSE BARBOSA DA SILVA PERNANBUCANO - ME

00.803.791/0001-98 EMFOL EMP DE MIN FORMOSA LTDA - EPP

00.892.893/0001-27 HELY SOARES SIQUEIRA - ME

01.253.696/0001-20 MARCELO ANTONIO PEREIRA - ME

01.312.412/0001-20 ODILON DA COSTA FERREIRA - ME

01.422.468/0001-37 ESMAEL MONTEIRO DE PAULA - ME

02.042.677/0001-18 JOSE RODRIGUES D SANTOS - SANTA MARIA - ME

02.413.161/0001-32 FP HOTEIS E TURISMO LTDA - ME

02.744.100/0001-58 FELICIO E SILVA LTDA - ME

03.342.503/0001-33 ZILDETE SPINDOLA DE ATAIDES SAMPAIO - ME

03.352.114/0001-99 OLLE BRAZIL ADM. DE POSTOS LTDA

03.409.810/0001-94 BUENO & MARTINS LTDA - ME

03.660.743/0001-86 GERALDO MAGELA SALDANHA BUENO

03.955.908/0001-47 WS FAB. DE CARRETAS E REBOQUES LTDA - ME

04.750.985/0001-23 DILSON DE DEUS PASSOS - ME

04.905.979/0001-06 WE - CALCADOS LTDA

15.991.987/0001-20 ANTONIO AMBROSIO - ME

24.797.474/0001-74 MERCEARIA GABRIELLA LTDA - ME

26.944.397/0001-63 LIMA & MEIRELES LTDA - ME

33.616.467/0001-10 OLIVIA MARIA DA SILVA BAR - ME

36.856.557/0001-76 COSTA & SOUZA LTDA - ME

37.290.244/0001-66 ECISA ESCOLA CIRANDA DO SABER LTDA - ME

37.368.156/0001-30 JOSE ANTONIO MARTINS SILVA

37.588.381/0001-81 ELZIRIA RODRIGUES NETA

37.825.007/0001-52 B L FERREIRA LIVRARIA E PAPELARIA - ME

86.840.956/0001-17 LEO A M NOGUEIRA - ME

012.328.431-72 JOSE SOARES DE CAMPOS

084.416.421-68 PROTASIO ESPEDITO GOMES SALES

349.233.062-20 ELIZABETH DA SILVA LOUZINO

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo contra a exclusão no Parcelamento Especial (Paes) dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis/GO, no seguinte endereço: Avenida Presidente Wilson, 710 - Vila Jundiaí Industrial - Anápolis - GO CEP 75.115-100.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO SOUZA ALVES DOMINGOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

Concessão de Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, que recebe papel de terceiros ou o adquire com imunidade tributária (GP), na atividade específica de gráfica.

Eu, Auditor Fiscal da Receita Federal lotado no SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM, no uso da competência delegada pelo Art. 5º, combinado com o Art. 13 da Portaria nº 107, de 20 de agosto de 2012, consubstanciado com o inciso X, do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e as alterações promovidas pela Portaria MF nº 512, de 02 de outubro de 2013, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial UP-02101/0094, o estabelecimento abaixo indicado, que realiza operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicas oficinas de impressão próprias, atividade específica de gráfica nos termos do artigo 1º, § 1º, inciso V da IN RFB Nº 976/2009, alterada pelas IN RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011, tendo em vista o que consta do processo nº 17734.720.932/2017-47.

NOME EMPRESARIAL: C. KZAN - ME.

CNPJ Nº: 17.940.670/0001-90

Endereço: Rua Avertano Rocha, nº172, Campina, CEP 66.023-120, Belém/PA.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES FARIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 185, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Declara ativa de ofício de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO - SECAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do artigo 10, da Portaria de Delegação de Competência nº 071, de 09 de junho de 2014, publicada no DOU em 12 de junho de 2014 c/c inciso III do art. 224, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União em 17 de maio de 2012 e nos termos do art. 80-A, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e, em cumprimento ao estabelecido no artigo 46 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, considerando o processo administrativo nº 10010.023253/0417-96, declara:

Art. 1º - Tornar sem efeito o disposto no ADE Nº 01 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, em relação a empresa: CLUBE ORLEY LOBATO DE JIU-JITSU, CNPJ 04.711.676/0001-44, em decorrência da apresentação das documentações atualizadas.

Art. 2º - Declarar ATIVA a inscrição da pessoa jurídica supramencionada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ALZEMIR ALVES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa mencionada por motivo de aferição de receita bruta acima do limite permitido para esse regime de tributação.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, e considerando o disposto no artigo 33 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o artigo 75, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, 29 de novembro de 2011, e ainda, considerando os documentos constantes do processo administrativo nº 10240.721351/2017-35, declara:

Art. 1º Excluir de Ofício do Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresa e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa JURUA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME, CNPJ nº 09.075.855/0001-56, em face da constatação de que a empresa excedeu em mais de 20% (vinte por cento), em 2013, o limite permitido para continuar no Simples Nacional nos termos do inciso I do artigo 29 combinado com a alínea "b", inciso V, do artigo 31 da Lei Complementar nº 123/2006.

Art. 2º A exclusão tem efeito a partir de 01/10/2013 até 31/12/2014, consoante a legislação citada no artigo 1º combinada com o inciso I, art. 15 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio do seu representante legal ou procurador, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato, manifestar, por escrito, sua inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, com relação à exclusão, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e do artigo 39 da Lei Complementar nº 123/2006.

Parágrafo único. Não havendo manifestação de inconformidade no prazo mencionado no caput deste artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

LEONARDO DE REZENDE PENHAKI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Concede Registro Especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO VELHO-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, e considerando o disposto no artigo 3º da IN RFB 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e no art. 336 do Decreto nº7.212, de 15 de junho de 2010, e ainda, considerando os documentos constantes do processo administrativo nº 10240.721482/2016-31, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Inscrita no Registro Especial como estabelecimento IMPORTADOR de bebidas alcoólicas, sob o número 02501/19, a empresa KG LINE COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ 06.777.111/0001-95, situada na Avenida Carlos Gomes, 2309, sala 12 - São Cristóvão - Porto Velho - RO - CEP 76.804-037.

Art. 2º O presente registro poderá ser cancelado a qualquer tempo, em caso de ocorrência de algum fato previsto no art. 8º da Instrução Normativa RFB 1.432, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

LEONARDO DE REZENDE PENHAKI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE

PORTARIA Nº 18, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EM JUAZEIRO DO NORTE - CE, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, a pedido do contribuinte a pessoa jurídica CASA DE SAUDE SANTA TEREZA LTDA - EPP, CNPJ: 07.179.096/0001-46, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2017, conforme despacho PGFN exarado no processo dossiê n° 10080.004514/0817-04.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ERISON FURTADO MATIAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Declara inapta a inscrição de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE/PB, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo nº 10425.721280/2017-11 e tendo em vista o disposto inciso I, do artigo 40, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016 declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) da empresa VIAÇÃO RIO DOCE LTDA-EPP -, CNPJ 40.944.068/0001-43.

Art. 2º Inidôneos os documentos emitidos por essa pessoa jurídica, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros a partir da data de publicação deste ADE, em virtude do contido na alínea "a", do inciso I, do § 3º do art. 47, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MEDEIROS DE MACEDO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Suspende a eficácia de Ato Declaratório Executivo e restabelece inscrição perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA - BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 302 e pelo inciso VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no disposto no § 4º do artigo 31 da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016 declara:

Art. 1º Suspensa a eficácia do Ato Declaratório Executivo nº 8, de 20 de junho de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2016 e restabelecida a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de nº 08.888.279/0001-01 em nome de A S J Transportes Ltda - EPP, tendo em vista o que consta nos autos do processo judicial nº 0010529-36.2016.4.01.3304 e na decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região no Agravo de Instrumento nº 0067309-14.2016.4.01.0000/BA (d), observando-se ainda o que consta do processo administrativo nº 10530.726783/2014-24.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Concede à pessoa jurídica co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações e, considerando o que consta no processo n° 10825.722166/2017-97, resolve:

Art. 1° - Co-habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n° 11.488/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa n° 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007.

Empresa: Zopone Engenharia e Comércio Ltda.

CNPJ: 59.225.698/0001-96

CEI: Dispensado - art. 19, inc I, "c" da IN RFB n° 971/2009

Nome do Projeto: Lote único do Leilão n° 07/2015 - ANEEL (contrato de Concessão n° 07/2015, de 22/10/2015)

Portaria de aprovação: MME n° 43, de 07/03/2016

Setor de Infraestrutura: Transmissão e distribuição de energia elétrica Prazo estimado de execução: de 22/10/2015 a 02/12/2019

Art. 2º - O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei n° 11.488/2007, art. 5°).

Art. 3° - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, nos termos do art. 12 da IN RFB n° 758/2007.

Art. 4° - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS APARECIDO ANÉZIO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

RETIFICAÇÃO

No inciso II do art. 5º da Portaria nº 715, de 22 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2017, Seção 1, página 44, onde se lê:

"II - Subsecretário de Planejamento e Estatística Fiscal - SUPEF;",

leia-se:

"II - Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal - SUPEF;".

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 824, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002185/2017-90 e Documento SEI nº 0050312, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros, CNPB nº 2005.0029-92, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MARNE DIAS ALVES

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 6.989, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 73 do Regimento Interno de que trata o Anexo I da Resolução CNSP nº 346, de 02 de maio de 2017, e o que consta do processo SUSEP n.º 15414.604552/2017-53, resolve:

Art. 1º Estabelecer a composição da Comissão Atuarial da Susep conforme a seguir:

I - Diretor da Diretoria de Solvência da Susep;

II - Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento Prudencial da Susep;

III - Coordenador da Coordenação de Monitoramento de Provisões Técnicas da Susep;

IV - Coordenador da Coordenação de Monitoramento de Riscos da Susep;

V - 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Monitoramento de Conduta;

VI - 1 (um) representante da CNseg;

VII - 1 (um) representante da FenaPrevi;

VIII - 1 (um) representante da FenSeg;

IX - 1 (um) representante da FenaCap;

X - 1 (um) representante da Fenaber;

XI - 1 (um) representante da AN-Re; e

XII - 1 (um) representante do IBA.

Parágrafo único. Poderão ser convidados pela Susep especialistas em determinados assuntos ou áreas de atuação.

Art. 2º A Comissão Atuarial da Susep tem o objetivo de discutir questões atuariais relativas aos mercados de seguros, de previdência complementar aberta, de capitalização e de resseguros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria Susep nº 6.837, de 15 de março de 2017.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

PORTARIA Nº 6.990, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, Art. 73, do Regimento Interno de que trata o Anexo I da Resolução CNSP nº 346, de 02 de maio de 2017, e o que consta do processo SUSEP n.º 15414.603401/2017-88, resolve:

Art. 1º Estabelecer a composição da Comissão de Investimentos da Susep conforme a seguir:

I - Diretor da Diretoria de Solvência da Susep;

II - Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento Prudencial da Susep;

III - Coordenador da Coordenação de Monitoramento de Ativos da Susep;

IV - 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Fiscalização Prudencial da Susep;

V - 1 (um) representante da Coordenação-Geral de Monitoramento de Conduta da Susep;

VI - 1 (um) representante da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF;

VII - 1 (um) representante da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VIII - 2 (dois) representantes da Federação Nacional de Previdência Privada - FenaPrevi;

IX - 1 (um) representante da Federação Nacional das Empresas de Resseguros - FENABER;

X - 1 (um) representante da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização - CNSeg;

XI - 1 (um) representante da Federação Nacional de Seguros Gerais - FenSeg;

XII - 1 (um) representante da Federação Nacional de Capitalização - FenCap;

XIII - 1 (um) representante da Associação Nacional das Resseguradoras Locais - AN-Re;

XIV - 1 (um) representante da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA;

XV - 1 (um) representante do Instituto Brasileiro de Atuária - IBA;

XVI - 1 (um) representante da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

§ 1º Poderão ser convidados pela Susep representantes de outros órgãos governamentais e especialistas em determinados assuntos ou áreas de atuação.

§ 2º A presidência da Comissão de Investimentos da Susep cabe ao Diretor da Diretoria de Solvência da Susep e, na sua ausência, ao Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Monitoramento Prudencial.

Art. 2º A Comissão de Investimentos da Susep tem como objetivo opinar em assuntos cujos temas versarem sobre investimentos relativos aos mercados de seguros, de previdência complementar aberta, de capitalização e de resseguros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada Portaria Susep nº 6.953, de 13 de julho de 2017.

JOAQUIM MENDANHA DE ATAIDES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 535, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618040/2017-74, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 04.046.576/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de junho de 2017:

I - Inclusão do endereço da sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000, no estatuto social; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 536, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei n. 261, de 28 de fevereiro de 1967 e o que consta do processo Susep 15414.618041/2017-19, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ n. 09.382.998/0001-00, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 19 de junho de 2017:

I - Inclusão do endereço da sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000, no estatuto social; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 537, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.604508/2017-43, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AXA SEGUROS S.A., CNPJ n. 19.323.190/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2017:

I - Aumento do capital social em R$ 25.000.000,00, elevando-o para R$ 353.088.000,11, dividido em 1.259.387.050 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 538, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.618701/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ALLIANZ SEGUROS S.A., CNPJ n. 61.573.796/0001-66, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2017:

I - Aumento do capital social em R$ 69.734.000,00, elevando-o para R$ 1.661.743.479,00, dividido em 1.725.891.233 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Reforma do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 539, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.613581/2017-14, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de CRÉDITO Y CAUCIÓN SEGURADORA DE CRÉDITO E GARANTIAS S.A., CNPJ n. 08.587.950/0001-76, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de maio de 2017:

I - Alteração da denominação social para ATRADIUS CRÉDITO Y CAUCIÓN SEGURADORA S.A.; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 540, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 11 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 09 de dezembro de 2015 e o que consta do Processo Susep 15414.614115/2017-48, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro de FINANCIAL INSURANCE COMPANY LIMITED, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales, como ressegurador admitido, concedido pela Portaria Susep n. 68, de 25 de setembro de 2014, com fulcro na alínea d do inciso II do artigo 40 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 541, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS, DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 11 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015 e o que consta do Processo Susep 15414.614112/2017-12, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro de FINANCIAL ASSURANCE COMPANY LIMITED, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Inglaterra e País de Gales, como ressegurador admitido, concedido pela Portaria Susep n. 79, de 10 de outubro de 2014, com fulcro na alínea d do inciso II do artigo 40 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 09 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Justiça e Segurança Pública

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

PAUTA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2017

Dia: 06.09.2017
Início: 10h
Ato de Concentração nº 08700.002997/2017-11
Requerentes: Ternium S.A. e Thyssenkrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda.
Advogados: Barbara Rosenberg, Patricia Avigni, Carolina Cury, Sergio Varella, Natalia Salzedas e Marina Lissa Horita
Terceiro interessado: Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)
Advogados: Aurélio Marchini Santos, Andréa da Cunha Cruz, Ricardo Franco Botelho, Luiza Andrade Machado e Patrícia Serson Deluca
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro
Processo Administrativo nº 08700.004631/2015-15
Representante: Cade ex officio
Representados: Autoliv do Brasil Ltda., Takata Brasil S.A., Airton Evangelista, Aparecida Emidia de Souza, Arnaldo Goes Coronel, Fábio Henrique Issa, Fernando Furlan, Gerson Eduardo Donola, Jackson Fabio Priante, Marcelo Toshio Teramoto, Mauro Grossi, Patrícia do Nascimento Coimbra, Richard Schwabe Júnior, Shigeru Otake, Shuji Nagase e Fábio Monteiro Priante
Advogados: Pedro Sérgio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini, Adriana Mourão Nogueira, Raquel Batista de S. Franca, Matheus Renato Silva Matos, Diego Nogueira Amaral Santos, Mariana Villela Corrêa, Leonardo Maniglia Duarte, Fábio Amaral Figueira e outros
Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo
Processo Administrativo nº 08012.002812/2010-42
Representante: SDE ex officio
Representadas: Beira Mar Participações S.A, Check Express S.A, Embryo Web Solutions Ltda (atual Rede Ponto Certo - RPC), Getnet S.A, Rede Digital Comércio e Serviços de Informação Ltda ME, RV Tecnologia e Sistemas Ltda, RedeTrel Transações Eletrônicas Ltda, Adolfo Menezes Melito, Almir Vieira Dias, Antônio Cláudio Muniz Borges, Bruno Moura Lindoso, Carlênio Bezerra Castelo Branco, Eduardo de Lima Fernandes, Eduardo Henrique Costa Ribeiro Sanches, Giusepe Lo Russo, Guilherme Henrique De Campli Martins, Jaime Lacerda De Almeida Filho, João Geraldo Bargetzi Teixeira de Carvalho, José Lindoso de Albuquerque Filho, José Mário De Paula Ribeiro Júnior, José Renato Silveira Hopf, Manoel Borba Cardoso, Ricardo Eid Philipp e Valmor Pedro Bosi
Advogados: Antônio Augusto Guimarães de Souza, Mauro Grinberg, Eduardo Molan Gaban, Elcio Fonseca Reis, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Alex Sandro Gomes Altimari, Carlos Francisco de Magalhães, Nelson Nery Junior, Gabriel Nogueira Dias, José Inácio Gonzaga Franceschini, Eduardo Reale Ferrari, Luiz Guilherme Moreira Porto, Barbara Rosenberg, Gabriela Ribeiro Nolasco Marinho Nunes, Fernando Stival, Fernanda Duarte Calmon Carvalho, Marina de Santana Souza, Raquel Bezerra Cândido Amaral Leitão, Karinne Alves Fonseca, Cristhiane Helena Lopes Ferrero, Sergio Affonso Dafre e outros
Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
Requerimento nº 08700.007979/2016-37
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.002140/2017-93
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007978/2016-92
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003508/2017-31
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.001335/2017-16
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003437/2017-76
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003579/2017-33
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.003071/2017-35
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Requerimento nº 08700.007837/2016-70
Requerentes: Acesso Restrito
Advogados: Acesso Restrito
Pedido de Reapreciação e Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08012.007011/2006-97
Representante: Hapvida Assistência Médica Ltda.
Requerentes: Associação dos Hospitais do Estado do Ceará (AHECE), Clínica São Carlos Ltda. (Hospital São Carlos), Otoclínica S/C Ltda. (Otoclínica), Hospital São Mateus S/C Ltda. (Hospital São Mateus), Casa de Saúde e Maternidade São Raimundo S/A (Casa São Raimundo), Hospital Cura D'ars Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital São Camilo Cura D'ars), Uniclinic - União das Clínicas do Ceará (Uniclinic) e Instituto do Câncer do Ceará - ICC
Advogados: Rachel Pinheiro de Andrade Mendonça, Joaquim Guilherme Rosário Fusco Pessoa de Oliveira, Lucas Esteves Borges, Adriano do Almo Mesquita, Maria Imaculada Gordiano Oliveira Barbosa, Rafael Pereira de Souza, Armando Hélio Almeida Monteiro de Moraes, Rogério Scarabel e outros
Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro Macedo

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DESPACHOS DO CONSELHEIRO
Em 30 de agosto de 2017

Nº 11 - Processo nº 08012.001376/2006-16. Representante: SDE ex officio. Representados: ABB Management Services Ltd. (anteriormente denominada ABB Power Technologies Management Ltd.), ABB Switzerland Ltd., ABB Ltda., Alstom Holdings S.A, Alstom Hydro Energia Brasil Ltda, Areva T&D S.A. (sucedida por Alstom Holdings S.A), Alstom Grid Energia Ltda. (nova denominação de Areva Transmissão e Distribuição de Energia Ltda.), Japan AE Power Systems Corporation, Mitsubishi Electric Corporation, Siemens AG, Siemens Ltda., Toshiba Corporation, VA Tech Transmission & Distribution GmbH & Co, VA Tech Transmissão e Distribuição Ltda., Erik Mayr, Leonhard Widenhorn, Mats Persson, Michael Velte-Andrée, Georg Schett, Andres Isaza, Thomas Jauch, Göte Wallin, Bo Normark, Edgar Hummel, Rolf Nierbeck, Franz Keller e Bengt Åke Lennart Karlsson. Advogados: Rogério Domene, Marcelo Procópio Calliari, Daniel Oliveira Andreoli, Joana Temudo Cianfarani, Sérgio Varella Bruna, José Orlando de Almeida de Arrochela Lobo, Geraldo Roberto Lefosse Júnior, Luiz Gustavo Mayrink Carvalho, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araujo, Cecília Vidigal Monteiro de Barros, Edson Takeshi Nakamura, Tulio Freitas do Egito Coelho, Francisco Ribeiro Todorov, Alessandro Marius Oliveira Martins, José Alexandre Buaiz Neto, Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Marco

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aurélio Martins Barbosa, Ricardo Ferreira Pastore, Ubiratan Mattos, Marcelo Antonio Muriel, Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro e outros. Relator: Conselheiro Alexandre Cordeiro. Considerando que desde a distribuição deste feito a minha relatoria foram assinados três Termos de Compromisso de Cessação de Conduta (Reqs. nº 08700.001808/2016-02, 08700.002026/2016-82 08700.006546/2016-64) e que os documentos originários destes termos podem ter efeitos no julgamento do processo administrativo, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do CADE (RICADE), assino prazo de quinze dias úteis para que os representados que estão com o processo si suspenso apresentem novas alegações finais.

Nº 12 - Processo nº 08012.001376/2006-16. Retifico Despacho Decisório nº 11/2017, que passa a ter o seguinte texto (alteração em negrito) "Considerando que desde a distribuição deste feito a minha relatoria foram assinados três Termos de Compromisso de Cessação de Conduta (Reqs. nº 08700.001808/2016-02, 08700.002026/2016-82 08700.006546/2016-64) e que os documentos originários destes termos podem ter efeitos no julgamento do processo administrativo, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do CADE (RICADE), assino prazo de quinze dias úteis para que os representados que não estão com o processo si suspenso apresentem novas alegações finais."

ALEXANDRE CORDEIRO

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 30 de agosto de 2017

Nº 20. Processo nº 08700.010819/2014-03. Representante: Cade ex officio. Representados: Cerâmicas e Velas de Ignição NGK do Brasil Ltda.; NGK Spark Plug Co. Ltd.; Denso Corporation; Denso do Brasil Ltda; Robert Bosch GmbH; Robert Bosch Ltda.; Alexander Keck; Andreas Biehofer; Andreas Herbert Nikoleizig; Arian Mesdaghi; Besaliel Soares Botelho; Carlos Alberto Barbosa Filho; Edson Isamu Yoshimura; Hisashi Nakanishi; Jerônimo Yoshitaka Suehiro; José Eduardo Judice; José Luiz Amaral; Juergen Klaus Januschke; Klaus Ruediger Erich Saur; Klaus Thunig; Leonard Kaiser; Marcelo Luiz Gomes; Marco Antônio de Camargo Freitas; Mathias Doege; Michael Kuebler; Norihiko Adachi; Paulo Abe; Paulo Henrique Martinez Saldanha; Robert Michael Hanser; Robson Carlos Marzochi; Thomas Schimidt; Thomaz Norimassa Yamada; Udo Ferdnand Kolber; Akihiko Yamauchi, Gilberto Maeda, Kazunori Umemura, Mitsuaki Koyama, Shozo Fujita, Takao Hamada, Makioka e Toshiro Imoto. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto, Leonardo Peres da Rocha e Silva; Vicente Coelho Araújo; Marcelo Procópio Calliari; Marcel Medon dos Santos e outros. Acolho a Nota Técnica Nº 65/2017/CGAA7/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, (i) pela instauração de Processo Administrativo em desfavor de a) Denso Corporation; b) Denso do Brasil Ltda; c) Akihiko Yamauchi, d) Gilberto Maeda, e) Kazunori Umemura, f) Mitsuaki Koyama, g) Shozo Fujita, h) Takao Hamada, i) Makioka e j)Toshiro Imoto, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c. art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, de acordo com os itens i a v, do parágrafo 34 da mencionada nota , a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento nos artigos art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" e inciso VIII da Lei nº 12.529/2011 da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão, sob pena de indeferimento, especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso o Representado tenha interesse na produção de prova testemunhal, deverá indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 155, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Setor Processual.

Nº 1.263. Processo Administrativo nº 08012.008215/2006-45. Representante: SDE ex-offício. Representados: José Batista Júnior e Frigorífico Independência de Alimentos Ltda. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Carolina Maria Matos Vieira e outros. Acolho a Nota Técnica nº 83/2017/CGAA6/SGA2/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na referida Nota Técnica: (i) pela admissão dos Embargos de Declaração opostos pelo Representado José Batista Júnior como pedido de reconsideração ordinário e, no mérito, pela sua rejeição; e (ii) pela intimação dos Representados de que o prazo para apresentação de novas alegações permanece inalterado e fluindo desde a publicação, em 22.08.2017, da retificação do Despacho SG n° 1.178/2017. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 4.057, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/41211 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REICON - REBELO INDUSTRIA COMERCIO E NAVEGACAO LTDA, CNPJ nº 05.685.961/0001-09 para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1670/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.059, DE 8 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/38232 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA BOM JESUS S/A, CNPJ nº 10.785.202/0001-40 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1767/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.243, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/30989 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 1350/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0001-07); nº 1413/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0019-28); nº 1236/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0009-56); nº 1620/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0015-02); nº 1319/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0005-22); nº 1292/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0008-75); nº 1258/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0006-03); nº 1734/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0169-50) e nº 1320/2017 (CNPJ nº 60.860.087/0178-40).

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.312, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/58190 - DPF/ANS/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0050-13, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
855 (oitocentas e cinquenta e cinco) Munições calibre .380
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 12
336 (trezentas e trinta e seis) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.382, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59390 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0001-85, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Munições calibre .380
192 (cento e noventa e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.385, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/52660 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO CIVIL ALPHAVILLE RESIDENCIAL 8, CNPJ nº 60.552.254/0001-44 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.412, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/51812 - DPF/FIG/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LABRE CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 05.687.436/0001-14, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 38
856 (oitocentos e cinquenta e seis) Gramas de pólvora
5000 (cinco mil) Projéteis calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.423, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/43734 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOSPITAL SAO DOMINGOS LTDA., CNPJ nº 11.006.293/0001-30 para atuar no Maranhão.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.443, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/61012 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADORO S/A, CNPJ nº 60.037.058/0001-31 para atuar em São Paulo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.481, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/59681 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE TREINAMENTO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 39.302.369/0001-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1880/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.483, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/60658 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa MULTSEG SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.966.422/0001-77, sediada em Sergipe, para adquirir:

Da empresa cedente SERGIPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 12.469.343/0001-89:
14 (quatorze) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SERGIPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 12.469.343/0001-89:
168 (cento e sessenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 4.502, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/60413 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GROUPE PROTECTION SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 21.253.716/0001-70, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Espingardas calibre 12

8 (oito) Pistolas calibre .380

10 (dez) Revólveres calibre 38

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380

72 (setenta e duas) Munições calibre 12

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.509, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/61297 - DPF/NIG/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FRONT SERVIÇO DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.324.949/0001-35, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

48 (quarenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.518, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/24012 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa PROALVO PROTEÇÃO E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 23.890.653/0001-99, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1387/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.540, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62092 - DPF/DVS/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ABS SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 18.972.860/0001-52, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente SHABAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.699.834/0001-49:

9 (nove) Revólveres calibre 38

6 (seis) Pistolas calibre .380

3 (três) Espingardas calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente SHABAK SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 08.699.834/0001-49:

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

63 (sessenta e três) Munições calibre 12

270 (duzentas e setenta) Munições calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

105 (cento e cinco) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 4.542, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/62560 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ORPAS ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 11.009.550/0001-98, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente DIVISA SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.478.353/0001-55:

2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SUL AMERICA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIERLI, CNPJ nº 12.138.329/0001-00:

11 (onze) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DECISÃO Nº 5, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Processo Administrativo nº 08012.003471/2010-22. Recorrente: TNL PCS S.A. / Oi Móvel S.A. Advogados: Barbara Rosenberg e Daniela Coelho A. F. de Vasconcellos. Nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/99, adoto também, como motivação, a Nota Técnica nº 6/2017/ASSESSORIA SENACON/GAB-SENACON/SENACON, assim ementada: "Recurso Administrativo. Direito à Privacidade. Infração aos direitos básicos do consumidor, ofensa à vulnerabilidade, à boa-fé, ao equilíbrio entre consumidores e fornecedores, ao direito à intimidade; à transparência. Direito à informação, à liberdade de escolha e à proteção contra prática abusiva. Infração aos arts. 4°, I e III; 6º, II, III, IV; 31;37; 39, IV; 43 e 51, XV e § 1°, todos do Código de Defesa do Consumidor". Mantenho integralmente a multa aplicada pelo DPDC à empresa TNL PCS S/A (OI) no valor de R$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), ficando a recorrente intimada ao seu pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução n° 30/2013 do Conselho Federal Gestor do Fundo de Direitos Difusos, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa da União, de acordo com o artigo 55 do Decreto nº 2.181/97.

ARTHUR LUIS MENDONÇA ROLLO
Secretário

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
DIVISÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DA CHEFE

Determinar o arquivamento dos processos abaixo relacionados, conforme parecer que poderá ser visualizado mediante solicitação de acesso externo pelo link: formularios.mj.gov.br/limesurvey/index.php/998625.

Processo nº 08505.322371/2016-46, YASSER ALRAHWANJI, tendo em vista o interessado encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 145, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: RUSH: A DISNEY/PIXAR ADVENTURE (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): ASOBO
Distribuidor(es): MICROSOFT
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Corrida
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000939/2017-53
Requerente: MICROSOFT DO BRASIL IMP E COM SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA.

Título: DISNEYLAND ADVENTURES (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): DISNEY INTERACTIVE STUDIOS
Distribuidor(es): MICROSOFT
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000946/2017-55
Requerente: MICROSOFT DO BRASIL IMP E COM SOFTWARE E VIDEO GAMES LTDA.

Título: WOLFENSTEIN II: THE NEW COLOSSUS (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): BETHESDA SOFTWORKS
Distribuidor(es): NC GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Violência Extrema
Processo: 08017.001069/2017-30
Requerente: BETHESDA SOFTWORKS

Título: STAR WARS BATTLEFRONT 2 (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Ação/Aventura/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001086/2017-77
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: UNCHARTED: THE LOST LEGACY (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Distribuidor(es): SONY INTERACTIVE ENTERTAINMENT AMERICA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas Lícitas , Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000737/2017-10
Requerente: IAN MICHAEL JONES

OSCAR APOLÔNIO DO NASCIMENTO FILHO

PORTARIA Nº 146, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Novela: A FÓRMULA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Flávia Lacerda/Patrícia Pedrosa
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.034555/2017-13
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Conjunto de Episódios: MICKEY AVENTURAS SOBRE RODAS (MICKEY AND THE ROADSTER RACERS, Estados Unidos da América - 2017)
Episódios: 01 a 04
Produtor(es): Disney Junior
Diretor(es): Broni Likomanov/Hil Weinstein
Distribuidor(es): SONOPRESS - RIMO DA AMAZÔNIA INDUSTRIA E COMERCIO FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil/Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.048197/2017-26
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: AQUALOUCOS (Brasil - 2016)
Diretor(es): Victor Ribeiro
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.048507/2017-11
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: PEPPA ESTRELAS (PEPPA STARS, Reino Unido - 2008)
Episódios: 01 a 10
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES DO BRASIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.050294/2017-89
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Filme: IT - A COISA (IT, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Marty P. Ewing
Diretor(es): Andrés Muschietti
Distribuidor(es): Warner Bros (South), Inc.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Conteúdo Impactante e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.052826/2017-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: EXPRESSO (Brasil - 2016)
Episódio(s): 01 A 20
Produtor(es): Loma Filmes Ltda.
Diretor(es): Hilton Lacerda/Kiko Goifman/Joaquim Castro/Cláudia Priscila/Rodrigo Campos/Mariana Lacerda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001002/2017-03
Requerente: LOMA FILMES LTDA.

Filme: AIKEWARA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Floresta Vídeo Gráfica e Editora Ltda.
Diretor(es): Célia Aparecida de Azevedo/Luiz Arnaldo Dias Campos
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001043/2017-91
Requerente: FLORESTA VÍDEO GRÁFICA E EDITORA LTDA

Filme: ESTA É A SUA MORTE (THIS IS YOUR DEATH, Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Lighthouse Pictures
Diretor(es): Giancarlo Esposito
Distribuidor(es): CINEART FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08017.001058/2017-50
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Filme: DAVID LYNCH - A VIDA DE UM ARTISTA (DAVID LYNCH - THE ART LIFE, Dinamarca / Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): Jon Nguyen/Jason S/Sabrina Sutherland
Diretor(es): Jon Nguyen/Olivia Neergaard Holm/Rick Barnes
Distribuidor(es): FÊNIX FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001081/2017-44
Requerente: P&M DISTRIBUIDORA DE FILMES

Filme: 2:22 - ENCONTRO MARCADO (2:22, Austrália / Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Paul Currie
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Suspense/Terror/Ficção Científica
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001083/2017-33
Requerente: PLAYARTE PICTURES ENTRETENIMENTO LTDA.

Conjunto de Episódios: TED COMPARTILHANDO IDEIAS - 2ª TEMPORADA (Brasil - 2017)
Episódio(s): 26
Produtor(es): Giros Interativa Ltda - EPP
Diretor(es): Adriana Borges
Distribuidor(es): Não informado
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08000.032334/2017-19
Requerente: FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Filme: OS GUARDIÕES (GUARDIANS, Rússia - 2016)
Produtor(es): Sarik Andreasyan/Gevond Andreasyan
Diretor(es): Sarik Andreasyan
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.050290/2017-09
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: DAY OF THE GUSANO (Japão - 2016)
Produtor(es): Eagle Rock Entertainment
Diretor(es): Shawn Crahan
Distribuidor(es): CINECOLOR DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Documentário/Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.050518/2017-52
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MARVEL`S INHUMANS (Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Imax/Marvel/ABC Studios
Diretor(es): Roel Reine
Distribuidor(es): UNITED CINEMAS INTERNATIONAL BRASIL LTDA. / IMAX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.050526/2017-07
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: LINO - O FILME (LINO, Brasil - 2017)
Diretor(es): Rafael Ribas
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação/Comédia
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.050828/2017-77
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

OSCAR APOLÔNIO DO NASCIMENTO FILHO

DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO
Em 30 de agosto de 2017

Nº 235/2017/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000942/2017-77
Filme: "AS DUAS IRENES" - Reconsideração
Requerente: Vitrine Filmes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de catorze anos", por conter: nudez e drogas lícitas.

OSCAR APOLÔNIO DO NASCIMENTO FILHO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.181, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza transferência dos recursos do concurso de prognósticos TIMEMANIA, destinados pela Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto na Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.505, de 18 de julho de 2007, que institui o concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva e dá outras providências, entre as quais a destinação de parte da arrecadação ao Fundo Nacional de Saúde, que os destinará, exclusivamente, às ações das Santas Casas de Misericórdia, de entidades hospitalares sem fins econômicos e de entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência;

Considerando que a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, determina, em seu art. 2º § 6º, que cabe à respectiva entidade de classe de representação nacional, Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (CMB), informar, anualmente, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), quais são as instituições que deverão receber prioritariamente os recursos;

Considerando o Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; e

Considerando a Portaria nº 2.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a transferência dos recursos arrecadados por meio do concurso de prognóstico denominado TIMEMANIA às Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência, resolve:

Art. 1º Fica estabelecida a transferência da parcela única anual, dos recursos arrecadados dos concursos de prognósticos TIMEMANIA, destinados às Santas Casas de Misericórdia, entidades hospitalares sem fins econômicos e entidades de saúde de reabilitação física de portadores de deficiência, relativa ao exercício de 2017, conforme Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos, objeto desta Portaria, totalizam R$ 6.640.498,35 (seis milhões, seiscentos e quarenta mil e quatrocentos e noventa e oito reais e trinta e cinco centavos), e irão onerar o Programa de Trabalho 10.122.2015.216O.0001 - "Apoio à manutenção das santas casas de misericórdia, de estabelecimentos hospitalares e unidades de reabilitação física de portadores de deficiência, sem fins econômicos" (Plano Orçamentário 0000 - Apoio à Gestão das Santas Casas de Misericórdia e outras Entidades Sem Fins Econômicos - Recurso TIMEMANIA).

Art. 3º A execução dos recursos de que trata o art. 1º desta Portaria deverá observar ao disposto na Portaria nº 2.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ITEM	UF	MUNICIPIO	Instituição	CNPJ	Valor Solicitado ao MS
1	BA	Campo Formoso	União Hospitalar São Fracisco	13.802.681/0001-53	R$ 23.854,43
2	BA	Vitoria da Conquista	Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista	16.196.263/0001-58	R$ 23.854,43
3	BA	Itabuna	Santa Casa de Misericórdia de Itabuna	14.349.740/0001-42	R$ 23.854,43
4	BA	Valença	Santa Casa de Misericórdia de Valença	16.175.036/0001-46	R$ 23.854,43
5	BA	Esplanada	Santa Casa de Miericórdia Hospital São Francisco e São Vicente	14.054.605/0001-70	R$ 23.854,43
6	BA	Barra	Monte Tabeor Centro Italo Brasileiro de Promoção Sanitária-Hosp. Ana Mariani	13.926.639/0007-30	R$ 23.854,43
7	CE	Barbalha	Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo	03.284.505/0001-13	R$ 23.854,43
8	CE	Quixada	Sociedade Quixadense de Proteções Ass a Mart Infa	07.718.372/0001-05	R$ 23.854,43
9	CE	Baturité	Sistema de Saude Vicentina Margarida Naseau - SSVMN	07.126.998/0004-67	R$ 23.854,43
10	CE	Fortaleza	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Cura d'Ars	60.975.737/0035-09	R$ 23.854,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

11	CE	Fortaleza	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Cura d'Ars	60.975.737/0035-09	R$ 23.854,43
12	CE	Cedro	Associação de Proteção e Assistência a Maternidade e a Infância de Cedro	07.142.607/0001-55	R$ 23.854,43
13	CE	Fortaleza	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital São Raimundo	60.975.737/0017-19	R$ 23.854,43
14	CE	Crateus	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital São Lucas	60.975.737/0076-79	R$ 23.854,43
15	CE	Sobral	Santa Casa de Misericórdia de Sobral	07.818.313/0001-09	R$ 23.854,43
16	CE	Brejo Santo	Instituto madre teresa de apoio à vida - IMTAVI	06.272.659/0001-83	R$ 51.613,50
17	CE	Várzea Alegre	Hospital São Raimundo	07.892.698/0001-46	R$ 51.613,50
18	PB	Canpina Grande	Fundação Assistencial da Paraíba - FAP	08.841.421/0001-57	R$ 51.613,50
19	PE	Jaboatão dos Guararapes	Instituto Alcides D´Andrade Lima	10.072.296/0004-52	R$ 51.613,50
20	PE	Jaboatão dos Guararapes	Instituto Alcides D´Andrade Lima	10.072.296/0004-52	R$ 23.854,43
21	PE	Jaboatão dos Guararapes	Instituto Alcides D´Andrade Lima	10.072.296/0003-71	R$ 23.854,43
22	PE	Bezerros	Instituto Alcides D´Andrade Lima	10.072.296/0005-33	R$ 23.854,43
23	PE	Garanhuns	Hospital Infantil Palmira Sales	10.241.503/0001-02	R$ 23.854,43
24	PE	Olinda	Hospital do Tricentenário	10.583.920/0001-33	R$ 23.854,43
25	PE	Recife	Fundação Manoel da Silva Almeida	09.767.633/0001-02	R$ 23.854,43
26	PE	Recife	Santa Casa de Misericórdia do Recife - Hospital Santo Amaro	10.869.782/0004-04	R$ 23.854,43
27	PE	Surubim	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Surubim	11.754.025/0001-05	R$ 23.854,43
28	PE	Timbauba	Instituto João Ferreira Lima	11.812.443/0001-01	R$ 23.854,43
29	PE	Vitoria de Santo Antão	Associação de Prot. à Maternidade e à Infância de Vitória do Santo Antão	11.683.174/0001-12	R$ 23.854,43
30	PE	Araripina	Instituto Social das Medianeiras da Paz	10.739.225/0001-18	R$ 23.854,43
31	PE	Recife	Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco	10.859.817/0001-73	R$ 23.854,43
32	PE	Jaboatão dos Guararapes	Instituto Alcides D´Andrade Lima	10.072.296/0003-71	R$ 51.613,50
33	PI	Parnaíba	Sociedade de Proteção a Maternidade e a Infância de Parnaíba	06.705.990/0001-40	R$ 23.854,43
34	PI	Teresina	Associação Piauiense de Combate ao Câncer	06.870.026/0001-77	R$ 23.854,43
35	RJ	Barra Mansa	Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa	28.683.712/0001-71	R$ 23.854,43
36	RJ	Resende	Santa Casa de Misericórdia de Resende	31.460.017/0001-55	R$ 23.854,43
37	RJ	Piraí	Casa de Caridade de Piraí - Hospital Flavio Leal	31.424.245/0001-70	R$ 23.854,43
38	RJ	Itaperuna	Conferência São José do Avaí - Hospital São José do Avaí	29.640.612/0001-20	R$ 23.854,43
39	RJ	Campos dos Goytacases	Santa Casa de Misericórdia de Campos	28.963.981/0001-91	R$ 23.854,43
40	RJ	Tres Rios	Associação Congr. de Santa Catarina-Hosp. de Clínicas Nsa Sra da Conceição	60.922.168/0025-53	R$ 23.854,43
41	RJ	Teresopolis	Beneficência Portuguesa de Teresopolis	32.185.605/0001-90	R$ 23.854,43
42	RJ	Cabo Frio	Irm. Santa Izabel De Cabo Frio - Hospital Santa Izabel	30.590.574/0001-28	R$ 51.613,50
43	RJ	Campos Dos Goytacazes	Soc. Portuguesa De Beneficencia De Campos	28.961.084/0001-49	R$ 51.613,50
44	RJ	Angra Dos Reis	Irm. Sta Misericórdia De Angra Dos Reis - Hospital E Maternidade Codrato Vilhena	28.503.308/0001-79	R$ 51.613,50
45	RJ	Macae	Irmandade São João Batista De Macaé - Casa De Caridade De Macae	29.696.069/0001-83	R$ 51.613,50
46	RJ	Rio de Janeiro	Instituição Este Brasileira De Prevenção E Assistência À Saúde - Hospital Adventista Silvestre	73.696.718/0002-19	R$ 51.613,50
47	RJ	Vassouras	Fundação Educadional Severino Sombra- Hospital Universitário De Vassouras	32.410.037/0001-84	R$ 51.613,50
48	ES	Afonso Claudio	Hospital Conferência São Vicente de Paulo	27.002.674/0001-81	R$ 51.613,50
49	ES	Cachoeiro de Itapemirim	Santa Casa de Mis. De Cachoeiro de Itapemirim	27.187.087/0001-04	R$ 23.854,43
50	ES	Cachoeiro de Itapemirim	Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim	27.193.705/0001-29	R$ 23.854,43
51	ES	Colatina	Fund. Social Rural de Colatina	27.502.715/0001-07	R$ 23.854,43
52	ES	Guacui	Santa Casa de Misericórdia de Guacui	27.686.179/0001-39	R$ 23.854,43
53	ES	Linhares	Fundação Beneficente Rio Doce	27.836.329/0001-43	R$ 23.854,43
54	ES	Mimoso do Sul	Hospital Apostolo Pedro	27.868.835/0001-14	R$ 23.854,43
55	ES	Nova Venecia	Sociedade Beneficente São Camilo	60.975.737/0020-14	R$ 23.854,43
56	ES	Vitória	Irm. da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/EMESCAM	28.141.190/0001-86	R$ 23.854,43
57	ES	Vitória	Irm. da Santa Casa de Misericórdia de Vitória/EMESCAM	28.141.190/0001-86	R$ 23.854,43
58	ES	São Mateus	Casa de Nossa Senhora Aparecida	27.993.427/0001-94	R$ 51.613,50
59	MG	Belo Horizonte	Associação Mário Penna - Hospital Luxemburgo	17.513.235/0002-60	R$ 23.854,43
60	MG	São João Del Rei	Santa Casa da Misericórdia de São João Del Rei	24.729.097/0001-36	R$ 23.854,43
61	MG	Ipatinga	Fundação São Francisco Xavier - Hospital Márcio Cunha	19.878.404/0001-00	R$ 23.854,43
62	MG	Ubá	Irmandade de Nossa Senhora da Saúde - Hosp. São Vicente de Paulo de Ubá	25.335.670/0001-90	R$ 23.854,43
63	MG	Muriaé	Casa de Caridade de Muriaé - Hospital São Paulo	22.780.498/0001-95	R$ 23.854,43
64	MG	Teófilo Otoni	Associação Hospitalar Santa Rosália	25.104.902/0001-07	R$ 23.854,43
65	MG	Montes Claros	Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros	22.669.931/0001-10	R$ 23.854,43
66	MG	Diamantina	Santa Casa de Caridade de Diamantina	20.079.166/0001-52	R$ 23.854,43
67	MG	Passos	Santa Casa de Misericórdia de Passos	23.278.898/0001-60	R$ 23.854,43
68	MG	Pouso Alegre	Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí	23.951.916/0004-75	R$ 23.854,43
69	MG	Poços de Caldas	Irmandade do Hospital da Santa Casa de Poços de Caldas	23.647.209/0001-47	R$ 23.854,43
70	MG	Patrocínio	Irmandade Nossa Senhora do Patrocínio	23.406.564/0001-24	R$ 23.854,43
71	MG	Divinopolis	Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	61.617.908/0003-03	R$ 23.854,43
72	MG	Juiz de Fora	Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora	21.575.709/0001-95	R$ 23.854,43
73	MG	Uberaba	Sociedade Educacional Uberabense	25.452.301/0001-87	R$ 23.854,43
74	MG	Manhuaçu	Hospital Cesar Leite	22.263.081/0001-55	R$ 23.854,43
75	MG	Sete Lagoas	Irmandade de Nossa Senhora das Graças	24.993.560/0001-52	R$ 23.854,43
76	MG	Araxá	Associação de Assist Social da Santa Casa de Miseric Araxá	16.908.600/0001-92	R$ 23.854,43
77	MG	Almenara	Fundação Deraldo Guimaraes	20.180.634/0001-80	R$ 23.854,43
78	MG	Alfenas	Casa de Caridade de Alfenas N S P Socorro	16.650.756/0001-16	R$ 23.854,43
79	MG	Mariana	Sociedade Beneficente São Camilo	60.975.737/0025-29	R$ 23.854,43
80	MG	São Lourenço	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço	24.824.195/0001-52	R$ 23.854,43
81	MG	Janaúba	Fundação de Assistencia Social de Janauba	18.099.325/0001-39	R$ 23.854,43
82	MG	São Seb Paraíso	Santa Casa de Misericordia de São Sebastião do Paraiso	24.899.395/0001-74	R$ 23.854,43
83	MG	Turmalina	Conferencia de São Vicente de Paulo de Turmalina	16.887.465/0001-46	R$ 23.854,43
84	MG	Governador Valadares	Beneficencia Social Bom Samaritano	22.709.109/0002-16	R$ 23.854,43
85	MG	Belo Horizonte	Fundacao Benjamin Guimaraes - Hospital da Baleia	17.200.429/0001-25	R$ 23.854,43
86	MG	Belo Horizonte	Fundação de Assistência Integral à Saúde	25.459.256/0001-92	R$ 23.854,43
87	MG	Itajuba	Santa Casa de Misericórdia de Itajuba	21.035.852/0001-94	R$ 23.854,43
88	MG	Uberaba	Associação de Combate ao Câncer do Brasil Central	25.438.409/0001-15	R$ 23.854,43
89	MG	Belo Horizonte	Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	17.209.891/0001-93	R$ 51.613,50
90	SC	Concordia	Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco	83.506.030/0002-82	R$ 23.854,43
91	SC	São Miguel do Oeste	Associacao Beneficente Hospitalar Peritiba-Hosp.Reg.Terezinha Gaio Basso	78.478.559/0002-08	R$ 23.854,43
92	SC	Blumenau	Associação Congregação de Santa Catarina - Hospital Santa Isabel	60.922.168/0052-26	R$ 23.854,43
93	SC	Blumenau	Associação Congregação de Santa Catarina - Hospital Santa Isabel	60.922.168/0052-26	R$ 23.854,43
94	SC	Tubarão	Associação Congregação de Santa Catarina - Hosp. Nsa. Sra. da Conceição	60.922.168/0053-07	R$ 23.854,43
95	SC	Lages	Associação Beneficente Seara do Bem	84.947.167/0001-54	R$ 23.854,43
96	SC	Porto União	Hospital de Caridade São Braz	85.604.395/0001-94	R$ 23.854,43
97	SC	Mafra	Ass de Caridade S Vicente de Paulo - Hospital São Vicente de Paulo	85.131.993/0001-93	R$ 23.854,43
98	SC	Xanxere	Associacao Educacional e Caritativa - Hospital Regional São Paulo	89.428.734/0022-04	R$ 23.854,43
99	SC	Videira	Instituto de Ensino e Assistencia Social-Hosp.Salvatoriano Div.Salvador	86.552.809/0003-03	R$ 23.854,43
100	SC	Criciuma	Sociedade Literaria e Caritativa Santo Agostinho-Hospital São José	92.736.040/0008-90	R$ 23.854,43
101	SC	Joinville	Instituição Bethesda	84.712.983/0001-89	R$ 23.854,43
102	SC	Rio do Sul	Fundacao de Saude do Alto Vale do Itajaí	73.433.427/0001-57	R$ 23.854,43
103	SC	Turvo	Hospital São Sebastião	86.513.124/0001-96	R$ 23.854,43
104	SC	Curitibanos	Fundação Hospitalar de Curitibanos	95.991.113/0001-02	R$ 23.854,43
105	SC	Joaçaba	Hospital Universitário Santa Terezinha	84.588.391/0001-05	R$ 51.613,50
106	PR	Apucarana	Hospital Nossa Senhora das Graças - HNSG Hospital da Providência	76.562.198/0005-92	R$ 23.854,43
107	PR	Curitiba	Hospital Nossa Senhora das Graças	76.562.198/0001-69	R$ 23.854,43
108	PR	Cascável	UOPECCAN - União Oeste Paranaense de Estudos Combate ao Câncer	81.270.548/0001-53	R$ 23.854,43
109	PR	Londrina	Associacao Evangélica Beneficente de Londrina	78.613.841/0001-61	R$ 23.854,43
110	PR	Ponta Grossa	Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Vicentino	60.975.737/0030-96	R$ 23.854,43
111	PR	Medianeira	Associacao Missionária de Beneficencia	80.234.826/0011-26	R$ 23.854,43
112	PR	Irati	Irmandade do Hospital de Caridade de Irati	78.143.153/0001-85	R$ 23.854,43
113	PR	Maringá	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Maringá	79.115.762/0001-93	R$ 23.854,43

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

114	PR	Paranavaí	Santa Casa de Paranavaí	79.724.423/0001-04	R$ 23.854,43
115	PR	União da Vitoria	Associacao de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI	81.644.718/0001-12	R$ 23.854,43
116	PR	Guarapuava	Hospital de Caridade São Vicente de Paulo	77.893.469/0001-21	R$ 23.854,43
117	PR	Campo Mourão	Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão	80.612.294/0001-41	R$ 51.613,50
118	PR	Curitiba	Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro	76.591.569/0001-30	R$ 23.854,43
119	PR	Curitiba	Hospital Erasto Gaertner - Liga Paranaense de Combate ao Câncer*	76.591.049/0001-28	R$ 51.613,50
120	PR	Laranjeiras do Sul	Organização São Lucas - Centro Médico Hospitalar São Lucas	10.585.039/0001-71	R$ 51.613,50
121	PR	Pato Branco	ISSAL - Instituto de Saúde São Lucas * (Hospital São Lucas)	08.092.615/0001-05	R$ 51.613,50
122	PR	Umuarama	Instituto Nossa Senhora Aparecida*	05.961.193/0001-60	R$ 51.613,50
123	PR	Palmeira	Hospital de Caridade de Palmeira*	79.572.665/0001-20	R$ 51.613,50
124	SP	Batatais	Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Pobres de Batatais	44.945.962/0001-99	R$ 23.854,43
125	SP	Araraquara	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Araraquara	43.964.931/0001-12	R$ 23.854,43
126	SP	São José do Rio Preto	Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto	60.003.761/0001-29	R$ 23.854,43
127	SP	Rancharia	Hospital e Maternidade de Rancharia	55.686.786/0001-34	R$ 23.854,43
128	SP	Registro	Ass. de Prot. e Assist. à Mat. e Inf. de Registro - APAMIR	55.856.710/0001-00	R$ 23.854,43
129	SP	Valinhos	Irm. Santa Casa de Mis. de Valinhos	46.056.487/0001-25	R$ 23.854,43
130	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 23.854,43
131	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 23.854,43
132	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 23.854,43
133	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 23.854,43
134	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 23.854,43
135	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 637.522,95
136	SP	Palmital	Santa Casa de Misericórdia de Palmital	53.593.398/0001-83	R$ 264.000,00
137	SP	Limeira	Irm. da Santa Casa de Mis. de Limeira	51.473.692/0001-26	R$ 23.854,43
138	SP	Bragança Paulista	Irmandade do Sr. Bom Jesus dos Passos da SCM de Bragança Paulista	45.615.309/0001-24	R$ 23.854,43
139	SP	Monte Alto	Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto	52.852.100/0001-40	R$ 23.854,43
140	SP	Piedade	Santa Casa de Misericórdia de Piedade	54.022.967/0001-01	R$ 23.854,43
141	SP	São Carlos	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos	59.610.394/0001-42	R$ 23.854,43
142	SP	Sertãozinho	Irmandade da Santa Casa de Sertãozinho	71.326.292/0001-03	R$ 23.854,43
143	SP	Jacareí	Associação Casa Fonte da Vida	50.460.351/0001-53	R$ 23.854,43
144	SP	Jaboticabal	Irmandade de Misericórdia de Jaboticabal	56.896.368/0001-34	R$ 23.854,43
145	SP	Dracena	Irmandade da SCM e Mat. de Dracena	47.617.584/0001-02	R$ 23.854,43
146	SP	Ribeirão Pires	APRAESPI - Assoc. de Prevenção, Atendimento Espec. e Incl.da Pessoa com Deficiência	57.621.377/0001-85	R$ 23.854,43
147	SP	Piracicaba	Irm. da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba	54.370.630/0001-87	R$ 23.854,43
148	SP	Franca	Fundação Santa Casa de Misericórdia de Franca	47.969.134/0001-89	R$ 23.854,43
149	SP	Ourinhos	Assoc. da Santa Casa de Mis. de Ourinhos	53.412.144/0001-11	R$ 23.854,43
150	SP	São Paulo	Casa de Saúde Santa Marcelina	60.742.616/0001-60	R$ 23.854,43
151	SP	Ribeirão Preto	Sociedade Benef Hospitalar Sta Casa de Mis de Rib Preto	55.989.784/0001-14	R$ 23.854,43
152	SP	Barretos	Santa Casa de Misericórdia de Barretos	44.782.779/0001-10	R$ 23.854,43
153	SP	Presidente Prudente	Santa Casa de Mis. de Presidente Prudente	55.344.337/0001-08	R$ 23.854,43
154	SP	Votuporanga	Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga	72.957.814/0001-20	R$ 23.854,43
155	SP	Catanduva	Fundação Padre Albino - Catanduva	47.074.851/0008-19	R$ 23.854,43
156	SP	Mogi Mirim	Irm. da Santa Casa de Mis. de Mogi Mirim	52.775.392/0001-64	R$ 23.854,43
157	SP	Itapeva	Santa Casa de Misericórdia de Itapeva	49.797.293/0001-79	R$ 23.854,43
158	SP	Rio Claro	Irm. da Santa Casa de Mis. de Rio Claro	56.384.183/0001-40	R$ 23.854,43
159	SP	São José dos Campos	Centro de Prev. e Reab. da Deficiência da Visão	51.619.906/0001-20	R$ 23.854,43
160	SP	Mococa	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mococa	52.505.153/0001-94	R$ 23.854,43
161	SP	Mauá	Irm. da Sta. Casa de Mis. de Mauá	57.553.265/0001-34	R$ 23.854,43
162	SP	Buritama	Santa Casa de Misericórdia São Francisco	44.435.451/0001-27	R$ 23.854,43
163	SP	Lençóis Paulista	Associação Benef. Hospital Nossa Senhora da Piedade	51.425.106/0001-78	R$ 23.854,43
164	SP	Santos	Irm. da Santa Casa de Misericórdia de Santos	58.198.524/0001-19	R$ 23.854,43
165	SP	Jaú	Fundação Dr. Amaral Carvalho	50.753.755/0001-35	R$ 23.854,43
166	SP	Lorena	Irm. da Santa Casa de Misericórdia Lorena	51.779.304/0001-30	R$ 23.854,43
167	SP	Marília	Irm. da Santa Casa de Misericórdia de Marília	52.049.244/0001-62	R$ 23.854,43
168	SP	Caçapava	Fusam Fund.de Saúde e Assist Mun.de Cacapava	50.453.703/0001-43	R$ 23.854,43
169	SP	Araçatuba	Santa Casa de Misericórdia de Araçatuba	43.751.502/0001-67	R$ 23.854,43
170	SP	Jaú	Irmandade de Misericórdia de Jaú (do Jahu)	50.753.631/0001-50	R$ 23.854,43
171	SP	São Paulo	Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro	57.038.952/0001-11	R$ 23.854,43
172	SP	Adamantina	Irm. da Sta. Casa de Mis. de Adamantina	43.002.005/0001-66	R$ 23.854,43
173	SP	São Roque	Irm. da Sta. Casa de Mis. de São Roque	70.945.936/0001-70	R$ 23.854,43
174	SP	Assis	Santa Casa de Misericórdia de Assis	44.364.826/0001-05	R$ 23.854,43
175	SP	Penápolis	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Penápolis	53.894.218/0001-01	R$ 23.854,43
176	SP	São Paulo	Real Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência	61.599.908/0001-58	R$ 23.854,43
177	SP	Ituverava	Santa Casa de Misericórdia de Ituverava	50.304.377/0001-02	R$ 23.854,43
178	SP	Guarujá	Associação Santamarense de Benef. do Guarujá	48.697.338/0001-70	R$ 23.854,43
179	SP	Mogi das Cruzes	Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes	52.543.766/0001-16	R$ 23.854,43
180	SP	Porto Ferreira	Irmandade de Misericórdia de Porto Ferreira	55.189.930/0001-27	R$ 23.854,43
181	SP	Paraguaçú Paulista	Santa Casa de Misericódia de Paraguaçú Paulista	53.638.649/0001-07	R$ 23.854,43
182	SP	Fernandópolis	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Fernandópolis	47.844.287/0001-08	R$ 23.854,43
183	SP	Jales	Santa Casa de Misericórdia de Jales	50.565.936/0001-38	R$ 23.854,43
184	SP	Mogi Guaçú	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Guaçú	52.739.950/0001-36	R$ 23.854,43
185	SP	Olímpia	Santa Casa de Misericórdia de Olímpia	53.227.229/0001-20	R$ 23.854,43
186	SP	Taquaritinga	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e Mat. Dna. Zilda Salvagni	72.127.210/0001-56	R$ 23.854,43
187	SP	Santa Cruz do Rio Pardo	Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz do Rio Pardo	56.813.926/0001-50	R$ 23.854,43
188	SP	Guaratinguetá	Irm. Sr. dos Passos e Sta. Casa de Misericórdia de Guaratinguetá	48.547.806/0001-20	R$ 23.854,43
189	SP	Birigui	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	45.383.106/0001-50	R$ 23.854,43
190	SP	Campinas	Sociedade Campineira de Educação e Instrução Mantenedora do Hosp. e Maternidade Celso Pierro	46.020.301/0002-69	R$ 51.613,50
191	SP	Matão	Sociedade Matonense de Benemerência	52.314.861/0001-48	R$ 51.613,50
192	SP	Sorocaba	Banco de Olhos de Sorocaba	50.795.566/0001-25	R$ 51.613,50
193	TO	Araguaina	Casa de Caridade Dom Orione	01.368.232/0001-60	R$ 23.854,43
194	MT	Cuiabá	Associação Matogrossense de Combate ao Câncer	24.672.792/0001-09	R$ 23.854,43
195	MT	Cuiabá	Associação Matogrossense de Combate ao Câncer	24.672.792/0001-09	R$ 23.854,43
196	MT	Sinop	Fundação de Saúde Comunitária de SINOP	32.944.118/0001-64	R$ 23.854,43
197	MT	Campo N.do Parecis	Associação Pró Saúde do Parecis	04.854.005/0001-32	R$ 23.854,43
198	MT	Caceres	Associação Congregação de Santa Catarina	60.922.168/0018-24	R$ 23.854,43
199	MT	Rondonopólis	Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonopólis	03.099.157/0001-04	R$ 23.854,43
200	MT	Poxoreu	Sociedade Hospitalar São Joao Batista	03.128.118/0001-98	R$ 23.854,43
201	MT	Rondonopólis	Associação Espírita Beneficente Paulo de Tarso	00.176.040/0001-99	R$ 23.854,43
202	MT	Cuiabá	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cuiabá	03.468.485/0001-30	R$ 23.854,43
203	MT	Cuiabá	Sociedade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá	03.476.629/0001-09	R$ 51.613,50
204	MS	Campo Grande	Associação Beneficente de Campo Grande - Sta Casa	03.276.524/0001-06	R$ 51.613,50
205	MT	Cuiabá	Hospital Beneficente Santa Helena	05.877.609/0001-67	R$ 51.613,50
206	GO	Catalão	Santa Casa de Misericórdia de Catalão	01.323.146/0001-30	R$ 23.854,43
207	AL	Macéio	Santa Casa de Misericórdia de Macéio	12.307.187/0001-50	R$ 23.854,43
208	PA	Marituba	Instituto Francisco Perez - Hospital Divina Providência	07.277.622/0004-53	R$ 23.854,43
209	MA	Balsas	Sociedade Beneficente São Camilo	60.975.737/0022-86	R$ 23.854,43
210	MA	São Luís	Fundação Antonio Jorge Dino	05.292.982/0001-56	R$ 51.613,50
TOTAL					R$ 6.640.498,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 2.187, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232 de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional da Atenção Básica e dispõe como responsabilidade do Ministério da Saúde a garantia de recursos financeiros para compor o financiamento da atenção básica;

Considerando o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos de que trata esta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, observando o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no exercício de 2016, conforme o disposto no artigo 4º da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos deverão ser aplicados para manutenção de ações da Atenção Básica conforme o escopo da Portaria nº 2.488/GM/MS de 21 de outubro de 2011.

Art. 4º Os recursos orçamentários para a execução do disposto nesta Portaria são oriundos de emendas parlamentares e estão descritos nos termos do anexo.

Art. 5º Fica estabelecido que os recursos de que trata esta Portaria não terão natureza plurianual e não poderão ser incorporados aos limites dos respectivos entes beneficiados de forma que os efeitos orçamentários desta Portaria se limitam a este exercício.

Art. 6º O pagamento desta Portaria será executado em até 6 parcelas conforme regulado pela Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 7º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica.

Art. 8º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência dos recursos financeiros consignados nos termos desta Portaria e demais regras previstas neste dispositivo.

Art. 9º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, na forma do Decreto nº 1.232/94, que trata das transferências, fundo a fundo, deve ser apresentada ao Ministério da Saúde e ao Estado, por meio de relatório de gestão, aprovado pelo respectivo Conselho de Saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144735201700	37900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144743201700	30480008	50.000,00	50.000,00	10122201545250012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143304201700	37800001	120.000,00	120.000,00	10122201545250012
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144739201700	37030001	102.000,00	102.000,00	10122201545250012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000145823201700	30480008	100.000,00	100.000,00	10122201545250012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000145824201700	36400006	55.809,00	55.809,00	10122201545250012
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145013201700	37030001 30480008	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250012 10122201545250012
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO-FMSGP	36000145979201700	35420002	300.000,00	300.000,00	10122201545250027
AL	JARAMATAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAMATAIA	36000145420201700	37530001	430.000,00	430.000,00	10122201545250027
AL	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145200201700	35420002	300.000,00	300.000,00	10122201545250027
AL	QUEBRANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEBRANGULO	36000145362201700	29070003	300.000,00	300.000,00	10122201545250027
AM	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143967201700	38070010	659.769,00	659.769,00	10122201545250013
AM	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143969201700	16220002	216.092,00	216.092,00	10122201545250013
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143431201700	26760004	415.000,00	415.000,00	10122201545250016
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146768201700	26760004	100.000,00	100.000,00	10122201545250016
BA	AIQUARA	FUNDO MINICIPAL DE SAUDE	36000146661201700	37720001	350.000,00	350.000,00	10122201545250029
BA	CIPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146048201700	37270007	100.000,00	100.000,00	10122201545250029
BA	ESPLANADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPLANADA	36000146466201700	37380002	136.816,00	136.816,00	10122201545250029
BA	ITAJUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147548201700	35680001	300.000,00	300.000,00	10122201545250029
BA	JITAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000148865201700	37720001	1.100.000,00	1.100.000,00	10122201545250029
BA	PARIPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147561201700	37720001	1.137.969,00	1.137.969,00	10122201545250029
BA	TEOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOLANDIA	36000145502201700	37720001	250.000,00	250.000,00	10122201545250029
CE	CANINDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANINDE	36000147539201700	27000007	181.713,00	181.713,00	10122201545250023
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000143365201700	37910007	100.000,00	100.000,00	10122201545255428
GO	COCALZINHO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146921201700	37910009	50.000,00	50.000,00	10122201545255483
GO	NOVO GAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146072201700	37910012	100.000,00	100.000,00	10122201545255584
MA	ARAIOSES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAIOSES	36000143775201700	36980006	150.000,00	150.000,00	10122201545250021
MA	BEQUIMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000143942201700	37760014	106.000,00	106.000,00	10122201545250021
MA	IGARAPE DO MEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE DO MEIO	36000143627201700	36980006	250.000,00	250.000,00	10122201545250021
MA	MIRANDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDA DO NORTE	36000146729201700	36980006	527.032,00	527.032,00	10122201545250021
MA	MONTES ALTOS	MUNICIPIO DE MONTES ALTOS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000148590201700	30900003	200.000,00	200.000,00	10122201545250021
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147772201700	36980006	110.000,00	110.000,00	10122201545250021
MA	PEDRO DO ROSARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRO DO ROSARIO	36000144683201700	30900003	572.003,00	572.003,00	10122201545250021
MA	PINDARE-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145355201700	30900003	500.000,00	500.000,00	10122201545250021
MA	TURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-TURILANDIA-MA	36000145356201700	30900003	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250021
MG	ARINOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARINOS	36000143793201700	24830003	50.000,00	50.000,00	10122201545250031
MG	BORDA DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145328201700	37510001	250.000,00	250.000,00	10122201545250031
MG	BOTUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143876201700	30560006	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	BUENO BRANDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145575201700	37510001	250.000,00	250.000,00	10122201545250031
MG	CABO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144864201700	24830003	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	CARMO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000149016201700	27560001	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	CARMO DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000149017201700	29380005	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	CORDISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145656201700	37510001	200.000,00	200.000,00	10122201545250031
MG	ESTRELA DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146562201700	20750001	70.000,00	70.000,00	10122201545250031
MG	ESTRELA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA DO SUL	36000145758201700	24830003	50.000,00	50.000,00	10122201545250031
MG	EWBANK DA CAMARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EWBANK DA CAMARA	36000145054201700	29750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MG	FLORESTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTAL	36000148244201700	37510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250031
MG	GURINHATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145256201700	24830003	49.769,00	49.769,00	10122201545250031
MG	MONSENHOR PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144976201700	37510001	300.000,00	300.000,00	10122201545250031
MG	PITANGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PITANGUI	36000144383201700	37340008	314.650,00	314.650,00	10122201545250031
MG	PRUDENTE DE MORAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145792201700	37680008	100.000,00	100.000,00	10122201545250031
MT	NOVA CANAA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE	36000144670201700	25500007	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	NOVA MONTE VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE	36000144993201700	25500007	79.050,00	79.050,00	10122201545250051
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146058201700	25500007	450.000,00	450.000,00	10122201545250051
PA	AURORA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO PARA	36000147083201700	21520005	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	36000147272201700	21520005	401.000,00	401.000,00	10122201545250015
PA	SANTA BARBARA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA DO PARA - FMSSBP	36000148671201700	36920008	468.760,00	468.760,00	10122201545250015
PB	LAGOA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144548201700	37390007	55.000,00	55.000,00	10122201545250025
PB	PIANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144894201700	37390007	140.554,00	140.554,00	10122201545250025
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS RAMOS	36000145307201700	20280019	260.000,00	260.000,00	10122201545250025
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000144633201700	12180004	52.500,00	52.500,00	10122201545250026
PR	ANGULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGULO	36000144495201700	28410010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ARAPONGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPONGAS	36000146149201700	28410010	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ARARUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA	36000143780201700	28740010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BOCAIUVA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOCAIUVA DO SUL	36000146714201700	18740005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAFEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEARA	36000143270201700	28410010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAFEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEARA	36000147506201700	28410010	53.330,00	53.330,00	10122201545250041
PR	CAFEZAL DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEZAL DO SUL	36000145376201700	28410010	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000143315201700	38090007	50.000,00	50.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144514201700	38090007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIDA	36000145079201700	28740010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FORMOSA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144965201700	23990005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIRA	36000147339201700	19700002	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145559201700	23990005	108.000,00	108.000,00	10122201545250041
PR	ITAMBARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145840201700	28740010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL	36000145353201700	30920003	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	LUPIONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUPIONOPOLIS	36000144589201700	28410010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000144065201700	19700002 28410010	133.354,00 200.000,00	333.354,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MARIA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIA HELENA	36000144209201700	38090007	50.000,00	50.000,00	10122201545250041
PR	MATELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATELANDIA	36000143817201700	36500006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PRANCHITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRANCHITA	36000145454201700	19700002	69.355,00	69.355,00	10122201545250041
PR	PRANCHITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRANCHITA	36000145455201700	19700002	33.291,00	33.291,00	10122201545250041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144372201700	19700002	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000144586201700	28410010	79.230,00	79.230,00	10122201545250041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000147591201700	28410010	80.000,00	80.000,00	10122201545250041
PR	SABAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABAUDIA	36000145137201700	28410010	99.999,00	99.999,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000145377201700	28410010	144.770,00	144.770,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000148073201700	31760001	10.340,00	10.340,00	10122201545250041
PR	TAMBOARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAMBOARA	36000147653201700	28410010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
RJ	MANGARATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA RJ	36000145706201700	30400002	3.000.000,00	3.000.000,00	10122201545253313
RJ	RIO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO	36000145894201700	25050010	89.058,00	89.058,00	10122201545250033
RN	AREIA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145286201700	21230015	250.000,00	250.000,00	10122201545250024
RN	BAIA FORMOSA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE BAIA FORMOSA	36000145849201700	37420007	106.145,00	106.145,00	10122201545250024
RN	CARNAUBAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CARNAUBAIS	36000143340201700	24470009	180.000,00	180.000,00	10122201545250024
RS	CAICARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CAICARA-RS	36000143336201700	19830002	50.000,00	50.000,00	10122201545250043
RS	CAPELA DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE(FMS) DE CAPELA DE SANTANA	36000143679201700	30770008	71.585,00	71.585,00	10122201545250043
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA	36000146911201700	19830002	50.000,00	50.000,00	10122201545250043
RS	SAO BORJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000144080201700	20980010	100.000,00	100.000,00	10122201545250043
SC	BALNEARIO PICARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000148214201700	28560004	150.000,00	150.000,00	10122201545250042
SE	CAPELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPELA	36000143547201700	31000003	100.000,00	100.000,00	10122201545250028
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DA GLORIA	36000143977201700	31000003	83.350,00	83.350,00	10122201545250028
SP	JAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAU	36000149036201700	28160010	410.000,00	410.000,00	10122201545250035
SP	LUTECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUTECIA	36000146125201700	31350008	70.492,00	70.492,00	10122201545250035
SP	NARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000144328201700	19970014	340.000,00	340.000,00	10122201545251207
SP	PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000148093201700	15930022	12.000,00	12.000,00	10122201545250035
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	36000144297201700	30520005	140.000,00	140.000,00	10122201545250035
SP	UBIRAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBIRAJARA	36000149148201700	31350008	63.000,00	63.000,00	10122201545250035
TO	ARAGUACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000143913201700	29310005	51.097,00	51.097,00	10122201545250017
TO	ARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000146135201700	30680011	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	ARRAIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAS	36000144004201700	36950001	102.510,00	102.510,00	10122201545250017
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	36000144277201700	26910001	58.715,00	58.715,00	10122201545250017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	36000144842201700	24290003	36.000,00	36.000,00	10122201545250017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	36000148071201700	24290003	2.400,00	2.400,00	10122201545250017
TO	PALMEIRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000145571201700	26910001	126.912,00	126.912,00	10122201545250017
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	36000144169201700	24290003	160.476,00	160.476,00	10122201545250017
TO	TOCANTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000147858201700	23590006	836.792,00	836.792,00	10122201545250017
TOTAL			116 PROPOSTAS			26.213.687,00	

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 912, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Defere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, que redefine as regras e os critérios para apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), e dá outras providências; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.575, de 29 de setembro de 2015, que altera e acresce dispositivos à Portaria GM/MS nº 1.550, de 29 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Deferir o remanejamento de recursos entre Contas Captação dos projetos abaixo relacionados, apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

INTERESSADO: Fundação Faculdade de Medicina.

CNPJ: 56.577.059/0006-06

PROJETO CEDENTE: "Capacitação em Atenção ao Paciente Oncológico Crítico e Diagnóstico por Imagem na Oncologia" - SIPAR 25000.057433/2015-52;

PROJETO A SER BENEFICIADO: "Retratos da Mama" - SIPAR 25000.069252/2015-79;

VALOR A SER REMANEJADO: R$ 418.000,00 (quatrocentos e dezoito mil reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
SECRETARIA-GERAL
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DESPACHOS DA CHEFE

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 4848/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.104535/2015-54

Intima-se a ABC ASSISTENCIAL LTDA., na pessoa de seu representante, a alegar o que entender, a bem de seus direitos, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação deste, em correspondência a ser encaminhada para o endereço ao final indicado, conforme o artigo 31 da Resolução Normativa - RN n.º 388/2015, face ao AUTO DE INFRAÇÃO 4201/2016, lavrado no dia 11/04/2016 por infringir o artigo 14 da Lei 9656/1998 combinado com o artigo 18, parágrafo único da RN 195, com penalidade prevista no artigo 62, RN 124/2006 e por infringir o artigo 25 da lei 9656/98, passível de punição de acordo com o artigo 78 da RN 124/2006.

Em substituição à apresentação da defesa poderá a operadora requerer concessão de pagamento antecipado à vista com desconto de 40% (quarenta por cento), nos termos do art.33 da RN n.º 388/2015; ou ainda, na própria defesa, requerer o reconhecimento de Reparação Posterior, nos termos do art. 34 da RN n.º 388/2015, a fim de fazer jus ao desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da multa ponderado o porte da operadora, sem a incidência das causas de aumento e diminuição da pena, bem como das agravantes ou atenuantes.

Ressaltamos que para as infrações que produzam efeitos de natureza coletiva, assim descritas na RN 124/06, para as quais será aplicado o fator de compatibilização de penalidade previsto no art. 9º da RN 124/06, não há possibilidade de concessão de desconto, conforme o § 3º do art. 33 e também no inciso VI, do § 2º, do art. 34, ambos da RN 388/15.

O requerimento de pagamento com desconto de 40% ou 80%, à vista, deverá ser encaminhado por meio de petição, em correspondência para o endereço da ANS abaixo assinalado, na qual deve ser indicado o endereço de e-mail para encaminhamento da Guia de Recolhimento da União - GRU de pagamento da multa.

Os pagamentos com desconto, mencionados no item 3, que somente se aplicam a autuações referentes a infrações de natureza singular, não serão passíveis de parcelamento. A manifestação pelo pagamento com desconto de 40% implica na desconsideração de elementos de defesa, eventualmente constantes no requerimento.

Caso a operadora opte pela apresentação de defesa, além das alegações que entender pertinentes, requisitamos que sejam encaminhados, nessa mesma oportunidade, os documentos que julgar necessário.

Informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado e à vista da multa, nos termos do artigo 33 da RN 388/2015, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, ultrapassado os 75 (setenta e cinco) dias de inadimplência, nos termos da Lei nº10.522/2002.

Com relação à Reparação Posterior, nos termos do artigo 34 da RN 388/2015, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o valor com desconto será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

À autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no endereço ao final indicado.

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 9º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 4817/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25789.067904/2016-00

Intima-se a Operadora GREEN LIFE SAÚDE ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com último endereço em local incerto e não sabido, para ciência de decisão deste Chefe de Núcleo, publicada no site em 25/08/2017, no julgamento do Processo Administrativo nº 25789.067904/2016-00 (demanda nº 3154512), em tramitação nesta ANS, julgado procedente com aplicação de multa pecuniária no valor de R$ 32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS).

A íntegra da referida decisão e do respectivo relatório de parecer estarão disponíveis na página da ANS, sem prejuízo da concessão de vista dos autos ao representante legal da operadora.

Fica a operadora notificada para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da intimação desta decisão, interpor recurso administrativo por petição, em correspondência destinada para o endereço acima indicado.

A operadora poderá se manifestar, em substituição à apresentação do recurso, por meio de e-mail encaminhado para o endereço eletrônico nucleosp@ans.gov.br ou por petição, em correspondência destinada para o endereço abaixo indicado, na qual deve ser indicado o endereço de e-mail para encaminhamento da Guia de Recolhimento da União - GRU de pagamento da multa:

4.1. no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da presente intimação, para informar sua intenção de usufruir do benefício previsto no art. 41 da RN n.º 388/2015, que consiste em desconto de 20% (vinte por cento) no pagamento à vista da multa fixada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.2. no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da presente intimação, solicitar a Guia de Recolhimento da União - GRU para pagamento integral da multa ou solicitar seu pagamento parcelado, na forma estabelecida no art.40, da RN n.º 388/2015.

Por fim, informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado da multa, nos termos do item 4.1, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN ultrapassados os 75 (setenta e cinco) dias de inadimplência, nos termos da Lei nº10.522/2002.

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 9º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 62/DIFIS/ANS, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2016, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e consoante o disposto na Resolução Normativa nº 388, art. 28, V, vem por meio deste DAR CIÊNCIA: DESPACHO Nº 4847/NUCLEO-SP/DIFIS/2017

PROCESSO 25782.001510/2017-21

O processo administrativo nº 25782.010362/2015-74 referente à demanda 2691711 foi extraviado, conforme sinistro comunicado pelos Correios, motivo pelo qual houve a reconstituição do processo físico como novo número a saber: 25782.001510/2017-21. Os números de demanda e protocolo permanecem os mesmos. Aproveitamos para intimar a ABC ASSISTENCIAL LTDA., na pessoa de seu representante, a alegar o que entender, a bem de seus direitos, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação deste, em correspondência a ser encaminhada para o endereço ao final indicado, conforme o artigo 31 da Resolução Normativa - RN n.º 388/2015, face ao AUTO DE INFRAÇÃO 8226/2016, lavrado no dia 20/06/2016 por infringir em duas situações o artigo 25 da Lei 9656/1998, com penalidade prevista no artigo 78, RN 124/2006.

Em substituição à apresentação da defesa poderá a operadora requerer concessão de pagamento antecipado à vista com desconto de 40% (quarenta por cento), nos termos do art.33 da RN n.º 388/2015; ou ainda, na própria defesa, requerer o reconhecimento de Reparação Posterior, nos termos do art. 34 da RN n.º 388/2015, a fim de fazer jus ao desconto de 80% (oitenta por cento) sobre o valor da multa ponderado o porte da operadora, sem a incidência das causas de aumento e diminuição da pena, bem como das agravantes ou atenuantes.

Ressaltamos que para as infrações que produzam efeitos de natureza coletiva, assim descritas na RN 124/06, para as quais será aplicado o fator de compatibilização de penalidade previsto no art. 9º da RN 124/06, não há possibilidade de concessão de desconto, conforme o § 3º do art. 33 e também no inciso VI, do § 2º, do art. 34, ambos da RN 388/15.

O requerimento de pagamento com desconto de 40% ou 80%, à vista, deverá ser encaminhado por meio de petição, em correspondência para o endereço da ANS abaixo assinalado, na qual deve ser indicado o endereço de e-mail para encaminhamento da Guia de Recolhimento da União - GRU de pagamento da multa.

Os pagamentos com desconto, mencionados no item 3, que somente se aplicam a autuações referentes a infrações de natureza singular, não serão passíveis de parcelamento. A manifestação pelo pagamento com desconto de 40% implica na desconsideração de elementos de defesa, eventualmente constantes no requerimento.

Caso a operadora opte pela apresentação de defesa, além das alegações que entender pertinentes, requisitamos que sejam encaminhados, nessa mesma oportunidade, as seguintes informações: contrato firmado com o beneficiário; proposta de adesão assinada pelo beneficiário; ficha de atendimento assistencial dos últimos 03 (três) meses; ficha financeira das mensalidades, etc.

Informamos que caso a operadora opte pelo pagamento antecipado e à vista da multa, nos termos do artigo 33 da RN 388/2015, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o desconto será desconsiderado, e o valor integral será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN, ultrapassado os 75 (setenta e cinco) dias de inadimplência, nos termos da Lei nº10.522/2002.

Com relação à Reparação Posterior, nos termos do artigo 34 da RN 388/2015, sua eventual quitação importará no arquivamento do processo sancionador objeto desta intimação. Em caso de inadimplência, o valor com desconto será encaminhado para inscrição na dívida ativa da ANS e a operadora será inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor Público Federal - CADIN.

À autuada é concedido o prazo de 10 dias, contados a partir da publicação deste, para, caso queira, apresentar, por escrito, defesa do referido auto de infração, no endereço ao final indicado.

Agência Nacional de Saúde Suplementar
Diretoria de Fiscalização
NÚCLEO DA ANS SÃO PAULO
Rua Bela Cintra, 986 - 9º andar - Jardim Paulista
CEP 01415-000 - São Paulo - SP

DANIELE FERREIRA PAMPLONA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 977, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 021/2017, realizada em 15/08/2017, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Vinix Indústria e Comércio Ltda.
CNPJ: 09.044.896/0001-81
Processo: 25351.752585/2014-11
Expediente: 0293660/15-7
Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 002/2015 - Gesan.

Empresa: Produtos Químicos Orion S/A
CNPJ: 10.734.126/0001-43
Processo: 25351.161008.2012-81
Expediente: 0562845/17-8
Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 090/2017 - Corec/Gesan.

ARESTO Nº 978, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 020/2017, realizada em 08/08/2017 com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

WILLIAM DIB
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Mig Indústria e Comercio de Produtos Para Limpeza Ltda - ME
CNPJ: 01.121.947/0001-13
Processo: 25351.343118/2015.81
Expediente: 0637308/15-9
Corec/Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 002/2016 - Corec/GESAN.

Empresa: Arcbril Prod Limp Ind Com Ltda
CNPJ: 10.734.126/0001-43
Processo: 25351.729808.2011-13
Expediente: 0924905/17-2
Corec/Gesan
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 092/2017 - Corec/GESAN.

ARESTO Nº 979, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com fundamento no art. 15, VI da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 61, de 3 de fevereiro de 2016, vem tornar públicas as seguintes decisões administrativas recursais:

AUTUADO: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. CNPJ/CPF: 15.578.569/0001-06

25759.743394/2013-11 - AIS:1070783/13-2 - GGPAF1/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 019/2017, REALIZADA DIA 25/07/2017.

AUTUADO: NACIB RISHALA ABU - ASSEFF - EPP CNPJ/CPF: 05.907.055/0001-01

25759.358875/2009-62 - AIS:462614/09-1 - GGPAF1/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, ALTERANDO DE OFÍCIO A PENALIDADE DE MULTA PARA ARQUIVAMENTO POR INSUBSISTÊNCIA, POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 017/2017, REALIZADA DIA 04/07/2017.

AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO CNPJ/CPF: 00.352.294/0006-25

25766.395274/2010-48 - AIS:516042/10-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 30.000,00 (TRINTA MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 017/2017, REALIZADA DIA 04/07/2017.

AUTUADO: GALENA QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 57.442.774/0001-90

25759.394894/2010-90 - AIS:515555/10-0 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 017/2017, REALIZADA DIA 04/07/2017.

AUTUADO: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. CNPJ/ CPF: 33.009.945/0023-39

25752.072914/2006-02 - AIS:095222/06-2 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 017/2017, REALIZADA DIA 04/07/2017.

AUTUADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A CNPJ/CPF: 07.575.651/0001-59

25759.421113/2007-98 - AIS:543791/07-1 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, MANTENDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 019/2017, REALIZADA DIA 25/07/2017.

AUTUADO: ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA CNPJ/CPF: 05.254.971/0001-81

25759.511853/2007-15 - AIS:644332/07-0 - GGPAF1/ANVISA

CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, ALTERANDO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS), PARA R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), POR UNANIMIDADE. REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 019/2017, REALIZADA DIA 25/07/2017.

AUTUADO: JOSÉ NILSON DA SILVEIRA TRANSPORTES - ME CNPJ/CPF:94.944.022/0001-53

25751.155574/2008-18-AIS:197629/08-0 - GGPAF1/ANVISA

NÃO CONHECER DO RECURSO, POR INTEMPESTIVIDADE, ALTERANDO DE OFÍCIO A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 27.000 (VINTE E SETE MIL REAIS) PARA O VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) E DECLARAR O ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA, POR UNANIMIDADE. - REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA - ROP 017/2017, REALIZADA DIA 04/07/2017.

WILLIAN DIB
Diretor-Presidente
Substituto

RETIFICAÇÃO

No ANEXO do Despacho do Diretor-Presidente n° 66, de 25 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União n° 165, de 28 de agosto de 2017, Seção 1, páginas 41 e 42,

Onde se lê:
"Processo nº: 25351.282383/2017-01"
Leia-se:
"Processo nº: 25351.901534/2017-52"

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.386, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 17 MG 11
II - denominação: Fokus Serviços Médicos Ltda
III - CNPJ: 22.486.962/0001-35
IV - CNES: 7781784
V - endereço: Rua Carmo Gifoni, n° 02, Bairro: Martins, Uberlândia/MG, CEP: 38.400-358.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 17 SC 03
II - denominação: Associação Hospitalar Lenoir Vargas - Hospital Regional do Oeste
III - CNPJ: 02.122.913/0001-06
IV - CNES: 2537788
V - endereço: Rua Florianópolis, n° 1448, Bairro: Santa Maria, Chapecó/SC, CEP: 89.812-505.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 11 17 RS 02
II - denominação: Hospital Saúde Ltda
III - CNPJ: 88.575.394/0001-57
IV - CNES: 2223597
V - endereço: Rua Vinte de Setembro, n° 2311, Bairro: Centro, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.020-450.

GOIÁS

I - Nº do SNT: 2 11 17 GO 03
II - denominação: CIT Serviços Médicos e Empreendimentos LTDA - Núcleo de Medicina Ocular
III - CNPJ: 14.436.480/0001-42
IV - CNES: 7822898
V - endereço: Av. Engenheiro Eurico Viana, n° 217, Qd. 143, lt 05-14, Bairro: Setor Pedro Ludovico, Goiânia/GO, CEP: 74.815-725.

Art. 2º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 12 17 RJ 10
II - denominação: Hospital Pro Criança Cardíaca
III - CNPJ: 10.489.487/0002-52
IV - CNES: 7535546
V - endereço: Rua Dona Mariana, n° 220, Bairro: Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.280-020.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 99 RS 05
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68
IV - CNES: 2237253
V - endereço: Rua Professor Annes Dias, nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

RONDÔNIA

I - Nº do SNT: 2 01 13 RO 01
II - denominação: Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro
III - CNPJ: 04.287.520/0002-69
IV - CNES: 4001303
V - endereço: Avenida Governador Jorge Teixeira, nº 3766, Bairro: Setor Industrial, Porto Velho/RO, CEP: 76810-092.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FÍGADO: 24.09

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 02 15 MG 08
II - denominação: Hospital Escola da Faculdade de Medicina de Itajubá
III - CNPJ: 21.040.696/0003-11
IV - CNES: 2208857
V - endereço: Rua Miguel Viana, nº 420, Bairro: Morro Chic, Itajubá/MG, CEP: 37.500-080.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MARANHÃO

I - Nº do SNT: 2 11 10 MA 02
II - denominação: Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão - HUUFMA
III - CNPJ: 06.279.103/0002-08
IV - CNES: 2726653
V - endereço: Rua Barão de Itapary, n° 227, Bairro: Centro, São Luís/MA, CEP: 65.020-070.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 11 13 SC 01
II - denominação: Clínica de Visão Haddad - LTDA - Centro Especializado da Visão
III - CNPJ: 02.350.647/0001-79
IV - CNES: 3588157
V - endereço: Av. Dom Pedro II, n° 403, Bairro: Centro, São Bento do Sul, CEP: 89.280-136.

GOIÁS

I - Nº do SNT: 2 11 10 GO 02
II - denominação: Hospital de Olhos de Aparecida de Goiânia
III - CNPJ: 06.155.107/0001-95
IV - CNES: 3225143
V - endereço: Avenida Dom Abel Ribeiro, Qd. 32 Lt 05/10, s/nº, Bairro: Centro, Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.980-010.

I - Nº do SNT: 2 11 07 GO 01
II - denominação: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás
III - CNPJ: 01.567.601/0002-24
IV - CNES: 2338424
V - endereço: Primeira Avenida, Quadra 68, área 1, S/N, Bairro: Setor Leste Universitário, Goiânia/GO, CEP: 74.605-050.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 12 RJ 03
II - denominação: Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
III - CNPJ: 33.663.683/0053-47
IV - CNES: 2280167
V - endereço: Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco, n° 255, Bairro: Ilha do Fundão, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.941-590.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 02 PR 15
II - denominação: Sociedade Hospitalar Angelina Caron
III - CNPJ: 07.088.017/0001-91
IV - CNES: 0013633
V - endereço: Rodovia do Caqui, n° 1150, Bairro: Araçatuba, Campina Grande do Sul/PR, CEP: 83.430-000.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 11 15 MG 03
II - denominação: Instituto de Olhos de Minas Gerais
III - CNPJ: 09.205.917/0001-05
IV - CNES: 5680972
V - endereço: Rua Capitão João Teixeira, n° 415, Bairro: Nossa Senhora das Graças, Pará de Minas/MG, CEP: 35.660-051.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 12 15 RS 03
II - denominação: Hospital de Clínicas de Porto Alegre
III - CNPJ: 87.020.517/0001-20
IV - CNES: 2237601
V - endereço: Rua Ramiro Barcelos, nº 2350, Bairro: Santa Cecília, Porto Alegre/RS, CEP: 90.035-903.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 12 15 MG 09
II - denominação: Hospital Madre Teresa
III - CNPJ: 60.194.990/0008-44
IV - CNES: 2200422
V - endereço: Avenida Raja Gabaglia, nº 1002, Bairro: Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.441-070.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 21 11 SP 20
II - denominação: Sociedade Beneficente de Senhoras Hospital Sírio Libanês
III - CNPJ: 61.590.410/0001-24
IV - CNES: 2079127
V - endereço: Rua Dona Adma Jafet, n° 91, Bairro: Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP: 01.308-050.

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim e pâncreas conjugado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 31 01 RS 02
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68
IV - CNES: 2237253
V - endereço: Rua Professor Annes Dias, nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

Art. 9° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de pâncreas ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

PÂNCREAS: 24.04

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 32 01 RS 01
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS
III - CNPJ: 92.815.000/0001-68
IV - CNES: 2237253
V - endereço: Rua Professor Annes Dias, nº 295, Bairro: Centro, Porto Alegre/RS, CEP: 90.020-090.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 03 17 PE 02
II - responsável técnico: Fernando Ribeiro de Moraes Neto, cirurgião cardiovascular e torácico, CRM 9398;
III - membro: Edmilson Cardoso dos Santos Filho, cirurgião cardiovascular, CRM 12006;
IV - membro: Euclides Martins Tenório, cirurgião cardiovascular e torácico, CRM 8113;
V - membro: Manuela de Melo Muniz Trindade Varejão, cirurgião cardiovascular, CRM 18041;
VI - membro: Mariana Peixoto Carvalho de Alencar, cardiologista pediátrica, CRM 18145;
VII - membro: Tereza Arraes de Alencar Pinheiro, cardiologista pediátrica, CRM 16798;
VIII - membro: Ana Cintia Carneiro Leão, anestesiologista, CRM 12687;
IX - membro: Ana Paula Lins Duarte, anestesiologista, CRM 10041;
X - membro: Antônio Silvino de Souza Teles, anestesiologista, CRM 11050;
XI - membro: Waston Vieira Silva, anestesiologista, CRM 17951.

Art. 11 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 17 SC 03
II - responsável técnico: Marcio Gomes Rocha da Silva, oftalmologista, CRM 13579.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 17 MG 12 II - responsável técnico: Flávio Jaime da Rocha, oftalmologista, CRM 27404; III - membro: Maria de Lourdes Gonçalves Santos, oftalmologista, CRM 48592; IV - membro: Thays Resende Damião, oftalmologista, CRM 47967; V - membro: Karla Orsine Murta Dias, oftalmologista, CRM 58232.

I - Nº do SNT 1 11 17 MG 13 II - responsável técnico: Francisco Nery Junior, oftalmologista, CRM 25660.

I - Nº do SNT 1 11 17 MG 14 II - responsável técnico: Joel Edmur Boteon, oftalmologista, CRM 9001.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 17 RS 02 II - responsável técnico: Luciano Tonietto, oftalmologista, CRM 6610; III - membro: Ana Paula Tonietto, oftalmologista, CRM 26345; IV - membro: Bibiana Marczyk dos Santos, oftalmologista, CRM 26408; V - membro: Jairo Antônio Pilger, oftalmologista, CRM 21733; VI - membro: José Carlos Franco, oftalmologista, CRM 17762; VII - membro: Leticia Frossard de Assis Bocchese, oftalmologista, CRM 34683; VIII - membro: Walter Turra Bocchese, oftalmologista, CRM 10972.

GOIÁS

I - Nº do SNT 1 11 17 GO 03 II - responsável técnico: Cristina Maria Ferreira Carossa, oftalmologista, CRM 15895; III - membro: Jordana Sandes Barbosa Soares, oftalmologista, CRM 12777; IV - membro: Leiser Franco de Moraes Filho, oftalmologista, CRM 10466.

Art. 12 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 17 RJ 72 II - responsável técnico: Marcio Garcia Cunha, ortopedista e traumatologista, CRM 52284656.

Art. 13 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado às equipes de saúde a seguir identificadas:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 17 SP 25 II - responsável técnico: Luciana Tomanik Cardozo de Mello Tucunduva, hematologista e hemoterapeuta, CRM 121958.

I - Nº do SNT: 1 21 17 SP 26 II - responsável técnico: Vanderson Geraldo Rocha, hematologista e hemoterapeuta, CRM 144445; III - membro: Alessandra Araújo Gomes, hematologista e hemoterapeuta, CRM 121180; IV - membro: Ana Beatriz Bechara Mafra, hematologista e hemoterapeuta, CRM 135511.

I - Nº do SNT: 1 21 17 SP 27 II - responsável técnico: Celso Arrais Rodrigues da Silva, hematologista e hemoterapeuta, CRM 98682; III - membro: André Domingues Pereira, hematologista e hemoterapeuta, CRM 126994; IV - membro: Roberta Shcolnik Szor, hematologista e hemoterapeuta, CRM 141385.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim à equipe de saúde a seguir identificada:

RIM: 24.08

RONDÔNIA

I - Nº do SNT 1 01 13 RO 02 II - responsável técnico: Alessandro Correa Prudente dos Santos, cirurgião geral e urologista, CRM 2629; III - membro: Andresa Tumelero, nefropediatria, CRM 1882; IV - membro: Alber Pessoa de Figueiredo, cirurgião geral, CRM 2680; V - membro: Eládio Bosco Dorázio Souza, cirurgião geral e urologista, CRM 4340; VI - membro: Leonardo Horácio de Brito, clinica médica e nefrologista, CRM 4586; VII - membro: Themis Borche da Silva, clínica geral, CRM 3704.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado à equipe de saúde a seguir identificada:

FÍGADO: 24.09

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 02 15 MG 09 II - responsável técnico: Marcelo Bruno de Rezende, cirurgião do aparelho digestivo, CRM 81302; III - membro: Thalita Amaral Amaro Adami, gastroenterologista, CRM 46331; IV - membro: Marcelo Mendonça Rodrigues, cirurgião geral, CRM 33137; V - membro: Gabriel Correia Iannuzzi, cirurgião geral, CRM 52289; VI - membro: Gil Fernando Ribeiro Grillo Filho, anestesiologista, CRM 45452; VII - membro: José Caruso, anestesiologista, CRM 66011; VIII - membro: Rodolfo Souza Cardoso, cirurgião vascular e intervencionista, CRM 22109; IX - membro: Seleno Glauber de Jesus Silva, cirurgião vascular e intervencionista, CRM 54001.

Art. 16 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

ESPÍRITO SANTO

I - Nº do SNT 1 11 15 ES 02 II - responsável técnico: Fabiano Cade Jorge, oftalmologista, CRM 8251.

MARANHÃO

I - Nº do SNT 1 11 10 MA 04 II - responsável técnico: Renato Ezon Alves Pinto Ferraz, oftalmologista, CRM 3914; III - membro: José Bonifácio Barbosa Júnior, oftalmologista, CRM 3916; IV - membro: Marcus Vinicius Vieira Pinheiro, oftalmologista, CRM 5446.

I - Nº do SNT 1 11 10 MA 03 II - responsável técnico: Marques Henrique Martins Feitosa, oftalmologista, CRM 5182.

I - Nº do SNT 1 11 10 MA 01 II - responsável técnico: Ezon Vinicius Alves Pinto Ferraz, oftalmologista, CRM 3316.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 11 13 SC 01 II - responsável técnico: Luciano Halal Haddad, oftalmologista, CRM 7731.

GOIÁS

I - Nº do SNT 1 11 10 GO 05 II - responsável técnico: Cristina Maria Ferreira Carossa Veiga Jardim, oftalmologista, CRM 15895; III - membro: Jordana Sandes Barbosa Soares, oftalmologista, CRM 12777; IV - membro: Alexandre Chater Taleb, oftalmologista, CRM 7601; V - membro: Franco de Carvalho, oftalmologista, CRM 11696.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 08 RJ 09 II - responsável técnico: Daniel Simões de Oliveira, oftalmologista, CRM 52967556; III - membro: Fabiano da Silva Cesário, oftalmologista, CRM 52617883.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 02 PR 12 II - responsável técnico: Décio Brik, oftalmologista, CRM 10469; III - membro: Arthur Rafael Botelho Martins, oftalmologista, CRM 32835.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 01 SP 68 II - responsável técnico: Agnaldo Carlos de Barros, oftalmologista, CRM 54840; III - membro: Liliane Tortelli, oftalmologista, CRM 41549.

I - Nº do SNT 1 11 09 SP 67 II - responsável técnico: Liliane Tortelli, oftalmologista, CRM 41549.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 15 MG 03 II - responsável técnico: Leonardo Torquetti Costa, oftalmologista, CRM 35661.

Art. 17 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 12 15 RS 06 II - responsável técnico: Carlos Roberto Galia, ortopedista e traumatologista, CRM 17597; III - membro: Carlos Alberto Souza Macedo, ortopedista e traumatologista, CRM 7094; IV - membro: Ricardo Gehrke Becker, ortopedista e traumatologista, CRM 28565; V - membro: Ricardo Rosito, ortopedista e traumatologista, CRM 21338.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 12 15 MG 10 II - responsável técnico: Lúcio Honório Carvalho Júnior, ortopedista e traumatologista, CRM 22875; III - membro: Luiz Fernando Machado Soares, ortopedista e traumatologista, CRM 28849; IV - membro: Eduardo Frois Temponi, ortopedista e traumatologista, CRM 46580; V - membro: Matheus Braga Jacques Gonçalves, ortopedista e traumatologista, CRM 35098; VI - membro: Lincoln Paiva Costa, ortopedista e traumatologista, CRM 42430; VII - membro: Ronaldo Percopi de Andrade, ortopedista e traumatologista, CRM 5986; VIII - membro: Euler de Carvalho Guedes, ortopedista e traumatologista, CRM 7364; IX - membro: Carlos Cesar Vassalo, ortopedista e traumatologista, CRM 26473.

Art. 18 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 09 SP 11 II - responsável técnico: Yana Augusta Sarkis Zogbi, hematologista e hemoterapeuta, CRM 67968; III - membro: Mariana Gomes Serpa, hematologista e hemoterapeuta, CRM 113956; IV - membro: Erick Menezes Xavier, hematologista e hemoterapeuta, CRM 142596.

Art. 19 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico e alogênico aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 1 21 01 RS 07 II - responsável técnico: Laura Maria Fogliato, hematologista e hemoterapeuta, CRM 18079; III - membro: Caroline Pellicioli Brun, hematologista e hemoterapeuta, CRM 26244; IV - membro: Claudio Galvão de Castro Junior, hematologista e hemoterapeuta, CRM 23885; V - membro: Dário Eduardo de Lima Brum, hematologista e hemoterapeuta, CRM 15024; VI - membro: Marcelo Eduardo Zanella Capra, hematologista e hemoterapeuta, CRM 22834; VII - membro: Gustavo Brandão Fischer, hematologista e hemoterapeuta, CRM 24290; VIII - membro: Tahiane de Brum Soares, hematologista e hemoterapeuta, CRM 35801.

Art. 20 As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 21 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.387, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Concede renovação de autorização a Banco de Pele.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997 e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009 que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a Resolução - RDC/ANVISA nº 55, de 11 de dezembro de 2015, bem como a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária local; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado de Saúde bem como análise técnica da Secretaria de Atenção à Saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização ao Banco de Pele do estabelecimento de saúde a seguir identificado:

BANCO DE PELE: 24.19

PARANÁ

I - Nº do SNT 3 53 13 PR 02
II - Denominação: Banco de Pele do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba
III - CNPJ: 76.575.604/0002-09
IV - CNES: 0015245
V - Endereço: Rua Alameda Augusto Stellfeld, n° 1908, Bairro: Bigorrilho, Curitiba/PR, CEP: 80.730-150.

Art. 2º As renovações de autorização concedidas por meio desta Portaria terão validade de dois anos a contar desta publicação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.388, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 943/SAS/MS, de 08 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 152, de 9 de agosto de 2016, seção 1, página 32, o membro a seguir:

RIM: 24.08

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 01 02 MG 51
II - membro: Vinícius Figueiredo Carneiro, urologista, CRM 49119.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 1152/SAS/MS, de 20 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 182, de 21 de setembro de 2016, seção 1, página 49, o membro a seguir:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MATO GROSSO

I - Nº do SNT 1 11 10 MT 01
II - membro: Maria Carolina Marquezan da Silva, oftalmologista, CRM 6017.
III - membro: Andrea Cristina Leão Preza, oftalmologista, CRM 2843.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 735/SAS/MS, de 21 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 118, de 22 de junho de 2016, seção 1, página 33, o membro a seguir:

RIM: 24.08

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 01 00 PR 04
II - membro: Ricardo Fichel, urologista, CRM 24985.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 1.389, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Substitui responsável técnico de equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e a manifestação favorável dos respectivos gestores estaduais de saúde, resolve:

Art. 1º Fica substituído o responsável técnico, Lúcia Mariano da Rocha Silla, hematologista, CRM 12160, constante na Portaria nº 954/SAS/MS, de 10 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 154, de 11 de agosto de 2016, Seção 1, página 24, conforme nº de SNT 1 21 00 RS 02, e fica nomeado como responsável técnico pela equipe, Liane Esteves Daudt, hematologista e hemoterapeuta, CRM 19475.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

RETIFICAÇÕES

No art. 2º da Portaria nº 1318/SAS/MS, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 153, de 10 de agosto de 2017, seção 1, página 57,

Onde se lê:

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARAÍBA

I - Nº do SNT 1 11 03 PB 07
II - responsável técnico: Gustavo Ribeiro Coutinho Dália, oftalmologista, CRM 7036.

Leia-se:

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARAÍBA

I - Nº do SNT 1 11 15 PB 02
II - responsável técnico: Gustavo Ribeiro Coutinho Dália, oftalmologista, CRM 7036.

No art. 6º da Portaria nº 1.588/SAS/MS, de 09 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU nº 218, de 14 de novembro de 2016, seção 1, página 123,

Onde se lê:

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 21 00 SC 07
II - denominação: HEMOSC - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina
III - CNPJ: 86.897.113/0001-57
IV - CNES: 4059956
V - endereço: Avenida Othon Gama Deca, n° 756, Bairro: Avenida Ayrton Senna, nº 2.550, Bairro: Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.015-240.

Leia-se:

Art. 6º Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 21 00 SC 07
II - denominação: HEMOSC/CEPON - Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina
III - CNPJ: 82.951.245/0023-74
IV - CNES: 0019445
V - endereço: Avenida Othon Gama Deca, n° 756, Bairro: Avenida Ayrton Senna, nº 2.550, Bairro: Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.015-240.

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 183, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece os procedimentos de coleta e armazenamento das imagens nos processos de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e constituição do Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH).

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 19, incisos I, VI, VII, VIII e XX, da Lei n° 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar o processo de identificação e acompanhamento do candidato ou condutor em todos os serviços requeridos junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos procedimentos necessários à constituição e manutenção do Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH; e,

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 80000.015736/2012-63, resolve:

Art. 1º Esta norma estabelece o procedimento de coleta e armazenamento da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) para identificação de candidatos e condutores em processo de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e constituição do Banco de Imagens do Registro Nacional de Condutores Habilitados (RENACH).

Art. 2º Cabe aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal a responsabilidade pela implantação, operação da coleta e armazenamento da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) nos processos de habilitação.

§ 1º A utilização de uma ou mais imagens coletadas para identificação de candidatos e condutores em seus processos internos fica a critério de cada órgão executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal.

§ 2º A forma de arquivamento e utilização de uma ou mais imagens coletadas para identificação de candidatos e condutores em seus processos internos deverá observar princípios de organização que facilitem a localização dos registros para análise e comparação com novos registros, visando facilitar e otimizar as pesquisas realizadas em todo o território nacional.

§ 3º O processo de captura e armazenamento das imagens deverá ser feito pelos Órgãos ou Entidades Executivos de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal ou, na impossibilidade, por empresas por estes contratadas, devidamente credenciadas pelo DENATRAN, sob a condição contratual da guarda e sigilo das informações.

§ 4º A coleta da biometria (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais) do candidato ou condutor é obrigatória e deverá ser realizada no momento da abertura do formulário RENACH, salvo as impressões digitais se já constantes no banco de dados conforme o padrão técnico estabelecido neste normativo.

§ 5º Em todos os cursos e exames do processo de habilitação, mudança ou adição de categoria e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), será obrigatória a validação da presença dos candidatos e condutores por meio das impressões digitais, que será comparada com as imagens coletadas quando da abertura do formulário RENACH.

§6º Os arquivos gerados pela coleta de biometria deverão atender às especificações previstas no Anexo desta portaria.

§ 7º A ausência temporária de impressão digital ou a impossibilidade de coleta deverá ser informada ao Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) por meio de campo específico para cada um dos dedos no sistema de captura e armazenamento de imagens da empresa credenciada pelo DENATRAN.

Art. 3º As imagens coletadas, nos termos do Anexo deste normativo, deverão ser encaminhadas via RENACH, com os seguintes dados biográficos do candidato ou condutor:

I - nome;

II - nome da mãe;

III - nome do pai;

IV - data de nascimento;

V - número do documento de identidade, órgão emissor e UF;

VI - número do registro RENACH;

VII- Cadastro de Pessoa Física - CPF.

Art. 4º Após o encaminhamento dos dados relacionados no artigo 3º, a entidade credenciada deverá solicitar, via RENACH, a geração do QR CODE, que ficará disponível para inclusão na CNH impressa ou eletrônica.

Art. 5º A entidade contratada para o fornecimento de hardware e software para os procedimentos previstos nesta Portaria deverá estar devidamente credenciada pelo DENATRAN.

Art. 6º O credenciamento junto ao DENATRAN será requerido pela empresa interessada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I -Quanto à regularidade fiscal:

a) Cópia do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, atestando objeto social correlato ao ramo de atividade pertinente;

b) Cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 1.634, de 6 de maio de 2016;

c) Certidões negativas de débitos perante a Fazenda Municipal, Estadual e Federal;

d) Certidão de regularidade fiscal do FGTS.

II -Quanto à Capacidade Técnica:

a) Indicação do aparelhamento adequados à coleta das imagens, contendo especificação técnica da tecnologia utilizada, indicando os aparelhos necessárias para a coleta das imagens em acordo com os procedimentos e especificações estabelecidas pela presente Portaria;

b) Declaração assinada pelos representantes legais da empresa interessada sobre sua aptidão para execução do objeto, compatível com as especificações técnicas constantes desta Portaria;

c) laudo expedido por instituto técnico oficial que comprove o cumprimento os requisitos estabelecidos nesta Portaria, contendo:

1) indicação do equipamento utilizado na coleta das imagens, suas especificações técnicas e resolução de captura, quando em meio digital; e,

2) indicação do material utilizado na coleta das imagens das digitais, suas especificações técnicas e o modelo do meio físico de armazenamento, quando em meio físico.

Art. 8º Cumprida a etapa de apresentação dos documentos listados no artigo 6º, a empresa interessada deverá apresentar a tecnologia utilizada ao DENATRAN, que realizará a conferência dos equipamentos e programas computacionais utilizados para a coleta das imagens, de forma a validar o atendimento ao que estabelece esta Portaria.

Art. 9º Cumprida a etapa de apresentação da tecnologia, o DENATRAN emitirá autorização temporária para que a empresa interessada tenha acesso ao ambiente de testes da base BCA a fim de homologar as suas transações e aplicativos, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. No caso da homologação da interoperabilidade entre os sistemas e da plena conformidade ao que estabelece esta Portaria, a empresa será credenciada por este Departamento para realização dos procedimentos de que trata esta Portaria.

Art. 10 O credenciamento terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, sem limite de renovações, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nesta Portaria.

§ 1º Quando se tratar de pedido de renovação de credenciamento, não serão necessários a emissão da Autorização Temporária e o credenciamento das transações e aplicativos no ambiente de testes da base BCA, descritas no art. 8º.

§ 2º Além dos requisitos previstos nesta Portaria, será exigida a apresentação, pela entidade interessada na renovação do credenciamento, de atestado emitido nos últimos 90 (noventa) dias, pelo Departamento Estadual de Trânsito, de que a requerente vem prestando serviços de coleta das imagens, e que esses serviços foram desempenhados com alto nível de segurança e qualidade.

§ 3º O pedido de renovação do credenciamento deverá ser protocolado no DENATRAN com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do vencimento do credenciamento vigente, não se responsabilizando o DENATRAN por soluções de continuidade.

Art. 11. O credenciamento de que trata esta Portaria equivale ao Termo de Autorização de acesso ao Sistema RENACH para as transações necessárias ao envio das imagens ao Banco de Imagens, na forma prevista pela Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016.

Parágrafo único. A empresa credenciada nos termos desta Portaria deverá realizar contrato administrativo com o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), no prazo máximo de 1 (um) mês após a data de publicação da portaria de credenciamento, nos termos dispostos na Portaria DENATRAN nº 15, de 18 de janeiro de 2016 e suas alterações.

Art. 12. O valor dos acessos aos sistemas e subsistemas do DENATRAN deverá atender ao disposto na Portaria DENATRAN nº 123, de 16 de junho de 2017 e suas alterações.

Parágrafo único. O pagamento do valor do acesso aos sistemas e subsistemas informatizados do DENATRAN será feito diretamente ao SERPRO, conforme previsto nos normativos que disciplinam os acessos aos sistemas e subsistemas do DENATRAN.

Art. 13. As empresas que possuem tecnologia homologada no DENATRAN para a coleta das imagens, de acordo com a Resolução CONTRAN nº 287, de 29 de julho de 2008, terão o prazo de 90 (noventa) dias para atendimento das exigências previstas nesta Portaria e obtenção do credenciamento.

Art. 14. O DENATRAN deverá cancelar o credenciamento quando comprovar que a empresa deixou de cumprir as exigências desta Portaria.

Art. 15. Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal deverão adequar sua infraestrutura para cumprir o estabelecido nesta Portaria.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO - ESPECIFICAÇÕES DA BIOMETRIA (imagens da fotografia, assinatura e impressões digitais)

Todos os arquivos gerados pelas coletas das biometrias, determinadas nos itens subsequentes, devem conter trilha de auditoria em relação a data, horário e local da coleta e o registro do equipamento de coleta.

1. Fotografia frontal da face. Parâmetros mínimos para biometria facial:

a. O plano de fundo deve ser de cor clara e uniforme preferencialmente branca;

b. A fotografia deve estar focada na face do requerente e sem distorções como borramento (blurring), quadriculado (blocking) ou aura (ringing);

c. O requerente deve estar em posição frontal em relação à lente da câmera com a face perfeitamente visível e centralizada;

d. Os olhos do requerente devem estar abertos e na horizontal, excetuado em caso de restrições físicas ou médicas do requerente;

e. A distância mínima entre os centros dos olhos deve ser de 7,6 mm (equivalente a 90 pixels a 300 dpi);

f. Iluminação homogênea, sem sombras em partes da face, sem quaisquer reflexos, ou penumbras em parte alguma da fotografia, portanto a iluminação não pode ser excessiva nem insuficiente e deve incidir sobre o rosto, de modo que não ocorram distorções como olhos vermelhos, ofuscação ou ainda lens flare;

g. Sem obstrução facial (cabelo sobre o rosto, chapéu, boné, etc), excetuados os casos restrições físicas ou médicas do requerente (como, por exemplo, uso de próteses ou órteses);

h. Os requerentes que usam óculos devem, preferencialmente retirá-los; óculos só devem ser utilizados em casos de extrema necessidade e estes não podem ter armação grossa ou que obstrua parte dos olhos, as lentes devem ser transparentes (não podem ser coloridas ou escuras);

i. Sem reflexos nas lentes dos óculos eventualmente usados;

j. Em hipótese alguma a fotografia pode conter objetos que atrapalhem a identificação da face ou outras pessoas além do requerente;

k. A fotografia deve ser gerada em formato de imagem (PNG ou JPEG ISO/IEC 10918), com resolução mínima de 300 dpi, com cor, e o arquivo final deverá possuir tamanho máximo de 100 KB. Compressões sucessivas (salvamentos sucessivos do arquivo) da fotografia devem ser evitadas;

l. Para garantir que a face está inteiramente visível, as seguintes proporções devem ser respeitadas:

- A face deve ocupar entre 50% a 75% da largura da imagem;

- A distância entre a ponta do queixo e o centro superior da face deve ocupar entre 60% e 90% da altura total da imagem.

2. Impressão digital. Parâmetros mínimos da impressão digital

a. Resolução de 500 dpi e 8bit tons de cinza;

b. Imagem de saída comprimida em WSQ;

c. Verificação de qualidade e quantidade de minúcias da impressão digital baseado no padrão NFIQ (aceitar notas 1, 2 ou 3). Atual sítio com descrição do algoritmo:

http://www.nist.gov/itl/iad/ig/bio_quality.cfm

d. as dimensões mínimas do sensor óptico de leitura (área mínima de captura) devem ser de 35,0 x 35,0mm, destinando-se à coleta "rolada" longitudinal do dedo;

e. o tamanho mínimo da imagem deve ser de 35,0 x 35,0mm (sem ampliação ou redução)

f. o equipamento utilizado para coleta das imagens das digitais deve possuir controle de sequência por hardware ou por software.

2.1. Parâmetros para coleta

a. A coleta da impressão digital deve ser, por padrão, dos 10 dedos das mãos e deve possuir sistema para detecção de repetição de dedos. A falta destes deverá ser justificada.

b. A coleta deve ser a seco e de forma "rolada" (de extremo a extremo);

c. No caso do requerente não possuir qualquer impressão digital, ou da impossibilidade de validação (qualidade da impressão digital muito ruim, notas 4 e 5, baseado no padrão NFIQ), essa informação deve constar em seu registro (campo vazio do arquivo biométrico), visto que esse não poderá ser identificado pela biometria da impressão digital;

d. O Agente de Coleta deve estar atento para evitar qualquer uso de simulações de impressões digitais por supostos fraudadores, como dedo de silicone, ou qualquer outro processo que simule uma impressão digital.

3. Assinatura Digitalizada

a. Formato de imagem (PNG ou JPEG ISO/IEC 10918), com resolução mínima de 300 dpi, com 8bit de tons de cinza, e o arquivo final deverá possuir tamanho máximo de 100 KB. Compressões sucessivas (salvamentos sucessivos do arquivo) da fotografia devem ser evitadas.

ELMER COELHO VICENZI

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

IMPRENSA NACIONAL 1808

MACHADO DE ASSIS

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.570, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº: 48500.004811/2016-41, Interessada: CEMIG Geração e Transmissão S.A. Objeto: (i) alterar o Anexo I da Resolução Autorizativa nº 6.316, de 25 de abril 2017, que autorizou Concessionária a realizar reforços nas seguintes instalações sob sua responsabilidade: Subestação Emborcação, Subestação São Simão e Subestação Ouro Preto 2, pela substituição de seu Anexo I pelo Anexo desta Resolução; e (ii) manter inalterado o cronograma de execução, conforme estabelecido no Anexo II. A íntegra desta Resolução (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 22 de agosto de 2017

Nº 2.576 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.002354/2011-45, decide conhecer e, no mérito, negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em face do Auto de Infração nº 004/2014, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, mantendo a penalidade de multa aplicada no valor de R$ 1.724.826,80 (um milhão, setecentos e vinte quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e oitenta centavos) , que deverá ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 2.578 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003295/2013-94, decide conhecer e, no mérito, dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, em face do Auto de Infração - AI nº 0062/2014, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE no sentido de manter a penalidades de advertência aplicada e reduzir o valor da multa aplicada de R$ 358.868,64 (trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos) para R$ 319.287,54 (trezentos e dezenove mil, duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), o qual deve ser atualizado nos termos da legislação aplicável.

Nº 2.583 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.000311/2016-30, decide conhecer dos Recursos Administrativos interpostos pelas empresas Eletrobras Distribuição Roraima e Eletrobras Distribuição Alagoas contra o Despacho nº 989/2017 para, no mérito, manter os termos do Despacho nº 2.092 de 13 de julho de 2017 que, em sede de juízo de reconsideração, deu provimento parcial à Eletrobras Distribuidora Roraima e negou provimento à Eletrobras Distribuidora Alagoas.

N° 2.584 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo n° 48500.001089/2017-73 decide conhecer do Pedido de Reconsideração Interposto pela Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA em face do Despacho nº 3.959, de 8 de dezembro de 2015, que determinou ao Operador Nacional do Sistema - ONS a cobrança das Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS apuradas no período de 2011 a 2014 para, no mérito, dar-lhe provimento parcial para: i) corrigir os valores apurados pelo ONS para o ponto de conexão Angra (USI) - 138 kV para o ano de 2014; ii) manter a cobrança das PIS apuradas no período de 2011 a 2014 para os pontos em 138 kV Angra (USI), Jacuacanga e Muriqui ; e iii) atualizar o valor total da PIS para pontos de conexão do item (ii) para R$ 797.145,69 (setecentos e noventa e sete mil e cento e quarenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), a preços de junho de 2017.

N° 2.585 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria Colegiada e o que consta do processo nº 48500.004292/2016-11, decide: conhecer do Pedido de reconsideração interposto pela Companhia de Força e Luz - CPFL Paulista e pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga em face do Despacho nº 2.912, de 03 de novembro de 2016, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 2.588 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.005586/2016-60, decide aplicar à empresa Centro Norte Energia S.A. - CNE a penalidade de suspensão pelo prazo de dois anos do direito de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL, nos termos do item 8.14 do Edital do Leilão nº 6/2014. A penalidade é extensível a qualquer de seus sócios, a saber: José Alves Neto, J&A Participações Ltda., LVM Participações Ltda. e Antônio Spinetti Alves.

Nº 2.591 - O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004856/2014-53, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A. contra o Auto de Infração - AI nº 17/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira SFF para, no mérito, negar-lhe provimento.

N° 2.593 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo n° 48500.001015/2017-37, decide: i) conhecer do Pedido de Reconsideração Interposto pela Enel Distribuição Ceará (Companhia Energética do Ceará - COELCE) em face do Despacho nº 3.959, de 8 de dezembro de 2015, que determinou ao Operador Nacional do Sistema - ONS a cobrança das Parcelas de Ineficiência por Sobrecontratação - PIS apuradas no período de 2011 a 2014 para, no mérito, negar-lhe provimento; e ii) atualizar os valores de PIS do item (i) para R$ 10.621.602,40 (dez milhões e seiscentos e vinte e um mil e seiscentos e dois reais e quarenta centavos), a preços de junho de 2017.

Em 29 de agosto de 2017

Nº 2.707 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processos nº 48500.003121/2017-55, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo interposto pela empresa Cemig Distribuição S.A., em face do Despacho nº 2.402, de 8 de agosto de 2017, que indeferiu o pedido da empresa de redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST, a partir de 1º junho de 2016, dos pontos de conexão: BARREIRO - 138 kV, ITUTINGA - 138 kV e TAQUARIL - 138 kV e determinou ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a regularização do Termo Aditivo nº 31 ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST nº 074/2002.

Nº 2.713 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.004218/2017-85, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo ao Pedido de Impugnação interposto pela Voges Metalurgia Ltda., em face de decisão emitida pelo Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica na 942ª reunião, que determinou o desligamento da empresa da Associação.

Nº 2.723 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.005686/2012-62, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo ao Recurso Administrativo apresentado pelas empresas Enguia Gen CE Ltda. e Enguia Gen PI Ltda., em face do Despacho nº 2.556, de 18 de agosto de 2017, que suspendeu a operação comercial das unidades geradoras nº 2, 7 e 8 da Usina Termelétrica - UTE Iguatu CE; nº 7 e 9 da UTE Caucaia CE; nº 3 da UTE Baturité CE; nº 1 da UTE Aracati CE; nº 4 da UTE Crato CE; nº 8 da UTE Juazeiro do Norte CE; nº 3 e 5 da UTE Campo Maior PI; nº 2 e 8 da UTE Marambaia PI; e nº 7 da UTE Nazaria PI, outorgadas às empresas.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 16 de agosto de 2017

Nº 2.495. Processo nº 48500.004925/2012-67. Interessado: Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) Decisão: alterar as características técnicas da EOL Casa Nova III, localizada no município de Casa Nova, no estado da Bahia, cadastrada sob o (CEG) EOL.CV.BA.031524-9.01 nos seguintes aspectos: (i) modelo dos aerogeradores de AEG ENERCON E-82 108hh para AEG ENERCON E-92 98hh; (ii) posicionamento georreferenciado dos aerogeradores, conforme indicado em anexo; (iii) Potência Instalada de cada aerogerador de 2.000 kW, para 2.350 kW, totalizando 28.200 kW; (iv) a Potência Líquida passa a ser de 28.200 kW e (v) o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito que será constituído de um circuito, em 34,5 kV, de uso exclusivo, até a Subestação Elevadora, em 34,5/230 kV, compartilhada com a EOL Casa Nova II, e de uma linha de transmissão, em 230 kV, circuito simples, com cabo 1 x CAL 740,8 MCM, também de uso compartilhado, com cerca de 67 km de extensão, interligando-se ao barramento de 230 kV da Subestação Sobradinho, sob a responsabilidade da CHESF. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 24 de agosto de 2017

Nº 2.632. Processo nº 48500.003306/2000-31. Interessado: Consórcio Itaguaçu. Decisão: prorrogar até o dia 27/8/2019 o prazo estabelecido no Despacho nº 3.331/2015, referente à entrega dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) da Usina Hidrelétrica (UHE) Itaguaçu, cadastrada sob o CEG UHE.PH.GO.037804-6.01, com potência instalada de 151.000 kW (definida no Despacho n° 439/1999), localizada no rio Claro, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 28 de agosto de 2017

Nº 2.664. Processo nº 48500.000844/2017-01. Interessado: Copel Geração e Transmissão S.A. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Alto Chopim, cadastrada sob o CEG PCH.PH.PR.029073-4.01, situada no rio Chopim, no estado do Paraná; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, correspondentes ART(s) e arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL; e (iv) considerando que o presente eixo integra inventário aprovado anteriormente à Resolução Normativa nº 673, publicada em 31 de agosto de 2015, não serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH para o mesmo aproveitamento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 29 de agosto de 2017

Nº 2.703. Processo nº 00000.703290/1975-47. Interessado: Unipar Indupa do Brasil S.A. Decisão: Alterar a denominação da central geradora térmica objeto da Resolução Autorizativa nº 4.594/2014, de UTE Solvay para UTE Unipar, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.SP.002767-7.01, localizada no município de Santo André, no estado de São Paulo. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

Nº 2.710 Processo nº 48500.004156/2017-10. Interessado: Solar Tecnologia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Boa Hora 4, CEG UFV.RS.PE.037814-3.01, com 23.100 kW de Potência Instalada, localizada no município de Tacaimbó, estado de Pernambuco.

Nº 2.711. Processo nº 48500.004158/2017-09. Interessado: Solar Tecnologia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Boa Hora 5, CEG UFV.RS.PE.037815-1.01, com 23.100 kW de Potência Instalada, localizada no município de Tacaimbó, no estado de Pernambuco.

Nº 2.712 Processo nº 48500.004148/2017-65. Interessado: Solar Tecnologia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Boa Hora 6, CEG UFV.RS.PE. 037816-0.01, com 23.100 kW de Potência Instalada, localizada no município de Tacaimbó, no estado de Pernambuco.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.720 Processo nº 48500.003192/2015-96. Interessado: Steelcons Energy Sol do Futuro I S.A.. Decisão: (i) alterar a localização da UFV Steelcons Sol do Futuro I (antiga Steelcons Miracema 1), outorgada por meio da Portaria nº 207, de 31 de maio de 2016, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.TO.034745-0.01, (ii) alterar a Potência Instalada e o número de unidades geradoras (iii) alterar a descrição das instalações de interesse restrito desse empreendimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 2.721 Processo nº 48500.003192/2015-96. Interessado: Steelcons Energy Sol do Futuro II S.A.. Decisão: (i) alterar a localização da UFV Steelcons Sol do Futuro II (antiga UFV Steelcons Miracema 2), outorgada por meio da Portaria nº 208, de 31 de maio de 2016, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.TO.034746-9.01, (ii) alterar a Potência Instalada e o número de unidades geradoras (iii) alterar a descrição das instalações de interesse restrito desse empreendimento. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 30 de agosto de 2017

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 31 de agosto de 2017.

Nº 2.734. Processo nº 48500.001885/2015-44. Interessado: Eólica Serra das Vacas VII S.A. Usina: EOL Serra das Vacas VII. Unidades Geradoras: UG10 e UG11, de 2.300 kW cada, totalizando 4.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Paranatama, Estado de Pernambuco.

Nº 2.735. Processo nº 48500.000476/2017-92. Interessado: Sobral I Solar Energia SPE Ltda. Usina: UFV Sobral 1. Unidades Geradoras: UG1 de 1.791,3 kW, e UG2 a UG10 de 3.134,3 kW cada, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de São João do Piauí, Estado do Piauí.

Nº 2.736. Processo nº 48500.000478/2017-81. Interessado: Sertão I Solar Energia SPE Ltda. Usina: UFV Sertão 1. Unidades Geradoras: UG1 de 1.791,3 kW, e UG2 a UG10 de 3.134,3 kW cada, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de João Costa, Estado do Piauí.

Nº 2.737. Processo nº 48500.004929/2011-64. Interessado: Inxú Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. Usina: PCH Inxú. Unidade Geradora UG3 de 1.200 kW. Localização: Municípios de Campo Novo do Parecis e Nova Maringá, Estado do Mato Grosso.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 31 de agosto de 2017.

Nº 2.738. Processo nº 48500.006731/2013-87. Interessados: Central Eólica Caiçara Ltda. Usina: EOL Ventos de Santo Albano. Unidades Geradoras: UG3 a UG11, de 2.700 kW cada, totalizando 24.300 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Caldeirão Grande do Piauí, Estado do Piauí.

Nº 2.739. Processo nº 48500.002309/2013-52. Interessado: Nova Gália Bioenergia Ltda. Usina: UTE NG Bioenergia I. Unidade Geradora: UG2 de 14.000 kW. Localização: Município de Paraúna, Estado de Goiás.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE ADJUNTO
Em 30 de agosto de 2017

Nº 2.742. Processo: 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, da competência de julho de 2017, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 760, de 14 de fevereiro de 2017. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 29 de agosto de 2017

Nº 2.717. Processo nº: 48500.004016/2017-33. Interessados: Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Centro Sul de Sergipe Ltda - CERCOS. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ R$ 23.847,91 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e um centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-5377-2013/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 30 de agosto de 2017

Nº 2.718. Processo nº: 48500.004144/2017-87. Interessados: Celesc Distribuição S/A - CELESC-D. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 9.741.025,23 (nove milhões, setecentos e quarenta e um mil, vinte e cinco reais e vinte e três centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-5697-0013/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.719. Processo nº: 48500.004078/2017-45. Interessados: CELESC-DISTRIBUIÇÃO S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 5.644.928,10 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e dez centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-5697-0016/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 385, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 527 de 30 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Divulgar o resultado consolidado da avaliação do desempenho institucional no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, referente ao período compreendido entre 1 de agosto de 2016 e 31 de julho de 2017, conforme o disposto no Decreto n.º 7.133, de 19 de março de 2010.

Parágrafo único. O resultado consolidado é de 91,37%.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 545, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 64, de 01 de março de 2012, com base na Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, e tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.008458/2015-40, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ n.º 33.000.167/0822-48 autorizada a operar os dutos de transferência de produtos claros e escuros entre a Refinaria Henrique Lage - REVAP e a Base de Distribuição do Vale do Paraíba da BR Distribuidora (BAVAP), cujas características estão listadas na Tabela 1, no município de São José dos Campos, Estado de São Paulo.

Tabela 1 - Características dos dutos entre a REVAP e BAVAP

Duto (tag)	Origem	Destino	Extensão (m)	Diâmetro (pol)	Produtos
DU-12HC304	REVAP	BAVAP	4,050	12	Claros
DU-12HC417	REVAP	BAVAP	5,750	12	Claros
DU-12HC306	REVAP	BAVAP	7,400	12	Claros
DU-14HC463	REVAP	BAVAP	1,470	14	Escuros
DU-6AL022	REVAP	BAVAP	1,330	6	Claros
DU-8HC257	REVAP	BAVAP	5,900	8	Claros
DU-4HC275	REVAP	BAVAP	1,480	4	Claros
DU-6AL018	REVAP	BAVAP	139,157	6	Claros
DU-6HC1810	REVAP	BAVAP	1293,253	6	Claros
DU-10HC1169	REVAP	BAVAP	295,680	10	Escuros
DU-10HC1179	REVAP	BAVAP	357,870	10	Escuros
DU-10HC1189	REVAP	BAVAP	355,290	10	Escuros
DU-8HC347	REVAP	BAVAP	356,150	8	Escuros
DU-8HC362	REVAP	BAVAP	316,510	8	Escuros
DU-6HC336	REVAP	BAVAP	489,280	6	Escuros

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 546, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, tendo em vista o que consta do processo nº 48610.001083/2017-59, e o disposto no art. 11 da Resolução ANP n. 58/2014, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a sociedade ALPES DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA., inscrita no CNPJ 10.354.704/0001-16, situada na Rodovia PR 482, S/N, Km 5, Zona Rural, Umuarama - PR, CEP 87504-672, autorizada ao exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica (AEA).

Art. 2º Esta autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da pessoa jurídica.

Art. 3º Revoga-se a Autorização ANP nº 191/2011.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 30 de agosto de 2017

Nº 985 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo art. 15, § 4º, alínea "c" da Resolução ANP n° 58/2014 e no que consta do Processo Administrativo ANP nº 48610.004280/2017-20, torna público o cancelamento da autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos da filial, a pedido da interessada, concedida à REJAILE DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 00.209.895/0007-64, localizada à Estrada Geral Santa Cruz, S/N, sala 01, Russia, Biguacu/SC, CEP: 88.160-000.

Nº 986 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no artigo 19, I, "c" da Resolução ANP 17/2009 e no que consta no Processo Administrativo ANP nº 48610.006996/2017-61, torna público o cancelamento da Autorização ANP nº 74/2014 para o exercício da atividade de importação de óleo lubrificante acabado, concedida à sociedade MASTERBRASIL COMÉRCIO DE COMPRESSORES DE AR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.890.663/0001-78, por requerimento da própria interessada. Revogam-se as disposições em contrário.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 987- A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea d, item 2, torna público o cancelamento das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/AM0085609	ALEXANDRE DE SOUZA MAGALHAES	07.416.112/0001-77	ANORI	AM	48610.011227/2010-17
RS0030531	COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS SONANG LTDA	05.034.441/0001-28	GRAVATAI	RS	48610.000745/2003-78
PR/AM0088225	ELISILVIO DE SOUZA MAGALHÃES EPP	12.293.797/0001-41	ANORI	AM	48610.015995/2010-31
RS0000341	SERTÓRIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS E SERVIÇOS LTDA	00.725.359/0001-26	PORTO ALEGRE	RS	48610.015767/2001-71

Nº 988 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base no Art. 7°, IV, e Art. 30, I da Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PR/PR0084689	AUTO POSTO BENATO LTDA.	07.628.940/0001-79	JAGUARIAIVA	PR	48610.009675/2010-42
SC0196521	AUTO POSTO NIENKOTTER LTDA.	75.459.461/0006-30	SAO JOSE	SC	48610.004910/2006-11
PR/MG0171490	AUTO POSTO SAO BENEDITO UBERABA LTDA.	22.282.072/0001-01	UBERABA	MG	48610.008073/2015-82
RS0166366	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS CAMARO - EIRELI EPP	05.232.101/0001-01	LAGOA BONITA DO SUL	RS	48610.011848/2003-63
ES0012292	GLAZAR E CIA LTDA	27.487.172/0001-98	SAO GABRIEL DA PALHA	ES	48610.012845/2001-85
PA0005539	PARANÁ COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.	15.327.760/0001-85	REDENCAO	PA	48610.004278/2001-93
RS0009487	POSTO DE COMBUSTIVEIS RADAR LTDA	97.270.060/0001-66	GRAVATAI	RS	48610.007670/2001-94
PR/RS0176087	RUMO A. M. - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA - EPP	20.510.929/0001-78	ARROIO DO MEIO	RS	48610.006467/2016-87
PR/RS0132682	VILLAGE COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	85.339.455/0002-70	IMBE	RS	48610.001727/2013-85

Nº 989 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, inciso I, alínea c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
MG0004830	AUTO POSTO IPIRANGA LTDA	18.581.728/0001-10	FRUTAL	MG	48610.000586/2001-41
PE0224242	GRACIANO COMBUSTIVEIS LTDA - ME	05.815.967/0001-45	TORITAMA	PE	48610.002143/2008-60
PR/AM0086046	ODILON MARREIROS LUCIO NETO - ME	11.978.562/0001-20	ITACOATIARA	AM	48610.012136/2010-91
PR/TO0108962	VALDEVINO & COSTA POSTOS DE ABASTECIMENTO LTDA.	14.099.731/0001-40	PARAISO DO TOCANTINS	TO	48610.002847/2012-19

Nº 990 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 51, de 02 de dezembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:
I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e
II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/SP0241542	AELCIO PERIRA SACRAMENTO EPP	27.055.269/0001-21	CARAPICUIBA	SP	48610.009504/2017-90
GLP/SE0241543	ALEX MENDES DOS SANTOS ME	08.298.673/0001-81	INDIAROBA	SE	48610.009729/2017-46
GLP/TO0241544	ANTONIA ROSANGELA MARQUES SILVA 93240295172	27.570.566/0001-05	PALMAS	TO	48610.009494/2017-92
GLP/AM0241545	B FERREIRA FROTA - ME	27.034.530/0001-07	MANAUS	AM	48610.009439/2017-01
GLP/PE0241546	CARLOS DINIZ DE CARVALHO SOUZA - ME	27.167.875/0001-39	ANGELIM	PE	48610.009500/2017-10
GLP/CE0241547	CEDRO COMERCIAL DE GAS LTDA EPP	12.337.946/0001-27	CEDRO	CE	48610.009435/2017-14
GLP/TO0241548	CORREA COMERCIO DE GLP LTDA EPP	17.193.754/0003-70	MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	48610.009541/2017-06
GLP/PA0241549	DEUZIMAR GOMES DE LIMA EIRELI - EPP	09.494.150/0005-05	BRASIL NOVO	PA	48610.009410/2017-11
GLP/GO0241550	EDNA DE JESUS CONRADO DOS SANTOS 8394152549	26.578.038/0001-30	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.009577/2017-81
GLP/PR0241551	ERENICE FERREIRA DA ROCHA VELOSO 00845826930	27.167.400/0001-42	MEDIANEIRA	PR	48610.009488/2017-35
GLP/GO0241552	FORTALEZA GAS EIRELI ME	26.591.940/0001-96	CALDAS NOVAS	GO	48610.009576/2017-37
GLP/GO0241553	FRANCIELLY ESTEPHANNE GOMES DE SILVA 03546491165	26.066.612/0001-70	TRINDADE	GO	48610.009509/2017-12
GLP/GO0241554	IRISMAR AURELIO DA COSTA	25.683.395/0001-03	CIDADE OCIDENTAL	GO	48610.009505/2017-34
GLP/PR0241555	J. SACHUK & CIA LTDA EPP	04.369.078/0003-09	MAMBORE	PR	48610.009568/2017-91
GLP/SP0241556	J.A. ROSA DA SILVA GAS - ME	27.314.685/0001-05	ENGENHEIRO COELHO	SP	48610.009477/2017-55
GLP/MG0241557	JOSE GERALDO BISPO DE AZEVEDO 12389043607	24.670.881/0001-16	ITAMARANDIBA	MG	48610.009333/2017-07
GLP/SP0241558	JOSE IONAS DOS SANTOS - ME	27.343.544/0001-02	BAURU	SP	48610.009512/2017-36
GLP/SP0241559	LEMÃO COMERCIO DE GAS LTDA - ME	28.088.015/0001-72	PIRAPOZINHO	SP	48610.009495/2017-37
GLP/SP0241560	M & C COMERCIO DE GAS EIRELI ME	27.782.902/0001-83	ITANHAEM	SP	48610.009502/2017-09
GLP/MA0241561	MAGNO FERREIRA - ME	11.863.298/0001-80	COLINAS	MA	48610.009491/2017-59
GLP/MG0241562	MATHEUS PHELLIPE FIGUEIREDO REIS 11707351694	20.300.088/0001-74	BETIM	MG	48610.009506/2017-89
GLP/RO0241563	MELO & SANTOS LTDA - ME	28.009.368/0001-30	JI-PARANA	RO	48610.009484/2017-57
GLP/MG0241564	MERCEARIA SALDANHA LTDA ME	04.461.783/0001-61	RIBEIRAO DAS NEVES	MG	48610.009459/2017-73
GLP/RJ0241565	NOVA ERA REVENDEDORA DE GLP LTDA - EPP	27.621.801/0001-20	NOVA IGUACU	RJ	48610.009700/2017-64
GLP/CE0241566	ORVAL ORGANIZAÇÃO VALENTE LTDA	06.043.616/0028-46	JUCAS	CE	48610.009559/2017-08
GLP/PR0241567	PEDRO HENRIQUE PIZA 07796592957	24.913.173/0001-69	APUCARANA	PR	48610.009102/2017-95
GLP/RJ0241568	ROLIANE DOMINGUES DE OLIVEIRA	26.075.279/0001-66	BOM JESUS DO ITABAPOANA	RJ	48610.009455/2017-95
GLP/SP0241569	SEBASTIÃO MENDES DE ARAUJO LEITE - HUMAITÁ - ME	04.211.692/0002-59	SAO VICENTE	SP	48610.009842/2017-21
GLP/SP0241570	SILVELI AVILA 22449945890	21.541.492/0001-00	REGENTE FEIJO	SP	48610.009436/2017-69
GLP/MG0241571	SUPERMERCADO GERALDO LTDA	71.136.907/0001-20	ESTIVA	MG	48610.009567/2017-46
GLP/RR0241572	V N DA PONTE - ME	11.896.985/0002-82	BOA VISTA	RR	48610.009437/2017-11
GLP/GO0241573	VAEFS INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	27.868.263/0001-73	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.009440/2017-27
GLP/GO0241574	WC COMERCIO DE GAS EIRELI ME	26.791.824/0001-10	GOIANIA	GO	48610.009574/2017-48
GLP/MG0241575	XISTO GAS LTDA - ME	27.740.530/0001-22	BELO HORIZONTE	MG	48610.009433/2017-25

Nº 991 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base no Art. 30, inciso I e Art. 31, IX, da Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, por POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PR0213383	A. R. PIZA E PIZA LTDA	14.433.053/0001-00	APUCARANA	PR	48610.001558/2012-01
GLP/ES0211134	CARLOS ALBERTO MEDEIROS ME	12.157.150/0001-92	GUARAPARI	ES	48610.013284/2011-11
GLP/SP0236265	CICERO DOS ANJOS SILVA 93947380453	23.338.081/0001-30	PIRAPOZINHO	SP	48610.008563/2016-60
GLP/CE0226492	ELIS REGINA DE SOUSA TORRES - ME	09.344.968/0001-00	NOVA RUSSAS	CE	48610.008719/2014-41
GLP/SP0207661	JOIA DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL E GAS LTDA - ME.	04.912.048/0001-27	BAURU	SP	48610.006348/2011-10
GLP/SP0237025	M & C PERES LTDA - ME	11.267.635/0002-57	ITANHAEM	SP	48610.012423/2016-96
GLP/GO0217581	M J GONÇALVES GAS E AGUA ME	06.949.087/0001-24	GOIANIA	GO	48610.010833/2012-79
GLP/SP0171657	MARCIO PEREIRA DE MELO GÁS - ME	08.975.259/0001-60	FERRAZ DE VASCONCELOS	SP	48610.008766/2008-46
GLP/GO0211032	RODRIGO FALEIRO DA SILVA	13.182.979/0001-08	PIRACANJUBA	GO	48610.013047/2011-42
GLP/AM0218756	SALDANHA E SALUSTIANO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	16.706.654/0001-75	MANAUS	AM	48610.014122/2012-73
GLP/MG0183422	SÉRGIO MURILO RAMALHO CPF 523.699.866-20	01.532.531/0001-98	BELO HORIZONTE	MG	48610.001261/2010-75
GLP/MT0182038	TEIXEIRA DE GOIS & GOIS LTDA - ME	03.386.052/0001-36	SAPEZAL	MT	48610.015285/2009-78
GLP/MA0221466	V V P BRANDAO - ME	17.856.924/0001-97	SAO LUIS	MA	48610.005243/2013-13
GLP/GO0219388	VAEF COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME	09.398.713/0001-20	APARECIDA DE GOIANIA	GO	48610.013329/2012-21

Nº 992 - A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004,e com base na Resolução ANP n°51 de 30 de novembro de 2016, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 30, I, c, torna público o cancelamento, por requerimento, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/MG0238087	ALESSANDRA RESENDE DUQUE 01433219603	26.326.572/0001-59	PARA DE MINAS	MG	48610.015268/2016-60
GLP/AM0222610	MARENILDA DE SOUZA MACEDO - ME	12.985.627/0001-28	ITACOATIARA	AM	48610.009304/2013-11
001/GLP/DF0017056	MIZUNO, KAY & CIA LTDA.	00.375.386/0001-16	BRASILIA	DF	48610.010581/2007-11
GLP/MT0209751	N C TARDIVO ME	13.104.853/0001-15	DENISE	MT	48610.010596/2011-65
GLP/RJ0216698	SATISFAÇÃO COMERCIO LTDA ME	11.304.693/0001-22	ARARUAMA	RJ	48610.008756/2012-97
001/GLP/SE0018389	SUPERMERCADO UBALDO LTDA.	13.359.575/0004-90	CARIRA	SE	48610.013157/2007-28

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 993 - A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de cessão de espaço listados a seguir.

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	PRODUTOS (m³ cedidos)	PROCESSO
1	SANTOS	SP	TERMINAL QUÍMICO DE ARATÚ S.A. - TEQUIMAR 14.688.220/0011-36	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0178-75	31/12/2023	GASOLINA A: 10.000 DIESEL AS500: 10.000 DIESEL A S10: 10.000 EAC: 16.000	48610.009324/2017
2	PAULÍNIA	SP	TERCOM - TERMINAL DE ARMAZEM DE COMBUSTÍVEIS LTDA 09.361.622/0001-10	PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.431.337/0004-21	30/07/2019	EHC: 45	48610.009324/2017
3	SENADOR CANEDO	GO	PETROSUL DISTRIBUIDORA, TRANSPORTADORA E COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA 00.175.884/0010-06	LARCO COMERCIAL DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA. 02.805.889/0009-67	04/07/2022	GASOLINA A: 250 DIESEL AS500: 200 DIESEL A S10: 100 EHC: 60 EAC: 90 B100: 50	48610.009324/2017
4	GUARULHOS	SP	T LIQ LOGÍSTICA E SERVIÇOS LTDA 19.924.788/0001-50	PETROBALL DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 02.431.337/0004-21	31/07/2019	EHC: 20	48610.009324/2017
5	ARUJÁ	SP	ARAIS LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI 20.051.217/0001-38	FLÓRIDA DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 03.652.783/0001-86	05/05/2020	EHC: 150	48610.009324/2017
6	RIO DE JANEIRO	RJ	ILHA TERMINAL DISTR. DE PRODUTOS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. 22.935.384/0001-77	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0010-14	21/06/2022	ÓLEO DIESEL MARÍTIMO: 5.614	48610.009324/2017
7	MANAUS	AM	PETRÓLEO SABBÁ S.A. 04.169.215/0002-72	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0239-21	DOU MAIS DOZE MESES	QAV: 2.920	48610.009324/2017
8	SANTARÉM	PA	PETRÓLEO SABBÁ S.A. 04.169.215/0020-54	RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S.A. 33.453.598/0199-08	DOU MAIS DOZE MESES	QAV: 454	48610.009324/2017

Nº 994 -A Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, com base nas Resoluções ANP n.° 42, de 19 de agosto de 2011, e n.° 58, de 20 de outubro de 2014, torna pública a homologação dos contratos de carregamento listados a seguir.

	#INSTALAÇÃO	UF	CEDENTE/TERMINAL DE ENTREGA	CESSIONÁRIA	PRAZO	VOLUME DE ESPAÇO CEDIDO (m³)	PROCESSO
1	ITAJAÍ	SC	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0030-93	STANG DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 11.325.330/0003-35	30/09/2019	GASOLINA A: 8.650 DIESEL AS500: 450 DIESEL A S10: 400	48610.009324/2017
2	GUARULHOS	SP	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. 02.044.526/0001-07	31/08/2019	GASOLINA A: 240 DIESEL AS500: 280 DIESEL A S10: 150	48610.009324/2017
3	GUARULHOS	SP	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	PETROLUZ DISTRIBUIDORA LTDA. 03.016.811/0002-50	31/05/2019	GASOLINA A: 150 DIESEL AS500: 150 DIESEL A S10: 150	48610.009324/2017
4	GUARULHOS	SP	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO 02.709.449/0035-06	REDEPETRO DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA. 03.980.754/0004-96	DOU MAIS DOZE MESES	B100: 16 EAC: 60	48610.009324/2017
5	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. 33.000.167/0822-48	SMALL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETRÉO LTDA. 02.044.526/0001-07	31/08/2019	GASOLINA A: 150 DIESEL AS500: 150 DIESEL A S10: 150	48610.009324/2017

MARIA INÊS SOUZA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 220/2017-SEDE - DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
870.162/2007-INTERCEMENT BRASIL S A-VITÓRIA DA CONQUISTA/BA - Guia n° 45/2017-100.000Toneladas/ano-DIATOMITO- Validade:17/3/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.079/1998-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-JACINTO MACHADO/SC - Guia n° 44/2017-64.800Toneladas/ano-CASCALHO- Validade:31/8/2018
870.675/2003-INTERCEMENT BRASIL S A-CAMPO FORMOSO/BA - Guia n° 43/2017-59.900Toneladas/ano-ARGILA-Validade:31/8/2018

VICTOR HUGO FRONER BICCA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
858.099/2014-BEADELL RESOURCES MINERAÇÃO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
858.034/2012-BPS COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA- Cessionário:R L NASCIMENTO- ME- CPF ou CNPJ 26.325.938/0001-75- Alvará n°5367/2017
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
858.089/2012-JOSIAS BARBOSA DOS SANTOS
858.090/2012-JOSIAS BARBOSA DOS SANTOS
858.031/2017-PAULO GUALBERTO REGO
858.035/2017-PAULO GUALBERTO REGO

ROMERO CESAR DA CRUZ PEIXOTO

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 194/2017

CONCESSÃO DE LAVRA
Fica a abaixo relacionada ciente de que julgou-se improcedente a defesa administrativa interposta; restando-lhe pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao débito apurado da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução. (5.49)
Processo de Cobrança nº 960.139/2017 Notificado: HNK BR Indústria de Bebidas Ltda. NPJ/CPF: 50.221.019/0001-36 NFLDP nº 215/2017 - DNPM/GO
Valor: R$ 11.291.542,16 Decisão n.º 056/2017/2017/DPA/DNPM/GO

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 142/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
866.016/2016-TEC TÔNICAS MINERAÇÕES LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
867.145/1993-MINERAÇÃO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°193/2017
867.248/2013-FLORESTA VIVA EXPLORAÇÃO DE MADEIRA E TERRAPLANAGEM LTDA-OF. N°190/2017
866.365/2014-MAURÍCIO VIDEIRA MACEDO-OF. N°191/2017
866.028/2016-E. H. C. GUILLEN & CIA LTDA-OF. N°196/2017
866.769/2016-COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO MINERAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO LTDA-OF. N°192/2017
866.793/2016-RINALDO ALVES SANT'ANA-OF. N°197/2017
866.968/2016-B. FERREIRA DA SILVA ME-OF. N°179/2017
866.330/2017-MINERADORA DAS CASSYRAS INDUSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°189/2017
866.343/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°311/2017
866.344/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°311/2017
866.345/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°311/2017
866.346/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°311/2017
866.347/2017-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME-OF. N°311/2017
866.415/2017-MINERAÇÃO DIDONE LTDA ME-OF. N°327/2017
866.416/2017-MINERAÇÃO DIDONE LTDA ME-OF. N°329/2017
866.419/2017-MINERAÇÃO DIDONE LTDA ME-OF. N°326/2017
866.450/2017-TWG CONSULTORIA E PROJETOS GEOLÓGICOS LTDA-OF. N°310/2017
866.456/2017-G.O. LIMA LTDA ME-OF. N°328/2017
866.469/2017-SVM CONSULTORIA EM MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°330/2017
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.996/2014-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
866.719/2008-CMGM MINERAÇÃO LTDA.- Área de 9.505,30ha para 2,07ha-Ouro
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.457/2007-GME4 DO BRASIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S A -Alvará N°4987/2009
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.915/2014-FERDINANDO CARVALHO GUIMARÃES-ALVARÁ N°4620/2015
866.134/2015-BENEDITO PAULO PIRES DE MIRANDA NETO-ALVARÁ N°4630/2015
866.186/2015-ARILSON CEZARINO DA COSTA-ALVARÁ N°4638/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

866.265/2015-K.L.D EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA-ALVARÁ N°5983/2015
866.266/2015-K.L.D EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA-ALVARÁ N°5984/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
866.973/2012-VALMIR DIAS PEREIRA- Alvará n°3880/2013 - Cessionário: MINERAÇÃO ESQUIVEL LTDA ME-CNPJ 11.449.120/0001-97
866.975/2012-VALMIR DIAS PEREIRA- Alvará n°4924/2013 - Cessionário: MINERAÇÃO ESQUIVEL LTDA ME-CNPJ 11.449.120/0001-97
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.315/2017-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°307/2017
866.316/2017-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°308/2017
866.317/2017-COOPERATIVA MISTA DOS GARIMPEIROS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-OF. N°309/2017
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
866.170/2016-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO COOGAVEPE - PLG N°74/2017 de 18/08/2017 - Prazo 02 anos
Autoriza transformação do regime de PLG para Autorização de Pesquisa(2066)
866.074/2015-MARCIA GALON DE SOUZA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
866.242/2008-RIO DO SANGUE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP-OF. N°200/2017
866.973/2008-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-OF. N°206/2017
866.974/2008-MINERAÇÃO SERRA DOURADA LTDA-OF. N°207/2017
866.532/2009-GRANDO ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM-OF. N°205/2017
866.867/2009-MR3 MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°198/2017
866.808/2010-MR3 MINERAÇÃO EIRELI EPP-OF. N°199/2017
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
866.357/2005-CIA MINERADORA OURO PAZ S. A.-OF. N°194/2017-60 dias
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
860.938/1982-MINERAÇÃO APOENA S A-OF. N°70/2017
866.058/1994-DIRCE R. CELICE FERREIRA & CIA LTDA-OF. N°203/2017
866.062/2013-ÁGUA MORRO ALTO IND. E COM. DE BEBIDAS LTDA-OF. N°202/2017
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Licenciamento(744)
866.196/2015-FRANCISCO BARBIERI FILHO
866.197/2015-FRANCISCO BARBIERI FILHO
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação(922)
866.059/2017-NOVA XAVANTINA PREFEITURA- Registro de Extração N°02/2017 de 17/08/2017
866.584/2017-MUNICÍPIO DE ITAÚBA- Registro de Extração N°03/2017 de 17/08/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
866.429/2016-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL P CERAMICAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL MT-OF. N°195/2017
866.285/2017-PIAZZA & PIAZZA LTDA ME-OF. N°204/2017
866.332/2017-GAECAL INDUSTRIA DE CALCARIO LTDA ME-OF. N°201/2017
866.333/2017-GAECAL INDUSTRIA DE CALCARIO LTDA ME-OF. N°201/2017
Reconsidera o despacho de indeferimento(1162)
866.334/2015-LEVI MACHADO DE OLIVEIRA
866.906/2016-ITAMAR LOCKS

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 60/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito exigência(560)
826.004/2006-MONTECAL INDÚSTRIA DE CAL LTDA.-OF. N°1131/2006/13°DS/PR/DNPM; 746/2011/DNPM/PR-DOU de 23/10/2006; 15/07/2011
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
820.193/1985-CIA DE CIMENTO ITAMBÉ - Publicado DOU de 19/03/1993, Relação n° 2/1993, Seção 1, pág. 3349- Onde se lê: " Substâncias: Calcário, reserva medida 1.549.982t; Calco-filito, reserva medida: 1.620.049t; Filito: reserva medida: 6.152.031t, reserva indicada: 1.218.328t"; Leia-se: "Substâncias: Calcário, reserva medida 3.370.031t; Filito: reserva medida: 6.152.031t, reserva indicada: 1.218.328t"
Retificação de despacho(1388)
826.074/2004-MILUMAJU MINERADORA LTDA. - Publicado DOU de 22/05/2017, Relação n° 33/2017, Seção 1, pág. 53/54- Onde se lê:"...validade 12/05/2008..."; Leia-se: "...validade 12/05/2018...".

FERNANDO ANTONIO GUIMARÃES MARTINS
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 124/2017

Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
848.377/2012-ANTOLINI, EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 19/08/2016, Relação n° 131/2016, Seção 1, pág. 188- Onde se lê: "...848.377/2012 - ANTOLINI EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA. - Área de 549,02 ha para 384,88 ha...", Leia-se: "...848.377/2012 - ANTOLINI EXPORTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA. - Área de 549,02 ha para 394,88 ha..."

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 75/2017

Fase de Lavra Garimpeira
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(577)
810.401/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°082/2017
810.425/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°083/2017
810.432/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°084/2017
810.462/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°085/2017
810.477/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°086/2017
810.499/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°087/207
810.520/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°088/2017
810.546/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°089/2017
810.568/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°090/2017
810.587/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°091/2017
810.602/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°092/2017
810.622/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°093/2017
810.653/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°094/2017
810.659/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA- AI N°095/2017
Não aceita a defesa apresentada(1238)
810.401/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.425/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.432/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.462/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.477/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.499/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.520/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.546/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.568/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.587/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.602/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.622/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.653/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
810.659/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.907/2009-JUACIR LUIZ DRIZ - ME-OF. N°2182/2017
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
810.141/1997-BRIPAC CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA- Licenciamento N°:1438/1997 - Vencimento em 16/08/2022
810.580/2008-TREVIPLAM ENGENHARIA LTDA.- Licenciamento N°:30/2011 - Vencimento em 16/08/2022
810.773/2008-CERÂMICA VALE REAL LTDA- Licenciamento N°:262/2008 - Vencimento em 21/08/2022
811.253/2012-RAFAEL PRESCENDO- Licenciamento N°:278/2013 - Vencimento em 18/08/2022
810.607/2013-COMERCIO DE PEDRAS SDR LTDA- Licenciamento N°:149/2013 - Vencimento em 18/08/2022
811.311/2013-JOÃO CARLOS PISSUTTI ME- Licenciamento N°:06/2014 - Vencimento em 18/08/2022
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
810.257/2012-ARLINDO GOMES DOS SANTOS &
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
811.631/2012-ARLINDO GOMES DOS SANTOS &- Processo englobado:810.257/2012
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
810.898/2014-ECOTERRA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°594/2017
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
811.440/2016-CERÂMICA FRANZEN LTDA-Licenciamento N°220/2017 de 28/08/2017-Vencimento em 22/08/2022
810.091/2017-JOÃO BATISTA TELES DA SILVA PEDREIRA ME-Licenciamento N°216/2017 de 21/08/2017-Vencimento em 18/08/2022
810.168/2017-CAMAGO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-Licenciamento N°2018/2017 de 21/08/2017-Vencimento em 18/08/2022
810.239/2017-OLARIA SLONGO LTDA.-Licenciamento N°217/2017 de 21/08/2017-Vencimento em 18/08/2022
810.243/2017-HELGA MARIA STEFFEN-Licenciamento N°215/2017 de 21/08/2017-Vencimento em 17/08/2022
810.593/2017-CERÂMICA BONAZA LTDA-Licenciamento N°219/2017 de 22/08/2017-Vencimento em 21/08/2022
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
811.709/2012-VOLNEI DE ALMEIDA NIZOLI
810.393/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.394/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.395/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.396/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.397/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.398/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.399/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.400/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.401/2014-VULCÃO MINÉRIOS E MINERAIS LTDA ME
810.463/2015-J. RENATO RAUBER & CIA LTDA EPP
810.575/2017-JUAREZ LAIMER & CIA LTDA
810.595/2017-GUERRAPLENAGEM SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.561/2017-PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ- Registro de Extração N°132/2017 de 15/08/2017
810.599/2017-TRAVESSEIRO PREFEITURA- Registro de Extração N°131/2017 de 15/08/2017
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.821/2015-MUNICÍPIO DE COLINAS- Registro de Extração N°130/2017 de 15/08/2017

RELAÇÃO Nº 77/2017

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Companhia de Desenvolvimento de Passo Fundo Cpf/cnpj :90.149.055/0001-50 - Processo minerário: 810988/96 - Processo de cobrança: 910332/17 Valor: R$.189.264,80
Titular: Mineradora Itacolomi Ltda Cpf/cnpj :07.570.595/0001-60 - Processo minerário: 810640/03 - Processo de cobrança: 910273/17 Valor: R$.144.230,16
Titular: Sergar Mineração Ltda me Cpf/cnpj :03.439.222/0001-01 - Processo minerário: 800283/70 - Processo de cobrança: 910260/17 Valor: R$.58.569,40

RELAÇÃO Nº 78/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 811627/14, 810672/15

RELAÇÃO Nº 79/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Sultepa Construções e Comércio LTDA. - 811185/14 - Not.156/2017 - R$ 3.756,84, 811186/14 - Not.157/2017 - R$ 3.756,84, 811187/14 - Not.158/2017 - R$ 3.756,84

RELAÇÃO Nº 80/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Rio Grande Mineração s a - 810472/10, 810473/10, 810474/10, 810475/10, 810476/10, 810478/10, 810479/10, 810480/10, 810481/10, 810482/10, 810483/10, 810484/10, 810707/12, 810711/12, 810712/12, 810713/12, 810714/12, 810715/12, 810716/12, 810717/12, 810718/12, 810725/12, 810726/12, 810728/12, 810731/12, 810736/12, 810128/15

RELAÇÃO Nº 81/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Calliari Comércio e Serviços LTDA. - 811436/15
Gilnei Antonio PESQUEIRA. - 810030/13
Goufe Mineração Eireli - 810713/15
Jeferson Brüning - 811103/15
Reginaldo Teixeira de Souza - 810448/15
Sergio Petry - 811071/16
Serra Leoa Mineração e Construção Ltda - 811464/15
Vilson Antônio Cirolini - 810373/15

SIDNEI ECKERT

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

RELAÇÃO Nº 80/2017

FASE CONCESSÃO DE LAVRA

Multa aplicada - RAL /prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias (1713)

878.008/1997 - Cerâmica Porto Rico Ltda - AIs nºs 55/2017 e 56/2017.

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 247, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003519/2017-91, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.171, de 24 de janeiro de 2017, de titularidade da empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.357.038/0001-16, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE		00.357.038/0001-16
03 - Logradouro		04 - Número
ST SCN, Quadra		06
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
Conjunto A, Blocos 'B' e 'C', entrada Norte 2	Asa Norte	70716-901
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Brasília	DF	(61)3429-5151
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforços na Subestação Vilhena (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.171, de 24 de janeiro de 2017).	
Descrição do Projeto	Reforços em Instalação de Transmissão de Energia Elétrica, relativos à Subestação Vilhena, compreendendo:	
	I - complementação do Módulo de Infraestrutura Geral, com a instalação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra em 230 kV;	
	II - Instalação de Capacitor Série, em 230 kV, 115 Mvar(50%) referente à Linha de Transmissão 230 kV Vilhena - Jauru C3;	
	III - Instalação do Módulo de Conexão de Capacitor Série, em 230 kV, arranjo Barra Dupla a 4 Chaves, na Subestação Vilhena, referente à Linha de Transmissão 230 kV Vilhena - Jauru - C3;	
	IV - Adequação com substituição de 1 disjuntor e complementação do Módulo de Entrada de Linha, com obras de construção, montagem e desmontagem de 3 transformadores de potencial e 3 para-raios, em 230 kV referente à Linha de Transmissão 230 kV Vilhena - Jauru - C3;	
	V - Adequação do Módulo de Infraestrutura Geral, com a complementação do serviço auxiliar com a instalação de baterias, retificadores e quadros; e	
	VI - Adequação com substituição de 1 disjuntor no módulo de interligação de barras, 230 kV, arranjo barra dupla 4 chaves.	
Período de Execução	De 02/02/2017 a 02/02/2019.	
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Municípios de Vilhena, Estado de Rondônia.	
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADORA DA PESSOA JURÍDICA		
Nome: Vilmos da Silva Grundvald.	CPF: 081.952.002-06.	
Nome: José Orlando Cintra.	CPF: 627.744.688-68.	
Nome: Hugo Leonardo da Silva Vedana.	CPF: 703.684.301-20.	
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens		31.677.661,56.
Serviços		14.172.448,18.
Outros		7.072.812,47.
Total (1)		52.922.922,21.
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)		
Bens		28.966.053,73.
Serviços		12.959.286,62.
Outros		6.467.379,72.
Total (2)		48.392.720,07.

PORTARIA Nº 248, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.003236/2017-40, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.370, de 23 de maio de 2017, de titularidade da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 4º, inciso III, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de abril de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Furnas Centrais Elétricas S.A, cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Furnas Centrais Elétricas S.A deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Termo de Liberação Definitivo emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Furnas Centrais Elétricas S.A deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA		
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA		
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO		
01 - Nome Empresarial		02 - CNPJ
Furnas Centrais Elétricas S.A		23.274.194/0001-19
03 - Logradouro		04 - Número
Rua Real Grandeza		219
05 - Complemento	06 - Bairro/Distrito	07 - CEP
	Botafogo	22281-900
08 - Município	09 - UF	10 - Telefone
Rio de Janeiro	RJ	(21) 2528-3112
11 - DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto	Reforços nas Subestações Gurupi e Serra da Mesa (Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.370/2017, de 23 de maio de 2017).	
Descrição do Projeto	Reforços m Instalações de Transmissão de Energia Elétrica, compreendendo:	
	I - Subestação Gurupi:	
	a. Substituição de Bancos de Capacitores 500 kV na Linha de Transmissão Gurupi- Miracema C1 por Bancos de Capacitores 500 kV In=2250A e P=361MVAr;	
	b. Adequação do módulo de conexão do Banco Capacitor série BC3 na Subestação Gurupi referente a Linha de Transmissão Gurupi - Miracema C1;	
	c. Módulo de Infraestrutura de Manobra(500 kVDJM) referente a substituição de Bancos de Capacitores na Linha de Transmissão Gurupi - Miracema C1;	
	d. Banco de Capacitores 500 kV Subestação Gurupi - Linha de Transmissão Gurupi - Serra da Mesa C1 IN= 2.000A e P=286 Mvar;	

	e. Módulo de conexão do BC1 500 kV DJM na Subestação Gurupi - Linha de Transmissão Gurupi - Serra da Mesa C1;
	f. Módulo de Infraestrutura de Manobra - adequação para substituição de Bancos de Capacitores na Linha de Transmissão Gurupi - Serra da Mesa C1;
	II - Subestação Serra da Mesa:
	a. Substituição do Banco de Capacitores 500 kV na Subestação Serra da Mesa por Banco de Capacitores 500 kV P= 191 Mvar IN= 2000A da Linha de Transmissão Serra da Mesa - Gurupi C1;
	b. Adequação do Módulo de Conexão do BC1 500 kV na Subestação Serra da Mesa referente a Linha de Transmissão Serra da Mesa - Gurupi C1;
	c. Módulo de Infraestrutura de Manobra, adequação para substituição de BCS na Linha de Transmissão Serra da Mesa - Gurupi C1;
Período de Execução	De 26/5/2017 a 26/11/2020.
Localidade do Projeto [Município(s)/UF(s)]	Município de Gurupi no Estado de Tocantins e Município de Minaçu no Estado de Goiás.
12 - PRESIDENTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA	
Nome: Ricardo Medeiros.	CPF: 778.342.088-53.
Nome: Claudio Guilherme Branco da Motta .	CPF: 491.427.207-53.
Nome: Anselmo Garcia Sobrosa.	CPF: 018.603.667-16.
13 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	115.895.583,27
Serviços	15.610.691,85
Outros	3.544.949,79
Total (1)	135.051.224,91
14 - ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	106.358.434,33
Serviços	15.067.274,14
Outros	3.540.750,74
Total (2)	124.966.459,21

PORTARIA Nº 249, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, e o que consta do Processo nº 48500.002518/2015-68, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Camaçari Muricy II, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.PE.BA.031304-1.01, de titularidade da empresa Energética Camaçari Muricy II S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.590.377/0001-03, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput, autorizado por meio da Portaria MME nº 9, de 8 de janeiro de 2014, alterada por meio do Despacho SCG/ANEEL nº 4.117, de 13 de outubro de 2014 e pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.221, de 14 de março de 2017, é alcançado pelo art. 4º, inciso I, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de maio de 2015 e são de exclusiva responsabilidade da Energética Camaçari Muricy II S.A., cuja razoabilidade foi atestada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 3º A Energética Camaçari Muricy II S.A. deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do projeto aprovado nesta Portaria, mediante a entrega de cópia do Despacho emitido pela ANEEL, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 4º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto aprovado nesta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 5º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Energética Camaçari Muricy II S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 2007, na Portaria MME nº 274, de 2013, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos artigos 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA					
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA					
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO					
01	Nome Empresarial			02	CNPJ
	Energética Camaçari Muricy II S.A.				18.590.377/0001-03
03	Logradouro			04	Número
	Avenida Tancredo Neves, Sala 213				1.632
05	Complemento	06	Bairro/Distrito	07	CEP
	Edifício Salvador Trade Center		Caminho das Árvores		41820-020
08	Município	09	UF	10	Telefone
	Salvador		BA		(71)3037-5009/5019
11	DADOS DO PROJETO				
Nome do Projeto	UTE Camaçari Muricy II (Autorizada pela Portaria MME nº 9, de 8 de janeiro de 2014, alterada por meio do Despacho SCG/ANEEL nº 4.117, de 13 de outubro de 2014 e pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.221, de 14 de março de 2017 - Leilão nº 02/2006-ANEEL).				
Descrição do Projeto	Central Geradora Termelétrica denominada UTE Camaçari Muricy II, compreendendo: I - Setenta Unidades Geradoras de 2.044 kW, totalizando 143.080 kW de capacidade instalada; e				
	II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/230 kV, de uso compartilhado com a UTE Pecém II, e de uma linha de transmissão em 230 kV, com cerca de três quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação Camaçari IV, de propriedade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf.				
Período de Execução	De 15/08/2018 até 17/09/2019.				
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Dias D'Ávila, Estado da Bahia.				
12	REPRESENTANTE, RESPONSÁVEL TÉCNICO E CONTADOR DA PESSOA JURÍDICA				
Nome: Anário Rocha Quintino Júnior.	CPF: 077.229.258-20.				
Nome: Anário Rocha Quintino Júnior.	CPF: 077.229.258-20.				
Nome: Ailton Cardoso Lisa.	CPF: 326.915.805-04.				
13	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	165.374.781,56.				
Serviços	115.795.044,16.				
Outros	....				
Total (1)	281.169.825,72.				
14	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)				
Bens	150.077.614,27.				
Serviços	106.307.911,77.				
Outros	....				
Total (2)	256.385.526,04.				

PORTARIA Nº 250, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 5º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017, e o que consta do Processo nº 48360.005829/2016-00, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, § 1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, como prioritário o Projeto de Investimento em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, de titularidade da empresa Light - Serviços de Eletricidade S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.444.437/0001-46, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Light - Serviços de Eletricidade S.A. e a Sociedade Controladora deverão:

I - manter informação relativa à composição societária da Concessionária atualizada junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos da regulação;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto;

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle e Receita Federal do Brasil; e

IV - observar as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquela prevista no art. 2º, § 5º, da referida Lei, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º A ANEEL deverá informar à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia os valores anuais dos investimentos realizados para o Projeto de Investimento aprovado, até três meses após a Revisão Tarifária Periódica da Concessionária de Distribuição de Energia Elétrica titular do Projeto aprovado, nos termos do art. 6º da Portaria MME nº 245, de 27 de junho de 2017.

Art. 4º Alterações de titularidade do Projeto aprovado nos termos desta Portaria não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 5º O descumprimento das obrigações de que trata esta Portaria implicará na automática revogação da aprovação do Projeto como prioritário.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

CONCESSIONÁRIA					
01	Razão Social			02	CNPJ
Light - Serviços de Eletricidade S.A.				60.444.437/0001-46.	
03	Logradouro			04	Número
Avenida Marechal Floriano.				168.	
05	Complemento	06	Bairro/Distrito	07	CEP
-		Centro.		20080-002.	
08	Município	09	UF	10	Telefone
Rio de Janeiro.		RJ.		(21) 2211-7005.	
11	Contrato de Concessão				
nº 001/1996-DNAEE, de 4 de junho de 1996.					
12	REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) E CONTADOR DA CONCESSIONÁRIA				
Nome: Roberto Caixeta Barroso.			CPF: 013.011.556-83.		
Nome: Dalmer Alves de Souza.			CPF: 916.426.127-15.		
Nome: Simone da Silva Cerutti de Azevedo.			CPF: 094.894.347-52.		
13	RELAÇÃO DOS ACIONISTAS DA CONCESSIONÁRIA (Cia. Fechada)				
Razão Social ou Nome de Pessoa Física		CNPJ ou CPF		Participação (%)	
Não se aplica.		Não se aplica.		Não se aplica.	
14	PESSOA JURÍDICA CONTROLADORA DA CONCESSIONÁRIA (Cia. Aberta)				
Razão Social				CNPJ	
Light S.A.				03.378.521/0001-75.	
PROJETO					
15	Descrição				
Expansão, Renovação ou Melhoria da Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica, não incluídos os investimentos em obras do Programa "LUZ PARA TODOS" ou com Participação Financeira de Terceiros, constantes do Plano de Desenvolvimento da Distribuição - PDD de referência, apresentado à ANEEL no Ano Base (A) de 2017.					
16	Investimentos				
Ano de Referência		Valor Anual (R$)		Situação	
2016.		404.901.666,46.		Realizado.	
2017.		445.132.154,69.		Planejado.	
2018.		424.317.821,22.		Planejado.	
17	Localização [UF(s)]				
Estado do Rio de Janeiro.					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RETIFICAÇÃO

Na Portaria SNAS/MDS nº 32/2016 art. 1º, item 25, de 10/05/2016, publicada no DOU de 11/05/2016, Seção 1, página 125, CNPJ 08.888.070/0001-30, processo 71000.115929/2010-61. Onde se lê: "ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CRIANÇA ADOLESCENTE E DO IDOSO - ACAI". Leia-se "INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL DE MINAS GERAIS".

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.101, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/04/2017 e 16/08/2017.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 21, de 24 de janeiro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 05/04/2017 e 16/08/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CANDIDO DA SILVA MURICY
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58000.103464/2017-11
Proponente: Associação de Amparo a Meninos Assistidos Santa Cecília
Título: Tênis: Lapidando Cidadãos
Registro: 02RS163042007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 87.865.432/0001-43
Cidade: Vacaria UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 299.016,08
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0170 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 43334-9
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58000.011289/2016-48
Proponente: Associação dos Servidores da Prefeitura do Município de Araucária
Título: NIVEA - Núcleos de Iniciação ao Voleibol Escolar em Araucária - Ano 2
Registro: 01PR112862012
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 76.071.208/0001-63
Cidade: Araucária UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 418.501,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1467 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 59208-0
Período de Captação até: 31/12/2018
3 - Processo: 58000.010350/2016-30
Proponente: Associação dos Amigos e Paradesportistas de Piracicaba
Título: AAPP, Escola Paralimpica de Atletismo II
Registro: 02SP150222015
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.199.443/0001-00
Cidade: Piracicaba UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 293.197,63
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6516 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15926-3
Período de Captação até: 31/12/2018

ANEXO II

1 - Processo: 58701.003770/2015-81
Proponente: Clube de Ciclismo
Título: Paraná Equipe de Ciclismo
Valor autorizado para captação: R$ 1.028.594,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3275 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23618-7
Período de Captação até: 31/12/2018
2 - Processo: 58701.002097/2015-62
Proponente: Associação Integrada de Deficientes e Amigos
Título: Projeto Tênis Futuro
Valor autorizado para captação: R$ 58.957,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3136 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 29686-4
Período de Captação até: 15/09/2018
3 - Processo: 58701.002961/2015-26
Proponente: Associação Miratus de Badminton
Título: Badminton Brasil - Alto Rendimento 2016/2017
Valor autorizado para captação: R$ 1.202.075,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3522 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 0376-X
Período de Captação até: 31/12/2018
4 - Processo: 58000.004938/2016-54
Proponente: Associação Toledana de GRD
Título: Ginástica Rítmica Alto Rendimento Ano III
Valor autorizado para captação: R$ 1.486.030,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5735 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 14317-0
Período de Captação até: 31/12/2018
5 - Processo: 58701.002559/2015-41
Proponente: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
Título: Sacando Para a Paz
Valor autorizado para captação: R$ 346.070,01
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1569 DV: 5 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 28515-3
Período de Captação até: 06/10/2018

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 346, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Altera as Metas Institucionais Globais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental-GDAEM.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e considerando o § 2º do art. 5º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 e art. 30 da Portaria nº 249, de 12 de julho de 2012, e o que consta do Processo nº 02000.203246/2017-13, resolve:

Art. 1º Alterar na forma do Anexo, a Portaria nº 216, de 19 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 20 de junho de 2017, Seção 1, página 53, relativa às Metas Institucionais Globais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental-GDAEM devida aos ocupantes dos cargos efetivos do IBAMA pertencentes a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

ANEXO

Nº do indicador	Indicador	Meta para o período 2016/2017	Fórmula	Unidade de Medida	Fonte
1	Número de pareceres técnicos conclusivos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental.	1.000	Somatório do número de pareceres técnicos conclusivos emitidos nas etapas de licenciamento prévio, de instalação e de operação.	Unidade	DILIC
2	Quantidade de processos administrativos de apuração de infração ambiental instaurados	12.500	Esse indicador utilizará as informações provenientes do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização - SICAFI, sobre a quantidade anual de processos administrativos de apuração de infração ambiental instaurados.	Unidade	DIPRO
3	Quantidade de decisões de processos administrativos de apuração de infração ambiental.	15.000	Esse indicador utilizará as informações provenientes do Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização (Sicafi) e do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, sobre a quantidade anual de julgamentos de autos de infração ambiental.	Unidade	DIPRO/DIPLAN
4	Taxa de análise de pedido de autorizações ship-to-ship	100%	Número de pedidos analisados no prazo legal / número de pedidos recebidos x 100	Percentual	DIPRO
5	IAQUA = Indicador de Eficiência da Gestão da Qualidade Ambiental	≥ 80%	IAQUA = (ICRE + IAVA)/2 ≥ 80% Sendo: ICRE = Índice de Eficiência de Controle de Resíduos e Emissões IAVA = Índice de Avaliação da Qualidade Ambiental Fórmulas de cálculo: ICRE = Índice de Eficiência de Controle de Resíduos e Emissões ICRE = (ICR + ICE)/2 ≥ 80% Sendo: ICR = {[(licenças de movimentação de resíduos analisadas / solicitações recebidas) + Relatório da Convenção de Basileia entregue + relatório de pneumáticos disponibilizado] x100}/3 ICE = {[(licenças do PROCONVE e PROMOT analisadas / solicitações recebidas) + (licenças de selo ruído analisadas/solicitações recebidas) + (licenças de mercúrio metálico analisadas / solicitações recebidas) + (licenças do Protocolo de Montreal analisadas / solicitações recebidas) + Relatório anual entregue à Secretaria do Protocolo de Montreal)] x100}/5 IAVA = Índice de Avaliação da Qualidade Ambiental IAVA ≥ 80% Sendo: IAVA = {[(quantidade de demandas CTF/APP analisadas / demandas CTF/APP recebidas) + (monitoramento quantitativo da base cadastral do CTF/APP realizado) + (monitoramento por UF das demandas oriundas dos Setores de Cadastro realizado) + (ação de regularização cadastral das empresas de médio e grande porte sem recadastramento realizado) + (ação de regularização cadastral de empresas sem atividade declarada ou com atividade inabilitada pela IN 6 realizado)] x 100}/5	Percentual	DIQUA
6	Percentual de órgãos Estaduais de Meio Ambiente operando no Sinaflor.	66%	Número de Estados operando no Sinaflor /Número total de Estados	Percentual	CGAUF/ DBFLO
7	Implementação de ações de melhoria e recuperação ambiental, sob competência federal.	10	Quantidade de ações realizadas	Unidade	CGFAP /DBFLO
8	Proteger áreas federais prioritárias dos incêndios florestais	150.000 km2	Somatório das áreas de atuação das brigadas indígenas, de assentamento e quilombolas contratadas.	Km2 de área protegida	PREVFOGO /DIPRO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 347, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e o que consta do Processo no 02000.000600/2015-98, resolve:

Art. 1º Fica Instituído o Comitê Gestor do "Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado" - CGP, em conformidade com o Contrato de Contribuição Financeira celebrado em 19 de agosto de 2015 entre o Ministério do Meio Ambiente (Gestor), a Caixa Econômica Federal-CEF (Mandatário Executor) e o Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW, publicado no Diário Oficial da União de 1o de setembro de 2015.

Art. 2º O CGP será composto por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos e entidades:

I - Serviço Florestal Brasileiro - SFB;

II - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente;

III - Departamento de Recursos Externos da Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente;

IV - Caixa Econômica Federal - CEF;

V - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

VI - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso;

VII - Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia; e

VIII - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará.

§ 1º O CGP será presidido e coordenado pelo SFB.

§ 2º O CGP contará com uma Secretaria-Executiva, que será exercida pelo SFB.

§ 3º A participação no CGP será considerada prestação de serviço público relevante, não ensejando, por si só, qualquer remuneração.

§ 4º Poderão ser convidados a participar das atividades do CGP representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas.

§ 5º Os membros do CGP serão nomeados pelo Diretor-Geral do SFB, após indicação dos respectivos órgãos e entidades.

§ 6º No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente com direito a voto, devendo ser nomeado novo membro para manter o suprimento de um titular e um suplente, por órgão ou entidade componente do Projeto.

Art. 3º O CGP terá as seguintes atribuições:

I - acompanhar e supervisionar as ações previstas para o Projeto visando ao atendimento dos seus princípios e diretrizes constantes do Manual Operativo do Projeto;

II - propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa execução dos princípios e diretrizes para implementação do Projeto, em caráter consultivo;

III - realizar reuniões ordinárias, no mínimo anuais, com o objetivo de discutir o andamento do projeto e propor soluções;

IV - realizar, em conjunto com o SFB, a Caixa Econômica Federal-CEF e o Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW, a revisão de meio-termo da implementação das operações realizadas no âmbito do Projeto;

V - aprovar o calendário anual de reuniões, os Planos Anuais de Aquisições e Contratações e o Plano de Aquisições do Projeto;

VI - cooperar para a implementação global do Plano de Aquisições e Contratações do Projeto, por meio das ações dos diferentes órgãos e entidades envolvidos e da interação do Projeto com outros programas governamentais, promovendo pleno cumprimento dos Acordos de Cooperação Técnica entre as instituições;

VII - promover sinergia entre os órgãos e entidades executores do Projeto, bem como o envolvimento com os diferentes setores da sociedade;

VIII - atuar como instância consultiva sobre o progresso do Plano Operativo do Projeto e respectivos Planos Anuais de Aquisições e Contratações;

IX - monitorar as atividades e os indicadores de resultado do Projeto e avaliar os resultados do Plano Anual, podendo expedir recomendações sobre a implementação do Projeto, contratos e aquisições, bem como sobre a aplicação dos recursos e resultados obtidos;

X - promover a articulação e a integração entre as iniciativas das diferentes instituições diretamente envolvidas na execução do Projeto, bem como com outros órgãos, entidades e programas governamentais; e

XI - deliberar até 30 de novembro de cada ano sobre a aprovação do Plano Operativo Anual do Projeto.

Parágrafo único. O Comitê, no âmbito de sua competência, poderá emitir recomendações de caráter geral ou específico, podendo, ainda, fixar prazo para o atendimento de suas recomendações e pedidos de providências.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do CGP terá as seguintes atribuições:

I - proporcionar as condições necessárias ao funcionamento do CGP, inclusive no que se refere ao local para reuniões e à infraestrutura necessária;

II - propor calendário de reuniões e convocá-las; e

III - desempenhar a relatoria, elaborar atas das reuniões e assessorar o CGP.

Art. 5o O CGP terá as seguintes regras de funcionamento:

I - as reuniões ordinárias serão convocadas pela Secretaria-Executiva conforme estabelecido em calendário anual aprovado pelo CGP; e

II - as reuniões extraordinárias poderão acontecer por motivação e demanda de quaisquer dos membros mediante envio de justificativa para a Secretaria-Executiva.

§ 1º A Secretaria-Executiva realizará a convocação e disponibilizará documentação de apoio para as reuniões ordinárias e extraordinárias com, no mínimo, quinze e dez dias de antecedência, respectivamente.

§ 2º Ao final de cada reunião, deverá ser assinada a respectiva ata pelos presentes, a qual deverá ser enviada ao KfW para ciência.

Art. 6º Eventuais dúvidas ou omissões na aplicação desta Portaria serão dirimidas pelo CGP.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

PORTARIA Nº 348, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Fixa metas institucionais globais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, período 2017-2018, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental-GDAEM devida aos ocupantes dos cargos efetivos.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 6º-A da Lei nº 11.156, de 29 de julho de 2005, no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e na Portaria nº 465, de 26 de novembro de 2013; e o que consta nos Processos nºs 02070.005492/2017-88 e 02000.202929/2017-53, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo a esta Portaria, as metas institucionais globais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, para o período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018, para fins de pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Especialista Ambiental - GDAEM, pertencente à Carreira de Especialista em Meio Ambiente e devida aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal deste Instituto.

Art. 2º A avaliação de desempenho institucional do Instituto Chico Mendes levará em consideração os resultados das metas físicas estabelecidas no Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. O resultado da avaliação será definido pelo Índice de Desempenho Institucional Médio - IDIM, aferido com base na média aritmética simples do desempenho das metas estabelecidas, obtido a partir do grau de alcance das respectivas metas e expresso numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

Art. 3o Caberá à Divisão de Gestão Estratégica e Modernização - DGEM/GABIN a consolidação das informações referentes aos resultados alcançados sobre as metas institucionais.

Parágrafo único. A DGEM/GABIN encaminhará o resultado apurado do cumprimento das metas de desempenho institucional à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGGP, para efeito de pagamento da gratificação de que trata esta Portaria.

Art. 4o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

ANEXO

Indicadores e Metas de Desempenho Institucional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes
Período de 1º de junho de 2017 a 31 de maio de 2018

Metas Globais	Indicador	Meta do Período	Unidade de Medida	Fórmula de Cálculo
Contribuir para a conservação das espécies, ecossistemas e diversidade genética	Percentual cumulativo de espécies ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional-PAN	55%	Percentual	(nª espécies ameaçadas de extinção com PAN *100) / nª total de espécies ameaçadas de extinção
	Percentual de solicitações de pesquisa analisadas antes do término do prazo no período	98%	Percentual	(nª de solicitações de autorização para pesquisa recebidas no período e analisadas antes do término do prazo *100) / nª total de solicitações de autorização para pesquisa recebidas no período
	Número de espécies da fauna com estado de conservação avaliado no período	3.000	Unidade	Somatório de espécies da fauna com estado de conservação avaliado no período
Fortalecer a economia das populações tradicionais associadas às unidades de conservação federais	Número, de unidades de conservação das categorias Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, que tenham populações tradicionais, com perfil de família beneficiada elaborado	29	Unidade	Somatório, cumulativo, de Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional, que tenham populações tradicionais, com perfil de família beneficiada elaborado
Fortalecer e integrar instrumentos de gestão	Número de conselhos gestores de unidades de conservação com reunião no período	140	Unidade	Somatório de conselhos gestores de unidades de conservação com reunião no período
	Percentual cumulativo de unidades de conservação e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação aderidos ao Programa Nacional de Voluntariado	42%	Percentual	(nª de Unidade de Conservação e Centros que aderiram ao Programa Nacional de Voluntariado * 100) / nª total de Unidade de Conservação federais e Centros
	Número de planos de manejo de UC federais publicados no período	13	Unidade	Somatório de planos de manejo aprovados com portaria publicada no período
Ampliar o uso público nas unidades de conservação federais	Número de visitantes registrados nas unidades de conservação federais no período	8.000.000	Unidade	Somatório de visitantes nas unidades de conservação federais no período
Assegurar a proteção das unidades de conservação federais	Número de unidades de conservação atendidas por brigada contratada pelo Instituto Chico Mendes	68	Unidade	Somatório de unidades de conservação federais atendidas por brigada contratada pelo Instituto Chico Mendes, no período
Fortalecer a política de gestão de pessoas	Percentual de servidores efetivos que passaram por capacitação no período	25%	Percentual	(nª de servidores efetivos que passaram por capacitação no período * 100) / nª total de servidores

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 349, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, c/c art. 7º do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, no Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, e na Portaria nº 465, de 26 de novembro de 2013, e o que consta do Processo nº 02070.004013/2017-14, resolve:

Art. 1º O art. 32 da Portaria nº 465, de 26 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2013, Seção 1, página 186 a 188, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 32. Compete ao Gabinete da Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes:

I - coordenar o processo de avaliação global institucional, orientando as unidades do Instituto Chico Mendes para que fixem, acompanhem e apurem suas metas e resultados;

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SARNEY FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 1.596, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 103, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 828, de 15/05/2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 670ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu:

Art. 1° Declarar reservada, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na seção do rio Açungui a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, constantes do Anexo I, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de usos consuntivos a montante, conforme Anexo II, e da vazão necessária para operação de eventual sistema de transposição de peixes, caso implantado.

Art. 2° As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica necessária à viabilidade da PCH Açungui2E, Municípios de Itaperuçu e Campo Largo no Estado do Paraná.

O inteiro teor da Resolução, bem como os Anexos I e II e as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.044, de 19 de junho de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 670ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.597 - Joaquim Dias da Silva, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.598 - Fulgêncio Durães Coutinho, rio Urucuia, Município de Buritis/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.599 - Elias Oliveira de Carvalho, rio Urucuia, Município de Urucuia/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.600 - Carmindo Rodrigues de Almeida, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.601 - Lázaro José Maria Rodrigues, Ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 1.602 - José Geraldo Vinhal, Ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERRREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 1.603, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 1.044, de 19 de junho de 2017, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 670ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de agosto de 2017, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu emitir outorga preventiva de uso de recursos hídricos a:

Rubem Soares Branquinho, rio Itaguari, Município de Cocos/Bahia, irrigação.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERRREIRA ALVES

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Regulamenta o Programa de Regularização de Débitos, instituído pela Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, no que concerne aos créditos não tributários com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso da atribuição regulamentar prevista no artigo 23, inciso V, do Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, e no artigo 130, inciso VI, do Anexo I da Portaria IBAMA 14, de 29 de junho de 2017, e;

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, que instituiu o Programa de Regularização de Débitos - PRD junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal;

Considerando ainda o disposto nos artigos 1º, § 2º, e 9º da Medida Provisória nº 780, de 2017, e;

Considerando ainda o que consta no Processo nº 02001.117740/2017-56; resolve:

Art. 1º Regulamentar a execução dos procedimentos previstos na Medida Provisória nº 780, de 2017, que instituiu o Programa de Regularização de Débitos - PRD, no que concerne aos créditos não tributários administrados pelo IBAMA, os quais poderão ser quitados na forma e condições estabelecidas nesta instrução normativa.

§ 1º Créditos administrados pelo IBAMA são aqueles não definitivamente constituídos ou objeto de parcelamentos anteriores, celebrados com a autarquia, ativos ou rescindidos.

§ 2º Os créditos não tributários definitivamente constituídos ou inscritos na Dívida Ativa serão liquidados nos termos da Portaria da Procuradoria-Geral Federal (PGF) nº 400, de 13 de julho de 2017.

§ 3º Poderão ser quitados perante o IBAMA os créditos definitivamente constituídos não inscritos na Dívida Ativa que ainda não foram remetidos para os órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto no artigo 1º, § 1º, incisos I a III, da Portaria PGF nº 400, de 2017.

§ 4º Entende-se por créditos definitivamente constituídos aqueles apurados e consolidados por meio de regular processo administrativo em que não seja mais cabível qualquer recurso administrativo, e por créditos não constituídos, aqueles ainda em processo de apuração, mas que já tenham a definição do fundamento legal e do sujeito passivo da obrigação, bem como a determinação do montante devido.

§ 5º Não serão admitidos parcelamentos de débitos de pessoa jurídica com falência decretada ou de pessoa física com insolvência civil decretada.

CAPÍTULO I

DOS CRÉDITOS OBJETO DO PRD

Art. 2º. Os créditos não tributários administrados pelo IBAMA, de pessoas físicas ou jurídicas, vencidos até 31 de março de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamento anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, poderão ser quitados na forma do PRD, desde que requerida a adesão no prazo de que trata o artigo 5º.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE PARCELAMENTO

Art. 3º O devedor que aderir ao PRD poderá liquidar os débitos administrados pelo IBAMA de que trata o artigo 1º mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e pagamento do restante em uma segunda prestação, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros e da multa de mora;

II - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante em até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa de mora;

III - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante em até 119 (cento e dezenove) prestações mensais, com redução de 30% (trinta por cento) dos juros e da multa de mora; e

IV - pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, sem descontos, em até 239 (duzentas e trinta e nove) prestações mensais.

§ 1º O pagamento da primeira prestação deverá ocorrer até o último dia útil do mês em que foi apresentado o requerimento de adesão ao PRD.

§ 2º O parcelamento do restante a que se referem os incisos I a IV do caput terá início em janeiro de 2018 e será composto por parcelas mensais e sucessivas, que vencerão até o último dia útil do mês da prestação.

Art. 4º O parcelamento poderá ser concedido em até 239 (duzentas e trinta e nove) prestações, e o valor mínimo da prestação mensal para cada uma das modalidades previstas no art. 3º não poderá ser inferior a:

I - R$ 200,00 (duzentos reais), quando o devedor for pessoa física;

II - R$ 1.000,00 (um mil reais), quando o devedor for pessoa jurídica.

Parágrafo único. Os valores mínimos também se aplicam às primeiras prestações devidas nas modalidades de que trata o art. 3º.

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO DE ADESÃO

Art. 5º A adesão ao PRD deverá ser requerida pelo interessado, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contado da publicação deste regulamento, à Coordenação dos Processos de Cobrança, Sancionador Ambiental e Fiscal (COASF) do IBAMA, com a indicação pormenorizada dos créditos por ele abrangidos.

§ 1º Deverão ser formalizados requerimentos de adesão distintos para cada espécie de débito cuja destinação da arrecadação não seja viável por meio de uma mesma Guia de Recolhimento da União - GRU.

§ 2º Somente serão processados os requerimentos de adesão instruídos com a documentação de que trata o artigo 6º.

Art. 6º Os pedidos de adesão ao PRD deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - requerimento de adesão, conforme modelo constante do Anexo desta instrução normativa, assinado pelo devedor, representante legal, administrador ou procurador;

II - cópias do documento de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda e do comprovante de residência da pessoa física;

III - cópias do contrato social, do estatuto ou da ata e de eventuais alterações que identifiquem os atuais representantes legais do requerente pessoa jurídica;

IV - cópia do documento de desistência de ação judicial e renúncia a alegações de direito sobre as quais se fundam que tenha por objeto os débitos abrangidos pelo requerimento de adesão.

§ 1º Caso o requerente se faça representar por mandatário, este deverá apresentar procuração com poderes específicos para praticar todos os atos necessários à formalização do parcelamento de que trata esta instrução normativa.

§ 2º O requerente pessoa física que não possua comprovante de residência em nome próprio poderá apresentar o documento em nome terceiro, contanto que acompanhado de declaração deste de que reside no endereço indicado, de certidão de casamento ou comprovante de união estável ou de documento

oficial que comprove o parentesco de primeiro grau.

CAPÍTULO IV

DOS PARCELAMENTOS ANTERIORES RESCINDIDOS OU ATIVOS

Art. 7º Os saldos remanescentes de parcelamentos ativos ou já rescindidos poderão ser quitados na forma do PRD.

Parágrafo único. A opção pelo PRD exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos anterior.

Art. 8º O devedor especificará no requerimento de adesão ao PRD (Anexo) os parcelamentos ativos sobre os quais formaliza seu pedido de desistência.

§ 1º O pedido de desistência abrangerá, obrigatoriamente, todos os créditos consolidados no respectivo parcelamento.

§ 2º O pedido de desistência se dará de forma irretratável e irrevogável.

Art. 9º O deferimento do requerimento de adesão ao PRD implicará rescisão imediata dos parcelamentos ativos dos quais o devedor solicitou a desistência, considerando-se o requerente notificado das respectivas extinções, dispensada qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V

DOS DÉBITOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

SEÇÃO I

DA DESISTÊNCIA DAS IMPUGNAÇÕES OU RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DAS AÇÕES JUDICIAIS

Art. 10. O devedor que opte por incluir no PRD créditos em discussão administrativa ou judicial deverá desistir das impugnações ou recursos administrativos e das ações judiciais de que sejam objeto, bem como renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam.

Parágrafo único. Somente será considerada a desistência parcial de impugnação e de recurso administrativo interposto ou de ação judicial proposta se o débito objeto de desistência for passível de distinção dos demais discutidos no processo administrativo ou na ação judicial.

Art. 11. O requerimento de adesão (Anexo) subscrito pelo devedor ou por seu representante legal configura a desistência de eventuais impugnações ou recursos administrativos apresentados.

Art. 12. No caso de débitos em discussão judicial, o devedor, no ato do requerimento, deverá apresentar cópia do protocolo do pedido de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, dirigido ao Juízo competente, nos termos da alínea 'c' do inciso III do artigo 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

Parágrafo único. O devedor deverá indicar no requerimento de adesão ao PRD os débitos objeto de ação judicial.

Art. 13. A desistência e a renúncia de que trata o art. 9º não eximem o autor da ação do pagamento dos honorários, nos termos do artigo 90 da Lei nº 13.105, de 2015.

SEÇÃO II

DOS DEPÓSITOS JUDICIAS

Art. 14. Os depósitos judiciais vinculados aos créditos a serem parcelados na forma do PRD, cujas ações judiciais tenham sido objeto de desistência ou renúncia, serão transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Depois da alocação do valor depositado à dívida incluída no PRD, se restarem débitos não liquidados pelo depósito, o saldo devedor poderá ser quitado na forma prevista no art. 3º.

§ 2º Após a conversão em renda ou a transformação em pagamento definitivo, o devedor poderá requerer o levantamento do saldo remanescente, se houver, desde que não haja outro débito exigível.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos valores oriundos de constrição judicial depositados na conta única do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO VI

DA CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA E CONCESSÃO DO PARCELAMENTO

Art. 15. A COASF analisará o pedido de adesão protocolado, consolidará a dívida objeto do PRD com base na data do requerimento, decidirá sobre a possibilidade de concessão do parcelamento e emitirá a Guia de Recolhimento da União - GRU no montante da primeira prestação, conforme a modalidade escolhida pelo requerente.

§ 1º A GRU relativa à primeira prestação será remetida pela COASF ao endereço eletrônico indicado no requerimento de adesão (Anexo), bem como disponibilizada por meio de acesso externo ao processo eletrônico formado para a análise da concessão do parcelamento.

§ 2º O deferimento do pedido de adesão ao PRD, que compete ao Coordenador da COASF, ficará condicionado ao pagamento do valor da primeira prestação, que deverá ocorrer até o último dia útil do mês do requerimento, ressalvado os casos de compensação de crédito.

§ 3º Cumpridas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa, o parcelamento será considerado automaticamente deferido quando decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data do pedido de parcelamento, sem que o Ibama tenha se pronunciado.

§ 4º Caso a COASF verifique que o termo de parcelamento e ou documentos apresentam defeitos ou irregularidades sanáveis, determinará que o interessado o emende ou o complete no prazo de 15 (quinze) dias e o intimará por e-mail.

§ 5º O requerente será intimado do indeferimento da concessão do parcelamento.

§ 6º Se o parcelamento for indeferido por falta de pagamento da primeira parcela, o devedor poderá requerer, uma única vez mais, a adesão ao PRD, desde que o novo pedido seja apresentado no prazo definido no art. 5º.

Art. 16. O devedor, após a concessão do parcelamento, deverá recolher as demais parcelas a partir de janeiro de 2018, na forma disponível no sítio do IBAMA na internet, observado o prazo definido no art. 3º, § 2º.

Parágrafo único. O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

Art. 17. A dívida a ser consolidada na data do requerimento de adesão ao PRD resultará da soma:

I - do principal;

II - da multa de mora;

III - dos juros de mora;

IV - da atualização monetária; e

V - dos encargos legais;

§ 1º A atualização de créditos do IBAMA observa os seguintes critérios legais:

I - antes da vigência da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, os acréscimos legais são aqueles previstos na legislação de regência de cada tipo de débito;

II - desde a vigência da Medida Provisória nº 449, de 2008, os consectários legais incidentes são aqueles aplicáveis aos tributos federais, nos termos do art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 2º Para fins de consolidação, serão subtraídos os valores dos depósitos judiciais transformados em pagamento definitivo ou convertidos em renda, nos termos do art. 14.

Art. 18. O pagamento das prestações deverá ser efetuado exclusivamente por meio de GRU emitida pela COASF ou obtida no sítio do IBAMA na internet, nos termos dos arts. 15 e 16.

§ 1º Na impossibilidade de emissão da GRU no sítio do IBAMA na internet, o requerente deverá obter tal documento junto à COASF, observado o prazo previsto no art. 3º, § 2º.

§ 2º Eventual pagamento realizado de forma diversa à prevista nesta instrução normativa será considerado sem efeito para a quitação do parcelamento.

CAPÍTULO VII

DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS

Art. 19 Ao requerente é facultada a compensação de créditos próprios de mesma natureza e espécie para a liquidação de débitos junto ao Ibama, desde que os créditos e os débitos digam respeito ao mesmo CPF/CNPJ.

§ 1º A solicitação de que trata o caput deve ser realizada concomitantemente ao pedido de adesão ao PRD.

§ 2º No momento do pedido de adesão ao PRD, o sistema de arrecadação e cobrança informará os créditos não tributários aptos a constar do abatimento da dívida consolidada.

§ 3º A compensação de créditos dependerá de decisão administrativa.

Art. 20. Antes da decisão administrativa de compensação de créditos, os valores das parcelas não serão disponibilizados no sistema de arrecadação e cobrança, ficando suspensas as obrigações de adimplência.

Art. 21 Proferida a decisão administrativa da compensação de créditos, o parcelamento do saldo devedor será imediatamente disponibilizado no sistema de arrecadação e cobrança do Ibama.

Parágrafo único. O requerente será cientificado, por via eletrônica, da decisão administrativa de que trata o caput.

CAPÍTULO VIII

DA EXCLUSÃO DO PRD

Art. 22. Implicará exclusão do devedor do PRD, com a consequente exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago:

I - a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou alternadas;

II - a falta de pagamento da última parcela, se todas as demais estiverem pagas;

III - a constatação de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o parcelamento;

IV - a decretação de falência ou a extinção, pela liquidação, de pessoa jurídica optante;

V - a concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992; ou

VI - a declaração de inaptidão no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 1º Considera-se não adimplida a parcela parcialmente paga.

§ 2º Incidirão sobre as parcelas pagas em atraso os acréscimos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos incisos I e II do caput.

Art. 23. Caracterizada a exclusão do PRD, os benefícios concedidos ao devedor estão automaticamente cancelados, prosseguindo-se a cobrança pelo saldo devedor, determinado da seguinte forma:

I - será apurado o valor original do débito, com a incidências dos acréscimos legais, até a data da rescisão o parcelamento;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso II deste artigo as parcelas pagas, com acréscimos legais até a data da rescisão do parcelamento.

Parágrafo único. A caracterização das hipóteses de exclusão implica a rescisão imediata e definitiva do parcelamento, independentemente de notificação ao devedor.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. O deferimento do termo de adesão ao PRD suspende a exigibilidade do respectivo débito e o registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados de órgãos e entidades federais - Cadin, nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, bem como obsta a inscrição em dívida ativa.

Parágrafo único. Enquanto perdurar o parcelamento, os débitos abrangidos pelo benefício poderão ensejar a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, desde que não haja outros débitos.

Art. 25. O parcelamento somente será considerado quitado quando ao final não constar qualquer valor remanescente.

Art. 26. A inclusão de créditos nos parcelamentos de que trata esta instrução normativa não implica novação de dívida.

Art. 27. A partir de janeiro de 2018, a COASF informará, mensalmente, à DIPLAN sobre a evolução do PRD no âmbito do IBAMA.

Art. 28. Esta instrução normativa entre em vigor na data da sua publicação.

ANEXO

REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PRD

1.	À Coordenação dos Processos de Cobrança, Sancionador Ambiental e Fiscal (COASF)				
2.	[Qualificação do devedor: nome completo ou denominação social, número de inscrição no CPF MF ou CNPJ MF, endereço completo, e-mail.]				
3.	[Qualificação do representante legal ou do procurador: nome completo, número de inscrição no CPF MF, endereço completo, e-mail.]				
4.	Vem requerer, com fundamento na Medida Provisória nº 780, de 19 de maio de 2017, e na Instrução Normativa do IBAMA que disciplina sobre o Programa de Regularização de Débitos - PRD, o parcelamento da sua dívida discriminada abaixo:				
5.	[Espécie do débito.] [...]	[Nº do débito.] [...]	[Nº do processo administrativo.] [...]	[Vencimento do débito.] [...]	[Valor do débito.] [...]
6.	O devedor requer o parcelamento da sua dívida na seguinte modalidade: [_] i) pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e pagamento do restante em uma segunda prestação, com redução de 90% (noventa por cento) dos juros e da multa de mora;				
	[_] ii) pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante em até 59 (cinquenta e nove) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) dos juros e da multa de mora;				
	[_] iii) pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante em até 119 (cento e dezenove) prestações mensais, com redução de 30% (trinta por cento) dos juros e da multa de mora; e				
	[_] iv) pagamento da primeira prestação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da dívida consolidada, sem reduções, e parcelamento do restante, sem descontos, em até 239 (duzentas e trinta e nove) prestações mensais.				
7.	O requerente declara que está ciente de que a concessão do parcelamento está condicionada ao pagamento da primeira prestação, que deverá ser feito mediante a Guia de Recolhimento da União - GRU expedida pela COASF até o último dia útil deste mês.				
8.	O presente requerimento está instruído com estes documentos: [_] i) requerimento de adesão, conforme modelo constante do Anexo desta instrução normativa, assinado pelo devedor, representante legal, administrador ou procurador;				
	[_] ii) cópias do documento de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda e do comprovante de residência da pessoa física;				
	[_] iii) cópias do contrato social, do estatuto ou da ata e de eventuais alterações que identifiquem os atuais representantes legais do requerente pessoa jurídica;				
	[_] iv) cópia do documento de desistência de ação judicial e renúncia a alegações de direito sobre as quais se fundam que tenha por objeto os débitos abrangidos pelo requerimento de adesão.				
9.	O requerente reconhece que a adesão ao PRD importa: i) em confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para compor o presente parcelamento; ii) no dever de pagar regularmente as parcelas dos débitos consolidados; iii) na vedação da inclusão dos débitos que compõem o presente parcelamento em qualquer outra forma de parcelamento posterior; iv) no expresso consentimento de que as comunicações relativas ao PRD ocorram, preferencialmente, por meio do endereço eletrônico acima indicado.				
10.	O requerente informa a não existência de recurso ou impugnação administrativa contestando débitos objeto deste pedido de parcelamento ou, na existência desses, solicita a desistência e a renúncia do direito sobre o qual se funda.				
11.	O requerente declara a não existência de ação judicial por meio da qual contesta os débitos objeto deste parcelamento ou, nos termos da alínea 'c' do inciso III do art. 487 da Lei nº 13.105, de 2015, informa que requereu, conforme faz prova a cópia da petição dirigida ao Juízo competente, a extinção do processo com resolução do mérito.				
12.	Termos em que pede deferimento. _____, _____ de _____ de _____.				

LUCIANO DE MENESES EVARISTO

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

UNIDADE AVANÇADA DE ADMNISTRAÇÃO E FINANÇAS - TERESÓPOLIS

PORTARIA Nº 64, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O CHEFE DA UNIDADE AVANÇADA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO ICMBIO NA III REGIÃO TERESÓPOLIS DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE/ICMBio, no uso de suas atribuições previstas na Portaria ICMBio nº 138, de 30 de março de 2010, publicada no D.O.U. de 31 de março de 2010, considerando as disposições do processo 02070.002132/2015-62, para os fins decorrentes do Credenciamento n° 01/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar a Senhora RAQUEL FRANCISCA CHAGAS, portadora do RG n° 710528, CPF n° 732.046.332-68, registrada no Conselho Regional de Psicologia sob n° 20/05495, como Psicóloga, com autorização para aplicar testes de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2017/ICMBio/UAAF3ª Região, e, ainda, no inciso VII, do artigo 12 do Decreto 5.123/04, de 01 de julho de 2004, e do capítulo II da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de validade de 04 (quatro) anos.

MARCELO MOREIRA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 30 de agosto de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.005288/2015-28	206368143	Farina Transportes e Comercio Ltda	AM
2	46202.009344/2015-01	207022844	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
3	46202.009345/2015-48	207023204	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
4	46202.009346/2015-92	207023191	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
5	46202.010090/2015-66	206606231	IME Instituto Metropolitano de Ensino Ltda	AM
6	46202.014379/2014-73	204652219	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
7	46202.014380/2014-06	204652162	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
8	46202.014381/2014-42	204652111	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
9	46202.014382/2014-97	204652138	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
10	46202.014383/2014-31	204652154	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
11	46202.014384/2014-86	204652081	Service Golden Instalacao E Manutencao Eletrica Ltda	AM
12	47904.003092/2011-21	19539126	Industrias Nucleares do Brasil S.A.	BA
13	46281.001044/2010-29	20919301	Pirelli Pneus S/A	BA
14	46281.001046/2010-18	20919271	Pirelli Pneus S/A	BA
15	46281.001055/2010-17	20919697	Pirelli Pneus S/A	BA
16	46281.001058/2010-42	20919620	Pirelli Pneus S/A	BA
17	46207.002474/2014-84	203146433	Associacao Congregacao de Santa Catarina	ES
18	46207.003027/2013-61	200599437	Hidrauserv Com. e Serviços Hidráulicos Ltda. - ME	ES
19	46207.003029/2013-51	200599127	Hidrauserv Com. e Serviços Hidráulicos Ltda. - ME	ES
20	46208.007679/2013-65	201226472	H-Log Diluição Ltda	GO
21	46208.007680/2013-90	201226413	H-Log Diluição Ltda	GO
22	46208.007681/2013-34	201226383	H-Log Diluição Ltda	GO
23	46208.007683/2013-23	201224526	H-Log Diluição Ltda	GO
24	46208.012359/2013-27	201988755	H-Log Diluição Ltda	GO
25	46234.0002011-49	22129227	Fundação Comunitária Tricordiana de Educação	MG
26	46235.000725/2013-78	201535661	Industrial Labortextil S.A.	MG
27	46235.000726/2013-12	201536688	Industrial Labortextil S.A.	MG
28	46235.000728/2013-10	201535831	Industrial Labortextil S.A.	MG
29	46235.000729/2013-56	201538261	Industrial Labortextil S.A.	MG
30	46235.000731/2013-25	201539179	Industrial Labortextil S.A.	MG
31	46235.000733/2013-14	201539438	Industrial Labortextil S.A.	MG
32	46235.000734/2013-69	201539519	Industrial Labortextil S.A.	MG
33	46235.000735/2013-11	201539608	Industrial Labortextil S.A.	MG
34	46235.000736/2013-58	201539705	Industrial Labortextil S.A.	MG
35	46235.000743/2013-50	201535777	Industrial Labortextil S.A.	MG
36	46235.000744/2013-02	201535769	Industrial Labortextil S.A.	MG
37	46235.000745/2013-49	201540037	Industrial Labortextil S.A.	MG
38	46235.000746/2013-93	201540096	Industrial Labortextil S.A.	MG
39	46235.000758/2013-18	201535785	Industrial Labortextil S.A.	MG
40	46235.000777/2013-44	201536293	Industrial Labortextil S.A.	MG
41	46235.000859/2013-99	201894971	Industrial Labortextil S.A.	MG
42	46237.002586/2013-05	201973880	João Bosco da Silva - ME	MG
43	46237.002587/2013-41	201973812	João Bosco da Silva - ME	MG
44	46237.002588/2013-96	201973821	João Bosco da Silva - ME	MG
45	46312.005390/2014-03	204396751	Poligonal Engenharia e Construcoes Ltda	MS
46	46312.005391/2014-40	204396760	Poligonal Engenharia e Construcoes Ltda	MS
47	46312.005392/2014-94	204396778	Poligonal Engenharia e Construcoes Ltda	MS
48	46312.005393/2014-39	204396786	Poligonal Engenharia e Construcoes Ltda	MS
49	46312.005394/2014-83	204396808	Poligonal Engenharia e Construcoes Ltda	MS
50	46653.007160/2013-29	202420183	Geraldo Braz & Cia Ltda - ME	MT
51	46306.001123/2013-57	201166020	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
52	46306.001124/2013-00	201166071	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
53	46306.001125/2013-46	201166143	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
54	46306.001126/2013-91	201165929	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
55	46306.001127/2013-35	201165996	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
56	46306.001284/2013-41	201395916	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
57	46306.001285/2013-95	201395924	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
58	46306.001286/2013-30	201395941	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
59	46306.001287/2013-84	201395959	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
60	46306.001288/2013-29	201395967	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
61	46306.001289/2013-73	201398907	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
62	46306.001290/2013-06	201399113	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
63	46306.001373/2013-97	201462834	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
64	46306.001375/2013-86	201461242	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
65	46306.001376/2013-21	201459141	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
66	46306.001377/2013-75	201459132	Minascal Calcário e Derivados Ltda	MT
67	47533.003177/2014-17	202954005	Alimentos Zaeli Ltda	PR
68	46215.022622/2013-05	201872536	Bourbon Offshore Maritima S.A	RJ
69	46215.022623/2013-41	201873745	Bourbon Offshore Maritima S.A	RJ
70	46215.022624/2013-96	201873788	Bourbon Offshore Maritima S.A	RJ
71	46215.022625/2013-31	201873893	Bourbon Offshore Maritima S.A	RJ
72	46215.022628/2013-74	201873214	Bourbon Offshore Maritima S.A	RJ
73	46231.001664/2013-04	201667347	Concrejato Servicos Tecnicos de Engenharia S/A	RJ
74	46215.008703/2013-94	200413171	Instituto Brasileiro de Oftamologia Ltda.	RJ
75	46218.013989/2014-81	204366780	Areas e Tavares - Assessoria Juridica	RS
76	46271.000212/2014-10	202614964	BRF S.A.	RS
77	46273.001822/2013-21	24973769	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
78	46273.001823/2013-76	24973459	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
79	46273.001841/2013-58	24973467	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
80	46273.001843/2013-47	24973441	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
81	46273.001868/2013-41	24973777	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
82	46273.001869/2013-95	24973785	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
83	46273.001870/2013-10	24973793	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
84	46273.001872/2013-17	24973815	Exact Serviços de Apoio Conservaçao e Limpeza Ltda ME	RS
85	46218.005808/2013-61	200312499	Fasolo Artefatos de Couro Ltda	RS
86	46218.006702/2014-66	203437331	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A	RS
87	47183.000472/2014-39	203313623	NK Agro Industria E Comercio Ltda - ME	RS
88	47183.000459/2014-80	203313712	Nk Agro Industria E Comercio Ltda - ME	RS
89	47183.000469/2014-15	203313682	NK Agro Industria E Comercio Ltda - ME	RS
90	47183.000470/2014-40	203313488	NK Agro Industria E Comercio Ltda - ME	RS
91	47183.000471/2014-94	203313542	NK Agro Industria E Comercio Ltda - ME	RS
92	46218.006055/2014-92	203349580	Terra Networks Brasil S/A	RS
93	46218.006057/2014-81	203351002	Terra Networks Brasil S/A	RS
94	46218.006058/2014-26	203351347	Terra Networks Brasil S/A	RS
95	47183.001271/2013-78	202179222	Transportadora Augusta SP Ltda	RS
96	46220.008250/2014-16	205138781	Dom Parking Estacionamento Ltda - ME	SC
97	46220.007602/2014-16	204981476	Dom Parking Estacionamento Ltda - ME	SC
98	46220.007603/2014-52	205005110	Dom Parking Estacionamento Ltda - ME	SC
99	46220.007612/2014-43	204997739	Dom Parking Estacionamento Ltda - ME	SC
100	46304.002632/2014-06	204481244	Peraro Industria de Moveis e Plasticos Ltda	SC
101	46304.002633/2014-42	204481163	Peraro Industria de Moveis e Plasticos Ltda	SC
102	46304.002634/2014-97	204481104	Peraro Industria de Moveis e Plasticos Ltda	SC
103	46220.001228/2014-37	202994139	Seara Alimentos Ltda	SC
104	46220.001230/2014-14	203027396	Seara Alimentos Ltda	SC
105	46220.001231/2014-51	203005546	Seara Alimentos Ltda	SC
106	46220.001232/2014-03	203005571	Seara Alimentos Ltda	SC
107	46220.001233/2014-40	203005619	Seara Alimentos Ltda	SC
108	46220.001238/2014-72	203026527	Seara Alimentos Ltda	SC
109	46220.001235/2014-39	25916475	Seara Alimentos S/A	SC
110	46304.001357/2014-03	203495411	Speedinox Comercio de Metais Ltda - ME	SC
111	46304.001358/2014-40	203495390	Speedinox Comercio de Metais Ltda - ME	SC
112	46304.001359/2014-94	203495381	Speedinox Comercio de Metais Ltda - ME	SC
113	46304.001360/2014-19	203495357	Speedinox Comercio de Metais Ltda - ME	SC
114	46220.002050/2014-41	203308913	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
115	46220.002052/2014-31	203314565	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
116	46220.002053/2014-85	203308956	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
117	46220.002054/2014-20	203308948	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
118	46220.002055/2014-74	203314409	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
119	46220.002056/2014-19	203314492	Tubo Mar Industria e Comercio de Tubos e Aramados Ltda	SC
120	46221.010594/2014-77	204863210	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
121	46221.010606/2014-63	204863309	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
122	46221.010616/2014-07	204874530	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
123	46221.010619/2014-32	204873550	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
124	46221.010622/2014-56	204873151	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
125	46221.010630/2014-01	204873053	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
126	46221.010631/2014-47	204873061	Cenconsud Brasil Comercial Ltda	SE
127	46221.013280/2014-26	205490930	Cenconsud Brasil Comercial Ltda.	SE
128	46221.013281/2014-71	205491065	Cenconsud Brasil Comercial Ltda.	SE
129	46221.013282/2014-15	205491057	Cenconsud Brasil Comercial Ltda.	SE
130	46221.000050/2015-88	205652298	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
131	46221.000051/2015-22	205652310	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
132	46221.000052/2015-77	205652336	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
133	46221.000066/2015-91	205652280	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
134	46221.000067/2015-35	205652239	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
135	46221.000068/2015-80	205652328	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
136	46221.000069/2015-24	205652344	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
137	46221.000070/2015-59	205652352	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
138	46221.012908/2014-76	205389881	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
139	46221.012909/2014-11	205389902	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
140	46221.012911/2014-90	205389911	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
141	46221.012913/2014-89	205389937	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
142	46221.012914/2014-23	205389988	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
143	46221.012915/2014-78	205389996	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
144	46221.012916/2014-12	205390005	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
145	46221.012917/2014-67	205390013	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
146	46221.012918/2014-10	205390030	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
147	46221.012919/2014-56	205390056	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
148	46221.012920/2014-81	205390064	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
149	46221.012921/2014-25	205390099	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
150	46221.012922/2014-70	205390102	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
151	46221.012923/2014-14	205390129	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
152	46221.012924/2014-69	205390153	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
153	46221.012925/2014-11	205390161	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
154	46221.012926/2014-58	205390188	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
155	46221.012927/2014-01	205390200	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
156	46221.012928/2014-47	205390226	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
157	46221.012929/2014-91	205390242	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
158	46221.012931/2014-61	205390293	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
159	46221.012932/2014-13	205390315	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
160	46221.012933/2014-50	205390323	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
161	46221.012934/2014-02	205390331	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
162	46221.012935/2014-49	205390358	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
163	46221.012936/2014-93	205390366	Cencosud Brasil Comercial Ltda	SE
164	46221.008103/2014-28	204340586	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
165	46221.009184/2014-83	204592216	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
166	46221.009190/2014-31	204592411	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
167	46221.009193/2014-74	204592526	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
168	46221.009194/2014-19	204592534	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
169	46221.009195/2014-63	204592551	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
170	46221.009196/2014-16	204592593	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
171	46221.009197/2014-52	204592615	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
172	46221.009198/2014-05	204592666	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
173	46221.009199/2014-41	204592691	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
174	46221.009369/2014-98	204621349	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
175	46221.009430/2014-05	204615135	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
176	46221.009740/2014-11	204713226	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
177	46221.010048/2014-36	204779260	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
178	46221.010049/2014-81	204781213	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
179	46221.011292/2014-16	205012949	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
180	46221.011293/2014-61	205012981	Cencosud Brasil Comercial Ltda (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
181	46221.000759/2015-83	205781977	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
182	46221.007763/2014-91	25283367	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
183	46221.009027/2014-78	204543673	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
184	46221.009028/2014-12	204556040	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
185	46221.009029/2014-67	204556091	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
186	46221.009034/2014-70	204556228	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
187	46221.009036/2014-69	204556384	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
188	46221.009044/2014-13	204556163	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
189	46221.009046/2014-02	204556112	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
190	46221.009073/2014-77	204543681	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
191	46221.009081/2014-13	204529832	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
192	46221.009370/2014-12	204621542	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
193	46221.009372/2014-10	204621755	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
194	46221.009373/2014-56	204620759	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
195	46221.009374/2014-09	204621950	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

196	46221.009420/2014-61	204614562	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
197	46221.009422/2014-51	204614708	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
198	46221.009423/2014-03	204614813	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
199	46221.009424/2014-40	204614830	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
200	46221.009426/2014-39	204615003	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
201	46221.009427/2014-83	204615054	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
202	46221.009429/2014-72	204615089	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
203	46221.009876/2014-21	204728461	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
204	46221.010001/2014-72	204728568	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
205	46221.010351/2014-39	204829798	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
206	46221.010393/2014-70	204829984	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
207	46221.011221/2014-13	204842221	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
208	46221.011224/2014-57	204842247	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
209	46221.011225/2014-00	204842255	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
210	46221.011704/2014-18	205031668	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
211	46221.011705/2014-62	205031641	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
212	46221.011706/2014-15	205031633	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
213	46221.011707/2014-51	205031617	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
214	46221.011708/2014-04	205031552	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
215	46221.012035/2014-00	205125484	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
216	46221.012036/2014-46	205125140	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
217	46221.012037/2014-91	205125107	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
218	46221.012038/2014-35	205125085	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
219	46221.012039/2014-80	205125042	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
220	46221.012040/2014-12	205125018	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
221	46221.012041/2014-59	205125000	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
222	46221.012042/2014-01	205124968	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
223	46221.012043/2014-48	205124950	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
224	46221.012044/2014-92	205124925	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
225	46221.012045/2014-37	205124917	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
226	46221.012046/2014-81	205124895	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
227	46221.012047/2014-26	205124828	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
228	46221.012048/2014-71	205124887	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
229	46221.012049/2014-15	205124879	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
230	46221.012050/2014-40	205124763	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
231	46221.012051/2014-94	205125433	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
232	46221.013035/2014-19	205091181	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
233	46221.013230/2014-49	205481418	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
234	46221.013766/2014-64	205091288	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
235	46221.013806/2014-78	205591299	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE
236	46221.007784/2014-15	204338034	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
237	46221.007785/2014-51	204338051	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
238	46221.007786/2014-04	204338077	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
239	46221.007787/2014-41	204338107	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
240	46221.007788/2014-95	204338115	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
241	46221.007790/2014-64	204338123	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
242	46221.008707/2014-74	204533481	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
243	46221.009432/2014-96	204641691	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
244	46221.009542/2014-58	204653789	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
245	46221.009544/2014-47	204654149	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
246	46221.009546/2014-36	204654181	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
247	46221.011482/2014-33	205022049	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
248	46221.011483/2014-88	205022073	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
249	46221.011485/2014-77	205022090	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
250	46221.011486/2014-11	205022103	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
251	46221.011488/2014-19	205022154	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
252	46221.011489/2014-55	205022171	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
253	46221.011492/2014-79	205022189	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
254	46221.011493/2014-13	205022201	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
255	46221.011494/2014-68	205022235	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
256	46221.011495/2014-11	205022243	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
257	46221.011501/2014-21	205022260	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
258	46221.011502/2014-76	205022294	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
259	46221.011504/2014-65	205022316	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
260	46221.011505/2014-18	205022332	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
261	46221.011507/2014-07	205022367	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
262	46221.011508/2014-43	205022391	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
263	46221.011509/2014-98	205022413	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
264	46221.011511/2014-67	205022430	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
265	46221.011513/2014-56	205022464	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda)	SE
266	46221.007782/2014-18	204338000	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
267	46221.009180/2014-03	204592119	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
268	46221.009181/2014-40	204592135	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
269	46221.009182/2014-94	204592143	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
270	46221.009183/2014-39	204592194	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
271	46221.009185/2014-28	204592232	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
272	46221.009186/2014-72	204592267	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
273	46221.009187/2014-17	204592305	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
274	46221.009188/2014-61	204592330	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
275	46221.009189/2014-14	204592381	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
276	46221.009191/2014-85	204592488	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
277	46221.009192/2014-20	204592496	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
278	46221.009200/2014-38	204592704	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
279	46221.009201/2014-82	204592739	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
280	46221.009202/2014-27	204592763	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
281	46221.009203/2014-71	204592771	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
282	46221.009421/2014-14	204614651	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
283	46221.009431/2014-41	204615186	Cencosud Brasil Comercial Ltda. (G. Barbosa Comercial Ltda.)	SE
284	46254.001458/2014-17	202980511	Associacao dos Legionarios de Cristo	SP
285	46254.001459/2014-53	202980502	Associacao dos Legionarios de Cristo	SP
286	46254.001460/2014-88	202980499	Associacao dos Legionarios de Cristo	SP
287	46254.001461/2014-22	202980464	Associacao dos Legionarios de Cristo	SP
288	46255.003972/2008-21	15987957	Comercial Destro Ltda.	SP
289	46265.001900/2014-78	204134102	Da Mata S.A. - Açúcar e Álcool	SP
290	46257.006526/2013-15	202053288	Empresa Brasileira de Metalizacao RPM Ltda	SP
291	46257.006529/2013-59	202051170	Empresa Brasileira de Metalizacao RPM Ltda	SP
292	46257.006530/2013-83	202051111	Empresa Brasileira de Metalizacao RPM Ltda	SP
293	46254.000599/2014-12	202832775	Industria e Comercio Iracema Ltda	SP
294	46219.013252/2013-77	19821930	Raízen Energia S.A.	SP
295	46254.006139/2014-90	205413064	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
296	46254.006141/2014-69	205413072	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
297	46254.006144/2014-01	205413137	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
298	46254.006143/2014-58	205413129	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
299	46254.006145/2014-47	205413145	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
300	46254.006146/2014-91	205413153	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
301	46254.006147/2014-36	205413161	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
302	46254.006148/2014-81	205413170	Rapido Turismo Transportes Ltda - ME	SP
303	46252.000816/2011-33	15677664	Sucocitrico Cutrale Ltda.	SP
304	46252.000817/2011-88	15677672	Sucocitrico Cutrale Ltda.	SP
305	46261.005747/2014-98	205049737	Transbrasa Transitaria Brasileira Ltda	SP

Nº	PROCESSO	Notificação de Débito de FGTS	EMPRESA	UF
1	46202.009347/2015-37	200.524.691	IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	AM
2	46207.003028/2013-14	200.089.269	Hidrauserv Com. e Serviços Hidráulicos Ltda. - ME	ES
3	46248.000344/2014-21	200.243.250	Montina Transportes Ltda.	MG
4	46230.003091/2012-74	705.047.008	Coplan Assessoria Empresarial Ltda.	RJ
5	46277.001517/2014-81	200.373.471	Luis Daniel de Almeida Rezende - ME	RS

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.003079/2015-40	205967931	MRA Engenharia Ltda.	AM
2	46206.002525/2015-69	206004061	Caixa de Assistência dos Funcionários do Branco do Brasil S.A. - CASSI	DF
3	46274.002277/2015-42	207402574	Mara Divani Bonoto Delevati & Cia. Ltda. - EPP	RS

O Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, art. 5º art. 161 da CLT e Portaria MTE nº 1719/2014 decidiu os processos de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento, mantendo a decisão que decretou a interdição

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46272.002839/2017-30	356336/190717	Construtora Josue Ltda.	RS
2	46272.002840/2017-64	356336/200717	Construtora Josue Ltda.	RS
3	46221.006461/2017-49	40741031072017	Cencosud Brasil Comercial Ltda.	SE

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 29 de agosto de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1043/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o Processo de Pedido de Alteração Estatutária 46222.001850/2013-44, de interesse do Sindicato dos Gestores e Técnicos Corretores de Imóveis do Estado do Pará - SINDIMÓVEIS/PA, CNPJ 05.199.906/0001-09, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1040/2017/CGRS/SRT/MTb decide, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria 326/2013, ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical nº 46217.004632/2011-79 de STTR de Tenente Laurentino Laurentino Cruz - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tenente Laurentino Cruz/RN inscrito no CNPJ 00.907.111/0001-86.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 1044/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n.º 46205.004163/2013-99 (SC15112), CNPJ n.º 15.358.396/0001-10, de interesse do SINPREDUC - Sindicato dos Profissionais da Educação do Município de Caucaia, nos termos do art. 27, inciso I, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no artigo 27, inciso I, da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica 1047/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR o processo de pedido de registro sindical n°46223.000124/2013-02, de interesse do SINTEEBA - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino no Municipio de Balsas-MA, CNPJ: 08.208.666/0001-41."

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 1045/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46213.025024/2013-08 (SC15727), CNPJ n.º 17.908.540/0001-70, de interesse do SINDCAMARAS - Sindicato dos Servidores Públicos do Poder Legislativo Municipal de Pernambuco, com fundamento no art. 26, inciso II, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 1049/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46214.001653/2013-24 (SC14891), CNPJ n.º 15.751.629/0001-40, de interesse do SINDEELOCAPI - Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado do Piauí, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46312.008280/2013-12
Entidade	Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens de Dourados e Região/SINDICAM-DORADOS e REGIÃO.
CNPJ	12.056.223/0001-50
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*Mato Grosso do Sul*: Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima Do Sul, Glória De Dourados, Itaporã, Jateí, Novo Horizonte Do Sul, Rio Brilhante e Vicentina.
Categoria Econômica	Categoria Econômica dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens.

Processo	46208.009994/2013-27
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Turvelândia - GO
CNPJ	18.001.561/0001-70
Abrangência	Municipal
Base Territorial	*Goiás*: Turvelândia.

Categoria Profissional: Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais: os assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais que exerçam suas atividades na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e os agricultores e agri-

cultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, com área de até 2 (dois) módulos rurais segundo a legislação vigente, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 1037/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao Sindicato das Empresas de transportes de Carga do Centro Sul de Rondônia- SETCAR-RO, processo n.º 46216.001787/2013-25 (SC15620), CNPJ n.º 17.786.103/0001-21, para Representação da categoria econômica das empresas de transporte rodoviário de cargas em geral, exceto cegonheiros, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de Alta Floresta D'Oeste, Alto Alegre Dos Parecis, Alvorada D'Oeste, Cabixi, Cacoal, Castanheiras, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado Do Oeste, Corumbiara, Costa Marques, Espigão D'Oeste, Ji-Paraná, Ministro Andreazza, Nova Brasilândia D'Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Pimenteiras Do Oeste, Presidente Médici, Primavera De Rondônia, Rolim De Moura, Santa Luzia D'Oeste, São Felipe D'Oeste, São Francisco Do Guaporé, São Miguel Do Guaporé, Seringueiras, Urupá e Vilhena do estado de Rondônia

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1038/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, p. 203 e 204, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o pedido de registro, processo nº 46223.001259/2011-15, de interesse do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Riachão, Estado do Maranhão, CNPJ 12.977.689/0001-98, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1039/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, páginas 205, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o processo nº 46238.000997/2011-86 de interesse do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Santa Rosa da Serra, CNPJ 11.077.800/0001-27, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1041/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, p. 203 e 204, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o pedido de registro, processo nº 46223.008618/2011-65, de interesse do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Tutoia - MA, CNPJ 10.619.040/0001-70, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1034/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, p. 203 e 204, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o pedido de registro, processo nº 46205.006307/2010-07, do SINTRAF CARIRI OESTE - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região do Cariri Oeste, CNPJ 08.788.398/0001-84, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1035/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, p. 203, 204 e 205, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o processo nº 46223.005994/2009-83 do SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Graça Aranha - MA, CNPJ 10.584.045/0001-04, nos termos do art. 53 da Lei 9.7984/99.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1036/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: TORNAR SEM EFEITO o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, p. 203 e 205, n° 246, de 23/12/2016, que desarquivou o processo nº 46217.002137/2010-44, de interesse do SINTRAF BREJINHO/RN - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Brejinho/RN, CNPJ 11.404.815/0001-52, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.7984/99.

Em 30 de agosto de 2017

Tendo em vista decisão prolatada nos autos do Processo Judicial nº 0001871-87.2012.5.10.0019, da 19ª Vara do Trabalho de Brasília do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região; a Portaria Ministerial n.º 326/2013 e a Nota Técnica n.º 339/2017/AIP/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve: ANULAR o acordo firmado entre o Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná - SECOOMED - PR. CNPJ: 07.290.255/0001-85, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Curitiba e Região-SINDESC, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Maringá e Região - STESSMAR e ANULAR o registro sindical do Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Serviços Médicos do Estado do Paraná - SECOOMED - PR. CNPJ: 07.290.255/0001-85.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 1059/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: REVOGAR o ato publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, pág. 117 , n.º 222, de 21/11/2016, que publicou o pedido de registro sindical n.º 46212.012852/2014-69 (SC16448), CNPJ n.º 20.316.906/0001-27, de interesse da FETRACOOP- Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Celetistas nas Cooperativas do Estado do Paraná, nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei 9.784/99 e manter o ato de arquivamento do processo publicado no Diário Oficial da união (DOU), seção 1, pág. 122 , n.º 43, de 05/03/2015.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 24 de agosto de 2017

O Coordenador-Geral de Registro Sindical do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei n.º 9.784/1999, notifica o (a) representante da FETRAMEB - Federação dos Trabalhadores Públicos Municipais do Estado da Bahia, processo de pedido de registro sindical n.º 46204.009775/2011-16 (SC11609), CNPJ n.º 05.281.499/0001-76, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 663/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade em 10 de julho de 2017. Motivo da devolução conforme o aviso de recebimento n.º AR470500199OA: "mudou-se". Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a entidade não apresentar os documentos solicitados, o processo de pedido de registro sindical n.º 46204.009775/2011-16 (SC11609) será INDEFERIDO nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, NOTIFICA o representante legal do Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais, Recreativas e de Assistência Social de Lages - SINTECRAS, CNPJ 17.755.365/0001-29 Processo 47620.002040/2013-85, do inteiro teor do Ofício n.º 427/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 18/05/2017, solicitando a manifestação do sindicato referente ao apenso nº.46220.005049/2014-79, o qual restou devolvido, conforme aviso de devolução (fl.139). Portanto, se dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a entidade não se manifestar, o pedido de Registro Sindical nº. 47620.002040/2013-85 será ARQUIVADO nos termos do artigo 27, I, da Portaria 326/2013

Em 29 de agosto de 2017

O Coordenador-Geral de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o Senhor Representante Legal do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência no Estado do Espírito Santo - SINDPREV/ES, CNPJ 31.815.459/0001-77, Processo 24200.001082/90-14, do inteiro teor do Ofício n.º 422/2017/CGRS/SRT/MTb encaminhado à entidade, em 18/05/2017, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento n.ºAR764349040JS.

MARCUS VINICIUS LAIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 88, de 08/08/2017, publicada no DOU nº 190, de 14/08/2017, que trata de HOMOLOGAÇÃO DE PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Onde se lê: "... Plano de Cargos, Carreiras e Salários de Docentes e do Corpo Técnico da FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE PAULISTA...", Leia-se apenas: "... Plano de Cargos, Carreiras e Salários de Docentes da FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE PAULISTA".

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA
INVENTARIANÇA DA EXTINTA REDEFERROVIÁRIA FEDERAL S/A

PORTARIA Nº 6, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O INVENTARIANTE DA EXTINTA REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S.A. - RFFSA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 22 de janeiro de 2007, bem como as obrigações deles decorrentes, resolve:

Art. 1º - Transferir a Unidade Regional da Inventariança da extinta RFFSA situada em Salvador - BA, à Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, a partir de 01 de setembro de 2017, considerando o encerramento das atividades de inventário na referida Unidade, e em conformidade com o Termo de Conciliação nº11/2015/CCAF/CGU/AGU - BMC, de 25 de novembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL GERALDO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 142, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado em Salvador (BA).

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005,

Considerando a emissão da Ordem de Serviço da Fase I de que tratam as cláusulas 2.9.2 e 2.9.2.1 do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, localizado em Salvador (BA), referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária;

Considerando os critérios de reajuste tarifário e de prática dos tetos tarifários, respectivamente nas cláusulas 6.4 e 6.4.1 do mencionado Contrato;

Considerando a memória de cálculo do reajuste, constante do Anexo desta Decisão, que resultou na variação tarifária de 2,4657%; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.527915/2017-59, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 003/ANAC/2017 - SBSV.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as constantes no Anexo 4 do referido Contrato, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de embarque	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	29,78	52,73

Tabela 1-A - Tarifa de Conexão

Tarifa de Conexão (por passageiro)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	9,11	9,11

Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	9,3244	24,8582

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II

Tarifa Unificada de Embarque e Pouso (por tonelada)	Doméstico (R$)		Internacional (R$)	
	TUF	TUV (tonelada)	TUF	TUV (tonelada)
	152,63	34,64	219,68	110,78

Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
Pátio de Manobras (TPM)	1,8390	4,9537
Pátio de Estadia (TPE)	0,3941	1,0133

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	Doméstico (R$)		Internacional (R$)	
Pátio de Manobra (TPM)	TPMF (hora)	TPMV (tonelada-hora)	TPMF (hora)	TPMV (tonelada-hora)
	25,2412	1,1226	36,4214	3,3862
Pátio de Estadia (TPE)	TPEF (hora)	TPEV (tonelada-hora)	TPEF (hora)	TPEV (tonelada-hora)
	1,6662	0,2471	2,3980	0,8484

Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor CIF
1º - Até 02 dias úteis	0,75%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,50%
3º - De 6 a 10 dias úteis	2,25%
4º - De 11 a 20 dias úteis	4,50%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria.	+ 2,25%
Observações: 1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos; 2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7.	

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0579 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$13,59 (treze reais e cinquenta e nove centavos).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Período de Armazenagem	Sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1543
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1543
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$13,59 (treze reais e cinquenta e nove centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor sobre o peso bruto verificado
R$ 0,9648
Observações: 1. Cobrança mínima: R$67,95 (sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	Faixa (R$)	Percentual sobre o Valor CIF
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,60%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,30%
	acima de 80.000,00/kg	0,15%
Observações: 1. O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Período de Armazenagem	Valor sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0772
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0772
Observações: 1. Tarifa mínima de R$5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos) no TECA de origem e R$2,72 (dois reais e setenta e dois centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.		

Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Período de Armazenagem	Percentual sobre o valor FOB
1º Até 45 dias	1,50%
2º De mais de 45 dias a 90 dias	3,00%
3º De mais de 90 dias a 120 dias	4,50%
4º De mais de 120 dias	7,50%

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Decisão, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores tarifários passam a ser praticados a partir do início do Estágio 3 da Fase I-A do Contrato, aplicando-se até o final do estágio anterior as tarifas praticadas nos respectivos aeroportos, em observância aos termos do item 6.4.1 do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

DECISÃO Nº 143, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Reajusta os tetos das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, localizado em Florianópolis (SC).

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005,

Considerando a emissão da Ordem de Serviço da Fase I de que tratam as cláusulas 2.9.2 e 2.9.2.1 do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz, localizado em Florianópolis (SC), referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária;

Considerando os critérios de reajuste tarifário e de prática dos tetos tarifários, respectivamente nas cláusulas 6.4 e 6.4.1 do mencionado Contrato;

Considerando a memória de cálculo do reajuste, constante do Anexo desta Decisão, que resultou na variação tarifária de 2,4657%; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.528142/2017-28, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2017 - SBFL.

§ 1º As tabelas a seguir dispostas substituem as constantes no Anexo 4 do referido Contrato, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de embarque	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	29,78	52,73

Tabela 1-A - Tarifa de Conexão

Tarifa de Conexão (por passageiro)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	9,11	9,11

Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
	9,3244	24,8582

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II

Tarifa Unificada de Embarque e Pouso (por tonelada)	Doméstico (R$)		Internacional (R$)	
	TUF	TUV (tonelada)	TUF	TUV (tonelada)
	152,63	34,64	219,68	110,78

Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	Doméstico (R$)	Internacional (R$)
Pátio de Manobras (TPM)	1,8390	4,9537
Pátio de Estadia (TPE)	0,3941	1,0133

Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	Doméstico (R$)		Internacional (R$)	
Pátio de Manobra (TPM)	TPMF (hora)	TPMV (tonelada-hora)	TPMF (hora)	TPMV (tonelada-hora)
	25,2412	1,1226	36,4214	3,3862
Pátio de Estadia (TPE)	TPEF (hora)	TPEV (tonelada-hora)	TPEF (hora)	TPEV (tonelada-hora)
	1,6662	0,2471	2,3980	0,8484

Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor CIF
1º - Até 02 dias úteis	0,75%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,50%
3º - De 6 a 10 dias úteis	2,25%
4º - De 11 a 20 dias úteis	4,50%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria.	+ 2,25%
Observações: 1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos; 2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7.	

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0579 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$13,59 (treze reais e cinquenta e nove centavos).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Período de Armazenagem	Sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1543
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,1543
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$13,59 (treze reais e cinquenta e nove centavos).	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor sobre o peso bruto verificado
R$ 0,9648
Observações: 1. Cobrança mínima: R$67,95 (sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	Faixa (R$)	Percentual sobre o Valor CIF
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,60%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,30%
	acima de 80.000,00/kg	0,15%
Observações: 1. O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Período de Armazenagem	Valor sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,0772
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,0772
Observações: 1. Tarifa mínima de R$5,44 (cinco reais e quarenta e quatro centavos) no TECA de origem e R$2,72 (dois reais e setenta e dois centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Período de Armazenagem	Percentual sobre o valor FOB
1º Até 45 dias	1,50%
2º De mais de 45 dias a 90 dias	3,00%
3º De mais de 90 dias a 120 dias	4,50%
4º De mais de 120 dias	7,50%

§ 2º A memória de cálculo do reajuste de que trata o caput, constante do Anexo desta Decisão, encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal/) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os novos valores tarifários passam a ser praticados a partir do início do Estágio 3 da Fase I-A do Contrato, aplicando-se até o final do estágio anterior as tarifas praticadas nos respectivos aeroportos, em observância aos termos do item 6.4.1 do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Florianópolis - Hercílio Luz.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

DECISÃO Nº 144, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da prerrogativa de que trata o art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 11, inciso V, e 8º, incisos XVII e XLIII, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e considerando o que consta do processo nº 00058.521428/2017-82, decide, ad referendum da Diretoria:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pelo piloto ALEXANDRE RODRIGUES DE FREITAS, CANAC 968958, o pedido de isenção de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 61.215(a)(1) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 61 (RBAC nº 61), para revalidação da habilitação de Tipo EA50, tendo em vista a demonstrada impossibilidade fática de cumprimento do requisito.

Parágrafo único. Esta decisão fica condicionada à comprovação de experiência recente e à aprovação em voo de avaliação de proficiência conduzido por servidor designado da ANAC.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

DESPACHOS DO GERENTE
Em 30 de agosto de 2017

Nº 108 - Processo nº 50300.003050/2017-99. Fiscalizada: Antonio Francisco de Brito e Cia Ltda - ME, CNPJ nº 02.066.349/0001-51. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento, mantendo a penalidade de advertência, pela infração ao inciso XVII, art. 32, da Resolução 3.274/2014-ANTAQ.

Nº 111 - Processo nº 50300.001778/2017-86. Fiscalizada: Companhia Operadora do Itaqui - COPI, CNPJ nº 04.784.802/0001-90. Objeto e Fundamento Legal: por conhecer do Recurso interposto, uma vez que tempestivo, para no mérito dar-lhe provimento, determinando o arquivamento dos presentes autos sem aplicação de penalidades, tornando insubsistente o Auto de Infração nº 0025410/2017/ANTAQ, por ausência de materialidade da infração prevista no inciso XI do art. 32 da norma aprovada pela Resolução 3.274-ANTAQ.

NEIRIMAR GOMES DE BRITO

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO CEARÁ COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA

DESPACHO DO COORDENADOR
Em 25 de agosto de 2017

Decisão de Primeira Instância
Contrato nº 425/2016

O CHEFE DA COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES NO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições constantes do art. 5º, §1º da Instrução Normativa DG nº 04/2015 de 23 de novembro de 2015, publicada no D.O.U. em 25/11/2015, seção 1, página 62, bem como com fulcro nos incisos I e II do parágrafo segundo da cláusula décima segunda do contrato UT-3.1.00.00425/2015 e nos incisos I e II do art. 87 da Lei nº 8.666/93, valendo-se, para fundamentação deste ato, do despacho às folhas 553/557 constante do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 50603.004771/2016-21, resolve aplicar à empresa J&F CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 04.453.350/0001-64, as sanções de ADVERTÊNCIA e MULTA no valor de R$ 255.294,51 (duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e um centavos) por INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO. Desta forma, fica intimada a Empresa da decisão prolatada, para que, caso entenda de direito, manifeste-se no prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo.

FRANCISCO DE ASSIS AURÉLIO SOARES

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 84, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

Fixa as atribuições e os requisitos de investidura de cargos das Carreiras de Analista e Técnico do Ministério Público da União.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 26, inciso XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993, e tendo em vista as disposições do art. 3º, parágrafo único, da Lei 13.316, de 20/07/2016, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo desta Portaria, as atribuições comuns dos cargos de Analista do MPU e Técnico do MPU.

Art. 2º Fixar, na forma do Anexo desta Portaria, as atribuições básicas e os requisitos de investidura dos cargos de Analista do MPU/Direito e de Técnico do MPU/Administração.

Art. 3º Os atuais ocupantes dos cargos de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, código AN020101, e de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, código TC010101, passam a integrar, respectivamente, os cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração.

Art. 4º Compete ao Secretário-Geral do Ministério Público da União dirimir as dúvidas suscitadas na aplicação do disposto nesta Portaria, sendo os casos omissos decididos pelo Procurador-Geral da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as constantes da Portaria PGR/MPU nº 122, de 14/03/2013, relativas aos cargos de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito e de Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO

ATIBUIÇÕES E REQUISITOS DE INVESTIDURA

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO CARREIRA DE ANALISTA
Atribuições comuns do cargo de Analista do MPU: Assessorar, dentro ou fora do ambiente da sede de trabalho, os membros e as chefias em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais; atuar em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais; assessorar os membros e as chefias em eventos oficiais, audiências e diligências; realizar avaliações e vistorias; realizar perícias quando formalmente designado pelo órgão competente; acompanhar o desenvolvimento de trabalhos periciais; realizar estudos, pesquisas e levantamentos de dados; elaborar e analisar informações, certidões, declarações, laudos, pareceres, relatórios e documentos congêneres; elaborar minutas de atos administrativos e normativos; propor planos, projetos, programas, diretrizes e políticas de atuação; atuar em planos, programas, projetos e convênios; atuar na gestão de contratos quando formalmente designado; participar de reuniões, comissões, grupos e equipes de trabalho; participar do planejamento estratégico institucional e dos planos da sua unidade de atuação; observar e zelar pela segurança institucional no âmbito de sua área de atuação; atender o público interno e externo por telefone, correio eletrônico ou presencialmente; prestar informações sobre a localização e tramitação de processos e documentos; orientar quanto à aplicação das normas internas ou da sua área de atuação; contribuir para a melhoria contínua dos processos e rotinas de trabalho; orientar e supervisionar estagiários e aprendizes; inserir dados e utilizar os sistemas de informação corporativos; observar e zelar pelo cumprimento dos prazos; realizar tarefas de expediente; realizar atividades relativas à instrução, tramitação e movimentação de processos, procedimentos e documentos; manter e controlar o arquivo setorial; e executar demais atividades necessárias ao desempenho do cargo ou outras que eventualmente venham a ser determinadas pela autoridade competente, sempre respeitando, quando for o caso, os limites impostos pelos órgãos de classe.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cargo	Especialidade
ANALISTA DO MPU	DIREITO

Atribuições básicas:
Assessorar os membros e chefias na coordenação e supervisão das atividades de processos judiciais e administrativos e de procedimentos extrajudiciais; planejar e executar tarefas relativas à análise jurídica de atos, documentos, processos judiciais e administrativos e de procedimentos extrajudiciais, produzindo os atos e documentos pertinentes; elaborar minutas de petições, denúncias, recursos, acordos judiciais ou extrajudiciais, termos de ajustamento de conduta, decisões, despachos, pareceres, notas técnicas, notificações, votos e atos congêneres, bem como manifestações jurídicas para subsidiar decisão administrativa; receber, analisar, acompanhar e dar andamento a processos e a outros documentos; auxiliar na instrução de processos, procedimentos e inquéritos civis e analisar inquéritos policiais; controlar prazos prescricionais; proceder à oitiva de vítimas, testemunhas e quaisquer outras pessoas que possam, direta ou indiretamente, colaborar com a instrução processual, reduzindo a termo suas declarações; realizar análise prévia e triagem de representações, denúncias, processos e procedimentos; realizar pesquisa, seleção, indexação e estudo de legislação, doutrina e jurisprudência; acompanhar a atualização legislativa; observar os prazos processuais e de conclusão de investigações; conferir atos e andamentos processuais; providenciar o cumprimento de decisões e despachos; atuar na manualização de processos e na elaboração de instrumentos normativos; e acompanhar a tramitação de processos judiciais e administrativos e de procedimentos extrajudiciais.

Requisitos de investidura:
Escolaridade: Curso superior completo, em nível de graduação.
Habilitação Legal Específica: Curso superior em Direito, devidamente reconhecido.
Experiência Profissional: Não é necessária.
Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CARREIRA DE TÉCNICO

Atribuições comuns do cargo de Técnico do MPU:
Auxiliar, dentro ou fora do ambiente da sede de trabalho, os membros e as chefias em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais; atuar em processos judiciais e administrativos e em procedimentos extrajudiciais; auxiliar os membros e as chefias em eventos oficiais, audiências e diligências; elaborar e analisar informações, certidões, declarações, relatórios e documentos congêneres; elaborar minutas de atos administrativos e normativos; atuar em planos, programas, projetos e convênios; atuar na gestão de contratos quando formalmente designado; realizar estudos, pesquisas e levantamentos de dados; participar de reuniões, comissões, grupos e equipes de trabalho; participar do planejamento estratégico institucional e dos planos da sua unidade de atuação; observar e zelar pela segurança institucional no âmbito de sua área de atuação; atender o público interno e externo por telefone, correio eletrônico ou presencialmente; prestar informações sobre a localização e tramitação de processos e documentos; orientar quanto à aplicação das normas internas ou de sua área de atuação; contribuir para a melhoria contínua dos processos e rotinas de trabalho; orientar e supervisionar estagiários e aprendizes; inserir dados e utilizar os sistemas de informação corporativos; observar e zelar pelo cumprimento dos prazos; realizar tarefas de expediente; realizar atividades relativas à instrução, tramitação e movimentação de processos, procedimentos e documentos; manter e controlar o arquivo setorial; e executar demais atividades necessárias ao desempenho do cargo ou outras que eventualmente venham a ser determinadas pela autoridade competente, sempre respeitando, quando for o caso, os limites impostos pelos órgãos de classe.

Cargo	Especialidade
TÉCNICO DO MPU	ADMINISTRAÇÃO

Atribuições básicas:
Auxiliar na prática de atos em processos judiciais e na instrução e acompanhamento de processos administrativos e procedimentos extrajudiciais; desempenhar atividades de apoio técnico-administrativo; atuar na elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos; realizar atividades, estudos, pesquisas e levantamentos de dados inerentes às atividades de suporte administrativo do órgão, dentre elas, as relacionadas a orçamento, finanças e controle interno; atuar na fiscalização, instrução e acompanhamento de contratos e convênios; atuar nas atividades de compras e de contratação de bens e serviços; registrar e controlar dados e informações cadastrais; emitir certidões, declarações e atestados; expedir e/ou anexar documentos e correspondências oficiais; elaborar atas, estatísticas setoriais e minutas de expedientes e de atos; organizar eventos, ações e atividades institucionais; preparar malotes; publicar documentos oficiais; realizar atividades de gestão de bens materiais e patrimoniais; realizar diligências; realizar serviços técnicos e especializados; manter atualizado o conteúdo de páginas virtuais na internet e na intranet; e analisar a conformidade documental.

Requisitos de investidura:
Escolaridade: Ensino médio concluído.
Habilitação Legal Específica: Não é necessária.
Experiência Profissional: Não é necessária.
Registro Profissional no Órgão de Classe Competente: Não é necessário.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 144, DE 5 DE AGOSTO DE 2013

Regulamenta a incompatibilidade e o impedimento para o exercício da advocacia por membros do Ministério Público Federal.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no artigo 57, I; no art. 237, II; e no art. 281 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o disposto na Resolução CNMP nº 8, de 8 de maio de 2006, com redação da Resolução CNMP nº 16, de 30 de janeiro de 2007, e a deliberação na 6ª Sessão Ordinária de 2013, realizada nesta data, resolve:

Art. 1° - É vedado o exercício da advocacia por membros do Ministério Público Federal.

Art. 2° - O membro do Ministério Público Federal que integrava a carreira na data da promulgação da Constituição de 1988 pode exercer a advocacia, se preenchidas as seguintes condições:

I - estar regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil desde então; e

II - ter feito opção pelo regime jurídico anterior, nos termos do artigo 281 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

§ 1° - O membro do Ministério Público Federal que exerce advocacia nos termos deste artigo está impedido de exercê-la, ainda que em causa própria, contra a União Federal e, em especial, quando o Ministério Público for parte, nos processos judiciais ou extrajudiciais que tenham relação, direta ou indireta, com as funções do seu cargo ou do órgão a que servem;

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO Nº 7.490, DE 23 DE MAIO DE 2017

PGEA n. 1.18.000.002054/2016-95. Assunto: Descumprimento de Cláusulas Contratuais

1.Acolho as razões de fato e de direito expendias no Parecer Jurídico n. 30/2017 constante das fls. 105-107, assim como a sugestão do Secretário Estadual no despacho decisório das fls. 108-109.

2.Com efeito, diante do que consta dos autos do procedimento administrativo em epígrafe, no uso das atribuições conferidas pelo art. 33, inciso XIII, do Regimento Interno Administrativo do MPF, com fundamento no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1.993, c/c a cláusula décima, item 2.3 do Contrato PRGO n. 12/2014, APLICO à pessoa jurídica A.S. FERREIRA BROADCASTING-ME, CNPJ n. 13.163.706/0001-16 a penalidade de suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria da República no Estado de Goiás, pelo prazo de até dois anos.

3.Encaminhe-se os autos à Secretaria Estadual para comunicar o teor da presente decisão ao representante da Contratada, assim como providenciar o seu registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

MARCELLO SANTIAGO WOLFF
Procurador-Chefe

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 22 de maio de 2017

PGEA n. 1.18.000.002054/2016-95. Assunto: Descumprimento de Cláusulas Contratuais

1.Acolho as razões de fato e de direito expendias no Parecer Jurídico n. 30/2017 constante das fls. 105-107.

2. Destaco que a Contratada A.S. FERREIRA BROADCASTING-ME deixou de efetuar o pagamento dos salários à funcionária que prestava serviços na PRM de Luziânia por três meses no ano de 2015 e seis meses no ano de 2016, tendo sido constantemente acionada pelo fiscal do contrato para adequar-se às exigências da Consolidação das Leis Trabalhistas e das disposições do Contrato PRGO n. 12/2014.

3.Com efeito, diante do que consta dos autos do procedimento administrativo em epígrafe, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, inciso VIII, do Regimento Interno Administrativo do MPF, com fundamento no art. 87, inciso II, da Lei 8.666/1.993, c/c a cláusula décima, item 2.2.1, do Contrato PRGO n. 12/2014, APLICO à pessoa jurídica A.S. FERREIRA BROADCASTING-ME, CNPJ n. 13.163.706/0001-16 a penalidade de multa de 10% sobre o valor global estimado do contrato corrigido pelo seu último termo aditivo.

4.Oficie-se à Empresa comunicando o teor da presente decisão encaminhando-lhe a GRU para recolhimento dos valores, no prazo de até 5 dias úteis, devendo comprovar o recolhimento perante esta Procuradoria ou interpor recurso ao Procurador-Chefe, no mesmo prazo (art. 109, I, "f", da Lei 8.666/1.993 c/c art. 33, XIV, do Regimento Interno Administrativo do MPF).

5. Antes, porém, submeto os autos ao Procurador-Chefe sugerindo a aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PR/GO, pelo prazo de dois anos, nos termos do item 2.3 da Cláusula Décima do Contrato PRGO 12/2014 e art. 87, III, da Lei 8.666/1.993.

EMERSON FERNANDES MARTINS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.459, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 22 da Lei n° 13.316/2016, tendo em vista a necessidade de promover ajustes na estrutura do Ministério Público do Trabalho e o que consta no PGEA nº 001893.2017.01.900/0, resolve:

Transformar, sem aumento de despesas e sem majoração de quantitativos físicos previstos em lei, 3 (três) funções de confiança, código FC-2, existentes na estrutura do Ministério Público do Trabalho, em 2(duas) funções de confiança, código FC-3.

DE			PARA		
QTD.	NÍVEL DE FC	VALOR TOTAL	QTD.	NÍVEL DE FC	VALOR TOTAL
3	FC-2	R$ 3.555,15			
			2	FC-3	R$ 3.380,64
TOTAL		R$ 3.555,15	TOTAL		R$ 3.380,64

RONALDO CURADO FLEURY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES

NOTÍCIA DE FATO 131-22.2017.1105 (1 volume)
EMENTA. SUPOSTO USO DE VIATURA OFICIAL PARA FINS PARTICULARES. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS. ARQUIVAMENTO.

Notícia anônima de supostas irregularidades na utilização de viaturas oficiais para fins particulares por parte do Chefe do Centro de Capacitação Física do Exército e Fortaleza de São João - CCFEx/FSJ. Relato genérico e desprovido de elementos mínimos que configurem a justa causa necessária à continuidade da investigação. Notícia anônima. Esclarecimentos prestados pelos militares citados. Convergência das informações. O PGJM determinou o arquivamento do feito.

Brasília-DF, 23 de agosto de 2017.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 69-38.2017.7.03.0203 (1 volume)
EMENTA. IPM. FURTO DE INEXPRESSIVA QUANTIA EM DINHEIRO. BAIXA PERICULOSIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PROPORCIONALIDADE. ARQUIVAMENTO.

Inquérito Policial Militar instaurado para apurar o furto de setenta reais por parte de Soldado do Exército no interior de OM. Confissão do furto de vinte reais. Quantia inexpressiva. Conduta penalmente irrelevante. Envolvidos já licenciados da Força. Ausência de exemplo negativo no seio da tropa. Deliberação da CCR/MPM no sentido da aplicação do princípio da insignificância. Arquivamento determinado pelo PGJM.

Brasília-DF, 24 de agosto de 2017.
JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 13, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

A Promotora de Justiça que a esta subscreve, no ofício da Primeira Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - 1ª PRODEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 7°, inciso I, in fine, da Lei Complementar n° 75/93;

Considerando que diante da Notícia de Fato de autos nº 08190.042680/17-91 esta Promotoria instaurou o Procedimento Preparatório nº 08190.042739/17-31, em que constam relatórios de auditoria e fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM - GDF, confeccionados em atenção às denúncias de suposta omissão da fiscalização de condicionantes ambientais emitidas pelo Poder Público em empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, relatadas no Ofício de nº 777.003.791/16;

Considerando que diante da Notícia de Fato de autos nº 08190.042680/17-91 esta Promotoria instaurou o Procedimento Preparatório nº 08190.042739/17-31, em que constam relatórios de auditoria e fiscalização do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM - GDF, confeccionados em atenção às denúncias de suposta omissão da fiscalização de condicionantes ambientais emitidas pelo Poder Público em empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental, relatadas no Ofício de nº 777.003.791/16;

Considerando que a Gerência de Fiscalização de Indústrias, Serviços e Recursos Hídricos - GEFIR-COFAM-SULFAM daquele instituto ambiental recebera, desde maio do ano de 2016, uma série de informações relativas a problemas diversos nas estações de tratamento da CAESB, bem como semelhantes relatos por parte de classe representativa dos servidores daquela Companhia e que culminaram com a expedição da Ordem de Serviço no 27-2016 emitida pela Gerência de Fiscalização e cujos principais objetivos elencados, englobavam: a) a identificação de eventuais funcionamento de estações de tratamento ou estações elevatórias sem licença e/ou autorização do órgão ambiental; b) a verificação do descumprimento de condicionantes ou restrições ambientais impostas pelo IBRAM ao funcionamento desses empreendimentos; c) o exercício do poder de polícia relativamente às infrações contratadas; e d) o fornecimento ao MPDFT e ao GDF de diagnóstico sobre a situação encontrada, como subsídio para tomada de futuras decisões;

Considerando que, em ação de fiscalização realizada na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Brasília Norte, fora constatado o despejo irregular de efluentes no Lago Paranoá, que culminara na lavratura de auto de infração nº 6572, com multa pecuniária, além da advertência para que se promovesse a limpeza imediata das margens ao longo do perímetro do Lago afetado pelo lodo e ação para impedimento da propagação dos efluentes para as áreas não atingidas;

Considerando que, conforme informação do IBRAM, a CAESB fora destinatária de um considerável número de ações fiscais, com autuações por infração à legislação ambiental, além da já citada Ordem de Serviço no 27/2016, em decorrência do despejo irregular de efluentes no Lago Paranoá, nas proximidades da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Brasília Sul, bem como no Parque Burle Marx (Auto de Infração nº 1601);

Considerando que, conforme informação do IBRAM, a CAESB fora destinatária de um considerável número de ações fiscais, com autuações por infração à legislação ambiental, além da já citada Ordem de Serviço no 27/2016, em decorrência do despejo irregular de efluentes no Lago Paranoá, nas proximidades da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Brasília Sul, bem como no Parque Burle Marx (Auto de Infração nº 1601);

Considerando a necessidade de continuidade e finalização dos trabalhos pela Assessoria Pericial em Meio Ambiente e Geoprocessamento - APMAG com o fito de subsidiar a atuação ministerial;

Considerando que para a eventual adoção de eventuais medidas pelo Ministério Público, necessário se faz prosseguir nas averiguações;

Considerando que incumbe ao Ministério Público a Proteção do Meio Ambiente, ex vi do art. 129, III, da Constituição Federal c/c o art. 8º, III, alínea "d" c/c o art. 6º, VII, "b"; ambos da Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Converter o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL determinando, inicialmente, as seguintes diligências:

1) Autue-se esta Portaria com o processado que a lastreia e registre-se no sistema;

2) Publique-se esta Portaria inaugural na imprensa oficial;

3) junte-se aos autos a resposta de ofício do IBRAM e anexa documentação;

4) Dê-se conhecimento desta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, na forma do artigo 2º, VII, da Resolução nº 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

5) Após, encaminhe-se os autos para a Assessoria Pericial em Meio Ambiente e Geoprocessamento - APMAG/SPD para continuidade da análise da documentação juntada pelo IBRAM.

KAROLINE ARAÚJO DO PRADO

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

DECISÕES

PROCESSO: 0000019-38.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ANTONIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRANTE: DIOMAR VALERIO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRANTE: MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que negou seguimento a recurso ordinário manejado contra decisão da TNU, a qual indeferiu petição de mandado de segurança.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000020-23.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: EXPEDITA APARECIDA ROQUE MAIA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
IMPETRANTE: RAIMUNDA ISIDORO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
IMPETRADO (A): MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000030-04.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: JOSE RODRIGUES CHAVES E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
PROC./ADV.: JOSÉ NICODEMOS DE A. JÚNIOR OAB: RN-6792
PROC./ADV.: EDUARDO ANTÔNIO DANTAS NOBRE OAB: RN-1476
RECLAMADO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000038-56.2015.4.01.9430
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ALBERICO GOMES DE OLIVEIRA e OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000056-65.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: ESTEFANIA RUTHELY DE OLIVEIRA SILVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
IMPETRADO (A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.

É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000094-17.2014.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: RUTH SILVA BRITO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que negou provimento ao agravo interposto pela ora recorrente.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto, ao aplicar a Súmula 42/TNU, o decisum não teria levado em consideração a existência de julgados oriundos da própria TNU favoráveis à tese suscitada em sede de pedido de uniformização nacional.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie, pois a mera alegação de existência de posicionamento diverso não faz com que seja omissa a decisão embargada.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Deste modo, destaca-se a impossibilidade da conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, ante a possibilidade, conforme destacado no acórdão recorrido, de a parte ora recorrente ser submetida ao processo de reabilitação profissional.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000110-43.2015.4.01.9430
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ANTONIO GONÇALVES DE ALENCAR FILHO e OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000238-52.2013.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NAJLA DE OLIVEIRA JORDAO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS
OAB: SP-133791
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
REPRESENTANTE LEGAL: MARCIA REGINA DE AMEIDA JORDÃO
PROC./ADV.: DAZIO VASCONCELOS OAB: SP-133791

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000286-74.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VITORIA APARECIDA VIEIRA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU. OAB: SP-228568
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000356-60.2011.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: PAULO ROBERTO PEREIRA JUNIOR
PROC./ADV.: PAULO RUBENS BALDAN OAB:SP-288842
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 34, caput, do RITNU, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização.
Sustenta a parte requerente que o entendimento firmado na TNU diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual é cabível o desconto, por parte do INSS, de valores relativos ao período em que houve o exercício de atividade laborativa cumulada, porquanto incompatível com a percepção de benefício por incapacidade.
Requer, assim, seja admitido o seu pedido de uniformização.
É o relatório.
Preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido deve ser analisado pela Corte Superior de Justiça (art. 34, caput, do RITNU).
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, admito o incidente. Em consequência, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000359-62.2013.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: TEREZA APARECIDA DE JESUS SANTOS
PROC./ADV.: ELAINE CRISTINA MIRANDA DA SILVA OAB: SP243437
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, tendo em vista a ausência de prévio requerimento administrativo.
Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da orientação firmada no âmbito do STJ, segundo a qual é prescindível o requerimento administrativo para fins de ajuizamento de ação judicial que tem por objetivo a concessão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso comporta provimento.
Verifica-se que a matéria em comento já fora decidida em sede de repercussão geral no Pretório Excelso, no RE 631.240/MG, verbis:
"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir."
(RE 631240, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 03/09/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-220 DIVULG 07-11-2014 PUBLIC 10-11-2014)
No presente caso, conforme se observa, já houve apresentação de contestação de mérito pelo INSS, estando caracterizado o interesse de agir da parte autora.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 1.030, II, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento supracitado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ante o exposto, com fundamento no art. 16, II, do RITNU, dou provimento ao incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado e consequente julgamento do mérito em questão.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000410-82.2009.4.03.6318
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: IRINEU DOS SANTOS
PROC./ADV.: JULIANA MOREIRA LANCE COLI
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que acolheu parcialmente o pedido de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, com averbação de período laborado em condições especiais.
Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de não ser admitido a prova técnica (perícia) por similaridade. Aduz, ainda, nulidade do acórdão, por não ter suprido omissões apontadas em sede de embargos de declaração.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
De início, a análise acerca da tese de nulidade do acórdão encontra o óbice da Súmula 43/TNU ("Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual").
O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 1.370.229/RS, DJe de 11/3/2014, firmou entendimento no seguinte sentido:
"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. PROVA TÉCNICA. PERÍCIA POR SIMILARIDADE. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NESSA PARTE PROVIDO.
1. Em preliminar, cumpre rejeitar a alegada violação do art. 535 do CPC, porque desprovida de fundamentação. O recorrente apenas alega que o Tribunal a quo não cuidou de atender o prequestionamento, sem, contudo, apontar o vício em que incorreu. Recai, ao ponto, portanto, a Súmula 284/STF.
2. A tese central do recurso especial gira em torno do cabimento da produção de prova técnica por similaridade, nos termos do art. 429 do CPC e do art. 55, § 3º, da Lei 8.213/1991.
3. A prova pericial é o meio adequado e necessário para atestar a sujeição do trabalhador a agentes nocivos à saúde para seu enquadramento legal em atividade especial. Diante do caráter social da previdência, o trabalhador segurado não pode sofrer prejuízos decorrentes da impossibilidade de produção da prova técnica.
4. Quanto ao tema, a Segunda Turma já teve a oportunidade de se manifestar, reconhecendo nos autos do Recurso Especial 1.397.415/RS, de Relatoria do Ministro Humberto Martins, a possibilidade de o trabalhador se utilizar de perícia produzida de modo indireto, em empresa similar àquela em que trabalhou, quando não houver meio de reconstituir as condições físicas do local onde efetivamente prestou seus serviços.
5. É exatamente na busca da verdade real/material que deve ser admitida a prova técnica por similaridade. A aferição indireta das circunstâncias de labor, quando impossível a realização de perícia no próprio ambiente de trabalho do segurado é medida que se impõe.
6. A perícia indireta ou por similaridade é um critério jurídico de aferição que se vale do argumento da primazia da realidade, em que o julgador faz uma opção entre os aspectos formais e fáticos da relação jurídica sub judice, para os fins da jurisdição.
7. O processo no Estado contemporâneo tem de ser estruturado não apenas consoante as necessidades do direito material, mas também dando ao juiz e à parte a oportunidade de se ajustarem às particularidades do caso concreto.
8. Recurso especial conhecido em parte e nessa parte provido."
Conclui-se que o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido da admissão da perícia por similaridade.
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000606-67.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ANTONIO LISBOA COELHO NORORNHA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000627-43.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: AUGUSTO CARVALHO DE SOUSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a extensão do índice de 13,23% aos servidores públicos federais, se representa revisão geral ou vantagem pecuniária individual.
É o relatório.
A TNU, por meio do PEDILEF n. 0512117-46.2014.4.05.8100, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, firmou entendimento no seguinte sentido:
"INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (RI/TNU, ART. 17, VII). ADMINISTRATIVO. SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (R$ 59,87). LEI Nº 10.698/2003. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. NATUREZA JURÍDICA DE REAJUSTE GERAL AFASTADA. INEXISTENTE O DIREITO DE REAJUSTE DE VENCIMENTOS NO PERCENTUAL DE 13,23%. DECISÃO DA 2ª TURMA DO STF NA RECLAMAÇÃO Nº 14.872 NO MESMO SENTIDO. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO."
No entanto, verificando-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 desta TNU e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem para aguardar o seu julgamento e, após isso, proceder, se for o caso, à adequação do julgado.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de julho de 2017

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000634-35.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: DILENE JACOME NORONHA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000640-42.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: FRANCISCO BARBOSA GOMES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000708-89.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: NEY LUZ E SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000764-25.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: JOSÉ VICTOR DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000838-79.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: JOSÉ TITO DE SOUZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.

É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000846-56.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ORTENCIO AZEVEDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000848-26.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MANOEL VIEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000866-47.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: JOSÉ MARIA SOARES ARAUJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000932-19.2012.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: WESLEY NATAN INACIO DE SIQUEIRA
PROC./ADV.: FABIO ANDRADE RIBEIRO OAB: SP111981
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ISOLINA INÁCIO JULIO
PROC./ADV.: FÁBIO ANDRADE RIBEIRO OAB: SP-111 981

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000943-56.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: ALBERICO GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000946-11.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: PEDROCILIO BARBOSA MILHOMEM
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0000968-69.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: JOÃO ALEXANDRE DA SILVA NETO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001107-74.2011.4.03.6305
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARCOS ROBERTO PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: ARILDO PEREIRA DE JESUS. OAB: SP-136588
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pelo INSS, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que concedeu benefício por incapacidade à autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e condições socioeconômicas, concluíram pelo preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001122-44.2010.4.03.6316
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ROSA DA SILVA MOURA
PROC./ADV.: DANILO DA SILVA OAB: SP-263846

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
Os presentes recursos não merecem prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam haver comprovação dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001406-56.2014.4.03.6334
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INES PEREIRA PADILHA
PROC./ADV.: ROBILAN MANFIO DOS REIS OAB: SP124377
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou o cumprimento do requisito da carência.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001475-14.2014.4.03.9301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOEL OLIVEIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSÉ APARECIDO BUIN OAB:SP-74541
REQUERIDO (A): JUIZ FEDERAL TITULAR DO JEF SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE AMERICANA-SP
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que negou seguimento ao pedido de uniformização nacional pela ausência de cotejo analítico e pela extinção do processo sem resolução do mérito face a aplicação da Súmula 43/TNU.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
É o relatório.
Nos termos do art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Irrepreensível o aresto impugnado, porquanto o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Não merece reparos a decisão embargada, pois o processo foi extinto sem resolução do mérito, não podendo o pedido de uniformização ser apreciado por esta Turma Nacional.
Depreende-se, dessa forma, que não ocorreu o vício alegado, mas busca a parte embargante apenas o reexame da causa com a atribuição de efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração.
Doutrina e jurisprudência admitem a modificação do acórdão por meio dos embargos de declaração, não obstante eles produzam, em regra, tão somente, efeito integrativo. No entanto, essa possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos sobrevém como resultado da presença dos vícios que ensejam sua interposição, o que não ocorreu na espécie.
Ante o exposto, com fundamento no art. 33, § 3º, do RITNU, rejeito os embargos de declaração.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001489-14.2014.4.01.4302
ORIGEM: TO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS
REQUERENTE: MARIA FERREIRA DE MATOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001745-75.2014.4.03.6314
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOANA DARC DE CAMPOS FERNANDES
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA OAB: SP140741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que negou provimento ao agravo interposto, por sua vez, contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0001928-34.2009.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): VLAMIR DE PAULA GALVAO
PROC./ADV.: EDSON ALVES DOS SANTOS. OAB: SP-158873

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição mediante o reconhecimento de exercício de atividade laboral em condições especiais e a conversão deste tempo em tempo comum.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002188-51.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE CARLOS FARIA LAGO
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JUNIOR OAB: SP191385A
REQUERIDO (A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de inclusão no benefício de aposentadoria/pensão de servidora pública federal inativa de diferenças referentes à GDPST.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
No presente caso, os precedentes apresentados são oriundos de Turma Recursal da mesma região, Turma Regional de Uniformização, Tribunal Regional Federal e do Supremo Tribunal Federal.
Mesmo que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO:0002481-71.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA JOSÉ DE LIMA SILVA
PROC./ADV.: ZELIA DA SILVA FOGACA LOURENCO OAB: SP159340
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se de pedido de uniformização regional, interposto nos termos do art. 14, § 1º, da Lei 10.259/01.
Inadmitido pelo Presidente da Turma Recursal, a parte autora interpôs agravo para a Turma Regional.
Ocorre que, ao invés de os autos terem sido encaminhados à Turma Regional - competente para julgar o agravo interposto contra pedido de uniformização regional, como é o caso dos autos, o foram para esta Turma Nacional de Uniformização.
Desse modo, não sendo a TNU competente para o julgamento do feito, pelos motivos acima expostos, determino a remessa dos autos à Presidência da Turma de origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002784-14.2008.4.01.4200
ORIGEM: RR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS BARRETO OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002789-60.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NATALINA APARECIDA VALERI
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP-128366
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, bem como de recurso extraordinário, suscitados contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
Os recursos não merecem prosperar.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe a interposição dos recursos, a teor do que dispõem os arts. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, 14, §4º, e 15, ambos da Lei 10.259/2001.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento nos arts. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização e ao recurso extraordinário.
Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003096-36.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: IVANETE OLIVEIRA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003279-79.2013.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LYGIA YOSHIDA WATANABE
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP-312716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a republicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos mesmos termos em que proferida anteriormente:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003360-04.2013.4.03.6325
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MIYOKO SHIGEMATSU
PROC./ADV.: RAQUEL DELMANTO RIBEIRO
OAB: SP-312670
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista corresponder a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum abaixo, já com o preâmbulo correto:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria rural à parte autora nos casos em que a parte não comprovou o exercício de atividade rural no período imediatamente anterior quando da implementação do requisito etário ou do requerimento administrativo.
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, pois preenchidos os requisitos necessários para tanto, e passo a analisar o pedido de uniformização.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 0000643-35.2011.4.03.6310, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. ATIVIDADE. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO IMPLEMENTO ETÁRIO. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.
[...]
20. Nessas condições, voto em sede de incidente de uniformização nacional representativo da controvérsia, para conhecer e negar provimento ao incidente de uniformização, de modo a reafirmar a tese: para a obtenção da aposentadoria por idade rural é indispensável o exercício e a demonstração da atividade campesina correspondente à carência no período imediatamente anterior ao atingimento da idade mínima ou ao requerimento administrativo."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003560-53.2013.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (PFN)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO (A): ISAIAS RODRIGUES SIMOES
PROC./ADV.: JOSÉ ALEXANDRE BATISTA MAGINA OAB: SP-121 882

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a republicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos mesmos termos em que proferida anteriormente:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de inexigibilidade de descontos operados a título de imposto de renda pessoa física incidente sobre o repouso semanal remunerado, bem com a repetição dos respectivos valores já retidos.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003560-77.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE ROBERTO PEREIRA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

É o relatório.
Verifica-se que inexiste similitude fática e jurídica entre os arestos confrontados. A requerente colacionou paradigmas que firmaram entendimento no sentido de que, em tese, é possível a aplicação retroativa dos tetos estabelecidos pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03, situação diversa da dos autos, em que se discute o índice de reajuste a ser aplicado.
Incide na hipótese, portanto, a Questão de Ordem 22 da TNU, segundo a qual "é possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma."
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003985-04.2013.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FLAVIO CEOLIN
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, o qual rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigmas oriundos da Turma Recursal de São Paulo e do Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou do Trabalho, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004732-04.2011.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): SUELI GONCALVES RODRIGUES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ MUSSOLIM SUZIGAN OAB: SP232424

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem em que se discute a concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado (miserabilidade).
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004883-52.2011.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VILSON AJALLA GARCIA
PROC./ADV.: ANA PAULA LOPES G. DE JESUS OAB: SP225174
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão de benefício previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, com fulcro nos art. 16, I, do RITNU, nego seguimento ao incidente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004965-34.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ROGÉRIO TELES PORTELA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN5291
REQUERIDO (A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005343-44.2012.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS
REQUERIDO (A): CARLOS EDUARDO LIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: THIAGO RINHEL ACHÊ OAB: SP224805
REQUERIDO (A): PAULO DANIEL LIRA DE SOUZA
PROC./ADV.: THIAGO RINHEL ACHÊ OAB: SP224805
REQUERIDO (A): THAISA ANDRESA DE SOUZA LIRA
PROC./ADV.: THIAGO RINHEL ACHÊ OAB: SP224805

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista corresponder a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum abaixo, já com o preâmbulo correto:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a exigibilidade de devolução dos valores recebidos a título benefício previdenciário, em sede de tutela antecipada posteriormente revogada.
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp n. 1.401.560/MT, julgado sob o rito dos recursos repetitivos e já transitado em julgado, assim decidiu:
PREVIDÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVERSIBILIDADE DA DECISÃO. O grande número de ações, e a demora que disso resultou para a prestação jurisdicional, levou o legislador a antecipar a tutela judicial naqueles casos em que, desde logo, houvesse, a partir dos fatos conhecidos, uma grande verossimilhança no direito alegado pelo autor. O pressuposto básico do instituto é a reversibilidade da decisão judicial. Havendo perigo de irreversibilidade, não há tutela antecipada (CPC, art. 273, § 2º). Por isso, quando o juiz antecipa a tutela, está anunciando que seu decisum não é irreversível. Mal sucedida a demanda, o autor da ação responde pelo recebeu indevidamente. O argumento de que ele confiou no juiz ignora o fato de que a parte, no processo, está representada por advogado, o qual sabe que a antecipação de tutela tem natureza precária.
Para essa solução, há ainda o reforço do direito material. Um dos princípios gerais do direito é o de que não pode haver enriquecimento sem causa. Sendo um princípio geral, ele se aplica ao direito público, e com maior razão neste caso porque o lesado é o patrimônio público. O art. 115, II, da Lei nº 8.213, de 1991, é expresso no sentido de que os benefícios previdenciários pagos indevidamente estão sujeitos à repetição. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que viesse a desconsiderá-lo estaria, por via transversa, deixando de aplicar norma legal que, a contrario sensu, o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional. Com efeito, o art. 115, II, da Lei nº 8.213, de 1991, exige o que o art. 130, parágrafo único na redação originária (declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - ADI 675) dispensava.
Orientação a ser seguida nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil: a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.
Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 1401560/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/02/2014, DJe 13/10/2015)
Ademais, por meio da decisão proferida em 22/06/2017 no incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça pelo INSS, PET n. 10.996/SC, aquela Corte reformou decisão exarada por esta TNU com base na sua Súmula n. 51, reiterando o entendimento firmado nos autos do recurso repetitivo acima transcrito, nos seguintes termos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. TUTELA ANTECIPADA DE OFÍCIO, POSTERIORMENTE REVOGADA. DEVOLUÇÃO DE VALORES. CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ ASSENTADA EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.401.560/MT. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.
É sabido que tramita perante esta TNU representativo da controvérsia sobre o mesmo assunto - Tema n. 123 - PEDILEF n. 5000711-91.2013.4.04.7120/PR. No entanto, tendo em vista a orientação pacificada no âmbito da Corte Superior, a quem compete julgar em última instância matéria que envolve a legislação federal de cunho infraconstitucional, determino a aplicação direta do precedente.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII c/c o art. 16, II, ambos do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, com a aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 0005597-51.2011.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: OLGA MANOEL ARMELLINO
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU
OAB: SP-228568
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005679-02.2014.4.03.6327
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUCINEIA DE SOUZA BENEDITO
PROC./ADV.: PAULO ROBERTO ISAAC FERREIRA
OAB: SP335483
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005979-70.2014.4.03.6324
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: FABIANA ZAFANI
PROC./ADV.: MAURO ALVES CAMARGO
OAB: RS-068 036
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pela parte autora contra decisão desta Presidência, a qual negou provimento a agravo interposto contra a inadmissão do pedido de uniformização nacional, uma vez que o acórdão recorrido não adentrou no mérito da demanda.
Alega a requerente que o mérito da causa se confunde com a questão processual que impediu a análise da matéria de fundo proposta.
Em síntese, esse é o relatório.
Com efeito, verifico que a petição esparsa não é o meio cabível para suscitar eventuais equívocos no decisum.
Ademais, ainda que se aplicasse o princípio da fungibilidade a fim de receber o referido petitório como embargos de declaração, verifico que ele não fora protocolizado no prazo previsto para os aclaratórios.
Ante o exposto, não conheço do pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0005983-68.2008.4.03.6308
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA EVA RIBEIRO
PROC./ADV.: JOSÉ BRUN JÚNIOR OAB: SP-128366
PROC./ADV.: HELEN SILVA MENDONÇA PAULIN OAB: SP-213 900
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão da Turma Recursal de origem que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de aposentadoria rural por idade à parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que a parte não comprovou a condição de rurícola.
Logo, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível, em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos.
Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006116-52.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ESMERALDA VILALVA COSTA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a republicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos mesmos termos em que proferida anteriormente:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, o qual rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência, sendo defeso ao Judiciário substituir os indexadores escolhidos pelo legislador para a atualização dos benefícios previdenciários.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigma oriundo da Turma Recursal de São Paulo.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou do Trabalho, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006377-83.2014.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA NAIR SERTORI
PROC./ADV.: PATRICIA APARECIDA FRANCA OAB: SP296529
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente.
É o relatório.
Verifico que a parte recorrente não refutou todos os fundamentos de negativa presentes na decisão agravada, pois não se manifestou a respeito da ausência de similitude apontada no referido decisum.
Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravo").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, não conheço do agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006571-53.2009.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADELSON DE SOUZA DURAES
PROC./ADV.: LUÍS GUSTAVO MARTINELLI PANIZZA OAB: SP173909
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante o reconhecimento de períodos trabalhados em condições especiais.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0006588-53.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOAO MATIAS DA SILVA
PROC./ADV.: CLÁUDIO TADEU MUNIZ OAB: SP-78619
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007074-15.2011.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA NILCE LIMA E ROCHA
PROC./ADV.: ANA PAULA MORAIS DA ROSA OAB: SP-304720
REQUERENTE: UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravos interpostos por ambas as partes contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização nacional suscitados, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute o pagamento de diferenças devidas a título de pagamentos administrativos referentes ao reajuste de 3,17% incidentes sobre a remuneração da parte autora.
É o relatório.
Os presentes recursos não comportam provimento.
Pedido de Uniformização da parte autora
A TNU, através do PEDILEF nº 200738007229270 firmou entendimento no seguinte sentido:
"EMENTA - VOTO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. PEDIDO DE CONDENAÇÃO DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA AO PAGAMENTO DE REPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS, CORRESPONDENTE AO REAJUSTE DE 3,17% (TRÊS VÍRGULA DEZESSETE POR CENTO). INCIDENTE DESROVIDO. AUSÊNCIA DE CONSUMAÇÃO DA PRESCRIÇÃO NO CASO CONCRETO. 1. Pedido formulado por servidor público, concernente à condenação, da ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE UBERLÂNDIA, ao pagamento de reposição de perdas salariais, correspondente ao reajuste de 3,17% (três vírgula dezessete por cento). 2. Incidente de uniformização interposto pela instituição de ensino citada, nos termos do art. 14, da Lei nº 10.259/2.001. Defesa do entendimento de que a prescrição se inicia decorridos dois anos e meio da edição da Medida Provisória nº 2.224-4/2.001. 3. Indicação, pela parte recorrente, de precedente da Turma Recursal do Espírito Santo - autos de nº 2004.50.51.000791-1/01. 4. Tema julgado pela PET nº 7.558: "DIREITO ADMINISTRATIVO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RESÍDUO DE 3,17%. PRESCRIÇÃO. MP 2.225-45/01. RECONHECIMENTO DO DIREITO. RENÚNCIA TÁCITA CONFIGURADA. INTERRUPÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. 1. A Medida Provisória 2.225-45, de 4/9/01, embora tenha ensejado renúncia do prazo prescricional, porquanto reconheceu o direito ao reajuste residual de 3,17% aos servidores públicos federais com efeitos a partir de janeiro de 1995, não o interrompeu. 2. Cuida-se da mesma situação ocorrida com o reajuste de 28,86%. A Administração reconheceu, no plano normativo ou abstrato, o direito dos servidores, mas não lhes pagou efetivamente o que era devido em razão desse fato. Continuou, simplesmente, omissa. Em consequência, não pode ser beneficiada pelo transcurso do prazo prescricional pela metade, tal como previsto no art. 9º do Decreto 20.910/32. 3. A renúncia, contudo, não opera efeitos indefinidamente. Se proposta a ação por servidores públicos com a finalidade de auferir o resíduo de 3,17% até 4/9/06, diante da renúncia operada pela MP 2.225-45/01, os efeitos financeiros retroagem a janeiro de 1995; se ajuizada após esse termo, aplica-se tão somente o enunciado da Súmula 85/STJ. 4. Pedido julgado improcedente", (PETIÇÃO Nº 7.558 - MG (2009/0193944-4) RELATOR: MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA. TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça. Brasília (DF), 28 de abril de 2010 - Data do Julgamento). 5. Distribuição da ação em 1º-08-2006. 6. Ausência de consumação de prescrição de parcela alguma da diferença reclamada, sendo devido o resíduo de 3,17% (três vírgula dezessete por cento), desde janeiro de 1995. 7. Incidente de uniformização de jurisprudência, apresentado pela Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, desprovido.ACÓRDÃO Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização desprover o incidente. Brasília, 25 de agosto de 2.012.
(PEDILEF 200738007229270, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 25/05/2012.)"
Dessa forma, o acórdão guerreado não contrariou jurisprudência desta TNU no sentido de que deve ser aplicada a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, nos termos da Súmula nº 85 do STJ.
Destarte, incide a Questão de Ordem 13/TNU "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido"..
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Pedido de Uniformização da parte ré
A decisão inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, por aplicação da Questão de Ordem nº 13, tendo em vista que a jurisprudência desta TNU firmou-se no mesmo sentido do acórdão guerreado.
É o relatório.
Verifico que a parte recorrente não refutou todos os fundamentos de negativa presentes na decisão agravada.
Aplica-se ao caso, portanto, a Súmula 182 do STJ ("É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravo").
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, não conheço do agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007092-59.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: DIRCEU DORATIOTO
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA
OAB: SP-312716
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou provimento ao agravo apresentado.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 16 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0007822-81.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JAIRO VICENTE ALVES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ, apresentado contra decisão desta Presidência, que inadmitiu incidente de uniformização dirigido àquela casa.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Após análise do feito, mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0008979-78.2013.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ELZIMA PAZELI
PROC./ADV.: LUCAS RAMOS TUBINO OAB: SP-202 142
PROC./ADV.: ANA FLÁVIA VERNASCHI OAB: SP-342550
PROC./ADV.: DENIS APARECIDO DOS SANTOS COLTRO OAB: SP-342968
PROC./ADV.: GABRIELA DE SOUSA NAVACHI OAB: SP-341-266
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0009828-33.2015.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: JOÃO TOBIAS DE AGUIAR
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN 5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de novo agravo regimental interposto de decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos, por sua vez, contra decisão que não conheceu do primeiro agravo regimental interposto.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o agravo nos próprios autos interposto na origem foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental, pois incabível e advirto a parte requerente de que nova interposição de recurso será tida por protelatória, com aplicação da multa correspondente.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 21 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010153-11.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ FRANCISCO PRADO SALGADO
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO. OAB: SP-191005
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre valores recebidos por participantes e assistidos do "Plano de Previdência Privada da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS".
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ e da TNU, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 13 do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo de Tribunal Regional Federal.
Ainda que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010189-53.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARCELO RABELLO MEIRELES
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre valores recebidos por participantes e assistidos do "Plano de Previdência Privada da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS".
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ e da TNU, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 13 do RITNU.
No presente caso, os paradigmas apresentados são oriundos de Turmas Recursais da mesma região.
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010196-45.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ODAIR DAS NEVES FILHO
PROC./ADV.: JOSE HENRIQUE COELHO OAB: SP-132 186
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre valores recebidos por participantes e assistidos do "Plano de Previdência Privada da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS".
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ e da TNU, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 13 do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo de Tribunal Regional Federal.
Ainda que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010482-23.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSÉ CARLOS LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO. OAB: SP-191005
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre valores recebidos por participantes e assistidos do "Plano de Previdência Privada da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS".
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ e da TNU, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 13 do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo de Tribunal Regional Federal.
Ainda que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010483-08.2007.4.03.6311
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROBERTO CARLOS RODRIGUES
PROC./ADV.: MARCUS ANTONIO COELHO OAB: SP191005
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de não incidência de imposto de renda sobre valores recebidos por participantes e assistidos do "Plano de Previdência Privada da Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS".
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
O presente recurso não comporta provimento.
Com efeito, a comprovação da divergência deve se dar entre decisões de Turmas Recursais ou Regionais de diferentes regiões, ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ e da TNU, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 13 do RITNU.
No presente caso, o paradigma apresentado é oriundo de Tribunal Regional Federal.
Ainda que assim não fosse, entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0012403-39.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE LUIZ DO AMARAL
PROC./ADV.: EDNEI MARCOS ROCHA DE MORAIS OAB: SP149014
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravos interpostos contra decisão que inadmitiu os incidentes de uniformização nacional suscitados pelas partes, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, em que se discute a concessão de benefício por incapacidade à parte autora.
É o relatório.
Preliminarmente, conheço dos agravos, pois preenchidos os requisitos de admissibilidade necessários para tanto, e passo a analisar os pedidos de uniformização:
Quanto ao pedido da requerente.
O recurso não comporta provimento.
As instâncias ordinárias, com base no contexto fático-probatório da lide e já analisadas as condições socioeconômicas da parte, concluíram pelo não preenchimento dos requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado, no caso, a incapacidade laborativa.
A pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, conheço do agravo para, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU, negar seguimento ao pedido de uniformização da autora.
Quanto ao agravo do requerido.
Pretende o INSS a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de devolução ao erário de valores recebidos de boa-fé a título de benefício previdenciário, em sede de tutela antecipada posteriormente revogada.
O Superior Tribunal de Justiça, por meio do REsp n. 1.401.560/MT, julgado sob o rito dos recursos repetitivos e já transitado em julgado, assim decidiu:
PREVIDÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REVERSIBILIDADE DA DECISÃO. O grande número de ações, e a demora que disso resultou para a prestação jurisdicional, levou o legislador a antecipar a tutela judicial naqueles casos em que, desde logo, houvesse, a partir dos fatos conhecidos, uma grande verossimilhança no direito alegado pelo autor. O pressuposto básico do instituto é a reversibilidade da decisão judicial. Havendo perigo de irreversibilidade, não há tutela antecipada (CPC, art. 273, § 2º). Por isso, quando o juiz antecipa a tutela, está anunciando que seu decisum não é irreversível. Mal sucedida a demanda, o autor da ação responde pelo recebeu indevidamente. O argumento de que ele confiou no juiz ignora o fato de que a parte, no processo, está representada por advogado, o qual sabe que a antecipação de tutela tem natureza precária.
Para essa solução, há ainda o reforço do direito material. Um dos princípios gerais do direito é o de que não pode haver enriquecimento sem causa. Sendo um princípio geral, ele se aplica ao direito público, e com maior razão neste caso porque o lesado é o patrimônio público. O art. 115, II, da Lei nº 8.213, de 1991, é expresso no sentido de que os benefícios previdenciários pagos indevidamente estão sujeitos à repetição. Uma decisão do Superior Tribunal de Justiça que viesse a desconsiderá-lo estaria, por via transversa, deixando de aplicar norma legal que, a contrario sensu, o Supremo Tribunal Federal declarou constitucional. Com efeito, o art. 115, II, da Lei nº 8.213, de 1991, exige o que o art. 130, parágrafo único na redação originária (declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - ADI 675) dispensava.
Orientação a ser seguida nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil: a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.
Recurso especial conhecido e provido.
(REsp 1401560/MT, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/02/2014, DJe 13/10/2015)
Ademais, por meio da decisão proferida em 22/06/2017 no incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça pelo INSS, PET n. 10.996/SC, aquela Corte reformou decisão exarada por esta TNU com base na sua Súmula n. 51, reiterando o entendimento firmado nos autos do recurso repetitivo acima transcrito, nos seguintes termos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. ACÓRDÃO DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE. TUTELA ANTECIPADA DE OFÍCIO, POSTERIORMENTE REVOGADA. DEVOLUÇÃO DE VALORES. CABIMENTO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ ASSENTADA EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.401.560/MT. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

É sabido que tramita perante esta TNU representativo da controvérsia sobre o mesmo assunto - Tema n. 123 - PEDILEF n. 5000711-91.2013.4.04.7120/PR. No entanto, tendo em vista a orientação pacificada no âmbito da Corte Superior, a quem compete julgar em última instância matéria que envolve a legislação federal de cunho infraconstitucional, determino a aplicação direta do precedente.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, VIII c/c o art. 16, II, ambos do RITNU, conheço do agravo para admitir o pedido de uniformização do INSS e, prosseguindo no julgamento, a ele dar provimento. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem, com a aplicação do entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a reforma da decisão que antecipa a tutela obriga o autor da ação a devolver os benefícios previdenciários indevidamente recebidos.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013052-17.2014.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA DO ROSARIO SOTA
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.(PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, o qual rejeitou o pedido de revisão de renda mensal inicial, sob o fundamento de que a pretensão não encontra amparo na legislação de regência.
Na oportunidade, a parte, em suas razões, junta paradigmas oriundos da Turma Recursal de São Paulo e do Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
É cediço que a divergência com fundamento em paradigmas oriundos de Turma Recursal da mesma região, do Supremo Tribunal Federal, de Tribunal Regional Federal, Tribunal Eleitoral ou do Trabalho, não enseja a admissão do incidente de uniformização, nos termos dos arts. 14, § 2º, da Lei 10.259/01 e 6º do RITNU.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013758-42.2014.4.03.6303
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: JOSE FRANCISCO ALVES
PROC./ADV.: MICHELE CRISTINA FELIPE SIQUEIRA OAB: SP312716
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de equivalência entre o índice de alteração do limite máximo do salário de contribuição e o de reajuste dos benefícios de prestação continuada da previdência social.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016010-58.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: NOEMIA RODRIGUES DA SILVA CHAVES
PROC./ADV.: RICARDO A. M. SALGADO JR. OAB: SP-138058
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez à parte autora.
É o relatório.
O presente recurso não merece prosperar.
As instâncias ordinárias, de posse do caderno probatório dos autos, entenderam que sua incapacidade é preexistente ao seu reingresso no RGPS.
A pretensão de se alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato")
Ante o exposto, com base no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016213-31.2014.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: MARCO ANTÔNIO ANDRADE DE VASCONCELOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017619-13.2012.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDINA RUFINO DE MELO E SILVA
PROC./ADV.: ERICSON CRIVELLI OAB: SP071334
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de revisão da RMI da aposentadoria percebida pela parte autora, sem a incidência do fato previdenciário.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, demonstrando a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões.
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0017822-49.2014.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: CARLOS TRINDADE VIEIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): DNIT
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0023784-42.2013.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: SIDNEY FORTES ROSS
PROC./ADV.: ERALDO LACERDA JUNIOR
OAB: SP191385A
REQUERIDO(A): UNIAO FEDERAL (AGU)
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou seguimento a pedido de uniformização nacional.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0031923-98.2013.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: VILMAR FERNANDES DE QUEIROZ
PROC./ADV.: GABRIEL YARED FORTE OAB: SC-34 644
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal de origem, no qual se discute a incidência dos fenômenos da decadência e da prescrição naqueles casos em que há o reconhecimento do direito por meio do Memorando-Circular-Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, ato que autorizou a revisão do benefício.
É o relatório.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5004459-91.2013.4.04.7101, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia, assim decidiu:
"DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS GERADORES DE OUTROS BENEFÍCIOS. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART.29, II, DA LEI 8.213/91. DECADÊNCIA. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. RENÚNCIA TÁCITA AOS PRAZOS EM CURSO. RETOMADA DO PRAZO PRESCRICIONAL POR INTEIRO.[...]"
No entanto, verifica-se que foi interposto recurso contra o acórdão acima, destinado ao Superior Tribunal de Justiça, o qual fora admitido. Logo, com fundamento na Questão de Ordem n. 23 e art. 16, III, do RITNU, determino a remessa dos autos à origem, a fim de que seja alterado o fundamento de sobrestamento dos feitos que antes aguardavam o posicionamento desta TNU acerca do tema, para esperar pelo posicionamento, em definitivo, da Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0034288-15.2010.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ROSA PEREIRA DA SILVA ROCHA
PROC./ADV.: EDELI DOS SANTOS SILVA OAB: SP-36063
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que negou provimento ao agravo interposto, por sua vez, contra decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0035248-29.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: VERA LUCIA GOMES BARRETO
PROC./ADV.: JÊNIFFER GOMES BARRETO
OAB: SP176872
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - I.N.S.S. (PREVID)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida pelo presidente da TNU, que negou conhecimento a agravo regimental de decisão desta Presidência.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, já decidiu o STJ:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0046579-18.2008.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ANÁLIA EVANGELISTA DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário interposto pela parte ora requerente contra decisão monocrática proferida por Juiz Relator desta TNU, que não conheceu do pedido de uniformização, por aplicação da Súmula 42/TNU.
É o relatório.
Não há como prosperar o presente recurso.
Os arts. 14, § 4º, e 15, da Lei 10.259/2001, ao tratarem da possibilidade de interposição de Recurso Extraordinário no âmbito da Turma Nacional de Uniformização - TNU dispõem que o referido recurso só será cabível contra decisão proferida pela Turma, ou seja, pelo órgão colegiado.
Tendo em vista que o presente recurso foi interposto contra decisão monocrática, certo é que ele não pode prosseguir, em razão dos referidos dispositivos legais.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, c/c art. 35, §2º, ambos do RITNU, nego seguimento ao recurso extraordinário.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0047950-85.2006.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): MARCOS ANTÔNIO TOSCANO
PROC./ADV.: ROQUE RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR OAB: SP089472

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de auxílio-doença à parte autora, bem como sua conversão em aposentadoria por invalidez.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
De fato, é notório que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0052227-30.2013.4.01.3400
ORIGEM: DF - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR BENTO CARDOSO
PROC./ADV.: JOSÉ DO EGITO FIGUEIREDO BARBOSA OAB: PI-1984
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de incidência do imposto de renda incidente sobre 1/3 constitucional de férias gozadas.
É o relatório.
Verifica-se que a matéria em discussão encontra-se pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, o que se observa por meio do REsp 1.459.779/MA, julgado em sede de repetitivo da controvérsia. Confira-se:
"TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. ADICIONAL DE 1/3 (UM TERÇO) DE FÉRIAS GOZADAS. INCIDÊNCIA DA EXAÇÃO. 1. A jurisprudência tradicional do STJ é pacífica quanto à incidência do imposto de renda sobre o adicional (1/3) de férias gozadas. Precedentes: Pet 6.243/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe 13/10/2008; AgRg no AREsp 450.899/MS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/03/2014; AgRg no AREsp 367.144/MG, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 28/02/2014; AgRg no REsp 1.112.877/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe 03/12/2010; REsp 891.794/SP, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 30/03/2009; entre outros. 2. A conclusão acerca da natureza do terço constitucional de férias gozadas nos julgamentos da Pet 7.296/PE e do REsp 1.230.957/RS, por si só, não infirma a hipótese de incidência do imposto de renda, cujo fato gerador não está relacionado com a composição do salário de contribuição para fins previdenciários ou com a habitualidade de percepção dessa verba, mas, sim, com a existência, ou não, de acréscimo patrimonial, que, como visto, é patente quando do recebimento do adicional de férias gozadas. 3. Recurso especial provido, divergindo do voto do Sr. Ministro Relator."
Destarte, incide a Questão de Ordem 24/TNU "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia".
Ante o exposto, com fulcro no art. 16, I, a, do RITNU, nego seguimento ao pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0080197-41.2014.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA APARECIDA HILARIO KARAT
PROC./ADV.: LIZANDRA DE ALMEIDA TRES LACERDA. OAB: PR-49033
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - INSS

DECISÃO

Chamo o feito à ordem.
Verifico que houve equívoco quando da elaboração da decisão anteriormente prolatada, tendo em vista que o preâmbulo constante em tal decisão pertencia a outros autos. Assim sendo, torno-a sem efeito e determino a publicação do decisum, já com o preâmbulo correto, nos seguintes termos:
Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal de origem, no qual se discute a possibilidade de concessão de benefício assistencial à parte autora.
É o relatório.
O inconformismo não prospera.
Entendo que a sugerida divergência jurisprudencial não restou comprovada. Isto porque o recorrente não observou o regramento legal, deixando de efetuar o devido cotejo analítico, não demonstrando, portanto, a similitude fática entre as hipóteses trazidas a confronto com díspares conclusões, ao contrário do que dispõe a TNU, no PEDILEF n. 00653802120044036301, verbis: "[...] - A petição do incidente será obrigatoriamente instruída com cópia dos julgados no caso de divergência entre Turmas de diferentes regiões Questão de Ordem n.º 3 da TNU), exigindo-se, para demonstração do dissídio, o cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ainda que assim não fosse, a pretensão de alterar o referido entendimento não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".
Ante o exposto, com fulcro no art. 8º, VIII, do RITNU, nego provimento ao agravo.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500232-53.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: GISELIA PATRICIO DA SILVA e OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que inadmitiu o recurso extraordinário apresentado pela ora requerente.
Requer a parte que seja conhecido o agravo "para reconhecer o error in judicando presente na decisão monocrática recorrida e declarar presentes os requisitos de admissibilidade do Pedido de Uniformização, julgando seu mérito".
Requer, assim, o provimento do recurso.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Dispõe o art. 35, §2º, do RITNU, que:
Art. 35. O recurso extraordinário poderá ser interposto, no prazo de 15 dias, perante o Presidente da Turma Nacional de Uniformização.
§ 1º A parte contrária será intimada para apresentar contrarrazões no mesmo prazo, findo o qual os autos serão conclusos ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização para juízo de admissibilidade, observado o disposto na Constituição da República, na lei processual e no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.
§ 2º Admitido o recurso, os autos serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal; inadmitido, pode a parte interpor agravo nos próprios autos, respeitadas as regras processuais pertinentes.
No caso concreto, a parte apresentou agravo contra suposto pedido de uniformização inadmitido e não em face da decisão de negativa de seguimento ao recurso extraordinário.
Ainda que fosse o caso de aplicar o princípio da fungibilidade, verifico que a parte sequer requereu a remessa dos autos ao Pretório Excelso.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500256-81.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO FERNANDES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que teria inadmitido recurso extraordinário supostamente apresentado pela parte autora, no qual requer sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Verifico que não foi interposto qualquer recurso extraordinário no presente feito, razão pela qual o referido recurso é incabível.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500263-73.2014.4.05.9840
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DAS GRAÇAS DE MOURA VASCONCELOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): JUÍZO DA 7ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que teria inadmitido recurso extraordinário supostamente apresentado pela parte autora, no qual requer sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Verifico que não foi interposto qualquer recurso extraordinário no presente feito, razão pela qual o referido recurso é incabível.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500682-42.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RAIMUNDO CHAGAS DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501101-75.2008.4.05.8304
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): ESPEDITO LEAL LEÃO
PROC./ADV.: RODRIGO MUNIZ DE BRITO GALINDO OAB: PE-20860
PROC./ADV.: ROMULO MARINHO FALCAO OAB: PE-20 427

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido pela Turma Recursal de Origem, alegando que o aresto concedeu ao autor paridade de gratificações de desempenho não incluídas na inicial.
É o relatório.
No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o entendimento do acórdão recorrido diverge, em princípio, da posição adotada no aresto acostado como paradigma.
Assim, preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, I, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501148-39.2014.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: CLAUDEMIZIO DE OLIVEIRA SANTOS
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERENTE: CÍCERO LIMA DOS SANTOS
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERENTE: DIVACY DE LIMA
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERENTE: EVARISTO DE ARAÚJO FERREIRA
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERENTE: JOSÉ SILVESTRE DOS SANTOS
PROC./ADV.: CAROLINA DE MEDEIROS AGRA OAB: AL-6100
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO

Trata-se pedidos de uniformização, sendo um regional e outro nacional, interpostos pela parte autora.
Não consta dos autos a decisão de admissibilidade do pedido regional, tampouco sua apreciação, se o caso, pela TRU, apesar de baixa com determinação emanada desta presidência em despacho anterior.
Os autos foram remetidos novamente para a Turma Nacional de Uniformização.
É o relatório.
Com efeito, a Turma Nacional de Uniformização, por meio da Questão de Ordem 28, decidiu que, havendo interposição simultânea de incidentes de uniformização dirigidos à Turma Regional de Uniformização e à Turma Nacional, será julgado, em primeiro lugar, o incidente dirigido à Turma Regional.
Desse modo, determino a remessa dos autos à origem para o prosseguimento do feito.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501428-09.2015.4.05.8002
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOÃO ELIAS DA SILVA
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de pedido apresentada após decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, na qual requer sejam os autos enviados ao Superior Tribunal de Justiça, para apreciação.
É o relatório.
O pedido não merece prosperar.
Isto por que o requerimento de remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça só é cabível para aqueles casos em que foi interposto pedido de uniformização dirigido àquela Corte, contra acórdão de mérito desta TNU, o que não ocorreu no caso concreto.
Ante o exposto, não conheço do pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501973-61.2015.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: JOSÉ MANOEL DA SILVA
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO OAB: PB-1995
PROC./ADV.: CARLOS ROBERTO CONIGLIO PARREIRA OAB: DF-3618
PROC./ADV.: VERONICA LEITE A. DE BRITO OAB: PB-2212
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 34, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502024-25.2013.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ISABEL INÁCIO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.

É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503710-24.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FRANCISCO PEREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN/5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que teria inadmitido recurso extraordinário supostamente apresentado pela parte autora, no qual requer sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Verifico que não foi interposto qualquer recurso extraordinário no presente feito, razão pela qual o referido recurso é incabível.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509587-08.2015.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: INÊS DA COSTA FERREIRA
PROC./ADV.: JOAO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN 5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto de decisão proferida pela Presidência da TNU que inadmitiu o recurso extraordinário interposto.
Requer a parte a admissão do RE e consequente remessa dos autos à Suprema Corte.
É o relatório.
Após análise profícua do feito, mantenho a decisão embargada pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que, com fundamento no art. 35, §2º, do RITNU, determino a remessa dos presentes autos ao Supremo Tribunal Federal para processamento do presente recurso.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0512851-30.2015.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JULIANDERSON PEDRO DA SILVA E OUTROS
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REPRESENTANTE LEGAL: ANTÔNIO PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: CARLA COTRIM UCHÔA CAJUEIRO ALMEIDA OAB: AL- 5819
PROC./ADV.: FERNANDO LEOCÁDIO TEIXEIRA NOGUEIRA OAB: AL-5547

DECISÃO

Trata-se de pedido apresentada após decisão que inadmitiu o pedido de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, na qual requer sejam os autos enviados ao Superior Tribunal de Justiça, para apreciação.
É o relatório.
O pedido não merece prosperar.
Isto por que o requerimento de remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça só é cabível para aqueles casos em que foi interposto pedido de uniformização dirigido àquela Corte, contra acórdão de mérito desta TNU, o que não ocorreu no caso concreto.
Ante o exposto, não conheço do pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513918-13.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO BATISTA DE MELO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS OAB: PE-20418

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada pelo INSS, por meio da qual ratifica os termos de recurso extraordinário supostamente interposto.
Observo, após análise dos autos, que não há recurso extraordinário interposto no âmbito desta TNU, mas tão somente, ainda pendente de julgamento, RE apresentado perante a Turma Recursal, o qual será oportunamente julgado, após a baixa dos presentes autos.
Ante o exposto, não conheço do pedido.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0516593-03.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JACQUELINE DE ALMEIDA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de novo incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra decisão que determinou a remessa dos autos àquela Corte, em razão de requerimento apresentado pela mesma parte ora requerente.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento, pois totalmente incabível.
Como visto acima, já havia sido interposto pedido de uniformização dirigido à Corte Superior, o qual fora negado.
Contra a inadmissão do recurso, a parte apresentou requerimento de remessa do feito ao STJ, o que fora acolhido na decisão anterior.
Assim sendo, o recurso sequer deve ser analisado, pois não há interesse recursal da parte.
Ante o exposto, não conheço do pedido e, nos termos da decisão anterior, determino a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0519591-46.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: RINALDO SILVINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO COSME DE MELO OAB: RN-810
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto de decisão que negou seguimento a recurso ordinário manejado contra decisão da TNU, a qual indeferiu petição de mandado de segurança.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0525081-08.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ALDERICY MARIA CÂNDIDO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão que teria inadmitido recurso extraordinário supostamente apresentado pela parte autora, no qual requer sejam os autos encaminhados ao Supremo Tribunal Federal.
É o relatório.
O presente recurso não comporta conhecimento.
Verifico que não foi interposto qualquer recurso extraordinário no presente feito, razão pela qual o referido recurso é incabível.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 18 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5000920-17.2013.4.04.7102
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IDALVINA MEDINA TEIXEIRA
PROC./ADV.: MARCIO KRUSCHE OAB: RS-85245

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal de origem que julgou procedente o pedido de paridade entre servidores em atividade e inativos ou pensionistas no que tange à gratificação de incentivo GDPGPE, a ser paga a estes até a homologação das avaliações de desempenho daqueles.
É o relatório.
Preliminarmente, conheço do agravo, tendo em vista o cumprimento dos requisitos de admissibilidade e passo a analisar o pedido de uniformização.
A Turma Nacional, por meio do PEDILEF n. 5028485-59.2013.4.04.7100, julgado sob o rito dos representativos da controvérsia e já transitado em julgado, assim decidiu:
"PEDILEF. REPRESENTAIVO DA CONTROVÉRSIA. ADMINISTRATIVO. GDPGPE. RETROATIVIDADE. ART. 7º DA EC Nº 41/2003. IMPOSSIBILIDADE. PET 10.723/RJ. ENTENDIMENTO HÍGIDO. STF. RE 662406. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO.
1. Cuida-se de incidente de uniformização nacional interposto pela União objetivando a reforma de acórdão da 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, pelo qual manteve a sentença de procedência do pedido de paridade entre servidores públicos civis em atividade e inativos ou pensionistas, relativamente à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE.
2. Aduz, em resumo, que ao estabelecer como data limite para a percepção da vantagem a homologação das avaliações dos servidores ativos, afastou a retroatividade dessas avaliações a janeiro de 2009 em inconformidade com a previsão do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003.
3. Contrarrazões pugnam pelo não provimento e pela manutenção do acórdão combatido.
4. O recurso teve o transito negado na origem. Em virtude de agravo foi encaminhado à TNU. Assim, a Presidência do Colegiado Nacional o admitiu e, em conformidade com o art. 17, incisos I e II, do Regimento Interno determinou o processamento como representativo da controvérsia, bem como o sobrestamento dos demais processos.
5. Foi publicado edital, em consonância com o inciso III do art. 17 do RI-TNU, oferecido parecer do Ministério Público Federal (inciso V do RI-TNU), bem como apresentados memoriais pela Defensoria Pública da União defendendo o entendimento adotado no Juízo de origem, em sintonia com o assentado pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, e da União pugnando, em síntese, pelo sobrestamento do feito até o pronunciamento da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça ante a pendência do julgamento da PET 10.723/RJ. E, na hipótese de entendimento diverso, quanto sobrestamento reitera o pleito de provimento do incidente de uniformização, à conta da presunção de constitucionalidade do art. 7º-A, caput, e §§ 1º e 6º, da Lei nº 11.357/2006, de modo a assentar a retroatividade dos efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação da GDPGPE a 01/01/2009, dada a ausência de declaração de inconstitucionalidade desse dispositivo legal.
Passo ao voto.
6. A controvérsia decorre das posições contrapostas, de um lado o entendimento expressado no acórdão recorrido segundo o qual:
"À luz das premissas consignadas neste voto, conclui-se que a GDPGPE, no âmbito do Comando da Aeronáutica, manteve a natureza de gratificação de caráter geral até sua regulamentação e término do primeiro ciclo de avaliação, este ocorrido em 30/11/2010, conforme art. 13 da portaria nº 803/GC1, de 16/11/2010, do comando da aeronáutica, publicada no DOU em 18/11/2010, momento em que assumiu caráter pro labore faciendo e, portanto, deixou de ser extensível aos inativos e pensionistas com base na garantia constitucional da paridade."
7. Enquanto que a União/recorrente sustenta à conta da presunção de constitucionalidade do art. 7º-A, caput, e §§ 1º e 6º, da Lei nº 11.357/2006 que os efeitos financeiros do primeiro ciclo de avaliação da GDPGPE devem retroagir a 01/01/2009.
8. Portanto, o núcleo da discussão é a retroação dos efeitos financeiros a 01/01/2009 do primeiro ciclo de avaliação de desempenho aplicado aos servidores públicos federais em atividade, e não 30/11/2010 assentado no acórdão recorrido quando a gratificação em questão passou a ser considerada pro labore faciendo, consectário do tratamento igualitário reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, v.g., no Recurso Extraordinário nº 631.389-CE, relator Ministro MARCO AURÉLIO, Plenário em 25/09/2013.
9. Nesse passo, releva considerar que a matéria acha-se pendente de julgamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça, Primeira Seção, mercê da PET 10.723/RJ, em virtude da interposição de agravo regimental.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10. Ressalte-se, esse mecanismo recursal é previsto no art. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 que, na forma do § 6º, mutatis mutandis, do mesmo dispositivo prevê a retenção do feito na origem para aguardar o pronunciamento do STJ.
11. Não é outro o entendimento adotado na Decisão do Ministro OG FERNANDES Presidente deste Colegiado Nacional, quando Sua Excelência determinou o sobrestamento e a restituição dos autos à origem, para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior, consoante o processo a seguir transcrito:
PROCESSO: 0016379-11.2011.4.01.3801
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MARIA DE LOURDES GOMES CARDOSO
PROC./ADV.: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS RIBEIRO OAB: MG- 48288

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ora requerente contra decisão que negou provimento ao agravo, tendo em vista que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência do STF.
A parte embargante alega, em síntese, a ocorrência de omissão na decisão embargada, porquanto a matéria debatida, referente a retroatividade dos efeitos financeiros da GDPGPE, encontra-se pendente de julgamento através da PET 10.723/RJ.
Requer, assim, o provimento do recurso para que seja sanado o vício apontado.
Sem impugnação.
É, no essencial, o relatório.
Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração prestam-se a sanar obscuridade, contradição ou omissão eventualmente existentes no julgado.
Com efeito, a questão jurídica objeto da presente demanda encontrase afetada à Primeira Seção da Corte Superior de Justiça, aguardando o julgamento da PET 10.723/RJ.
Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 17 c/c 16, III, ambos do RITNU, os autos devem ser devolvidos à Turma recursal de origem para aplicação do entendimento que vier a ser pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.
Ante o exposto, com fundamento no art. 16, III, do RITNU, acolho os embargos para anular a decisão anterior e, prosseguindo no julgamento, determino, em consequência, o sobrestamento e a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado à tese que vier a ser firmada pela Corte Superior.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 11 de dezembro de 2015.
MINISTRO OG FERNANDES
12. Conquanto atento à autoridade da compreensão que emerge dos dispositivos legal e regimental externada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente, importa ressaltar que a PET nº 10.723/RJ teve liminarmente indeferido o processamento em Decisão da Ministra REGINA HELENA COSTA, em 13.08.2015, por entender à luz de múltiplos precedentes da Corte Superior que pleito da União não se baseia na jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Dessa decisão foi interposto o Agravo Regimental nº 337969/2015 (85) em 27.08.2015 o qual se encontra pendente de julgamento (art. 258-259 do Regimento Interno do STJ).
13. Tal o contexto, dada a especificidade processual da qual não se identifica possibilidade de inflexão no entendimento externado pela Ministra Relatora, de par com o fato de que a matéria faz parte dos temas afetados como representativo da controvérsia (atualização em 26.04.2016, nº 16 da listagem), não se percebe razão suficiente para obstar o julgamento pela TNU, mesmo antes do pronunciamento definitivo do STJ, in casu, ante a convergência jurisprudencial que lastreia a Decisão de indeferimento liminar do processamento em tela; donde não se justifica ficar o Colegiado Nacional de Uniformização impedido de exprimir seu entendimento uniformizador para orientação das demais instâncias componentes do modelo dos Juizados Especiais Federais; mesmo porque a tese uniformizadora, causa ensejadora da PET 10.723, é a mesma assentada pelo Supremo Tribunal Federal no RE nº 662406, com repercussão geral.
14. No tocante à questão específica sob exame, consoante referido linhas acima esta Turma Nacional de Uniformização firmou a tese no mesmo sentido do STF, segundo a qual o termo final do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é a data da homologação do resultado das avaliações após a conclusão do primeiro ciclo correspondente, não podendo a administração retroagir os efeitos financeiros à data anterior, dentre outros julgados, conforme:
PEDILEF 05011939420104058300, relator Juiz Federal WILSON JOSÉ WITZEL, DJe 22.01.2016, pp. 83-132. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PROPORCIONALODADE E RETROAÇÃO. PRECEDENTE DA TNU. QUESTÃO PACIFICADA PELO COLEGIADO. DECISÃO NÃO RECONSIDERADA. AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. Trata-se de agravo regimental oposto contra decisão monocrática desta Relatoria que determinou, nos termos do inciso X do art. 8º do Regimento Interno desta TNU, o retorno do processo ao Juízo Federal de origem para adequação do julgado, tendo em vista precedente deste Colegiado Nacional em razão do julgamento do PEDILEF's 05101183620114058400, Rel. Juiz Federal Rogério Moreira Alves, DOU 16/08/2013 pág. 79/115; PEDILEF 5000642-68.2013.4.04.7214, Rel Juiz Federal Daniel Machado da Rocha, DOU 17/04/2015, Seção 1, pág 210. Inicialmente, não reconsidero a decisão anteriormente por mim proferida, por seus próprios fundamentos. Conforme se verifica do PEDILEF 5056174-15.2012.4.04.7100, a jurisprudência recente desta Turma Nacional de Uniformização é tranquila no sentido de que o cálculo do valor da gratificação em tela tem que observar a proporcionalidade da aposentadoria da parte autora. A fundamentação discorrida pela agravante demonstra a evidente pretensão de reexame da questão, que já se encontra uniformizada por este Colegiado acerca da interpretação do direito, a fim de se evitar a aplicação de teses contrárias a situações semelhantes. De mais a mais, a despeito dos paradigmas e do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.368.150-PE, em 16/04/2013, no sentido de não é possível estender o pagamento da gratificação de desempenho GDPGPE no percentual de 80% de seu valor máximo devido aos servidores ativos nos moldes do art. 7º, a, § 7º da Lei nº 11.357/2006, aos servidores inativos, recentemente, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 25 de setembro de 2013, por ocasião do julgando o RE 631389, por votação majoritária, entendeu por estender "aos servidores inativos e pensionistas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) a percepção de 80% da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE). A gratificação, prevista na Lei 11.357/2006, é concedida nesse percentual aos servidores ativos daquela autarquia, e a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho. A matéria teve repercussão geral reconhecida." Em consulta ao inteiro teor do acórdão no site do STF, foi possível ter acesso ao voto do Relator Ministro Marco Aurélio, bem como de seus pares, no qual foi discutida a questão da retroação, tendo sido a tese parcialmente provida pelo para estabelecer, "como marco final, como termo final do conteúdo decisório, a avaliação, sem o efeito retroativo" (sic), ficando, dessa forma, consignado no julgamento, que a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação. Contudo, o referido acórdão ainda não transitou em julgado. Muito menos a Pet 10723/RJ, distribuída pela União dirigida ao Supremo Tribunal Federal em 05/11/2014, obteve qualquer decisão até o momento no sentido de unificar a decisão de suspensão em qualquer grau de jurisdição. Já com relação ao RE 662.406/AL, recentemente, o Supremo Tribunal Federal julgou o recurso extraordinário da União Federal, negando-lhe provimento, para fixar a tese de que o termo inicial do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é o da data da homologação do resultado das avaliações após a conclusão do primeiro ciclo de avaliações, não podendo a administração retroagir os efeitos financeiros à data anterior. Ressalto que como se extrai do andamento processual do sítio do STF, os autos foram baixados à origem em 12/03/2015. Em sendo assim, impõe-se a manutenção da decisão ora agravada. Desta forma, conheço do agravo regimental, mas nego-lhe provimento.
15. Nessas condições, voto em sede de incidente de uniformização nacional representativo da controvérsia, para refirmar a tese de que o termo final do pagamento diferenciado das gratificações de desempenho entre servidores ativos e inativos é a data da homologação do resultado das avaliações, após a conclusão do primeiro ciclo correspondente, de modo que não pode a Administração retroagir os efeitos financeiros a data anterior."
Dessa forma, incide, à espécie, a QO 13/TNU: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido".
Ante o exposto, conheço do agravo e nego seguimento ao incidente, com fundamento no art. 16, I, a, do RITNU.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 28 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002735-04.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTÔNIO CARLOS PRATAVIERA
PROC./ADV.: RODRIGO DALL´AGNOL
OAB: PR-59814
REQUERIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROC./ADV.: ADVOGADO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão desta Presidência que negou seguimento ao incidente de uniformização dirigido ao STJ, suscitado pela parte autora.
É o relatório.
O recurso não merece ser conhecido.
Com efeito, o art. 32 do RITNU afasta a possibilidade de interposição de agravo regimental contra decisões proferidas pelo Presidente da TNU. Desse modo, o cabimento ficou restrito às decisões monocráticas do relator. Confira-se:
Art. 32. Cabe agravo regimental da decisão do relator no prazo de cinco dias. Se não houver retratação, o prolator da decisão apresentará o processo em mesa, proferindo voto.
Cumpre registrar, ainda, que o pedido de uniformização nacional foi inadmitido por ausência dos requisitos de admissibilidade, o que torna inviável o seu exame pelo colegiado.
Ante o exposto, não conheço do agravo regimental.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004255-14.2013.4.04.7209
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): ANTÔNIO PEREIRA CLAUDINO
PROC./ADV.: JULIANE HERINGER CRÊSPO OAB: SC-20881

DECISÃO

Trata-se de pedido de remessa ao STJ apresentado nos termos do § 2º do art. 34 do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, verbis:
§ 2º Inadmitido o incidente, a parte poderá requerer, nos próprios autos, no prazo de dez dias, que o feito seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.
Após análise do feito, mantenho a decisão pelos seus próprios fundamentos, ao tempo em que determino a remessa dos presentes autos ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento.
Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 25 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008678-15.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JORGE TADEO HELENO OAB: SC-16822
REQUERIDO (A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Intimem-se.
Brasília, 29 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5036601-97.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: SANDRA FÁTIMA MORAIS
PROC./ADV.: GARDÊNIA FERNANDES OLIVEIRA
OAB: PR-46 466
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, suscitado contra acórdão oriundo da Turma Nacional de Uniformização que não conheceu do pedido.
É o relatório.
O pedido não merece acolhimento.
No presente caso, inexiste decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material acerca da qual se pleiteia a pacificação de entendimento, descabe o pedido de uniformização dirigido ao STJ, a teor do que dispõe o art. 34, caput, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela corte contra acórdão desta TNU que não tenha adentrado no mérito da demanda. Senão, vejamos:
PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE MÉRITO DA TNU ACERCA DO DIREITO MATERIAL CONTROVERTIDO. NÃO ADMISSÃO.
1. Nos termos do que dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, caberá incidente de uniformização dirigido a esta Corte quando a Turma Nacional de Uniformização, ao apreciar questão de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça.
2. A Turma Nacional de Uniformização não se pronunciou acerca do direito material controvertido, uma vez que não conheceu do incidente previsto no § 2º do artigo 14 da Lei n. 10.259/2001 diante da falta de similitude fática entre a decisão da Turma Recursal e os precedentes indicados.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.631/PA, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/05/2014, DJe 02/06/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao pedido uniformização.
Intimem-se.
Brasília, 22 de agosto de 2017.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5058818-28.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ VALDIR NUNES BEZERRA
PROC./ADV.: ANGELA VON MÜHLEN OAB: RS-49157
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, com fundamento no art. 34, caput, do RITNU, suscitado contra decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou seguimento ao incidente.
É o relatório.
O recurso não merece prosperar.
Conforme dispõe o art. 16, §1º, do atual regimento interno - Resolução 345/2015-, os julgados proferidos pelo presidente desta TNU são irrecorríveis.
No mesmo sentido, entende o Superior Tribunal de Justiça que não cabe incidente de uniformização dirigido àquela Corte contra decisão monocrática desta Presidência:
PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE DA TNU. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. A previsão legal de cabimento de pedido de uniformização de interpretação de lei federal ao Superior Tribunal de Justiça cinge-se à orientação acolhida pela Turma de Uniformização em questões de direito material, nos termos do art. 14, § 4º, da Lei 10.259/01, não apenas contra a decisão do Presidente da TNU.
2. Agravo regimental não provido.
(AgRg na Pet 9.586/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/04/2014, DJe 25/04/2014)
Ante o exposto, com fundamento no art. 8º, X, do RITNU, nego seguimento ao incidente de uniformização.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de agosto de 2017.
MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 321, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de advertência à empresa Freitas Andrioli Comunicação e Eventos LTDA.- ME.

A DIRETORA-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso das atribuições conferidas no art. 1º, inciso XI, da Portaria n. CJF-POR-2015/00297, de 23 de julho de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo CJF-ADM-2017/00032.01, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade de advertência à empresa Freitas Andrioli Comunicação e Eventos LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob n. 11.537.732/0001-31, com fundamento no item 1.1. da Cláusula XVI - Das penalidades, do edital do Pregão Eletrônico n. 9/2017, c/c o art. 87, inciso I, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, em virtude da falta de envio da proposta durante a fase externa do referido Pregão.

EVA MARIA FERREIRA BARROS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 1.996, DE 29 DE AGOSTO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal, com fundamento no parágrafo único do artigo 24 da Lei n. 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 19 de dezembro de 2006, considerando a Resolução do Tribunal Pleno n. 09, de 26 de julho de 2017, publicada no Diário de Justiça Eletrônico-TJDFT do dia 31 de julho de 2017 e tendo em vista o disposto no PA n. 17.593/2017, resolve:

Art. 1º Remanejar os Cargos em Comissão e as Funções Comissionadas abaixo relacionadas, conforme quadro a seguir:

ITEM	CÓDIGO CJ/FC	NÍVEL/DESCRIÇÃO CJ/FC	ORIGEM CJ/FC	DESTINO CJ/FC
1	4282	CJ-03, Diretor de Secretaria.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
2	4300	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
3	4318	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Secretário do Juiz.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
4	4336	FC-03, Assistente.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
5	4354	FC-01, Executante.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
6	5100	FC-01, Executante.	Juizado Especial Cível de Águas Claras.	1º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
7	1973	CJ-03, Diretor de Secretaria.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
8	2003	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
9	1988	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Secretário do Juiz.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
10	2018	FC-03, Assistente.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
11	2033	FC-01, Executante.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
12	4926	FC-01, Executante.	1º Juizado Especial Cível de Brasília.	2º Juizado Especial Cível de Águas Claras.
13	1981	CJ-03, Diretor de Secretaria.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.
14	2011	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Substituto do Diretor de Secretaria.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.
15	1996	FC-05, Oficial de Gabinete, destinada ao Secretário do Juiz.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.
16	2026	FC-03, Assistente.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.
17	2041	FC-01, Executante.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.
18	4942	FC-01, Executante.	Juizado Especial Itinerante de Brasília.	1º Juizado Especial Cível de Brasília - Itinerante.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARIO MACHADO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 122, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza a prorrogação de ofício da vigência do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015.

1. O Memorando nº 182/2017 da Divisão de Gestão de Serviços (fls. 3132/3157) foi recebido nesta Presidência, em 21 de agosto de 2017, noticiando que o Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 (fls. 472/476), cujo objeto é o repasse de valores ao Coren/SE com objetivo de viabilizar a construção da sede do Regional, possui vigência até 27 de agosto de 2017, com aditivos, de fls. 868/869, que cuida de complemento em relação ao orçamento, em razão de ajustes na planilha de custo de obra e de fls. 947/948, que trata de prorrogação de vigência.

2. Assim sendo, o Memorando nº 182/2017 da Divisão de Gestão de Serviços (fls. 3132/3157) encaminhou relatório que versa sobre a formulação de prorrogação de ofício da vigência do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 por mais 47 (quarenta e sete) dias, em síntese, com base no item 7.1 da cláusula sétima do referido Termo de Cooperação, em razão de reconhecido atraso na liberação de recursos por parte desta Concedente, notadamente, diante da ausência de parecer de técnico competente, no caso o Engenheiro Civil Gabriel de Oliveira, nesse período.

3. Nesse sentido, vislumbro que assiste razão aos argumentos aduzidos no Memorando nº 182/2017 da Divisão de Gestão de Serviços, visto que o item 7.1 da cláusula sétima do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 assim dispõe:

"7.1. O prazo de vigência será prorrogado antes de seu término, de ofício, caso o atraso tenha ocorrido por culpa exclusiva do CONCEDENTE na liberação dos recursos mencionados no item 6.1 supra, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado." (grifou-se)

4. Desse modo, de início, nota-se que há previsão contratual para a prorrogação, de ofício, da vigência do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 pelo exato período do atraso apontado.

5. O Memorando nº 182/2017 da Divisão de Gestão de Serviços reconhece expressamente que houve o atraso por culpa exclusiva dessa Concedente na liberação dos recursos mencionados no item 6.1 do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015, que assim dispõe:

"6.1. O repasse será efetuado ao CONVENENTE através de depósitos em conta corrente, e ocorrerá, no que concerne a primeira cota, em 05 (cinco) dias úteis após a assinatura deste instrumento, no valor de R$1.109.339,64; a segunda cota, no valor de R$1.109.339,65, quatro meses após o pagamento da primeira parcela, a terceira, no valor de R$739.559,76, quatro meses após o repasse da segunda, e a última, no valor de R$739.559,76 após quatro meses do repasse da terceira, a serem depositados em conta bancária específica."

6. Conforme reconhecido e comprovado pelo Ilustre Chefe da Divisão de Gestão de Serviços, o atraso por culpa exclusiva dessa Concedente na liberação dos recursos mencionados no item 6.1 do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 se deu exatamente em 47 (quarenta e sete) dias, diante da ausência de análise técnica, pois, estava afastado o Engenheiro Civil Gabriel de Oliveira nesse período.

7. Portanto, nota-se que o pleito da Divisão de Gestão de Serviços possui previsão contratual no Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015, foi devidamente justificado e comprovado nos autos administrativos em epígrafe, mais ainda, está em consonância com o art. 7º da Instrução Normativa nº 01/1997{1}, com o art. 30 da Portaria Interministerial nº 127/2008 {2} e, de igual modo, com os arts. 43 e 51 da Portaria Interministerial nº 507/2011 {3} , sendo que, apesar de as normas citadas, Portaria Interministerial nº 507/2011 e da Instrução Normativa nº 01/1997, estarem revogadas, se aplicam ao caso concreto, conforme previsto no art. 2º da Portaria Interministerial nº 424/2016 {4} , que as revogou, e, mais além, está em harmonia com a jurisprudência do c. Tribunal de Contas da União {5} .

8. Ademais, atestou o Ilustre Chefe da Divisão de Gestão de Serviços que em relação à execução do Convênio em apreço, com fundamento nas análises feitas pela Controladoria Geral do Cofen e no acompanhamento da execução do Convênio pelo gestor do processo, tem sido executado a contento em relação a seus objetivos principais.

9. Por todo o exposto, entendo que a vigência do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 deve ser prorrogada, de ofício, por essa Presidência, por mais 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 27 de agosto de 2017.

10. Nesse sentido, o art. 25, inc. XVII e XX, do Regimento Interno do Cofen assim disciplina, litteris:

Art. 25. Compete ao Presidente do Cofen:

(...)

XVII - assinar, com o Primeiro-Tesoureiro, convênios ou similares e contratos celebrados pelo Cofen;

(...)

XX - acompanhar as compras, contratos e licitações do Cofen; (grifou-se)

11. Desse modo, evidencia-se que, com fulcro no Regimento Interno dessa Autarquia, compete à Presidência a prorrogação de ofício requerida pelo Ilustre Chefe da Divisão de Gestão de Serviços, tendo em vista que é competência desta Presidência assinar, junto com o Primeiro-Tesoureiro, os convênios, por simetria, também, qualquer prorrogação da vigência de Convênio, bem como, é competência desta Presidência acompanhar os contratos e convênios firmados pela Autarquia, logo, entendo desnecessária a ratificação desta decisão pelo e. Plenário do Cofen, visto que o ato administrativo, aqui mencionado, está adstrito às funções da Presidência do Cofen, nos termos regimentais.

12. Entretanto, a referida prorrogação de ofício, neste ato e data deferida, por esta Presidência, deve, necessariamente, ser acolhida pelo Ilustre Primeiro-Tesoureiro do Cofen e pela Procuradoria-Geral, embora, nos termos do art. 51 da Portaria Interministerial nº 507/2011 {6}, seja desnecessária a oitiva prévia da área jurídica, porque o Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 foi assinado por essas autoridades.

13. Por todo o exposto, com base no o art. 25, inc. XVII e XX, do Regimento Interno do Cofen, e com fundamento no item 7.1 da cláusula sétima do Termo de Cooperação Cofen nº 19/2015 (fls. 472/476), autorizo, de ofício, a prorrogação da vigência do Termo de Cooperação nº 19/2015, por mais 47 (quarenta e sete) dias, a contar de 27 de agosto de 2017.

14. Por fim, determino que seja submetido ao crivo do Ilustre Primeiro-Tesoureiro do Cofen e, posteriormente, à aprovação da Procuradoria-Geral do Cofen.

15. Após, que seja informado ao Conselho Regional de Enfermagem do Sergipe sobre os termos desta decisão para as providências necessárias.

16. A decisão em referência produz efeitos na data em que foi proferida, passando a surtir todos os efeitos jurídicos e legais a partir dessa data.

17. Publique-se o extrato da decisão em comento, em homenagem ao princípio da publicidade.

REFERÊNCIAS:

{1} "Art. 7º. O convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo:

(...)

IV - a obrigação do concedente de prorrogar "de ofício" a vigência do convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado."

{2} "Art. 30. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam:

(...)

VI - a obrigação de o concedente ou contratante prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;"

{3} "Art. 43. São cláusulas necessárias nos instrumentos regulados por esta Portaria as que estabeleçam:

(...)

VI - a obrigação de o concedente prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;"

"Art. 51. A prorrogação "de ofício" da vigência do convênio ou contrato de repasse, acordo, ajuste ou instrumento congênere, estabelecido no inciso VI do art. 43 desta Portaria, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente ou ao contratante.

{4} Art. 2º Não se aplicam as exigências desta Portaria:

I - aos instrumentos:

a) celebrados anteriormente à data da sua publicação, devendo ser observadas, neste caso, as prescrições normativas vigentes à época da sua celebração, podendo, todavia, se lhes aplicar o disposto nesta Portaria naquilo que beneficiar a consecução do objeto do instrumento;

b) que tenham por objeto a delegação de competência ou a autorização a órgãos ou entidades de outras esferas de governo para a execução de atribuições determinadas em lei, regulamento ou regimento interno, com geração de receita compartilhada; e

c) homologados pelo Congresso Nacional ou autorizados pelo Senado Federal naquilo em que as disposições dos tratados, acordos e convenções internacionais, específicas, conflitarem com esta Portaria, quando os recursos envolvidos forem integralmente oriundos de fonte externa de financiamento;

II - a outros casos em que lei específica discipline de forma diversa a transferência de recursos para execução de programas em parceria do Governo Federal com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal ou entidades privadas sem fins lucrativos.

III - às transferências para execução de ações no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, regulamentadas pela Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, exceto o disposto no Capítulo I do Título I, desta Portaria, no que couber; e

IV - aos termos de execução descentralizada.

{5} Acórdão nº 1131/2009 - TCU - Plenário. Relator Ministro Aroldo Cedraz, nos autos do Processo TC 010.097/2008-8 (apenso ao Processo TC 029.899/2008-0).

{6} "Art. 51. A prorrogação "de ofício" da vigência do convênio ou contrato de repasse, acordo, ajuste ou instrumento congênere, estabelecido no inciso VI do art. 43 desta Portaria, prescinde de prévia análise da área jurídica do concedente ou ao contratante.

MANOEL CARLOS N. DA SILVA
Presidente do Conselho

JEBSON MEDEIROS DE SOUZA
Primeiro-Tesoureiro

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA

RESOLUÇÃO Nº 299, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, biênio 2017/2018.

O Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando as recomendações do Tribunal de Contas da União acerca da necessidade de se definirem e de se formalizarem metas de governança como parte do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), baseadas em parâmetros de governança, necessidades de negócio e riscos relevantes;

Considerando a Instrução Normativa n.º 4, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Planejamento, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de tecnologia da informação e determina que as contratações de TI devem ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) do Conselho Federal de Contabilidade, referente ao biênio 2017/2018, na forma do anexo, parte integrante desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada na 352ª Reunião Plenária de 2017, realizada em 25 de agosto de 2017

EDNEU DA SILVA CALDERARI

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA

RESOLUÇÃO Nº 592, DE 30 DE AGOSTO DE 2017

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando o que preceitua a Resolução CFC 1.161/09 de 13/02/2009 e a Lei 4.320/64; Considerando a necessidade de abrir crédito adicional suplementar ao orçamento de 2017 para possibilitar desenvolvimento de ações de projetos e atividades; Considerando o Parecer favorável da Câmara de Controle Interno do CRCBA, resolve:

Art.1º - Abrir crédito adicional suplementar com recurso de superávit financeiro do exercício de 2016, no valor de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil Reais) conforme discriminado abaixo: FONTE DE RECURSO: Superávit financeiro do exercício de 2016 R$ 25.000,00. CONTA SUPLEMENTADA: Locação de bens imóveis R$ 25.000,00.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data da sua assinatura.

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CERQUEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 593, DE 30 DE MARÇO DE 2017

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando o que preceitua a Resolução CFC 1.161/09 de 13/02/2009 e a Lei 4.320/64; Considerando a necessidade de abrir crédito adicional especial ao orçamento de 2017 para possibilitar desenvolvimento de ações de projetos e atividades; Considerando o Parecer favorável da Câmara de Controle Interno do CRCBA, resolve:

Art.1º - Abrir crédito adicional especial com recurso de superávit financeiro do exercício de 2016, no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil Reais) conforme discriminado abaixo: FONTE DE RECURSO: Superávit financeiro do exercício de 2016 R$ 20.000,00. CONTA SUPLEMENTADA: Sentenças judiciais R$ 20.000,00.

Art 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data da sua assinatura.

ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA CERQUEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

ACÓRDÃO Nº 650, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 03/2016
EMENTA: ADVERTÊNCIA. AFSTAMENTO DO NEXO CAUSAL DA CONDUTA COM ÓBITO DA PACIENTE. CARACTERIZADA, CONTUDO, INFRINGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, 6º E 7º DA RESOLUÇÃO COFFITO 424/13. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 03/2016, em que é representado o profissional fisioterapeuta, Dr. L. S. F., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela penalidade de advertência, visto que foram infringidos os artigos 5º, 6º e 7º da Resolução COFFITO 424/13. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar"

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 651, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 27/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 27/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. R. C. B., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 652, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 31/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO QUITADO COM O CREFITO-3. EXTINÇÃO E ARQUIVAMENTO DO PROCESSO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 31/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. A. R. F. S., adotado o voto da Conselheira Relatora que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela extinção e posterior arquivamento do presente feito. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 653, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 47/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 47/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dr. J. D. T., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 655, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 61/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 61/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. C. M. T. P., adotado o voto da Conselheira Relatora que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela pena de suspensão do exercício profissional até quitação dos débitos. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

SUSILENE MARIA TONELLI NARDI
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 657, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 76/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS PARA QUITAÇÃO DAS PARCELAS DE 2011. SOLICITAÇÃO PARA PRESCRIÇÃO DOS DEMAIS DÉBITOS V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 76/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. A. R. F. S., adotado o voto da Conselheira Relatora que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela concessão do prazo de 15 (quinze) dias úteis para quitação das parcelas de 2011 e para que a profissional encaminhe, para apreciação da Diretoria deste Conselho, solicitação para prescrição dos demais débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Elias Ferreira Porto".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

ELIAS FERREIRA PORTO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 658, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 91/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 91/2016, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. R. M. C., adotado o voto da Conselheira Relatora que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela pena de suspensão do exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Relatora, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

SUSILENE MARIA TONELLI NARDI
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 659, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 168/2015
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 168/2015, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dr. S. A., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 660, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 26/2016
EMENTA: DÉBITO. ACORDO. PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. NO CASO DE INÉRCIA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 26/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. F. V. F. B., adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela conversão do julgamento em diligência, que seja determinado ao Departamento Financeiro que oficie o profissional acerca das parcelas em atraso para que haja comprovação do pagamento até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação. Caso não haja a comprovação no prazo assinalado determina-se o cancelamento do acordo e que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos, regularizada a situação deve o feito ser suspenso e posteriormente extinto, caso haja quitação. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques,Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 654, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 49/2016
EMENTA: ANUIDADES. DÉBITO COM O CREFITO-3. SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A SATISFAÇÃO DO DÉBITO. V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 49/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta Dra. P. C. F. B., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela suspensão do exercício profissional até a quitação dos débitos. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 656, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 67/16
EMENTA: REPRESENTAÇÃO POR RECUSA DE FORNECIMENTO DE LAUDO. ALEGAÇÃO DA REPRESENTADA DE QUE ENTREGARA O DOUCMENTO À MÃE DA PACIENTE. QUEBRA DE SIGILO PROFISSIONAL ANTE A AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREGA A TERCEIROS. ADVERTÊNCIA. M.V.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 67/2016, em que é representada a profissional fisioterapeuta, Dra. A. P. F. G., adotado o voto do Conselheiro Relator que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por maioria de votos, pela penalidade de advertência, visto que houve quebra de sigilo. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni, do Diretor Tesoureiro, Dr. Elias Ferreira Porto, dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques, Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon e Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA MODERNO
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 661, DE 6 DE JULHO DE 2017

PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR Nº: 268/2015
EMENTA: DÉBITO. ACORDO. PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO. NO CASO DE INÉRCIA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL ATÉ A QUITAÇÃO DO DÉBITO.V.U.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 268/2015, em que é representado o profissional fisioterapeuta Dr. F. A. S. M., adotado o voto do Conselheiro Relator, que passa a fazer parte do presente:

"ACORDAM os Conselheiros do CREFITO-3, por unanimidade, pela conversão do julgamento em diligência, que seja determinado ao Departamento Financeiro que oficie o profissional acerca das parcelas em atraso para que haja comprovação do pagamento até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da notificação. Caos não haja a comprovação no prazo assinalado determina-se o cancelamento do acordo e que seja suspenso o exercício profissional até a quitação dos débitos, regularizada a situação deve o feito ser suspenso e posteriormente extinto, caso haja quitação. Fica designado para elaboração do acórdão o Conselheiro Relator, Dr. Gerson Ferreira Aguiar".

A sessão de julgamento teve a presença do Presidente, Dr. José Renato de Oliveira Leite, do Vice-Presidente, Dr. Adriano Conrado Rodrigues, do Diretor-Secretário, Dr. Eduardo Filoni dos Conselheiros Efetivos, Dr. Luiz Fernando de Oliveira Moderno, Dra. Tatiani Marques,Dr. Gerson Ferreira Aguiar, Dr. Neilson Spigolon Giella Palmieri Spigolon, Dra. Susilene Maria Tonelli Nardi.

GERSON FERREIRA AGUIAR
Conselheiro Relator

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
CONSELHO PLENO

ACÓRDÃO

PROPOSIÇÃO N. 49.0000.2016.010808-2/COP. Origem: Presidência do CFOAB. Memorando n. 165/2016-GPR. Assunto: Foro especial por prerrogativa de função. Foro privilegiado. Proposta de Ementa à Constituição. Relator: Conselheiro Federal Flávio Pansieri (PR). EMENTA N. 25/2017/COP. Foro especial por prerrogativa de função. Garantia constitucional. Autoridades públicas brasileiras. Crimes comuns. PEC n. 10, de 2003, no Senado Federal. Proposta de Emenda à Constituição. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros do Conselho Pleno do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, por maioria, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 9 de maio de 2017. Claudio Lamachia, Presidente. Flávio Pansieri, Relator.

Brasília, 30 de agosto de 2017.
CLAUDIO LAMACHIA
Presidente

ÓRGÃO ESPECIAL

AUTOS COM VISTA

RECURSO N. 07.0000.2014.018462-5/OEP. Recte: Presidente do Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal - Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto - Gestão 2016/2019 (Advs: Raquel Fonseca da Costa OAB/DF 23480 e Luiz Ricardo Ferreira Lima OAB/DF 43325). Recdo: P.A.A. (Adv: Marco Antonio Meneghetti OAB/DF 03373 e OAB/SP 387459 e outra). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal. Relatora: Conselheira Federal Valentina Jungmann Cintra (GO).

Brasília, 30 de agosto de 2017.
VALENTINA JUNGMANN CINTRA
Relatora

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

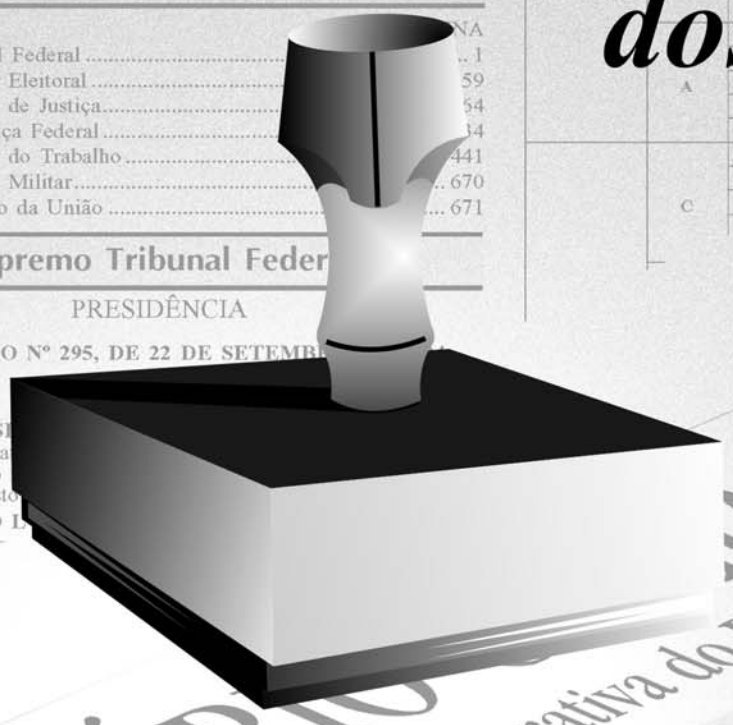


Disponível no portal
www.in.gov.br
e na versão impressa

IMPRENSA NACIONAL
1808

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.



CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



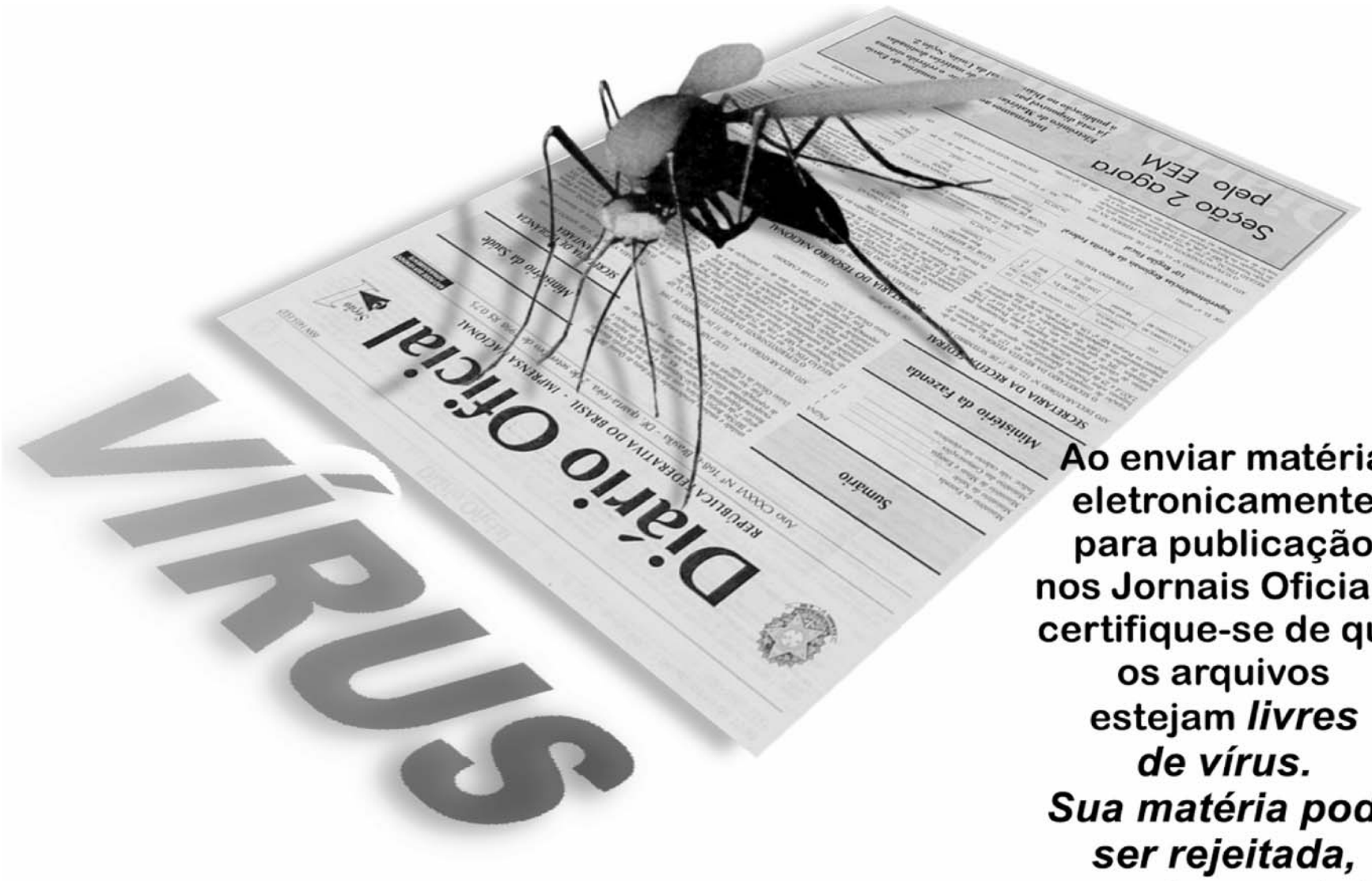
O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação.

Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos, que são abatidos à medida que as matérias são transmitidas para publicação, evitando transtornos na comprovação de pagamento de boletos. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas.

A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio da função **Crédito de Publicação**, disponível no sistema **INCom**.

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus. Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017083100080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.